



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Mariana Freitas Ferreira Leite Gonçalves

**Crescer em famílias de acolhimento:  
histórias de vida de jovens – adultos**

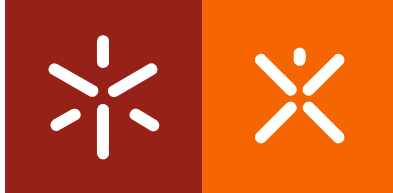
**Crescer em famílias de acolhimento:  
histórias de vida de jovens – adultos**

Mariana Freitas Ferreira Leite Gonçalves

Uminho | 2017

outubro 2017





**Universidade do Minho**

Instituto de Educação

Mariana Freitas Ferreira Leite Gonçalves

**Crescer em famílias de acolhimento:  
histórias de vida de jovens – adultos**

Dissertação de Mestrado

Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com  
Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho efetuado sobre a orientação de:

Doutora Natália Fernandes

## **DECLARAÇÃO**

**Nome:** Mariana Freitas Ferreira Leite Gonçalves

**Endereço eletrónico:** [marianaleitegoncalves@gmail.com](mailto:marianaleitegoncalves@gmail.com)

**Título dissertação:** Crescer em famílias de acolhimento: histórias de vida de jovens – adultos

**Orientadora:** Doutora Natália Fernandes

**Ano de conclusão:** 2017

**Designação do Mestrado:**

Mestrado em Estudos da Criança – Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e famílias

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

A todos os participantes, pois sem eles este trabalho não seria possível. À Anna, à Beta, à Emma, ao Jonathan e ao Mike, por me fazerem crescer ao partilharem as suas histórias e por se darem a conhecer, sem medo de falar de um passado que pesou.

À Professora Doutora Natália Fernandes por me incentivar, por me questionar e por respeitar os meus tempos, tantas vezes, desencontrados com os seus.

Aos meus pais, pelo maior dom que me poderiam ter dado: a vida. Por todos os sacrifícios e por acreditarem em mim.

À minha irmã, por ser ponto de encontro, apesar de todas as nossas diferenças.

Ao Gonçalo por, sem saber, me ter impulsionado na reflexão por este tema. Por todas as vezes em que se acercou de mim e disse “estudas muito” e, sem compreender, aceitou as minhas ausências e me recebeu sempre de braços abertos. Pela leveza dos seus gestos e por todas as provocações.

A toda a minha família. Pelas memórias que construímos e pelos caminhos que traçámos juntos. Em especial aos meus avós, num profundo agradecimento pela vida que deram aos anos que em si conservam. Ao avô Luiz e às avós Nini e Rina pelo colo que nunca deixaram de dar. Ao avô Zé pelas saudades daquilo que não pudemos viver.

Aos amigos que são a família que podemos escolher.

À Marlene por tudo aquilo que nos une. Pelo que fizemos no passado e que nos impele à construção de um futuro conjunto. Por vestir a minha pele, mas mostrar-me sempre um outro lado que me ajuda a ser uma melhor pessoa. Por ser tão grande quanto o seu sorriso.

À Débora e ao Márcio por me resgatarem e me levarem a um novo lugar que se faz de amizade desinteressada e de momentos que ficam para sempre. Por me aceitarem com as minhas fragilidades e me quererem nas suas vidas. Pelos dias mais felizes das suas vidas serem os mesmos que os meus.

À Daniela, por vivermos juntas este percurso académico que nos tornou mais amigas e mais resilientes. Por dizer sempre tudo, mas saber quando é tempo de silenciar e escutar.

À Lucília, pelo exemplo. Pela forma como se desdobra em mãe, mulher, amiga e estudante sem nunca se perder do seu caminho de coragem e retidão.

A todos aqueles que, um dia, se cruzaram comigo, pois acredito que “aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós” (Antoine de Saint-Exupéry).



## **Resumo**

O trabalho de investigação que aqui se apresenta analisa as narrativas de jovens – adultos acerca das suas experiências de acolhimento familiar, de modo a caracterizar a sua infância e as suas perceções acerca da influência que esta experiência de acolhimento exerceu nas suas condições de vida atuais. O acolhimento familiar é uma medida do sistema de proteção português, de cariz temporário, que visa proteger as crianças do perigo e assegurar-lhes o seu pleno desenvolvimento. A medida assume pouca representatividade face a outras medidas de promoção e proteção de crianças e jovens no contexto nacional, mas estudos nacionais e internacionais defendem que esta é a medida mais adequada para o desenvolvimento saudável das crianças e aquela que melhor permite assegurar os seus direitos. As narrativas de jovens – adultos que experienciaram a medida de acolhimento familiar na infância foi a que mereceu a nossa atenção, dada a necessidade melhor compreender as nuances desta resposta social através daqueles que a experienciaram, bem como as eventuais repercussões desta experiência na sua qualidade de vida e bem-estar atual, reforçando assim a necessidade deste estudo. A investigação seguiu uma metodologia qualitativa, sendo o método de histórias de vida o mobilizado para definir os caminhos metodológicos, recorrendo-se, para a sua concretização, a entrevistas semiestruturadas. Para o efeito foi constituída uma amostra de cinco sujeitos, através da técnica de amostragem em bola de neve. As entrevistas foram, posteriormente, objeto de análise de conteúdo. Os dados obtidos não são representativos da realidade portuguesa, mas permitiram compreender os significados atribuídos à experiência de acolhimento familiar, identificando potencialidades e constrangimentos da medida. Destacam-se aspetos associados à complexidade e multifacetada vivência desta experiência, no sentido em que encerra aspetos positivos, referentes sobretudo ao desenvolvimento de um conceito de família e ao conhecimento de diferentes padrões familiares, ao estabelecimento de regras e limites, aos cuidados individualizados e à oportunidade de olhar o mundo de uma outra forma, mas também negativos, predominantemente referentes ao período inicial de acolhimento, às visitas com a família de origem e à possibilidade de ocorrência de maus-tratos.

**Palavras-chave:** Infância. Acolhimento Familiar. Direitos das crianças.





## **Abstract**

This dissertation analyses the narratives of young adults about their own experiences in foster care in order to characterize their childhood as well as their perceptions on how foster care experience has influenced their current life conditions. Foster care is a temporary measure of the Portuguese child protection system aimed at protecting children from harm and ensuring their full development. It has a weak visibility compared to other child protection measures in the national context, but recent studies point to it as the most adequate measure to protect children's rights and to ensure them a healthy development. For this analysis, we have chosen to focus our attention on the narratives of young adults who had experienced foster care in their childhood. In our view, the urgency to better understand the different nuances of this care measure through the voices of those who have lived it, as well as the potential impact of that experience on their present life and welfare, reinforces the need for this research. The study was conducted using a qualitative research methodology and life history method has been selected as a research design resorting to semi-structured interviews. For that purpose, a sample of five subjects, who have lived with foster families during their childhood, was selected through snowball sampling. The answers were then analysed using content analysis. Even though the collected data is not representative of the Portuguese reality, it allowed us to gain a better understanding on the meanings attributed to the foster care experience and also to identify the virtues and constraints of this care measure. It is worth highlighting the complexity and multifaceted nature of this experience which has both positive and negative aspects associated with it. Developing a concept of family and getting to know different family standards; having rules, boundaries and individual care; and being given the opportunity to look at the world in a different manner, are among the strengths. On a negative note, we stress the difficulties related to the foster care initial period, family of origin visits, and the possibility of mistreatment.

**Keywords:** Childhood. Foster care. Children's rights.



# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I – Enquadramento teórico .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 1 – Família: espaço de proteção e perigo .....</b>	<b>5</b>
1.1. O lugar da infância e da família na sociedade contemporânea.....	5
1.2. Maus-tratos na família.....	8
<b>Capítulo 2 – Reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos .....</b>	<b>13</b>
2.1. Os direitos da criança e a sua relação com o Acolhimento Familiar.....	14
<b>Capítulo 3 – Acolhimento familiar: fundamentos, pressupostos e práticas.....</b>	<b>17</b>
3.1. Enquadramento sociopolítico e legal.....	17
3.2. Acolhimento Familiar – uma medida esquecida? Contornos desta realidade em Portugal .....	20
3.3. Potencialidades e constrangimentos do Acolhimento Familiar.....	22
3.4. Perspetivas comparadas sobre o Acolhimento Familiar na Europa .....	28
3.5. O que esperam as crianças acolhidas dos seus acolhedores e do acolhimento?.....	35
<b>PARTE II – Metodologia e atores na investigação .....</b>	<b>39</b>
<b>Capítulo 1 – Princípios teóricos, metodológicos e éticos .....</b>	<b>39</b>
1.1. Objetivos do estudo .....	39
1.2. Paradigma qualitativo.....	40
1.3. Design da investigação: histórias de vida .....	41
1.4. As técnicas de recolha de dados: a entrevista .....	43
1.5. Análise dos dados: análise de conteúdo.....	44
1.6. Questões éticas na investigação.....	45
1.6.1. O consentimento informado.....	45
1.7. Caracterização dos participantes.....	46
1.7.1. Anna: “Mar calmo nunca fez bom marinheiro” .....	49
1.7.2. Beta: “a vida é uma peça de teatro que não permite ensaios” .....	50
1.7.3. Emma: fugir para se encontrar .....	51
1.7.4. Jonathan: há relógios que nunca se acertam .....	53
1.7.5. Mike: “mais vale morrer de pé do que viver de joelhos” .....	54
1.8. O percurso investigativo .....	55

<b>PARTE III – Análise e discussão dos dados do estudo empírico .....</b>	<b>59</b>
<b>Capítulo 1 – Análise dos dados .....</b>	<b>59</b>
<b>Capítulo 2 – Interpretação e discussão dos dados .....</b>	<b>61</b>
2.1. Transição para o acolhimento familiar .....	61
2.1.1. Entidade responsável por decretar a medida .....	62
2.1.2. Motivo da retirada .....	63
2.1.3. Conhecimento prévio da família de acolhimento .....	66
2.1.4. Informações obtidas .....	67
2.1.5. Dificuldades .....	69
2.1.6. Sentimentos experimentados ao longo da colocação .....	70
2.1.7. Impacto da transição .....	72
2.2. Relação com a família de acolhimento .....	75
2.2.1. Relação com o casal acolhedor .....	76
2.2.2. Relação com os filhos do casal .....	78
2.2.3. Relação com a família alargada da família de acolhimento .....	79
2.2.4. Convivência familiar .....	80
2.3. Relação com a família de origem .....	81
2.3.1. Existência ou não de visitas .....	81
2.3.2. Autores das visitas .....	82
2.3.3. Local das visitas .....	83
2.3.4. Frequência das visitas .....	83
2.3.5. Dificuldades sentidas nas visitas .....	84
2.3.6. Consequências das visitas para a criança ou jovem acolhido .....	87
2.3.7. Consequências das visitas para os acolhedores .....	88
2.4. Relação com a escola .....	89
2.4.1. Percurso escolar .....	89
2.4.2. Habilitações literárias .....	90
2.5. Socialização .....	91
2.5.1. Figuras significativas .....	91
2.5.2. O brincar .....	94
2.5.3. Instituições importantes .....	96
2.6. Percursos entre o acolhimento familiar e o acolhimento residência .....	97
2.6.1. Vivências em acolhimento residencial .....	97
2.6.2. Representações acerca da institucionalização .....	99

2.7. Expectativas de futuro durante o período de acolhimento .....	100
2.7.1. Regresso à família de origem.....	100
2.7.2. Permanência no acolhimento familiar.....	101
2.7.3. Sonhos/ambições.....	101
2.8. Representações acerca das potencialidades e dos constrangimentos do acolhimento familiar..	102
2.8.1. Potencialidades .....	103
2.8.2. Constrangimentos.....	105
2.9. Sugestões de mudança .....	107
2.9.1. Mais técnicos .....	107
2.9.2. Seleção e formação das famílias de acolhimento.....	107
2.10. Transição para a autonomia de vida.....	108
2.10.1. Motivação para arranjar emprego.....	109
2.10.2. Experiências profissionais.....	110
2.11. Da família real à família desejada.....	110
2.11.1. Família real .....	111
2.11.2. Família desejada.....	112
<b>Considerações finais .....</b>	<b>115</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>119</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>127</b>



## **Índice de abreviaturas e siglas**

**CASA** – Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

**CAT** – Centro de Acolhimento Temporário

**CDC** – Convenção dos Direitos das Crianças

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

**CVE** – Cruz Vermelha Espanhola

**ISS** – Instituto da Segurança Social

**LIJ** – Lar de Infância e Juventude

**LPCJP** – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**ONG** – Organizações não-governamentais





## Introdução

*[...] mas o que eu posso dizer que sinto hoje, porque aquilo que eu sentia na altura são incertezas não é, não tens a certeza de nada com 10 anos. Agora, neste momento, posso dizer, pá, que sinto gratidão por ser quem sou hoje em dia...ah e sinto uma felicidade enorme porque se não fossem dessa forma, não seria eu atualmente [...] o mais importante, eu acho que aquilo que pessoas como a minha tia fazem é uma gota no oceano, estás a ver? é uma gota no oceano...a realidade é que essa gota faz um tsunami do caraças na vida das pessoas.*

(Mike (10 (27))

Nos últimos anos, a existência de crianças e de jovens cujas famílias de origem<sup>1</sup> não se encontram em condições de poder desempenhar a sua função socioeducativa tornou-se fonte de preocupação nas sociedades contemporâneas. Como tal, assistimos à revisão de diversos diplomas legais em matéria de infância e juventude, como foi o caso da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. A mesma foi alterada em 2003 pela Lei n.º 31/2013, de 22 de agosto, e voltou a ser alterada, mais recentemente, pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, entrando em vigor no dia 1 de outubro de 2015. As alterações efetuadas procuraram dar resposta a algumas preocupações evidenciadas no sistema de proteção português, nomeadamente no que respeita à redução do tempo de institucionalização. Neste novo enquadramento legal, o acolhimento familiar é definido como a medida preferencial para crianças até aos 6 anos, tal como as recomendações internacionais e o consenso técnico-científico existente sobre a matéria nos alertavam, uma vez que em Portugal se verifica uma forte tendência para a institucionalização. O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, e visa a integração da criança ou do jovem em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral (art.2.º, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Os números relativos a esta medida dizem respeito a apenas 4,5% das medidas de promoção e proteção, contrastando com os 63,6% e 24,3% relativos aos Lares de Infância e Juventude (LIJ) e aos Centros de Acolhimento Temporários (CAT), respetivamente.

O confronto com estes números levou-nos à reflexão sobre a importância que a experiência em acolhimento familiar teria na vida destas crianças e destes jovens, para os quais um dos seus direitos fundamentais, consagrado no artigo 20º da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), é colocado em causa: o direito à família (Unicef, 2004). Interrogamo-nos sobre a forma como se

---

<sup>1</sup> Na revisão da literatura deparámo-nos com diferentes terminologias para designar a família de origem, nomeadamente família biológica e família natural. Optamos pela designação de família de origem, por ser esta a terminologia utilizada no estudo de Delgado et al. (2016) que é o mais recente nesta matéria no contexto nacional e por esta ser a designação adotada pela Segurança Social no Manual de processos-chave do acolhimento familiar (ISS, s/d).

organizariam e definiriam o seu percurso de vida, tendo em conta o historial e as complexas realidades com que se depararam na infância ou adolescência. A problemática das crianças e dos jovens acolhidos em meio familiar, suscitou-nos, deste modo, uma série de dúvidas e inquietações, bem como curiosidade sobre os diferentes percursos de vida possíveis, a partir de uma experiência comum, o acolhimento familiar. Foi desta forma que surgiu o presente projeto de investigação, que se debruça sobre a forma como os jovens – adultos percecionam a influência das suas experiências de acolhimento familiar na infância, nas suas condições de vida atuais.

O objetivo a que nos propusemos foi o de analisar as narrativas de jovens – adultos acerca das suas experiências de acolhimento familiar na infância, de modo a caracterizar a sua infância e as suas perceções acerca da influência que esta experiência de acolhimento exerceu nas suas condições de vida atuais. Para o efeito mobilizámos o método biográfico, através da realização de entrevistas semiestruturadas.

O desenvolvimento deste tipo de trabalhos e pesquisas revela-se muito importante para compreendermos melhor a prática, o funcionamento dos serviços de acolhimento familiar e a influência que estes podem exercer na vida de quem é acolhido, esperando contribuir para uma melhoria da qualidade na prestação destes serviços e para um conhecimento mais profundo e rigoroso dos percursos dos jovens – adultos acolhidos. Deste modo, consideramos que só auscultando as perceções, interpretações e significados dos principais protagonistas, os atores desta investigação, que são os jovens – adultos, com base nas memórias e relatos da sua vivência de acolhimento familiar passada e no sentido atribuído atualmente a esta experiência, é que se torna possível identificar os aspetos positivos e negativos desta vivência e o seu eventual papel na configuração das condições de vida atuais. Além disto, ao darmos voz aos protagonistas desta medida estamos, também, a contribuir para o seu desenvolvimento enquanto cidadãos ativos e a promover o seu empowerment (Delgado, López, Carvalho, & Valle, 2015).

O nosso intuito não é, por isso, o de defender o acolhimento familiar em detrimento de outras medidas, até porque a amostra utilizada não é representativa da realidade portuguesa. No entanto, este estudo pode, de facto, contribuir para um aprofundamento teórico nesta área ainda pouco estudada em Portugal, para o desenvolvimento da medida e, ainda, contribuir para o processo de tomada de decisão relativamente às medidas de colocação e sensibilizar a opinião pública para a problemática das crianças e dos jovens em perigo.

Os resultados obtidos estão refletidos na presente dissertação intitulada de “Crescer em famílias de acolhimento: histórias de vida de jovens – adultos” que se encontra organizada do

seguinte modo: a primeira parte é de natureza teórica e, no primeiro capítulo, abordaremos a questão das crianças enquanto cidadãos de direito. Segue-se uma abordagem aos fundamentos, pressupostos e práticas do acolhimento familiar. Na segunda parte, destacaremos os princípios teóricos, metodológicos e éticos subjacentes à investigação e o desenho metodológico seguido, onde incluímos a caracterização da amostra em estudo. A terceira e última parte, apresenta, analisa e discute as histórias de vida realizadas com cinco jovens – adultos que viveram em famílias de acolhimento na infância.



## **PARTE I – Enquadramento teórico**

### **Capítulo 1 – Família: espaço de proteção e perigo**

*Família é contexto natural para crescer.  
Família é complexidade.  
Família é a teia de laços sanguíneos e, sobretudo, de laços afetivos.  
Família gera amor, gera sofrimento.  
A família vive-se. Conhece-se e reconhece-se.*

(Relvas, 1996, p.9).

#### **1.1. O lugar da infância e da família na sociedade contemporânea**

Estudar o acolhimento familiar de crianças e jovens implica uma abordagem ao conceito de infância por este ser o período no qual as crianças e os jovens necessitam de uma maior proteção por parte dos pais ou, quando estes não têm capacidades ou condições para tal, por parte do Estado (artº. 20 da Convenção dos Direitos da Criança). Aquando da intervenção do Estado podem ser decretadas várias medidas de promoção e proteção, nomeadamente a colocação em acolhimento familiar, que é o nosso objeto de estudo. Esta é uma medida que compreende a importância da família no desenvolvimento integral de uma criança ou jovem, pelo que requer uma problematização do conceito de família, pelo lugar central que esta ocupa na medida e pela sua importância na construção e representação moderna da infância (Almeida, André, & Almeida, 1999).

A infância é, nos dias de hoje, reconhecida como uma fase de extrema importância do desenvolvimento, mas nem sempre foi assim. Este conceito emerge tardiamente, no período da Renascença, e sofreu alterações ao nível do seu estatuto na sociedade. Nas sociedades não industriais, as crianças eram vistas como adultos em miniatura, esperando-se destas o mesmo tipo de tarefas, como os trabalhos domésticos e na agricultura (Almeida et al., 1999). Esta situação, não constituía, na época, uma situação preocupante, nem com graves consequências afetivas, pois a família era vista como um espaço de entreajuda e com fins de sobrevivência (Aries, 1981).

Outrora, podemos afirmar que o lugar das crianças dependia de cinco funções: da função económica, na qual os filhos eram vistos como mão-de-obra necessária nos negócios familiares; em segundo lugar, detinham uma função assistencial, na medida em que seriam necessários para cuidar dos pais quando estes não tivessem mais capacidades; uma outra função seria a de linhagem, isto é, os filhos tinham o dever de criar, eles próprios, descendência para garantir a

perpetuação da família em termos culturais, patrimoniais e simbólicos; poderemos falar, ainda, da função religiosa, na qual os filhos eram encarados como uma dádiva de Deus; e, por fim, teríamos a função estatutária, em parte semelhante à função de linhagem, pois os filhos tinham a obrigação de deixar descendência (Cunha, 2007).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX emergem novas formas de olhar a infância e o facto de se reconhecer as crianças enquanto grupo social, levou ao nascimento de uma nova função: a função afetiva, que pode significar uma forma de amor único, pelo facto de as crianças serem importantes para os pais e para os restantes familiares e porque os filhos são entendidos como fruto do amor entre os pais. A redefinição do papel da família operada a partir do século XVII vem acentuar a dicotomia entre o espaço privado e o espaço público, no qual a criança conquista um lugar junto dos pais, proporcionando-se espaço para a intensificação de laços afetivos e, progressivamente, a criança torna-se o centro das atenções e das preocupações familiares, surgindo então um novo “sentimento da infância” que se traduz num interesse psicológico e numa preocupação moral com estas (Aries, 1981).

Através destas transições, compreende-se que o contexto sociocultural em que as crianças se desenvolvem está condicionado quer por dimensões estruturais quer por dimensões psicossociais (atitudes, representações, atribuições, categorizações, estereótipos, percepções sociais, ideologias, valores) que os adultos demonstram face às próprias crianças e que se traduzem, por isso, em práticas muito distintas, algumas delas lesivas para o desenvolvimento da população infantil (Casas, 1998). Esta construção social de infância moderna está enraizada numa representação do que deve ser uma infância “normal e desejável” e naquilo que se entende por “bem-estar infantil”. São, portanto, estas conceções que nos permitem reconhecer e caracterizar as situações da criança em risco e em perigo e o próprio conceito de maus-tratos infantis. Dada esta consciência, importa reconhecer que o conceito de mau trato implica um juízo de valor, na medida em que aquilo que se considera prejudicial para a criança depende de um determinado contexto sociocultural e histórico, isto é, as situações e/ou comportamentos considerados desajustados dependem das normas existentes dentro de um grupo dominante (Almeida et al., 1999).

Dada a multiplicidade de contextos sociais e económicos vigentes, Sarmiento, Fernandes e Trevisan (2015) sugerem-nos que este conceito de infância poderá não ser singular e deveremos falar de infâncias múltiplas e diversificadas, dependendo das condições de vida que lhes dão origem. A criança, por sua vez, é definida por aquilo que não é, ou por aquilo que não pode fazer,

em vez de a definirmos em relação aquilo que é. A propósito destas clarificações, Sarmento (2004) salienta que desde sempre existiram crianças, mas nem sempre existiu infância, pelo que ganha sentido perguntar se, mesmo hoje, terão todas as crianças direito à infância.

Neste contexto de infância moderna, a que se associam as imagens de “criança-mimo, criança-gozo, da criança-fragilidade e da criança-aluna” (Pinto & Sarmento, 1997) surge um novo lugar de socialização: a escola, que contribui para a institucionalização da infância enquanto categoria social (Sarmento, 2004), tal como o aparecimento de pensadores, filósofos e pedagogos que começam a chamar a atenção para a importância da infância enquanto etapa fundamental do desenvolvimento humano (Martins, 2006).

A família surge, neste ponto de vista, como um dos elementos fundamentais e que melhor nos ajuda na representação da criança e da infância, uma vez que é o espaço de excelência do desenvolvimento, a primeira instância de socialização, onde se assumem normas, valores, formas de estar, pensar e agir face a si próprios e perante os outros (Delgado, 2011). Apesar disto, a família delegou a outras instituições as suas funções, pois era a única forma de conjugar aquelas que são as suas necessidades com as suas responsabilidades. Devemos, por isso, perspetivar a família como um todo, mas também reconhecer que com ela interagem vários subsistemas com os quais se estabelecem padrões de relacionamento distintos, fazendo coexistir uma diversidade de ambientes estruturalmente diferentes (Alarcão, 2000).

Tendo por base esta perspetiva deve considerar-se a família como o centro do desenvolvimento de qualquer criança, cabendo aos pais assegurar a segurança dos seus membros de diversas formas: satisfazendo as necessidades mais elementares, proporcionando um clima de intimidade, compromisso e dependência (Bronfenbrenner, 2005). Esta relação estabelecida com base no carinho e no afeto, na confiança e na intimidade, sobrepõe-se às definições que fazem depender a família de laços de consanguinidade, valorizando outros aspetos, como o suporte mútuo e a existência de um projeto comum. Seja como for, a família desempenha uma função educativa e socializadora, possibilitando aos seus membros experimentarem-se em diversas funções e papéis ao longo do seu crescimento, facilitando outros contextos de socialização sem os quais o desenvolvimento psicológico não era possível (Palacios & Rodrigo, 1998).

Apesar disto, em circunstâncias pontuais, todas as famílias passam por situações de crise, mais ou menos graves, que ameaçam a sua estabilidade e o bem-estar dos seus elementos, fazendo deste sistema um meio no qual se experimentem outro tipo de sentimentos, como o

ciúme, as mentiras, a ansiedade, a desorganização, a dependência afetiva e os conflitos (Delgado, 2010).

Conforme discutimos, existe uma pluralidade de formas familiares e o conceito de família é amplamente discutido e conceptualizado, mas reconhece-se que este é o sistema mais capaz de assegurar o desenvolvimento humano nos seus vários domínios: intelectual, social, emocional e psicológico (Bronfenbrenner, 2005)

Em Portugal, assistimos a modificações no conceito de família: menos casamentos; mais divórcios; maternidade precoce; mais situações de monoparentalidade; menos crianças por mulher em idade fértil e à emergência de outras formas de família (Sarmiento, 2004).

Estamos, assim, hoje, perante novos cenários familiares, mais flexíveis e fluidos, reconhecendo-as às famílias portuguesas os seguintes traços com implicações ao nível da parentalidade no contexto da família: existem mais famílias, mas com menores dimensões médias, consequência do aumento das famílias monoparentais (14,9%) e diminuição das famílias numerosas. A taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, é maior para os agregados constituídos por dois adultos e, pelo menos, três crianças, correspondendo a 34,5%. Seguem-se os agregados monoparentais, em que, um adulto, com pelo menos uma criança, enfrenta um risco de pobreza a rondar os 27,9%. Os núcleos familiares reconstituídos aumentaram para 6,6% (Instituto Nacional de Estatística, 2011). Os traços genéricos da família portuguesa, associados à crise económica e ao aumento das desigualdades sociais, deixam-nos apreensivos relativamente ao estatuto da criança e às condições em que se desenvolve a infância, uma vez que a análise dos relatórios da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) relativos ao ano de 2000 e de 2010, demonstram que os indicadores de pobreza infantil e de exclusão continuam a afetar mais as crianças do que os adultos, com tendência para os indicadores de risco continuarem a aumentar (Fernandes & Tomás, 2016).

## **1.2. Maus-tratos na família**

Apesar das famílias desempenharem um papel fundamental no desenvolvimento da criança e serem o espaço de socialização primário por excelência, estão sujeitas a um conjunto de fatores de risco (genéticos, biológicos e psicossociais) que nem sempre lhes permite reunir as condições emocionais, afetivas e materiais necessárias ao desenvolvimento íntegro e pleno das crianças. A família apresenta-se, desta forma, como um espaço dual e contraditório, na medida



em que, por um lado, é um fator protetor essencial na prevenção do risco e da inadaptação social, mas é também “o espaço onde no quotidiano as crianças correm o maior perigo de serem maltratadas” (Delgado, 2011, p. 17), vendo assim enfraquecidas e reduzidas as possibilidades de concretização do potencial que caracteriza uma criança e sendo um obstáculo à efetivação plena dos seus direitos.

Podemos afirmar que uma criança ou jovem é maltratado quando fica sujeito a

*qualquer forma de mau tratamento físico e/ou emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e/ou poder. Podem manifestar-se por comportamentos ativos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e/ou afetos). Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afetando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e/ou dignidade*

(Magalhães, 2005, p. 33).

Como consequência, as crianças e jovens maltratados, podem revelar um padrão de vinculação inseguro e desorganizado, tendo uma maior probabilidade de apresentar défices em áreas como a linguagem e a interação social que, por norma, estão na origem de problemas de aprendizagem, adaptação escolar e socialização (Azevedo & Maia, 2006). Apesar da grande vulnerabilidade em que estas crianças se encontram, muitas delas conseguem alcançar níveis de desenvolvimento normais em várias áreas, o que pode estar relacionado com fatores de proteção e resiliência (Fonseca, 2004), sendo o apoio social prestado às suas famílias um fator fortemente importante para a neutralização do risco (López, 2010).

Neste sentido, importa fazer a distinção terminológica entre risco e perigo. Conforme a própria lei elucida, a mesma é de proteção às crianças e jovens em perigo, isto porque o risco pressupõe, apenas, uma potencialidade que se pode traduzir, ou não, numa situação de perigo (Sá & Sottomayor, 2008). Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

*está abandonada ou vive entregue a si própria; sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação*

(art.º3, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

De acordo com o Relatório CASA (2016), estavam acolhidas no sistema de proteção nacional cerca de 8600 crianças, verificando-se uma multiplicidade de motivos que estiveram na origem da retirada das crianças às suas famílias biológicas, entre os quais se destacam: 60% falta

de supervisão e acompanhamento familiar; 33,3% exposição a modelos parentais desviantes; 32,2% e 29,9% negligência ao nível da educação e da saúde, respetivamente; 15,5% comportamento de risco da criança/jovem; 10,8% ausência temporária de suporte familiar e 9,6% devido a comportamentos desviantes.

Nestas situações, em que o superior interesse da criança (art. 3º) está colocado em causa, e depois de se esgotarem as possibilidades da criança prevalecer na sua família, o Estado Português tem, conforme o promulgado na CDC, artigo 20º., o dever de assegurar um conjunto de medidas que defendam o seu bem-estar. No panorama nacional, as medidas de promoção e proteção distinguem-se conforme ocorram em meio natural de vida (apoio junto dos pais (artº.39), apoio junto de outros familiares (artº.40), confiança a pessoa idónea (artº.43) e apoio para a autonomia de vida (artº.45) ou em regime de colocação: acolhimento familiar (artº.46), acolhimento em centro de acolhimento residencial (artº.49) e a confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção (artº.62) (Lei nº 147/99 de 1 de setembro). Progressivamente, o próprio papel do Estado evoluiu de uma atitude de “vigilância” em relação às crianças e onde o intuito era sancionar os pais negligentes, para uma perspetiva onde se valoriza a família e a preocupação central é o desenvolvimento integral das crianças. O Estado assume, atualmente, um papel paternalista, procurando apoiar e fortalecer as relações familiares (Delgado, 2015). Contudo, na defesa dos direitos da criança, e quando não é, de todo, possível reunir as condições para a colocação em meio natural de vida, o acolhimento familiar surge como uma opção que garante os direitos enunciados na CDC.

Importa, porém, estar sensível ao facto de que não basta cessar com o mau trato e proporcionar cuidados parentais adequados para que se recuperem as perdas resultantes do mesmo. Os maus tratos provocam danos mais ou menos graves no desenvolvimento, consoante o tipo, a frequência, a idade e o contexto familiar da criança (Azevedo & Maia, 2006). As crianças maltratadas podem experimentar mais dificuldades nas relações interpessoais, no estabelecimento de vínculos apropriados e um sentimento de baixa autoestima (Delgado, 2011).

Esta tentativa de assegurar o superior interesse da criança, não deve estar desvinculada da consciência de que a retirada da criança da intimidade do seu lar e da sua família é uma situação que acarreta grandes dificuldades e deverá ser vista como último recurso, pelas implicações que advém do corte de laços, nomeadamente em termos de segurança afetiva e custos emocionais (Coelho & Neto, 2007). Contudo, as crianças que não têm oportunidade de

experimental nenhuma forma de vinculação são aquelas que têm uma maior probabilidade de apresentar défices desenvolvimentais (Howe, 1995).



## **Capítulo 2 – Reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos**

As crianças têm direitos, tais como aqueles que são reconhecidos a qualquer pessoa e que estão consagrados na Declaração dos Direitos Humanos, mas também possuem outros, mais específicos, resultantes da sua condição de criança – um ser ainda em desenvolvimento que necessita de cuidados adequados, de afeto, de proteção, de educação e de respeito para que possa desenvolver todas as suas potencialidades e tornar-se um ser autônomo, digno, detentor de uma cidadania plena. Esta tomada de consciência desperta novas preocupações, nomeadamente em definir direitos que promovam a sua proteção e participação.

O movimento para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos ganha ênfase ao longo do século XX, abordando-se, pela primeira vez, em 1923, estes mesmos direitos através da elaboração da Declaração de Genebra. Mais tarde, com a Proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que a infância necessita de uma proteção especial e, nesse sentido, seguem-se outros documentos importantes no que a esta área diz respeito: a Declaração dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção sobre os direitos da Criança (1989), ratificada por Portugal no ano seguinte (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2004). A par destes documentos de proteção à infância, o surgimento de algumas organizações, como a UNICEF, a Save the Children, Defense for Children revelaram-se de extrema importância na defesa dos direitos das crianças, procurando assegurar-lhes o acesso à educação, saúde, nutrição, água, saneamento, entre outros (Fernandes, 2009).

Em 1989, quando as Nações Unidas aprovaram a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), dá-se uma mudança de paradigma, uma vez que ao reconhecer as crianças como sujeitos de direitos, se assegura o direito à participação que não constava dos antigos documentos oficiais nos quais se proclamavam, apenas, os direitos de proteção (entre os quais se destacam o direito à proteção de identidade (art.º8); à proteção da sua vida privada (art.º16); à proteção contra as diferentes formas de maus tratos (art.º19); e, ainda, a salvaguarda de uma proteção alternativa para aquelas crianças que estão privadas do seu ambiente familiar (art.º20)) e os direitos de provisão (que visavam satisfazer as necessidades básicas e garantir o direito à família) (Magalhães, 2005). Este reconhecimento significa que as crianças não devem ser “objeto” das medidas de proteção, mas antes consideradas na sua individualidade, com possibilidade de participarem na sociedade como agentes ativos no que respeita aos aspetos relacionados com a sua vida (Monteiro, Leandro, Albuquerque, Rocha, Barreto, & Benes, 2004), conforme consta dos pontos 1 e 2 do artigo 12º da CDC:

*Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.*

*Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.*

Deste modo, como forma de considerar as crianças como cidadãos ativos de direitos nas políticas de acolhimento familiar, procuraremos compreender em que medida os três tipos de direitos (provisão, proteção e participação) estão presentes nesta medida de promoção e proteção.

## **2.1. Os direitos da criança e a sua relação com o Acolhimento Familiar**

No âmbito dos direitos de provisão, o direito que é alvo de particular interesse neste trabalho relaciona-se com o direito a ter uma família e está presente em, pelo menos, 6 artigos, o que é revelador da sua importância. Numa clara analogia às espécies animais, Jesús Palacios (2015) defende que, todas as espécies, possuem um “ambiente ótimo de adaptação” (p. 15) para que possam concretizar o seu crescimento e formação e que, no caso da espécie humana, esse ambiente será a família, mesmo que assuma que algumas delas são o lugar do perigo em vez da proteção. Mas, para esses casos, haverá outras famílias capazes de cuidar, de garantir estabilidade familiar, de dar e receber afeto, de estimular e ajudar estas crianças a darem um sentido às suas vidas. No preâmbulo da CDC, assume-se este papel inquestionável e de responsabilidade que a família possui ao referir-se que

*a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade (p.3).*

Depreende-se, assim, que o desenvolvimento social de um país esteja dependente da possibilidade ou não do exercício de um direito fundamental: o direito à família (Delgado, 2015). De facto, na CDC evidencia-se a preocupação com a colocação das crianças num ambiente familiar, pela legitimidade que a teoria da vinculação assume. As interações da criança com as pessoas cuidadoras, criam na criança modelos de interação com os outros que irão conduzir as suas ações (Bowlby, 1981, citado por Pinhel, Torres, & Maia, 2009).

O direito à família encontra-se bem explícito no decorrer de vários artigos onde se faz alusão às relações familiares. Consubstancia-se, desde logo, pelo direito a um nome e a uma

nacionalidade (art.º7), mas também pelo direito que uma criança tem de viver com os seus pais, sempre que isso não comprometa o seu superior interesse. Na impossibilidade de isto acontecer, as crianças têm o direito a manter o contacto com ambos (art.º9), sendo, para isso, garantido o direito à reunificação familiar (art.º10) que permite a movimentação da criança de um país para o outro para estes fins, ou para a manutenção dos contactos familiares. O art.º27 reforça o papel dos pais em garantir o desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social das crianças, não imiscuindo o Estado das suas responsabilidades quando os pais não são capazes de as assumir, cabendo, nessa altura, ao Estado a obrigação de assegurar a proteção especial da criança privada do seu ambiente natural, salvaguardando os cuidados alternativos adequados, ou a colocação em instituições apropriadas, conforme o enunciado nos artigos 18º, 20º e 21º da CDC (Unicef, 2004).

O caso português já foi alvo de reparos internacionais por parte do Committee on the Rights of the Child (Organização das Nações Unidas, 2014, p.12) que recomendou que o nosso país adote algumas medidas, entre as quais se destacam:

*a) continuar a reforçar o apoio prestado às famílias biológicas para evitar as colocações fora de casa, fortalecer a prestação de cuidados de base familiar, como a família alargada, o acolhimento familiar e os cuidados institucionais, e tomar todas as medidas necessárias para garantir que os cuidados alternativos de crianças pequenas, especialmente aqueles com idade inferior a três anos, sejam oferecidos em configurações de base familiar;*

*b) continuar a desenvolver e aplicar uma estratégia de desinstitucionalização dos serviços de acolhimento institucional com metas precisas e objetivos com vista à sua eliminação progressiva, de acordo com as orientações europeias comuns sobre a transição de cuidados institucionais para cuidados de base comunitária.*

No que respeita à legislação nacional no âmbito da proteção de crianças e jovens em perigo (Lei nº 147/99, de 1 de setembro), a mesma refere, no artigo 4º, na alínea h), que um dos primados é o da prevalência familiar, sendo que este que foi reforçado na última revisão feita à legislação – Lei nº 142/2015, de 8 de setembro – e que estabelece o seguinte:

*Privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos 6 anos.*

Porém, e como veremos mais adiante, os números no nosso país continuam a mostrar uma tendência para a institucionalização, o que constitui um obstáculo à efetivação plena dos direitos da criança. O discurso que aponta a medida de acolhimento familiar como a mais concordante com o superior interesse da criança, não deve, todavia, estar arredado de uma intervenção social que exige “competências de análise, de diagnóstico e de execução” (Delgado, 2011, p. 23) e, ainda, a sensibilidade para atender às idiossincrasias de cada situação. Delgado (2015) reflete sobre esta questão afirmando que processo de desinstitucionalização, que tarda em

acontecer, “reivindica uma estratégia política, que sublinhe a importância dos direitos e da participação das crianças” (p 16).

A este propósito, Fernandes (2015, p.23) acrescenta que o

*respeito por esta imagem da criança como sujeito ativo de direitos implica considerar a sua participação no processo de proteção, quer seja no momento em que o processo de proteção é desencadeado, quer seja ao longo do período de acolhimento.*

Este entendimento relativo à participação, embora nem sempre aconteça e seja difícil de concretizar, tem vindo a ganhar terreno nos Tribunais, onde a opinião e a participação de crianças com 12 anos de idade têm merecido especial atenção, porque se “começa a encarar a criança como a melhor pessoa para contribuir para a compreensão e resolução dos seus problemas” (Sani & Soares, 1999, p. 76). Do ponto de vista do acolhimento familiar, a participação das crianças passa pelo seu envolvimento durante todo o processo e à necessidade que as mesmas revelam de obter informações a este nível e de discutir os problemas que as afetam com os seus acolhedores. Estas foram as conclusões de um estudo desenvolvido por Polkki, Vornanen, Pursiainen e Riikonen (2012), onde analisaram a participação de crianças em diferentes processos de acolhimento.

Por forma a contribuir para um reconhecimento das crianças como cidadãos de direitos, é necessário assumir que estão em conflito interesses distintos, os das crianças e os dos adultos, sendo que, por norma, prevalece o destes últimos. Como tal, consideramos que, independentemente da multiplicidade de infâncias que possam coexistir, e das diferentes representações que alguns adultos poderão ter devemos ter presente esta imagem de criança:

*Mais do que um ser no mundo, (...) se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si-própria.” Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe.*

(Freire, 2005, p. 20).



## **Capítulo 3 – Acolhimento familiar: fundamentos, pressupostos e práticas**

### **3.1. Enquadramento sociopolítico e legal**

A história do acolhimento em familiar em Portugal evoluiu ao longo de quatro fases. A primeira, denominada de Origens, ocorre desde sempre até à década de 70 do séc. XX e pode dizer-se que era baseada em acordos entre famílias (Delgado, 2013). Na lei de proteção à infância de 1911 já se considerava que as crianças que se encontrassem em perigo deveriam ser colocadas naquilo a que a lei designava por “família adotiva” e que, na época, significava “família de acolhimento”, uma vez que a adoção não estava prevista no Código Civil então vigente. A medida com esta designação continuou a existir até 1967, altura em que se passou a designar por colocação em “família idónea”, como forma de a distinguir da adoção que entrara no nosso Código Civil nesse ano (Gersão, 2015).

Apesar de constar na Lei de Proteção à Infância desde a sua origem, a sua aplicação foi bastante reduzida e a medida foi encarada com algum ceticismo. Em contrapartida, podemos afirmar que a medida sempre existiu numa espécie de sistema paralelo, pois foram várias as situações no nosso país em que crianças foram colocadas à responsabilidade de terceiros sem laços biológicos, seja por questões de pobreza ou emigração, tal como foram muitas as famílias portuguesas que acolheram crianças estrangeiras em tempos de guerra. Todavia, todas estas situações aconteciam de um modo informal, sem a intervenção dos tribunais, sendo que esta “colocação familiar” era tida como um acordo entre famílias, enredada no espírito de solidariedade social (Gersão, 2015). É, por isso, necessário distinguir o acolhimento familiar privado – que resulta destes acordos entre famílias – do acolhimento familiar como medida de proteção de crianças em perigo, decretada no âmbito de um processo administrativo ou judicial (Delgado, 2010).

A segunda fase – Institucionalização – surge com o DL n.º 288/79 de 13 de agosto, que considerava o acolhimento como uma medida decretada no âmbito de um processo administrativo ou judicial por iniciativa dos serviços de ação social do Estado ou por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (Delgado, 2013). O seu objetivo era a colocação temporária de crianças em famílias idóneas, quando a família natural não estava em condições de desempenhar o seu papel. Porém, esta colocação estava dependente do consentimento dos pais e não limitava, nem

impedia, o exercício das responsabilidades parentais. A medida estava, no entanto, circunscrita a crianças com menos de seis anos, salvo algumas situações excecionais que permitiam o acolhimento acima dessa idade. Este poderia ser um serviço remunerado ou gratuito e pretendia-se que a estadia fosse transitória, porque o objetivo era o regresso à família de origem (Gersão, 2015; Delgado, 2010).

Segue-se a fase da expansão, de 1992 até 2008, período em que a medida se consolida como opção. É com a entrada em vigor do DL n.º 190/92 de 3 de setembro, que se estende o acolhimento familiar a crianças com menos de dezoito anos, passando então a olhar-se para a medida com um cariz mais profissional e, à partida, remunerado (Delgado, 2013). Como tal, o carácter informal que lhe estava associado perde-se e o enquadramento da medida passa a ser da responsabilidade das instituições de enquadramento, como os Centros distritais da Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia e, porventura, algumas IPSS, como vem a ser o caso da Mundos de Vida. Este decreto-lei estabelece, assim, o estatuto das famílias de acolhimento e revela a necessidade de existir uma equipa técnica que avalie quer as condições das famílias quer as situações que devem levar uma criança à situação de acolhimento familiar (Gersão, 2015). No período de vigência deste decreto-lei entra em vigor a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro) que define no art.º 46 o acolhimento familiar como:

*a atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral.*

Perante esta definição, o objetivo do acolhimento familiar é o de proporcionar às crianças e jovens acolhidos um contexto familiar alternativo, no qual irá conviver com outros adultos e, possivelmente, com outras crianças que partilham modos de ser e de estar diferentes dos que até então tinha experimentado, o que representa um enorme desafio para todos os envolvidos. Inscrevem-se aqui outros objetivos, como afastá-las do perigo, proporcionar-lhes as condições de segurança, saúde, formação e educação necessárias ao seu desenvolvimento integral e a partilha de laços de afetividade, privacidade e intimidade. A nova família deve permitir, facilitar e incentivar ao desenvolvimento de novos vínculos, mas também a manutenção e o respeito por todo o património que a criança acolhida acarreta e pela sua identidade (Delgado 2010a). Garcia e Baena (2011, p.125) acrescentam outros contributos importantes, dizendo que é objetivo do acolhimento e destas famílias, responder “às necessidades vitais dos menores, facilitar-lhes a construção da

sua identidade pessoal, iniciá-los no exercício dos papéis sociais, na aceitação das normas e na assunção das responsabilidades pessoais e sociais”.

A fase em que nos encontramos diz respeito ao Retrocesso e instaura-se com o DL nº 11/2008 de 17 de janeiro que estabelece o novo regime de execução do acolhimento familiar, com regras próprias para a seleção, formação e acompanhamento das famílias de acolhimento (Delgado, 2013). Um dos seus critérios orientadores é o fortalecimento das relações da criança e do jovem com a família de origem, muito embora se venha a verificar que, frequentemente, a criança permanece na família de acolhimento sem possibilidade de regressar à sua família, contrariando o texto e a intenção do legislador. Se a medida é aplicada tendo por base a previsibilidade do regresso à família de origem, implica que se desenvolvam esforços no sentido de capacitar as famílias de origem para as suas funções. Quando isto não é possível, de acordo com o art.º3, prepara-se a criança ou o jovem para a autonomia de vida. Neste novo regime, o acolhimento passa a ser permitido, apenas, a famílias sem laços de parentesco, o que fez diminuir a expressão da medida no âmbito das medidas de colocação. O atual quadro normativo distingue acolhimento em lar familiar ou profissional, este último destinado a crianças e jovens com problemáticas e necessidades especiais (Gersão, 2015). No que se refere à duração do acolhimento não há qualquer referência. Como tal, se compararmos esta medida com a adoção, percebemos que o acolhimento familiar não oferece o mesmo grau de estabilidade para todos os envolvidos. Tal como daremos a conhecer em seguida, muitos dos acolhimentos têm um carácter prolongado e estendem-se até à independência dos jovens, pelo que a relação que se estabelece entre acolhedores e acolhidos se torna muito similar à de pais e filhos, embora não o sejam legalmente (Delgado, 2010b). Do presente diploma consta, ainda, que deverá existir uma retribuição uniforme pelo serviço de acolhimento, exceto nos casos de crianças com problemáticas e necessidades especiais (Gersão, 2015).

De tudo isto decorre que o limite entre o domínio privado e o domínio público no acolhimento familiar é ténue, porque a família é um espaço de intimidade, privacidade, no qual coexistem sentimentos antagónicos que passam pelo amor, a confiança, a cumplicidade, o ciúme, a posse, a intriga, ente outros. Apesar de se pretender que este seja um espaço de vida familiar “normalizado”, o mesmo está sujeito ao escrutínio público de uma forma mais intensa do que qualquer outra família, porque necessita de um acompanhamento e avaliação contínuos, de suporte financeiro, de técnicos especializados e depende da celebração de contratos

administrativos e judiciais que pretendem evitar os perigos que o próprio acolhimento pode conter (Delgado, 2010a).

### **3.2. Acolhimento Familiar – uma medida esquecida? Contornos desta realidade em Portugal**

Em junho de 2015 foi aprovada uma nova legislação (Lei n° 142/2015, de 8 de setembro) em matéria de proteção de crianças e jovens em perigo que estabeleceu o seguinte:

*privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos 6 anos.*

Apesar deste reconhecimento inscrito na lei e dos vários reparos internacionais de que o nosso país tem sido alvo, os números portugueses relativos ao acolhimento familiar são dos piores entre os países desenvolvidos (Eurochild, 2010).

O Relatório CASA de 2015 dá conta da caracterização anual da situação de acolhimento de crianças e jovens e evidencia a tendência já verificada nos últimos anos, revelando uma descida sistemática da medida de acolhimento familiar nas últimas décadas (Instituto da Segurança Social, 2016).

Atendendo aos dados de 2004, verificámos que existiam 3.128 crianças e jovens em situação de acolhimento familiar, a maioria em famílias com laços de parentesco (1802). Em 2008, com a entrada em vigor do novo decreto-lei, passaram a existir 918 crianças em acolhimento familiar, sendo que destas crianças, apenas 189, estavam em famílias com laços de parentesco, o que comprova o decréscimo acentuado verificado com a nova legislação. A tendência tem sido constante no sentido da diminuição de crianças e jovens nesta medida de colocação, fazendo os números descer para 303 no ano de 2015, pelo que esta medida corresponde a 3,5% das medidas de promoção e proteção existentes (ISS, 2016).

Conforme tem sido apanágio, mantém-se um claro predomínio das respostas de acolhimento prolongado, sendo a primeira opção os Lares de Infância e Juventude (62%), seguindo-se os Centros de Acolhimento Temporário (24,8%) (ISS, 2016).

O sistema de proteção português caracteriza-se por longos períodos de acolhimento. Das 2.612 crianças e jovens que cessaram o acolhimento, verifica-se que 32% teve um período de acolhimento inferior a um ano, enquanto 46% esteve acolhida por períodos compreendidos entre 1-3 anos (ISS, 2016).

Analisando a distribuição geográfica destas crianças e jovens em acolhimento, constatamos que estas se encontram predominantemente nos grandes centros, como Lisboa (18,6%) e Porto (17,9%), seguindo-se o distrito de Braga (7,2) (ISS, 2016). Referindo-nos, concretamente, ao acolhimento familiar, 2008 é, de facto, um ano de quebra acentuada. Mas depois disso os números continuaram a diminuir, porque o Instituto da Segurança Social (ISS) deixou de aceitar novas famílias para o programa, com exceção da zona Norte. Desde que se interrompeu o programa houve uma única associação no país a captar, a formar e a supervisionar, consistentemente, crianças em famílias de acolhimento nos últimos anos. A Mundos de Vida, trabalha a partir de Famalicão e atua nos distritos de Braga e Porto, fazendo com que a medida seja mais expressiva nestas zonas do país (Marinho, 2014). Em 2011, 52% das medidas de colocação em acolhimento familiar foram no distrito do Porto (Delgado, 2013).

No que concerne à faixa etária e ao sexo, verifica-se que a população acolhida é, maioritariamente, do sexo masculino (51,7%), embora a situação se inverta a partir dos 15 anos e há um predomínio da faixa etária entre os 12-17 anos (ISS, 2015). Afere-se destes dados que a população acolhida é, sobretudo, adolescente e que, com mais frequência, os jovens são retirados em idades tardias. Sabe-se que entre os 0-3 anos, a medida de acolhimento familiar, diz respeito a somente 0,7% dos casos (Delgado, 2013). Estes números contrariam, mais uma vez, a intenção do legislador que refere que esta opção seria particularmente benéfica para crianças até aos 6 anos.

A partir de um estudo levado a cabo por Delgado et al. (2013) no distrito do Porto, é possível fazer uma caracterização global das famílias de acolhimento. A amostra era constituída por 168 famílias, a maior parte das quais casais (78.6%). Ainda assim, verificaram-se situações de acolhimento isoladamente, 20.8% por parte de mulheres que acolheram sozinhas e apenas um homem estava como família de acolhimento isoladamente. O escalão etário dos acolhedores situa-se entre os 46 e os 65 anos em 77,7% da amostra. As famílias que acolhem enquanto casal têm essencialmente o 1º ciclo do ensino básico. Relativamente aos filhos, a maioria dos acolhedores tem filhos próprios, por norma mais velhos do que as crianças ou jovens que acolhem e constatou-se que mais de metade destas famílias acolhe há mais de 11 anos (Timóteo, Bertão, Carvalho, & Sampaio, 2013).

Atentando para a questão das visitas, é significativo o número de crianças e jovens que não têm visitas por parte da sua família de origem (42,2%), mas quando estas ocorrem, a mãe é a figura parental mais presente. Estas visitas decorrem maioritariamente em casa dos

acolhedores, seguindo-se a casa da família natural e só depois surgem outros espaços, como os centros educativos e as próprias instalações dos serviços sociais (Delgado & Carvalho, 2013).

Em suma, poderemos afirmar que o acolhimento familiar em Portugal se caracteriza por quatro traços fundamentais: a sua reduzida visibilidade, a generalidade, o humanismo e a transitoriedade (Delgado, 2007).

Tomando como referência os dados já apresentados, percebemos que esta é uma medida com uma expressão muito pouco significativa quando comparada nomeadamente com o acolhimento residencial. Esta situação pode dever-se a muitos fatores de ordem social e histórica, mas também à falta de divulgação da medida, seja através de campanhas de sensibilização, dos meios de comunicação social ou de outras fontes de informação pois, na realidade portuguesa, a forma de recrutamento das famílias ocorre sobretudo “boca-a-boca”. Contribuem, igualmente, para este fenómeno, os poucos estudos e as poucas iniciativas para discutir a temática (Delgado, 2007).

Um outro traço do acolhimento é a sua generalidade que está relacionada com a falta de formação das famílias e critérios flexíveis na seleção das mesmas, a ausência de modalidades específicas de acolhimento e um sistema remuneratório idêntico para todas as famílias, com exceção para as crianças com deficiência (Delgado, 2011).

Ao acolhimento familiar no nosso país associa-se o humanitarismo, pelas verbas disponibilizadas aos acolhedores, que são consideradas insuficientes, bem como pela ausência de uma organização que represente as famílias acolhedoras e que promova a sua participação na execução da medida, como acontece noutros países. Este carácter humanitário define-se pela ausência de preparação, pela não atualização de saberes e pelas dificuldades em estreitar relações com as famílias biológicas, podendo comprometer o próprio objetivo da medida (Delgado, 2010b).

Por fim, a transitoriedade, que se prende com o regresso à família de origem e com o carácter temporário da medida, embora na prática isto não se verifique (Delgado, 2010b).

### **3.3. Potencialidades e constrangimentos do Acolhimento Familiar**

*Acolher uma criança é um ato que deve ser pautado pela competência, pela ética e pela bondade*  
(Delgado, 2011, p.13)

A questão do acolhimento equaciona-se a partir do momento em que reconhecemos que, de facto, existem crianças e jovens, cujo seu desenvolvimento está condicionado pelo facto de as

suas famílias naturais não reunirem condições para desempenhar a sua função socioeducativa, sendo necessária uma resposta substitutiva da família natural, enquanto esta não pode retomar a plenitude das suas funções. As famílias de acolhimento surgem, neste contexto, como uma resposta social, “sendo os próprios serviços a reconhecer-lhe idoneidade para a prestação desta tarefa”, como afirmam Tribuna e Relvas (2007, p. 63).

A colocação de uma criança ou de um jovem não é um ato neutro e engloba contextos muitas vezes de difícil compreensão. Além disso, o acolhimento familiar é uma medida complexa que integra vários protagonistas: a criança, a sua família natural, a família acolhedora e a equipa técnica responsável pelo acolhimento, bem como as instituições de enquadramento responsáveis. Neste conflito de direitos e interesses, os serviços, as estruturas e os intervenientes devem ser capazes de assegurar que a mudança se possa operar, pelo que compreender as implicações subjacentes a esta medida pode ser pertinente para a implementação e melhor desenvolvimento da mesma. A intervenção social nesta área constitui um dos mais fortes instrumentos da política social que implica “interações com e entre técnicos, os recursos das redes sociais informais e as competências dos sujeitos/famílias” e, ao mesmo tempo, “tem de se reconhecer que os sistemas de apoio são uma parte indispensável do contexto de suporte às famílias” (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007, p.49).

O recurso ao acolhimento implica a transição e exploração de novos espaços e de novas pessoas, com a vantagem de ser possível manter os contactos com a família natural, salvaguardando, para os devidos efeitos, o superior interesse da criança. Por vezes, uma das questões que se levanta relativamente ao acolhimento tem que ver com esta capacidade de a criança ou jovem, conseguir, ou não, estabelecer relações vários *attachments* significativos. Sustentando-nos na teoria da vinculação, podemos afirmar que a criança ou jovem têm a possibilidade de criar novos vínculos com adultos cuidadores, tendo, simultaneamente, a possibilidade de manter a vinculação e a identificação com a sua família de origem, preservando assim as questões identitárias (Delgado, 2010a). Gimeno (2003) realça a importância de se conhecer outras realidades sociais e de se ultrapassar os limites do nosso mundo mais restrito. É necessário conhecer, observar e contactar com outros estilos de vida familiar para que cada um possa enriquecer a sua perspetiva e construir o seu próprio conceito de família, as expectativas em relação a ela e o valor que lhe atribuímos. Este conhecimento ajuda a tomar consciência de que existem outras realidades familiares, sendo possível intuir outros mundos possíveis. Este conhecimento de ambientes estruturalmente diferentes permite o desenvolvimento de novas

competências cognitivas e habilidades sociais ao proporcionar que a criança e o jovem se tenham de adaptar a pessoas, tarefas e situações diferentes (Delgado, 2011).

Triseliotis (1998) apresenta-nos uma outra ideia pertinente relativamente ao acolhimento familiar, afirmando que este tipo de colocação permite às crianças e jovens acolhidos fazer parte e sentirem-se seguros numa nova família, acrescentando que mais importante do que fazer nascer é ajudar no crescimento. Inclusivamente, esta dupla pertença pode fazer com que tenham a oportunidade de discutir com os seus acolhedores as dificuldades da sua família natural (Beek & Schofield, 2004).

Corrick (1999) defende que esta medida é menos estigmatizante para a criança por se aproximar da forma em que a maioria das pessoas vive. Todavia, este ponto pode ser discutível na medida em que, como já refletimos, as estruturas familiares, hoje em dia, são bastante plurais e assumem contornos diferentes dos de antigamente. Neste sentido, podemos olhar para a reflexão contida no manual de processos-chave do acolhimento familiar:

*Ao refletir sobre o acolhimento familiar como mais uma alternativa de proteção e de desinstitucionalização, necessariamente discutimos as mudanças de conceção do papel da família, outras perspetivas sobre a construção de novas formas de relacionamento afetivo e a necessidade de qualificar cada vez mais esta resposta social*

(ISS, s/d, p.1).

Num estudo levado a cabo por Mc Donald, Allen, Westerfelt e Piliavin (1996, citado por Delgado, 2013) com o objetivo de analisar os efeitos do acolhimento a longo prazo, concluiu-se que o acolhimento apresenta resultados positivos ao nível da educação, da delinquência e do consumo de drogas, da integração no mercado de trabalho e às redes de apoio informais. Efetivamente, a estabilidade do acolhimento parece refletir-se positivamente ao nível da escolaridade, muito por parte do trabalho desenvolvido pelos acolhedores no sentido de despertar na criança um ambiente educacional rico que se traduz numa maior curiosidade e vontade de aprender. Esta estabilidade está também intimamente relacionada com melhores resultados em termos de saúde e nos resultados gerais da colocação (Delgado, 2013).

Existem, ainda, duas condições que, embora não justifiquem por si só o sucesso do acolhimento, ajudam a obter resultados positivos, como a compatibilidade entre a criança e os seus acolhedores e ainda a capacidade de gerir fatores externos que interferem com o acolhimento (Delgado, 2011).

O acolhimento pode constituir, sem dúvida, um âmbito adequado ao desenvolvimento das crianças e dos jovens, permitindo-lhes viver longe dos pais, mas conservando-os em si, bem como beneficiar de um contexto em que as suas necessidades são tidas em consideração, construindo



relações estáveis que favorecem o seu desenvolvimento e o processo de construção da sua personalidade. Esta é uma oportunidade para que se possam distanciar do passado para melhor o compreender e perspetivar um novo futuro, construindo sonhos (David, 2000).

No estudo de Delgado et al. (2016) onde se procurou analisar a questão do contacto no acolhimento familiar, os resultados mostraram que este tipo de colocação apresenta resultados positivos ao nível do comportamento, da gestão das emoções, na capacidade de comunicar e melhorias significativas ao nível das interações desenvolvidas. Estes resultados estão relacionados com as práticas existentes nas famílias de acolhimento, que se pautam por um maior suporte emocional, práticas educativas mais adequadas com regras de funcionamento familiar mais explícitas e maiores cuidados e vigilância na alimentação, higiene, educação e saúde.

Em contrapartida às situações anteriormente descritas, é necessário estar particularmente sensível ao facto de que este “desenraizamento” a que a criança está sujeita pode provocar atrasos no seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional e intelectual, tornando o acolhimento mais difícil (Delgado, 2011). Do mesmo modo que, se a criança está habituada a um ambiente negligente, posteriormente pode ter dificuldades em adaptar-se a um meio com regras e organizado (Ahmed, Windsor, & Scott, 2015). Este facto contribui para que novas dificuldades surjam, como o medo do desconhecido, o sentimento de culpa relativamente aos maus tratos sofridos, a dor e trauma associados à retirada, a perda de identidade e a incerteza relativamente ao futuro (Delgado, 2011).

Em Sinclair, Gibs e Wilson (2004) encontramos algumas de seis situações particularmente difíceis vividas por dois terços dos acolhedores: 1) rutura do acolhimento; 2) alegações de maus tratos; 3) graves dificuldades no relacionamento com a família de origem; 4) tensões na família devido a dificuldades no acolhimento; 5) retiradas de crianças contra o seu parecer e 6) incompatibilidades com os serviços sociais em relação aos planos para as crianças.

Cada uma das situações anteriormente categorizadas tem implicações no desenvolvimento da medida e no bem-estar da criança ou jovem acolhido, bem como para a sua família de acolhimento. Muitas destas situações difíceis identificadas por Sinclair et al., (2004) vividas pelos acolhedores são comuns àquelas que foram identificadas por Sousa, Alheiro, Vieira e Carvalho (2013).

A rutura do acolhimento é um momento descrito por 34,6% dos acolhedores como sendo dos mais difíceis, pela separação da criança, sobretudo depois de estadias longas, pelo medo que,

por vezes, se consubstancia numa efetiva ausência de contactos entre as partes e pelo risco de regressão no pós-acolhimento (Sousa et al., 2013).

As alegações de maus tratos por parte da criança relativamente aos seus acolhedores não são uma experiência incomum. Quando abordada esta questão, a maior parte dos acolhedores referiu que tinha sido investigado por alegados maus tratos físicos. Porém, Sinclair et al., (2004) esclarecem que, provavelmente, terão sido indiciados por outros tipos de maus tratos, nomeadamente os abusos sexuais, mas que se sentiram inibidos para falar dessa situação. Ademais, para os acolhedores, o pior nem era tanto as alegações de quem eram alvo, mas antes toda a situação que isso despoletava nos serviços sociais. No caso português, estas alegações de maus-tratos por parte da criança ocorreram, apenas, uma vez (Sousa et al., 2013).

A terceira dificuldade, comum a ambos os estudos, prende-se com as dificuldades no relacionamento com a família de origem e encontra similaridades no contexto espanhol. No nosso país, os números ficam nos 7,7% enquanto em Espanha, Palacios e Morago (2007), perceberam que 30% das famílias de acolhimento faziam uma avaliação negativa do impacto das visitas sobre as crianças e os jovens. A pertença a duas famílias coloca problemas e dilemas que podem ser minorados se os menores não sentirem que têm de escolher entre os dois contextos. Efetivamente, as dificuldades neste âmbito estão associadas ao comportamento da família de origem, podendo incluir-se aqui as faltas às visitas, conciliação de tempos e horários, restrições às visitas, distância/problemas de transporte e dificuldades financeiras (Bertão, Timóteo, & Sousa, 2016).

A separação da família de origem após as visitas também é tida, com alguma frequência, como um episódio negativo no acolhimento familiar (Delgado & Carvalho, 2013). A propósito, McWey, Acock e Porter (2010), concluíram, num estudo desenvolvido nos E.U.A., que o contacto com a família natural é um fator protetor contra problemas de internalização e externalização. A continuidade das visitas parte do princípio que é o mais benéfico para as crianças e que as ajuda a manter os laços familiares, diminuindo os sentimentos de tristeza e aumentando a sensação de bem-estar, mas nem sempre é assim. Há estudos que demonstram que as visitas podem ser emocionalmente angustiantes para as crianças e jovens, levando a problemas emocionais e comportamentais (cerca de 2,5 a 3,5 vezes superiores à população em geral) e a situações de stress. Como tal, há crianças que sentem que as visitas são inúteis. Nesta linha de pensamento, os estudiosos que evidenciaram estes malefícios das visitas defendem que a ausência de contactos é preferível ao contacto problemático. Salientam que a ausência ou inexistência das mesmas pode dar espaço às crianças e jovens para que iniciem um processo de luto e mais rapidamente

consigam seguir em frente. O mais sensato será, por isso, dar voz às crianças e valorizar sempre que possível a sua opinião, consagrando assim o direito de participação (McWey et al., 2010).

Em Bertão et al. (2016) é, ainda, possível ter acesso às opiniões das crianças e jovens relativamente à avaliação que fazem da medida de acolhimento familiar, tendo sido salientado como um dos aspetos mais negativos, o conflito entre as famílias de acolhimento e as famílias de origem. Todavia, as visitas podem ser espaços de proximidade entre as duas famílias que podem aproveitar este momento para conversar sobre aspetos relativos aos acolhidos e sobre práticas educativas. Este aspeto seria fundamental, particularmente para as crianças que experimentam relações fortes com os pais biológicos e as famílias de acolhimento, sentem um maior conflito de lealdade (McWey et al., 2010).

A separação das fratrias foi uma outra categoria analisada por Delgado e Carvalho (2013) no âmbito das dificuldades associadas ao acolhimento familiar, apresentando uma frequência reduzida, 3,8%. Esta separação, e nos casos em que o acolhimento ocorre muito precocemente, é manifestada pelos jovens como uma grande dificuldade, porque, frequentemente, não sabem que têm irmãos e, quando sabem, deparam-se com vários obstáculos para os encontrar (Bertão et al., 2016).

As tensões na família devido a dificuldades no acolhimento podem estar associadas a várias questões, nomeadamente no que respeita à relação com a criança acolhida, evidenciando-se dificuldades em estabelecer regras numa fase inicial, pois a criança está habituada a um ambiente negligente, sendo difícil adaptar-se a um meio com regras e organizado (Ahmed et al., 2015). Outras tensões no seio familiar advêm da dificuldade em gerir o comportamento da criança, considerando os acolhedores que estas não reconhecem os seus esforços, reportando-se esta situação a 5,8%. Na categoria “dificuldades no comportamento da criança acolhida”, a principal dificuldade presente nos discursos diz respeito a problemas de saúde (40,7%). Seguem-se outras dificuldades, como as discussões, o mau comportamento, a tristeza, a mentira, tentativas de agressão aos acolhedores e fugas com regresso posterior (Delgado & Carvalho, 2013).

Simultaneamente, deparámo-nos com constrangimentos a um outro nível, mais formal, e que passam pela ausência de critérios de seleção das famílias, a falta de formação prévia e o pouco acompanhamento que é prestado às famílias. Estas dificuldades estão associadas à falta de estudos sobre como se processam as diferentes fases do acolhimento familiar, quem são os seus atores, obstáculos, vantagens e desvantagens da medida (Delgado, 2010c).

Face ao exposto, concluímos que alguns dos constrangimentos enunciados estão relacionados com sugestões de mudança no acolhimento familiar, particularmente no que respeita aos contactos com a família de origem, à insegurança e instabilidade em relação ao futuro, às dificuldades que as famílias de acolhimento têm em adotar e na inexistência de direitos de sucessão e proteção da criança ou jovem acolhido. Na prática, estes constrangimentos implicariam a existência de profissionais que apoiem as visitas e que assegurem que estas ocorrem regularmente, sempre que a reunificação é um objetivo. Seria importante promover uma relação positiva entre a família de origem e os acolhedores, fomentando a sensibilidade, a empatia e os valores dos pais. O contacto entre as famílias é benéfico quando os acolhedores não tentam assumir o lugar dos pais biológicos e, quando o contacto entre as partes é caracterizado pela cooperação e não pelo conflito, a criança pode manter um sentimento de pertença a ambos (McWey et al., 2010).

Prosseguindo com esta análise, dever-se-ia reconhecer a finalidade do acolhimento familiar pode não ser o regresso da criança à sua família de origem e assumir-se o acolhimento familiar prolongado como contexto de permanência. Perante esta proposta, poderia equacionar-se a possibilidade destas famílias adotarem, sobretudo nos casos em que o acolhimento se torna prolongado e em que os jovens permanecem com estas famílias até à sua independência, de modo a assegurar-lhes os direitos sucessórios inerentes ao estatuto de filhos que, tantas vezes, tem implicações numa transição mais segura, ou não, para a autonomia de vida (Delgado, 2010a).

### **3.4. Perspetivas comparadas sobre o Acolhimento Familiar na Europa**

Foi sobretudo no período pós II Guerra Mundial que os serviços de proteção à infância se alteraram, existindo diferenças no que se refere ao grau de especialização do serviço oferecido, à compensação pecuniária, ao grau de envolvimento das famílias de origem das crianças e ao consentimento necessário para o acolhimento (Martins, 2005). Os últimos dados apresentados pelo Eurochild (2010) estimam que existam cerca de 1 milhão de crianças nas várias modalidades de acolhimento na Europa, com expressões diferentes nos vários países.

Tendo por base o reconhecimento destas diferenças, procuraremos, de seguida, caracterizar a medida de acolhimento familiar em diferentes países do Sul da Europa, debruçando, igualmente, um olhar sobre a realidade nórdica, tentando perceber que caminho há a fazer no nosso país face às outras realidades e aos resultados que as mesmas apresentam.

Em Espanha há registo de acolhimento familiar desde 1937, embora só no final da década de 70 venha a ganhar contornos mais claros. Assim, no contexto vizinho, existem três tipos de acolhimento familiar: i) o acolhimento familiar simples que possui um carácter transitório, na medida em que se prevê o retorno da criança ou jovem à sua família de origem ou a passagem para uma outra medida que tenha uma colocação mais estável (Del Valle, Bravo, & López, 2009). Esta modalidade de acolhimento é direccionada para os casos em que a família é cooperante com a equipa, procurando-se que esta colocação seja feita junto de elementos da família extensa ou uma família que, embora não tendo relação de parentesco com o menor, faz parte da sua rede de amizade ou vizinhança (Delgado, 2008). Dentro deste tipo de acolhimento é possível assistir a três modalidades distintas conforme a duração da medida. Existe o acolhimento familiar de urgência para situações de risco em que há necessidade de retirar de forma imediata a criança ou jovem, integrando-o na família de acolhimento durante o tempo de avaliação do processo. Geralmente destina-se a crianças até aos 6 anos, por períodos não superiores a três meses. Com outros limites temporais temos o acolhimento de curto e médio prazo. Este tipo de acolhimento foi introduzido em várias comunidades autónomas através do programa “Familias Canguro” que procurou incentivar à existência de novas modalidades de acolhimento familiar, de modo a evitar a institucionalização e com a consciência de que aquilo que se procura é “uma família para um menino ou menina e não um menino ou menina para uma família” (Amorós, Palacios, Fuentes, León, & Mesas, 2003, p.9); ii) a segunda modalidade diz respeito ao acolhimento familiar permanente que, contrariamente à modalidade anteriormente apresentada, é tida como um acolhimento substitutivo quando se prevê que o retorno da criança à família de origem é pouco provável e quando a adoção não é possível; iii) por fim, temos o acolhimento familiar pré-adoativo que, tal como o próprio nome o indica, é uma modalidade que antecede a adoção. Neste caso, o retorno à família de origem não se equaciona e a criança vai viver com a sua possível família adotiva antes de se proceder legalmente ao processo (León, 2012).

À semelhança de Portugal, existe ainda o acolhimento especializado quando se trata de crianças com necessidades especiais (Delgado, 2008).

Num estudo sobre “A construção social do acolhimento familiar na infância: discursos profissionais”, foi evidente o consenso relativamente ao facto de o acolhimento familiar ser o melhor recurso para crianças e jovens em situação de desamparo, conforme a terminologia do país. Porém, o consenso não se mantém quando a questão se refere ao tipo de acolhimento, isto é, se este deve ser na família extensa ou numa família sem laços de parentesco (García & Baena,

2011). Esta dúvida que se levanta tem várias razões de ser, nomeadamente pelas diferenças no apoio que se concede às famílias extensas comparando com as famílias acolhedoras sem laços de parentesco (designadas famílias anexas) e nas diferenças que se verificam nas características dos próprios acolhedores conforme se trate de um tipo de acolhimento ou de outro. Na família extensa, normalmente, o encargo fica às avós, viúvas, com mais de 50 anos, com o nível primário ou sem instrução, usufruindo de baixos rendimentos, o que coloca estes acolhedores numa situação precária. A possibilidade de acolhimento na família extensa constitui cerca de 85% das colocações, com um predomínio do acolhimento de longa duração. O recrutamento é feito diretamente junto da família da criança e grande parte dos acolhedores com laços de parentesco não recebe remuneração. Em contrapartida, no acolhimento em famílias sem laços de parentesco verifica-se uma tendência para a especialização (Delgado, 2008). Voltando-nos para a discussão desta questão, percebemos que a mesma acarreta vantagens, pelo facto de a criança poder obter mais informações sobre os seus pais, por já conhecer os acolhedores e o meio, respeita-se a sua identidade e reduz-se ou evita-se o trauma da separação. No entanto, há uma maior probabilidade da criança se manter no meio socioeconómico que a colocou em risco, podendo o acolhimento ser visto como uma obrigação familiar, além de que as crianças serão acolhidas por pessoas que não passaram por um processo de seleção/formação (Léon, 2012).

No modelo espanhol, as visitas ocorrem principalmente em pontos de encontro, como centros comunitários e espaços concebidos para o efeito, ou locais públicos (Delgado, López Carvalho, & Del Valle, 2015). Em termos do recrutamento das famílias de acolhimento o mesmo ocorre, essencialmente, pelo poder de captação e sensibilização da televisão e da rádio, mas os dados da investigação mostram que as práticas do acolhimento familiar têm critérios muito distintos entre as comunidades autónomas, particularmente ao nível da remuneração e da modalidade de acolhimento. Os valores de remuneração são baixos, independentemente das características das crianças e/ou das competências dos acolhedores e diminui por cada criança acolhida. Quando o acolhimento ocorre no seio familiar não há formação inicial, assistindo-se a um forte apelo ao espírito solidário, sendo o humanitarismo o principal traço deste sistema (Del Valle et al., 2009).

A Cruz Vermelha Espanhola (CVE) assume, desde 1995, o papel de colaboradora da Administração Pública na proteção à infância, tendo competência exclusiva para executar a medida de acolhimento familiar. Focando-nos particularmente na região da Galiza, cabe à equipa técnica desta entidade a captação, a seleção e a formação (de carácter obrigatório) destas famílias,

dirigindo-se, sobretudo, às famílias sem laços de parentesco, através de campanhas e da ação dos meios de comunicação. Relativamente à questão da remuneração, regra geral, o acolhimento não é pago, porque a medida assenta nos princípios da gratuidade e da ação voluntária. No caso do programa da CVE a formação é remetida para um momento posterior ao da seleção e, frequentemente, ocorre depois de o acolhimento ter iniciado, o que acarreta alguns riscos, como o desconhecimento do conteúdo do acolhimento e de qual o papel dos acolhedores (Delgado, 2008).

Num estudo realizado na região da Andaluzia com o propósito de perceber os contornos da medida nesta zona do país (Palacios & Morago, 2007), obtiveram-se, de um modo geral, os mesmos resultados da zona da Galiza. Os acolhedores da família extensa são mais velhos do que aqueles que não têm laços de parentesco, têm uma média de idade superior a 50 anos e, geralmente, encontram-se casados, embora haja uma elevada taxa de monoparentalidade. Os acolhedores deste tipo de família são aqueles que encontram mais dificuldades e têm menores apoios, principalmente em termos económicos. Este estudo revelou que, apesar de as famílias sem laços de parentesco serem aquelas que apresentam mais fatores protetores, são também aquelas em que as crianças e jovens acolhidos se deparam com maiores dificuldades que se podem dever às diferentes condições em que estas famílias se encontram perante a vida, quando comparadas com estas crianças que foram maltratadas.

Em Itália, no ano de 2001, surgiu uma lei que decretou o encerramento de todas as instituições residenciais e alertou para o direito que as crianças têm a viver numa família, estabelecendo que os cuidados de acolhimento são fornecidos como uma medida de curto prazo (por períodos não superiores a 2 anos) quando as famílias biológicas estão, temporariamente, incapazes de cuidar dos filhos, sendo dever dos acolhedores ajudar a manter os vínculos entre as crianças e jovens acolhidos e os seus pais biológicos e cooperar com o departamento de assistência social local para que este retorno seja possível (Barbarotto & Mineo, 2011). Apesar disto, no estudo de Canali, Maurizio e Vecchiato (2016) em que participaram 38 famílias de acolhimento, constatou-se que as durações médias de acolhimento foram de 5,5 anos.

No que respeita ao recrutamento das famílias para acolhimento, o processo não segue qualquer regra nacional ou procedimento padrão, esperando-se que os profissionais dos serviços sociais e de saúde avaliem a elegibilidade das famílias. A lei nacional dá poder às regiões relativamente a esta questão, o que significa que cada região tem a sua própria política e organização dos serviços. Isto traduz-se numa heterogeneidade que faz com que o acolhimento

familiar seja mais desenvolvido no norte do país (Barbarotto & Mineo, 2011). No que concerne à remuneração, os cuidados de acolhimento são gratuitos e voluntários, embora os acolhedores recebam uma pequena verba para cobrir as despesas relacionadas com a assistência à infância. O envolvimento dos serviços sociais é muito variável, podendo haver famílias que são acompanhadas todos os meses, enquanto outras só o são se existir algum problema que necessite de uma resposta específica (Canali, Maurizio, & Vecchiato, 2016).

A maioria das famílias acolhedoras não tinha qualquer relação de parentesco (80,4%) com as crianças ou jovens acolhidos e destaca-se a prevalência de casais acolhedores, com filhos (60,5%). Ainda assim, o número de casais acolhedores sem filhos tem uma representatividade de quase 30%. A idade média destes casais é de cerca de 57 anos para homens e 54 anos para mulheres. O nível educacional destas famílias é elevado, tendo muitas delas formação universitária, o que faz com que poucas famílias acolhedoras tenham dificuldades económicas. Nos resultados deste estudo, os autores fazem referência à avaliação menos positiva que os acolhedores fazem do trabalho desenvolvido pelos serviços sociais, na medida em que, pelo menos 90% dos acolhimentos, começaram com vista à reunificação, mas raramente isso aconteceu. Outros aspetos mencionados foram o envolvimento parcial no plano de acolhimento e o pouco suporte fornecido durante os contactos com a família de origem (Canali et al., 2016).

Em França, os acolhedores beneficiam de um estatuto profissional desde 1977 e, a partir de 2005, o acolhimento familiar passou a inserir-se numa das sete categorias do trabalho social, pelo que os acolhedores são reconhecidos e fazem parte da equipa de acolhimento e os pais biológicos são envolvidos num processo de recuperação e de terapia familiar. Os acolhedores são obrigados, durante os três primeiros anos de atividade, a frequentar um número mínimo de horas de formação, sendo que a maior parte do trabalho desenvolvido está a cargo de organizações não governamentais (ONG's) (Delgado, 2011). Esta medida de colocação representa cerca de 54% das colocações (Eurochild, 2010).

Na Alemanha, um pouco à semelhança do que acontece no nosso país, o acolhimento familiar tem estagnado nos últimos 20 anos apesar dos inúmeros escândalos nos centros de acolhimento residencial. A medida de acolhimento familiar assume maior expressão em certos distritos em detrimento de outros, mas apenas devido a opções dos serviços sociais e da influência destes, passando a contratar-se ONG's para intervir neste domínio. Verifica-se uma tendência para o acolhimento em famílias sem laços de parentesco e por períodos de tempo prolongados, cerca



de 5 anos (59 meses). Tal como em França possuem um acolhimento familiar “terapêutico” dirigido às crianças com necessidades educativas especiais (Delgado, 2011).

Considerando que as formas de acolhimento variam de país para país, mediante os enquadramentos legislativos e as práticas culturalmente validadas, de apoio e prestação de cuidados à infância (Martins, 2005), não podemos ficar indiferentes à realidade que se vive no Norte da Europa, onde o acolhimento familiar assume outra expressão, numa tendência quase inversa à verificada nos restantes países europeus.

Na Suécia surgiram recentemente organizações privadas que executam o trabalho neste domínio e a profissionalização do sistema levou à diminuição do número de famílias com laços de parentesco. Em termos de serviços remuneratórios, este varia consoante a idade das crianças e as necessidades das mesmas (Delgado, 2011). A colocação em ambiente familiar corresponde a 75% das medidas de colocação, com tendência para acolhimentos prolongados, em média mais de 4 anos (Hojer & Sjoblom, 2009). O acolhimento familiar é, de certo modo, dirigido a crianças mais pequenas, estando os cuidados residenciais destinados a adolescentes, principalmente aqueles que tenham cometido crimes ou apresentem problemas psicossociais. Na lei sueca também se salienta a importância do trabalho com as famílias biológicas e não se estabelece um tempo para que a reabilitação familiar ocorra, sendo explícito que a adoção não é permitida sem o consentimento dos pais. Desde 1999, os acolhimentos por familiares diminuíram por se considerar que também estes poderiam ser problemáticos e houve uma alteração à lei que obrigava a investigar, profundamente, as condições de vida dos familiares, o que poderá ter contribuído para este efeito. Em 2010, existiam 11.900 crianças em famílias de acolhimento, contrastando com as 4.7000 em cuidados residenciais (Backe-Hansen, Hojer, & Storo, 2013).

No Reino Unido, o acolhimento familiar terá sido desde sempre a medida de colocação privilegiada. Nos dias de hoje caracteriza-se por um crescimento do peso do setor privado responsável pelo enquadramento da medida, privilegia-se o acolhimento sem laços de parentesco, mas o acolhimento por familiares tem crescido e reconhece-se aos acolhedores um estatuto profissional, baseado na formação, supervisão e numa remuneração mais elevada (Delgado, 2011).

Na Escócia, a medida de acolhimento é remunerada e há um esquema de progressão na carreira, conforme as competências desenvolvidas, a experiência e as formações frequentadas (Delgado, 2006). Há um forte trabalho desenvolvido por associações de famílias de acolhimento que são importantes na defesa da medida e fortes interlocutores junto do domínio público. A

formação é parte integrante do processo de seleção e antecede obrigatoriamente a declaração de idoneidade para o acolhimento e, por conseguinte, a primeira colocação. Privilegia-se a colocação em famílias sem laços de parentesco com a criança acolhida e os valores de manutenção e de retribuição por criança são elevados. As famílias de acolhimento são protagonistas em todo o processo e participam no processo de seleção, na formação de novos candidatos, na avaliação periódica da medida e na elaboração do projeto de vida da criança (Delgado, 2011). De acordo com os dados publicados em 2016 relativos aos períodos compreendidos entre 1 de agosto de 2014 e 31 de julho de 2015, 36% do acolhimento familiar era sem laços parentesco, 27% dos acolhidos estavam sob o encargo de familiares ou amigos. Existiam outras medidas, nomeadamente o apoio junto dos pais em 25% dos casos e 10% estavam em cuidados residenciais. Neste contexto, verificou-se que mais de metade das crianças em situação de acolhimento tinha idade inferior a 11 anos e que a maioria das crianças que cessa o acolhimento, independentemente da modalidade, regressa para juntos dos pais (61,4%). Relativamente à colocação das crianças ou jovens em acolhimento familiar, na Escócia, isto é possível depois de estas famílias serem avaliadas por uma agência de inspetores que inclui autoridades locais, organizações de voluntários e provedores do setor independente (Delgado, 2008).

Em Inglaterra e no país de Gales, a proporção de crianças acolhidas passou, nos últimos 20 anos, de um para dois terços (Delgado, 2007). Em Inglaterra há um predomínio das colocações em famílias sem laços de parentesco, sendo somente 11% as crianças acolhidas por familiares. Tal como acontece noutros contextos já mencionados, existem vários tipos de acolhimento: o de longa duração, curta duração e o especializado. Por acolhimento familiar de longa duração entende-se o acolhimento em que a criança permanece com os mesmos acolhedores por períodos superiores a 3 anos, o que só acontece em menos de 25% das situações (Biehal, Ellison, Backer, & Sinclair, 2010). Este modelo está sustentado num modelo de suporte mútuo no qual os acolhedores são vistos como parceiros dos serviços sociais, com uma forte participação e com voz ativa nos procedimentos e desenvolvimento da medida. Além da formação inicial existente, há uma proximidade entre as famílias e os técnicos, bem como grupos de autoajuda e, ainda, ciclos de formação contínua. Existe, por isso, um forte trabalho desenvolvido por associações que servem de intermediário entre as famílias acolhedoras e os decisores políticos no sentido de apoiar estas famílias e a própria medida (Delgado, 2011).

Na resenha bibliográfica efetuada que permitiu um olhar sobre as práticas e os números do acolhimento familiar em vários países da Europa foi possível identificar que: ao contrário do

que acontece no sistema britânico e espanhol, as visitas em Portugal ocorrem, maioritariamente, nas casas das famílias acolhedoras, ao invés dos centros comunitários ou educativos e nas instalações das equipas de acolhimento (Delgado & Carvalho, 2013). Por outro lado, percebe-se que a influência das famílias acolhedoras, o seu grau de participação e o trabalho desenvolvido por associações neste âmbito é ainda muito reduzido nos países do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Itália), considerando-se necessário criar e desenvolver associações de famílias de acolhimento (Barbarotto & Mineo, 2011). Talvez por este motivo, os estudos desenvolvidos nestes países revelem que uma das lacunas apontadas à medida se prenda com a pouca informação e o acompanhamento obtido por parte dos técnicos e dos serviços sociais. De um modo geral, a medida de acolhimento familiar ocorre em famílias sem laços de parentesco e nos países onde esta possibilidade existe, a tendência parece ser a de diminuir ou extinguir-se, com exceção de Espanha onde predominam as colocações na família extensa.

Em todas as legislações há referência ao carácter temporário da medida e à importância de se trabalhar com as famílias biológicas. Todavia, os acolhimentos são, maioritariamente, de longa duração, devendo interrogar-nos sobre a questão da permanência. Apesar das diferenças nos modelos de proteção social e proteção à infância, emergem dificuldades comuns, como a relação que se estabelece com as famílias biológicas e os problemas que estes jovens apresentam na transição para a autonomia de vida.

### **3.5. O que esperam as crianças acolhidas dos seus acolhedores e do acolhimento?**

*Aquilo que cada um de nós é como pessoa depende do que foram os adultos que povoaram a nossa infância*

(Diniz, 1993, p. 22)

As crianças acolhidas não tiveram, muitas das vezes, adultos interessados nos seus pensamentos e sentimentos de forma a conseguirem ver o mundo do seu ponto de vista, providenciando conforto e tranquilidade, o que se repercute no seu desenvolvimento a vários níveis (Ahmed et al., 2015). É esta ideia que leva a indagar sobre quais as expectativas e desejos destas crianças e jovens para que, tomando como ponto de partida a citação supracitada, possamos contribuir para a formação de crianças e jovens, de modo a que sejam melhores seres humanos, contrariando algumas referências que possam ter povoado as suas infâncias.

Estas crianças, como quaisquer outras, não precisam todas do mesmo tipo de cuidados, mas há necessidades comuns, partilhadas por todas, como o quererem sentir-se amadas,

integradas e escutadas. Procuram uma vida o mais “normal” possível, respeito pelas suas origens, informação sobre os seus direitos, controlo e influência sobre decisões-chave e oportunidades (Wilson, Sinclair, Taylor, Pithouse, & Sellick, 2004).

Schofield e colaboradores (2000, citado por Ahmed et al., 2015) referem que, particularmente, nos casos das crianças maltratadas é preciso que os acolhedores desenvolvam uma relação empática, “calcem os seus sapatos”, para tentar imaginar o que é que elas podem estar a sentir. A sensibilidade dos cuidadores é, por isso, fundamental para promover o progresso da criança na medida em que devem fazer conexões entre o passado e presente para compreender o comportamento da criança. Assim, é necessário um ambiente caracterizado pela estabilidade, disponibilidade física, emocional e afetiva, e uma particular sensibilidade para compreender os pensamentos e sentimentos da criança de modo a responder às suas necessidades.

Esta relação empática que se espera que se estabeleça entre acolhedores e acolhidos ajuda a criança ou o jovem a desenvolver um sentido positivo sobre si mesmo, mas também é importante ter consciência de que a própria criança influencia o ambiente que a rodeia e as respostas que os seus acolhedores lhe dão (Delgado, 2010a). Reforçando esta ideia, olhemos para as palavras de Delgado (2008, p.37): “acolher mobiliza comportamentos e conhecimentos distintos dos que foram necessários aos acolhedores para educar os seus próprios filhos”.

As crianças que de alguma forma sofreram maus-tratos e depois foram acolhidas, têm uma maior experiência de estilos parentais do que a maioria das crianças e jovens, pelo que podem conseguir contrastar a experiência negativa que tiveram com a atual, o que os ajuda a ter uma visão mais esperançosa da vida (Ahmed et al., 2015).

Timóteo e Alheiro (2003) realizaram dois grupos focais com o intuito de se falar sobre o acolhimento, de modo a ouvir a opinião dos protagonistas da medida e a recolher sugestões relativamente a esta. Estes grupos focais permitiram perceber que as crianças e os jovens veem estas famílias como suporte para resolver problemas, procurar ajuda, descrevendo-a como sendo o lugar onde são ouvidos e onde procuram segurança em relação ao futuro. Nos testemunhos, evidenciam que estas famílias valorizam os seus percursos escolares e os apoiam nesta área da vida, exprimindo a perceção de um apoio incondicional por parte dos acolhedores como sendo um dos aspetos mais positivos. Outra evidência está relacionada com o sentimento de pertença e de satisfação que sentem por fazerem parte da família de acolhimento e que, de certa forma, faz com que não sintam necessidade de manter os contactos com a família de origem, com a qual pensam que deveriam ter o poder de decidir se querem ou não manter as visitas. Por outro lado, no grupo

focal realizado com os mais velhos (a partir dos 15 anos) foi possível perceber o desagrado e a revolta dos jovens relativamente à perda de relação com os irmãos biológicos, sendo os próprios a referir que têm direito a conhecê-los. Nos casos em que sabem da existência destes irmãos, revelam vontade em reaproximar-se deles e em manter laços.

Numa outra perspetiva, a maioria dos jovens considera que as informações que lhes são prestadas quando são retirados das suas famílias de origem são insuficientes e repentinas, e evidenciam ter poucas informações sobre a transição (Timóteo & Alheiro, 2013).

Numa linha de investigação que tinha como objetivo explorar a vinculação de crianças entre os 12-15 anos com os seus pais, a atitude relativamente aos acolhedores, aos estilos parentais e as suas opiniões face aos cuidadores, foi possível concluir que os aspetos positivos do acolhimento estão relacionados com estilos parentais claros e limites firmes conciliados com uma sensação de liberdade. De igual modo, as crianças acolhidas valorizam a possibilidade de passarem tempo com os seus acolhedores e o envolvimento em atividades conjuntas, o que inclui passeios, ir a festas, a jogos e a praticar desporto. No que respeita à autoridade, as crianças consideravam positivo o facto de os acolhedores explicarem os motivos que levaram a uma determinada punição e apresentarem alternativas de comportamento possíveis. Neste sentido, salientaram que os acolhedores não emitiam juízos de valor relativamente ao comportamento embora o corrigissem, porque sabiam ver a criança para lá deste comportamento. Nos resultados obtidos no âmbito da perceção dos cuidados, os participantes fizeram menção a aspetos como: garantir que eles comessem; manifestar preocupação com a aparência das crianças e dos jovens; certificar-se de que não havia trabalhos de casa e incentivá-los a fazer alguns trabalhos para que se preparassem melhor para os testes, isto é, encorajá-los a estudar; por último, manifestaram agrado face ao receber presentes e dinheiro (Ahmed et al., 2015).

Por oposição, algumas sentiram-se rejeitadas e a este nível mencionaram a diferença de tratamento prestado pelos acolhedores comparativamente aos seus filhos biológicos. As crianças ou jovens que se sentiram dececionados referem a falta de apoio em momentos de dor ou de doença (Ahmed et al., 2015).

Na revisão da literatura de Minnis e Walker (2012), os autores indicaram que as crianças concordam que a opção pela colocação em acolhimento familiar foi a melhor para elas, porém salientam que gostariam de estar mais envolvidas nas decisões relativamente aos cuidados que recebem e que fossem ouvidas de uma forma mais próxima. Esta conclusão é semelhante à obtida no estudo de Delgado et al. (2013) em que os jovens referem a insuficiência da informação como

um dos aspetos negativos (Timóteo & Alheiro, 2013) e que se aproxima das lacunas referenciadas pelas famílias de acolhimento no que respeita ao conhecimento que têm da criança que vão acolher e das suas origens (Sousa et al., 2013). Efetivamente, o conhecimento da criança sobre a sua situação e o motivo que origina o acolhimento, assim como dotar a família de acolhimento de mais informações sobre a criança ou jovem poderão ser fatores que contribuem para um maior sucesso da medida (Léon, 2012).

Face às conclusões obtidas em diversos estudos relativamente ao que as crianças esperam relativamente ao acolhimento e aos seus acolhedores, aquilo que valorizam e que consideram ter sido ferramentas úteis para as suas vidas, importa sublinhar a ideia partilhada por Palacios (2015, p.19): “invariavelmente, nascemos com as características da nossa espécie e para nos desenvolvermos de forma adequada necessitamos invariavelmente do ambiente de adaptação que ficou gravado no nosso genoma”.

## **PARTE II – Metodologia e atores na investigação**

### **Capítulo 1 – Princípios teóricos, metodológicos e éticos**

A fase metodológica é fundamental em qualquer processo de investigação para delinear qual o caminho a percorrer. É neste momento que se definem um conjunto de métodos e técnicas que guiaram a elaboração do processo de investigação científica (Almeida & Freire, 2007).

#### **1.1. Objetivos do estudo**

Esta pesquisa segue uma metodologia qualitativa, procurando fazer uma abordagem interpretativa do objeto de estudo. Pretendeu-se, neste sentido, analisar as narrativas de jovens – adultos acerca das suas experiências de acolhimento familiar na infância, de modo a caracterizar a sua infância e as suas perceções acerca da influência que esta experiência de acolhimento exerceu nas suas condições de vida atuais.

Tal como já foi sendo referido ao longo do trabalho, mais do que identificar as condições objetivas e subjetivas de vida dos sujeitos ao longo do tempo, interessava-nos escutá-los e conhecer as suas perceções, aspirações, necessidades e sentimentos associados à sua experiência pessoal de vida.

Assim sendo, para operacionalizar o objetivo geral já elencado definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- Compreender as representações que os jovens – adultos que estiveram em acolhimento familiar na infância possuem acerca da sua integração e do seu percurso na família de acolhimento;
- Caracterizar o tipo de relação que os jovens – adultos mantiveram com a família de origem durante o acolhimento e na atualidade;
- Caracterizar o tipo de relação que os jovens – adultos estabeleceram com a família de acolhimento e como se relacionam no presente;
- Compreender que respostas/apoios permitiram aos jovens – adultos integrar-se nas famílias de acolhimento e, por outro lado, conhecer que trabalho foi desenvolvido com a família de origem antes e durante o acolhimento;
- Compreender de que modo o acolhimento familiar pode contribuir para o pleno desenvolvimento das crianças e dos jovens acolhidos.

## **1.2. Paradigma qualitativo**

No presente estudo a opção por uma metodologia qualitativa justifica-se por diversos motivos: por um lado, como a investigação neste campo é, ainda, um pouco limitada, a obtenção de dados desta natureza contribui para um maior conhecimento em relação às vozes, aos sentimentos e às experiências vividos na primeira pessoa. De acordo com Denzin e Lincoln (1994, p. 2) “a investigação qualitativa é uma perspectiva multimetódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise”.

O paradigma qualitativo procura “compreender o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Mertens, 1998, citado por Coutinho, 2008, p. 7), assim como aceder às suas interpretações e significados, pautando-se, por isso, por uma postura metodológica indutiva. No que respeita à tipologia de estudo, esta será descritiva e interpretativa, de modo a compreender e caracterizar a infância de jovens adultos que viveram a sua infância em famílias de acolhimento, valorizando a riqueza das descrições de acontecimentos e situações (Almeida & Freire, 2007). A natureza destes estudos foca-se na compreensão e interpretação dos sujeitos e dos fenómenos na sua complexidade e singularidade (Bogdan & Biklen, 1994), tendo em vista a produção de um conhecimento rigoroso, científico e respeitável que contribua para a promoção e/ou desenvolvimento da medida.

Através desta metodologia, para além de se ficar a conhecer a perspetiva dos entrevistados sobre o que relatam, pode perceber-se o contexto em que o participante está envolvido e a influência que esse contexto exerce sobre as suas ações (Neves, 1996). Uma outra característica da investigação qualitativa prende-se com a utilização de um pequeno número de sujeitos ou problemas, procurando assegurar a individualidade de cada um na sua análise (Maxwell, 1996).

Todavia, este tipo de estudos é alvo de algumas críticas para as quais se deve estar particularmente atento, por forma a evitar erros e a garantir a validade da pesquisa. Neste caso é necessário substituir os critérios positivistas de validade interna, validade externa e fiabilidade por outros conceitos como credibilidade, transferibilidade e consistência. De modo a assegurar estes mesmos critérios, existem algumas “estratégias de verificação” que poderão ser úteis no decurso da investigação para garantir a credibilidade dos resultados obtidos e a qualidade científica da investigação (Coutinho, 2008).

A credibilidade obtém-se “submetendo os resultados à aprovação dos construtores das múltiplas realidades em estudo” (Lincoln & Guba, 1991, p. 296, citado por Coutinho, 2008, p. 8)



e foi assegurada na medida em que se procurou auscultar vários jovens adultos que experienciaram a medida de acolhimento familiar na infância, recorrendo, para o efeito, às entrevistas semiestruturada; por outro lado, procurou-se devolver aos participantes na investigação as interpretações que se fez dos dados obtidos, de forma a que estes pudessem traduzir, o mais fielmente possível, as suas experiências/ ideias e sentimentos. Ao procurar encontrar semelhanças e diferenças no discurso dos participantes relativamente à medida, evidenciando a variedade de perspetivas existentes, será possível fazer considerações mais generalizadas. Assim sendo, a filosofia que deve estar subjacente à metodologia qualitativa é a triangulação metodológica. Esta triangulação consiste na utilização de várias abordagens teóricas, diferentes fontes de informação, bem como de técnicas variadas e complementares para a sua recolha, elaboração e tratamento, contribuindo para um retrato mais fiel da realidade (Coutinho, 2008).

Por último, garantir a validade e a fiabilidade dos métodos qualitativos, implica que exista uma avaliação contínua no decorrer de todo o processo, o que poderá passar por uma sucessiva adaptação do guião de entrevista, conforme as necessidades dos jovens adultos e aquilo que os mesmos julgam ser importante abordar e não constam dos mesmos. Fazer parte de uma investigação qualitativa requer, por isso, por parte do investigador uma atitude flexiva, reflexiva, baseada numa lógica de investigação-ação-investigação que lhe permita andar “para a frente e para trás entre planeamento e desenvolvimento” (Coutinho, 2008, p. 11).

Face ao exposto, as estratégias adotadas neste estudo de modo a assegurar os critérios anteriormente apresentados foram as seguintes: triangulação de casos e a descrição do processo de investigação nos sucessivos avanços, retrocessos e modificações (cf. Percurso investigativo).

Para a investigação em curso – “Crescer em famílias de acolhimento: histórias de vida de jovens adultos”, considera-se que a sua finalidade é a de compreender e caracterizar, com detalhe e profundidade, a infância dos jovens adultos que experienciaram a medida de acolhimento familiar na infância e de que forma construíram o seu percurso de vida, pelo que este paradigma se apresenta como o mais adequado para sustentar metodologicamente a presente pesquisa.

### **1.3. Design da investigação: histórias de vida**

Existem várias formas de escrever sobre a “vida”, pelo que o método escolhido irá proporcionar “entendimentos diferentes sobre as vidas subjetivamente (re)contadas”, tal como refere Denzin (1989, p.7). Como tal, o recurso ao método biográfico, também denominado de

histórias de vida, permite compreender de que forma os sujeitos constroem as suas experiências, considerando-se cada história na sua singularidade.

Este método “visa captar, através de um relato ou narrativa, a interpretação que determinada pessoa faz do seu percurso de vida” (Amado, 2009, p. 148). Neste sentido, transporta-nos desde o presente (momento em que a pessoa constrói a sua realidade) até ao passado, sendo um relato autobiográfico que se constrói, pondo em jogo uma situação pessoal e social (Nadal & Llunas, 2003). Assim, é possível estabelecer uma relação entre acontecimentos e significados, sendo estes atribuídos pelas pessoas. Desta forma, os acontecimentos narrados serão aqueles que, à partida, mais terão influenciado o percurso de vida de cada um. Não se pretende um relato objetivo, mas antes a forma como a pessoa o viveu. Neste sentido, considera-se que, do ponto de vista reflexivo, as histórias de vida são um contributo importante, porque permitem aos entrevistados refletir sobre a sua história enquanto a descrevem, pois, “contar a própria história é uma forma de reviver os eventos que se recorda e é também um reexperimentar os sentimentos e as emoções que lhes estão associados (Brandão, 2007, p.2). Assim, nas narrativas, os sujeitos emergem como “autores da sua vida”, (re)criando as realidades vividas.

Estas características, porém, levantam algumas questões sobre o valor da história de vida para a investigação, na medida em que, ao longo da narrativa do percurso de vida de um indivíduo, este pode omitir, voluntária ou involuntariamente, aspetos e situações que poderiam ter algum conteúdo sociológico (Brandão, 2007). Mas, numa das definições apresentadas, a história de vida é entendida como “a história que uma pessoa decidiu contar acerca da vida que viveu, aquilo que ela recorda desta e aquilo que ela quer que os outros saibam acerca dela” (Atkinson, 2002, p.152). Todavia, esta limitação pode ocorrer noutras circunstâncias, nomeadamente quando se recorre aos questionários. Como forma de contornar esta situação, o investigador deverá procurar que as questões contidas no guião de entrevista de história de vida, tenham sido formuladas de acordo com o conhecimento teórico produzido acerca do fenómeno em estudo (Brandão, 2007).

Nesta linha de reflexão, Nadal e Llunas (2003) referem, ainda, outros aspetos a ter em conta para a realização das histórias de vida. As autoras alertam para o lugar da entrevista, sendo que este deverá ser familiar ao entrevistado. Na presente investigação, deixou-se ao critério dos participantes a escolha do local e ajustou-se à disponibilidade dos mesmos, o dia e a hora em que a mesma ocorreu. Relativamente ao registo, dá-se preferência ao registo áudio. O entrevistador deverá, simultaneamente, tentar estabelecer uma ordem cronológica dos temas e, caso seja

possível, o entrevistado poderá acompanhar a entrevista com documentos pessoais entre os quais cartas e fotografias, embora esta situação não se tenha verificado neste estudo.

Para o profissional da intervenção psicossocial, este método reveste-se de particular importância, pois considera que o conhecimento da história de vida é fundamental para conhecer “o que escapa às estatísticas [...] tornando acessível o particular, o marginal, as ruturas, os interstícios e os equívocos” (Brandão, 2007, p. 10).

#### **1.4. As técnicas de recolha de dados: a entrevista**

As histórias de vida são possíveis através de entrevistas exaustivas, que surgem como um dos “mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos” (Amado, 2009, p. 173). Como forma de aceder às narrativas dos participantes da investigação, recorreu-se à entrevista semiestruturada. Nestas, as questões derivam de um guião prévio, que funciona como um roteiro temático e que deverá servir como linha orientadora (Ghiglione & Matalon, 1998).

A entrevista semiestruturada permite conhecer as perceções e os significados que os sujeitos atribuem à experiência vivenciada em acolhimento familiar e, por outro lado, permite obter dados comparáveis entre os vários sujeitos que fazem parte da amostra, não podendo ser, por isso, uma entrevista livre e exploratória (Bogdan & Biklen, 1994). Estas caracterizam-se pela existência de um guião, embora a ordem pela qual os temas são abordados pode ser variável. Caso o entrevistado não aborde espontaneamente um dos temas do guião, o entrevistador deve orientá-lo para tal. A ambiguidade neste tipo de entrevistas existe, embora o guião estruture o indivíduo, impondo-lhe um certo quadro de referência (Ghiglione & Matalon, 1998).

Neste sentido foi elaborado um guião de entrevista semiestruturado (cf. anexo 1), em torno das questões centrais do nosso estudo. A elaboração do guião teve por base outros guiões de entrevista já utilizados em investigações sobre esta problemática, nomeadamente “Acolhimento familiar de crianças – evidências do presente, desafios para o futuro” e “O contacto no Acolhimento Familiar – o que pensam as crianças, as famílias e os profissionais”. A opção por este formato de entrevista decorre da sua adequação ao objeto de estudo em causa, focado no conhecimento das perceções e os significados que os sujeitos atribuem à experiência vivenciada no acolhimento familiar durante o seu percurso de vida (Bogdan & Biklen, 1994). Não obstante

esta orientação, procurou-se respeitar a continuidade do discurso e do pensamento do entrevistado, facilitando a sua retrospeção.

De uma forma genérica, a entrevista contemplava os seguintes aspetos: o período que antecedeu o acolhimento familiar, o período de acolhimento e o período de transição para a independência, de forma a alcançar os objetivos traçados para a investigação.

### **1.5. Análise dos dados: análise de conteúdo**

Como forma de tratar a informação recolhida e tendo em conta o cariz exploratório do estudo, utilizou-se a técnica da análise de conteúdo do tipo categorial que tem como objetivo simplificar e condensar a informação em bruto (Bardin, 2011)

A análise de conteúdo temática processa-se segundo algumas etapas: i) definição dos objetivos e da metodologia geral da investigação, ii) constituição do corpus documental, iii) leitura flutuante, iv) decisão sobre o tipo de categorização, as unidades de registo, de contexto e de enumeração a utilizar (Lima, 2013).

A primeira etapa não diz propriamente respeito à análise de conteúdo, mas é referida no sentido de se procurar que as categorias definidas estejam em concordância e respondam aos objetivos definidos para o trabalho. A constituição do corpus documental acaba, assim, por ser a primeira fase da análise de conteúdo que se deve pautar por alguns critérios, entre os quais exaustividade (esgotamento da totalidade do texto), a representatividade (clara separação entre os temas a serem trabalhados), a homogeneidade dos casos e a adequação ou pertinência (adaptação aos objetivos do estudo). Na terceira etapa, a leitura flutuante, requer do investigador o contato direto e intenso com o material de campo, onde se começam a vislumbrar as categorias a usar. A última etapa relaciona-se com o processo de categorização propriamente que pode ser definido como o processo de redução do texto às palavras e expressões mais significativas (Lima, 2013).

Para a organização do quadro de categorias e dada a complexidade dos discursos, passou-se por um período de “apalpadelas”, de tentativas e erros, de idas e vindas às entrevistas dos sujeitos, até conseguirmos juntar, para cada uma das categorias temáticas, os fragmentos ou excertos com ela relacionados. O guião com o qual partimos para a entrevista forneceu-nos grande parte das categorias (processo dedutivo), mas o trabalho de inventário que decorreu da narrativa dos sujeitos fez emergir novas categorias e subcategorias (processo indutivo).

Importa referir que alguns tópicos inicialmente previstos não foram possíveis de ser muito explorados pelo facto de alguns sujeitos não terem memória e recordações sobre os mesmos. Antes de se fazer a apresentação dos dados interessa conhecer o processo de descrição das dimensões, categorias e subcategorias que resultaram da análise da informação, expostas no ponto que se segue, cujo formato final se apresenta em apêndice (cf. anexo 2).

## **1.6. Questões éticas na investigação**

*Agir eticamente é respeitar as pessoas que participam na investigação*

(Graue & Walsh, 2003, p.75).

Toda a investigação suscita problemas de ordem ética que necessitam de uma análise cuidada. Numa investigação qualitativa, a dimensão ética assume especial relevância, sobretudo quando se pretende construir histórias de vida.

### **1.6.1. O consentimento informado**

No decorrer deste processo investigativo, foi necessário assegurar um conjunto de procedimentos éticos face aos participantes, nomeadamente, o seu consentimento para a realização das entrevistas e o direito que os mesmos possuem à sua privacidade.

No sentido de garantir o direito à privacidade e proteger a identidade de todos sujeitos que colaboraram neste estudo, omitiram-se todos os elementos suscetíveis de identificação dos mesmos. Para o efeito, no decorrer das entrevistas, solicitou-se aos participantes que escolhessem um nome pelo qual gostariam de ser mencionados no trabalho. Embora os nomes utilizados não permitam identificar as pessoas em questão, os mesmos têm significado para os participantes, sendo esta uma forma de personalizar a investigação e de os tornar parte integrante do trabalho apresentado.

O consentimento informado trata-se de um documento no qual os participantes são informados da natureza do estudo, dos seus objetivos e das condições necessárias à sua realização para que, posteriormente, possam decidir, livremente, acerca da sua participação (Lima, 2013). Esta livre participação de que falamos deve ocorrer sem qualquer tipo de influência ou coerção diz respeito a um dos elementos constitutivos do consentimento, o voluntariado. Neste sentido, o sujeito deve estar informado sobre o direito de interromper a sua participação em qualquer momento do processo de investigação, se assim o entender. No consentimento devem, ainda, constar as informações necessárias sobre o processo de investigação, isto é, deve dar-se a

conhecer, desde logo, os procedimentos metodológicos, duração da recolha de informação e a descrição dos contributos da investigação (Moreira, 2007). Face à relevância que o consentimento informado assume, importa, de facto, que os participantes tenham a capacidade de compreender a informação que é transmitida, sendo necessário, por isso, que o investigador a torne clara, acessível e adequada aos sujeitos do estudo (Lima, 2013).

Nesta investigação o consentimento informado foi dirigido aos jovens adultos que experienciaram a medida de acolhimento familiar na infância (cf. anexo 3). Os formulários foram entregues antes de iniciar a entrevista e, sempre que necessário, prestaram-se esclarecimentos adicionais para que, cada um dos participantes, pudesse agir em conformidade com a sua vontade. Por fim, os participantes preencheram devidamente o consentimento que, seguidamente, foi assinado pela investigadora.

### **1.7. Caracterização dos participantes**

Os participantes do presente estudo constituem uma amostra não probabilística intencional, tipo bola de neve, tendo em conta que esta é constituída por indivíduos facilmente acessíveis e respondem a critérios de inclusão precisos (Almeida & Freira, 2008). Os critérios de inclusão para a amostra em estudo foram: ter estado acolhido numa família de acolhimento durante a infância. Para participarem, os sujeitos deveriam ter idades compreendidas entre os 18-30 anos. Segundo Baldin e Munhoz (2011, p.332) a técnica em bola de neve:

*é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente (...) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede.*

O primeiro passo para a constituição da amostra foi, assim, o de contactar diretamente com um dos participantes, Jonathan, que integrava a nossa rede de conhecimentos. Por sua vez, Jonathan indicou duas pessoas: Emma, sua irmã, e Anna. À semelhança do que aconteceu no primeiro contacto, recorremos à nossa rede de contactos informais e contactámos com Beta e com Mike. O único critério de exclusão utilizado foi o de jovens – adultos terem experienciado medidas semelhantes ao acolhimento familiar do ponto de vista do senso comum, isto é, medidas em que a criança está ao encargo de outra família, como, por exemplo, a confiança a pessoa idónea (art.º35, alínea c), Lei nº 147/99, de 1 de setembro) ou confiança a pessoa selecionada para a adoção (art.º35, alínea d), Lei nº 147/99, de 1 de setembro), mas que, legalmente, apresentam outros contornos e o envolvimento de outras figuras.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre abril e junho de 2017. Dada a dificuldade de acesso a esta população e a insuficiência de contactos obtidos de jovens que cumprissem os critérios, conforme descreveremos mais à frente (cf. Percurso investigativo), utilizou-se a técnica de amostragem em bola de neve.

Os critérios de inclusão para a amostra em estudo foram: ter estado acolhido numa família de acolhimento durante a infância. Para participarem, os sujeitos deveriam ter idades compreendidas entre os 18-30 anos. O único critério de exclusão utilizado foi o de jovens – adultos terem experienciado medidas semelhantes ao acolhimento familiar do ponto de vista do senso comum, isto é, medidas em que a criança está ao encargo de outras família, como, por exemplo, a confiança a pessoa idónea (art.º35, alínea c), Lei nº 147/99, de 1 de setembro) ou confiança a pessoa selecionada para a adoção (art.º35, alínea d), Lei nº 147/99, de 1 de setembro), mas que, legalmente, apresentam outros contornos e o envolvimento de outras figuras.

De forma a tornar a caracterização dos participantes da investigação mais acessível construiu-se uma tabela<sup>2</sup> com uma breve caracterização dos mesmos.

Nome	Naturalidade	Idade Atual	Idade no Momento de Acolhimento	Idade à saída do Acolhimento	Tempo de Permanência	Tipo de Acolhimento	Motivos do Acolhimento	Percurso até ao AF	Percurso depois do AF
Anna	Póvoa de Varzim	24	6	17	132 meses	AF com laços de parentesco	- Exposição a modelos de comportamento desviantes.	Acolhimento residencial	Independência
Beta	Maia	19	16	Ainda está com a família de acolhimento	36 meses	AF sem laços de parentesco	- Exposição a modelos de comportamento desviantes; - Negligência.	Família biológica	Permanece em acolhimento familiar
Emma	Lagos	26	8	10	24 meses	AF sem laços de parentesco	- Exposição a modelos de comportamento desviantes; - Negligência.	Família biológica	Regresso à família biológica – CAT – Acolhimento residencial
Jonathan	Lagos	23	6	8	24 meses	AF sem laços de parentesco	- Exposição a modelos de comportamento desviantes; - Negligência; - Maltrato físico.	Família biológica	Regresso à família biológica – CAT – acolhimento residencial
Mike	Lisboa	27	10	17	84 meses	AF sem laços de parentesco	- Orfandade.	Família biológica	Independência

**Tabela 1** – Caracterização dos participantes

A análise da tabela 1 permite uma descrição mais detalhada dos cinco jovens – adultos que integraram a amostra, no que diz respeito à naturalidade, à idade atual dos sujeitos e à idade com que foram acolhidos, ao tempo de permanência, aos motivos de acolhimento, ao tipo de

<sup>2</sup> Os limites temporais apresentados dependem da memória dos participantes.

acolhimento familiar e, por fim, ao percurso dos jovens – adultos antes e depois do acolhimento familiar. Foram entrevistados 2 sujeitos do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Todos eles têm naturalidade portuguesa, embora, neste momento, Anna se encontre emigrada na Suíça, motivo pelo qual a entrevista foi realizada via Skype. A média das idades dos sujeitos é de 23,8 anos.

Prosseguindo com a análise da tabela 1, constata-se que a maioria dos jovens – adultos (4) tiveram como contexto prévio ao acolhimento familiar a sua família de origem. Apenas um dos sujeitos teve como contexto prévio o acolhimento residencial. No que respeita ao tempo médio de permanência na família de acolhimento para os jovens – adultos este foi de 60 meses, ou seja, 5 anos, predominando um acolhimento prolongado. A idade média à entrada para o acolhimento familiar foi de 9,2 anos, sendo de destacar a idade de entrada dos mais novos aos 6 anos e o mais velho aos 16.

Relativamente ao tipo de acolhimento familiar, há um predomínio do acolhimento familiar sem parentesco, conforme a legislação que entrou em vigor em 2008 (DL n° 11/2008, de 17 de janeiro). Todavia, num dos casos, assistiu-se a um acolhimento familiar por parte de familiares, designadamente por parte dos tios maternos da jovem.

Os motivos que estiveram na origem do acolhimento foram semelhantes, com um claro predomínio para a exposição a modelos de comportamento desviantes, entre os quais se destacam a violência doméstica, o alcoolismo e a toxicodependência. A negligência foi uma outra das formas de maus-tratos mais evidente, seguindo-se o maltrato físico e a orfandade que dizem respeito a uma situação respetivamente.

No que se refere aos percursos depois da saída do acolhimento familiar, estes foram mais diversificados. Dois dos jovens saíram da família de acolhimento quando conseguiram alcançar a sua independência, uma das jovens ainda vive com a família acolhedora. Nos outros dois casos, os jovens são irmãos e, quando saíram do acolhimento familiar, regressaram à sua família de origem, mas, posteriormente, foram institucionalizados. A institucionalização de ambos ocorreu aos 10 e aos 8 anos e manteve-se até à maioridade. Como tal, muitas das referências destes jovens – adultos relativamente à sua infância reportam-nos para memórias bastante significativas do período de institucionalização, medida de promoção e proteção sobre a qual têm mais recordações.



### **1.7.1. Anna: “Mar calmo nunca fez bom marinheiro”**

“Mar calmo nunca fez bom marinheiro” é capaz de ser a expressão que melhor caracteriza Anna<sup>3</sup> e o seu percurso.

Tinha ainda dias de vida quando foi institucionalizada e como “só conhecia aquela realidade [...] para mim ali era a minha família”. A mãe já tinha tido três filhos, mas estes ou estavam aos cuidados de avós ou dos pais. Por isso, mal nasceu, a sua família passou a ser a instituição. Lá cresceu rodeada de meninos e meninas, onde afirma que não teve “uma infância nada negativa”. Os dias preenchiam-se com atividades e “quando chegávamos à noite estávamos mortos, não é?”.

Antes de fazer 6 anos começou a contactar com uma família que “pensava que era só mais uma família de acolhimento”, mas foi ficando. Começou por passar os fins-de-semana, mas a vontade de ali ficar crescia à medida que os convites para ver o mar se intensificavam. Anna já conhecia o mar, “mas o mar na Póvoa é diferente...tem mais energia, tem mais vida”. Tal como ela. Os primeiros tempos foram difíceis, porque o quarto até estava “com bonecos e não sei quê...aquilo até era bonito, mas eu não achava piada”, “gostava era de jogar à bola”. E depois faltavam as companhias de sempre para brincar. Nesse sentido, a escola foi importante para voltar ao contacto com muita gente como gostava, mas “estudar nunca foi muito a minha onda”.

Foi o tempo que a permitiu saber que este casal que a acolhia eram pessoas da sua família. Como a mãe não queria que fosse adotada pediu a um irmão que a acolhesse. E assim foi. Tudo o que irmão lhe pediu foi que este seu gesto servisse de incentivo para resolver os seus problemas de toxicodependência, o que não aconteceu.

Muitas das suas memórias reportam-se à oficina deste tio a quem chama pai e que a acolheu. Foi na oficina que passou muito do seu tempo, a ajudar a lavar e a aspirar os carros, mas também era onde ficava de castigo, sob alçada do pai, pois “assim era mais fácil para o meu pai controlar”. Era também neste espaço que decorriam as visitas com a sua mãe, embora estas fossem contra sua vontade, uma vez que não tinha “qualquer afetividade” com ela e que, para si, os seus pais já fossem outros. Disse-nos que “a minha mãe já era a R. e o meu pai era o Z.”.

---

<sup>3</sup> Nome escolhido tendo por base a personagem do filme “Para a minha irmã” com a qual se identifica. É uma personagem que é concebida *in vitro* para salvar a sua irmã que sofre de insuficiência renal.

Num dos anos em que reprovou, para não estar de castigo na oficina, decidiu começar a trabalhar na cozinha de um restaurante, onde “lavava tachos que eu cabia lá dentro”. Desde aí trabalhou sempre como forma de ser um pouco independente e de juntar para as suas coisas.

Chegada aos 16/17 anos, não sabe precisar, teve “aquela revolta que a gente tem com os pais” e quis ir estudar para a Régua, para tirar um curso de termalismo, embora não fosse a sua primeira opção. Lá encontrou o seu marido que, entretanto, emigrou para a Suíça. Depois de casarem, seguiu-lhe os passos e também emigrou. Neste momento, já tem um filho e espera pelo segundo.

Apesar do gosto pelo mar, enquanto lá está contenta-se com os lagos artificiais e sempre que possível passeiam para apaziguar as saudades. Apesar de tudo, gosta sempre de regressar, porque é aqui que tem o seu porto seguro: os tios a quem chama de pais, os amigos e a família do marido que, agora, também é sua.

“Mar calmo nunca fez bom marinheiro” e, talvez, tenham sido todas as adversidades que a ensinaram tão bem a remar contra a corrente.

### **1.7.2. Beta: “a vida é uma peça de teatro que não permite ensaios”**

A cortina abriu-se no verão quente de 1998. Beta<sup>4</sup>, era a mais nova de cinco irmãos, embora tenha vivido sempre, apenas, com duas das suas irmãs e a sua mãe, considerando que, “no meio daquela turbulência familiar”, “havia momentos perfeitos ali no meio”. Nunca sendo propriamente o motivo das discussões familiares, cedo se viu obrigada a arranjar estratégias que a fizessem sair de cena, para que não assistisse aos episódios de violência entre a mãe e a irmã do meio. Foi então que descobriu que a música podia ser um bom refúgio, porque “metia os fones nos ouvidos aos berros a saber que as pessoas estavam noutro sítio a passarem-se”.

Sempre muito próxima da sua irmã mais velha que a educou e que “conseguiu remar contra a maré sozinha”, Beta foi ensaiando os seus passos neste palco que é a vida e na escola sempre se mostrou motivada e empenhada. Da infância recorda uma amiga especial a quem confidenciava a sua história e, por isso, muitas vezes, esta amiga e a sua família acolheram-na noutros palcos e deram-lhe a conhecer outros enredos possíveis. Porém, subir a outros palcos é sempre um risco, porque envolve a tomada de consciência de que “de facto, a minha vida era muito diferente da deles”.

---

<sup>4</sup> Nome escolhido por ser o nome da última personagem que desempenhou numa peça de teatro.

A vida foi prosseguindo, por entre cenas diferentes, mas com um denominador comum: a violência. Entretanto foram-se vislumbrando novas personagens como o álcool e a droga. E o cenário foi ficando mais frágil, mais sombrio e menos esperançoso até que Beta, cansada de ser vítima – um papel que não era o seu – disse basta: “eu passei-me e disse “sabes que mais? vou mesmo chamar a polícia. Saí de casa em pijama, vim para a rua em pijama no meio da noite, chamei a polícia e a polícia, entretanto, veio [...]”.

Não terá sido o suficiente para encerrar esta peça, porque há histórias que se escrevem sempre assim, com finais inacabados. E esta é uma delas. Ainda assim, Beta foi capaz de subir a um palco novo e de se experimentar num novo papel. Agora tinha uma figura paterna com a qual nunca tinha contracenado. Tinha mais dois irmãos e uma mãe que, sendo mãe, não era igual à sua. As personagens são únicas e irrepetíveis, assim como o tempo.

A verdade é que esta entrada em cena numa nova família, ainda que já conhecida de há muitos anos, se fez sem ensaios. Depois da estreia foi preciso tatear novas rotinas, novas formas de ser e de estar, permitindo à Beta reconstruir-se com doses maiores de autoestima e confiança.

Hoje, Beta é a personagem principal da sua vida onde “canta, ri, dança, chora e vive intensamente cada momento da sua vida, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos”.

### **1.7.3. Emma: fugir para se encontrar**

Emma<sup>5</sup> é a mais velha de três irmãos, mas afirma que da infância “não há assim grande coisa a recordar [...] ou de importante”.

Nasceu no Algarve e veio para o Porto, pois foi a estratégia que a mãe encontrou para fugir à violência doméstica de que era vítima. Porém, também aqui se juntou a um companheiro que a agredia, procurando reconfortar-se no álcool.

Foi então que foi acolhida numa família de acolhimento, mas “o início foi muito complicado, porque [...] é uma sensação de abandono” e de “estar ali, ter muita gente e não ter ninguém”. Ficou a viver nessa família com o seu irmão, o Jonathan, e foi separada da irmã mais nova, embora vivessem muito próximas. Apesar de ter saído do seu lar por questões de violência, aqui pôde reconhecê-las novamente, apesar de que “eu acho que nem sofri tanto nessas coisas, eles é que sofriam mais. “[...] Não éramos maltratados, maltratados, mas hoje eu entendo que houvessem algumas negligências. Por exemplo, o Jonatahan....tinha agressões”. Sente que, de

---

<sup>5</sup> Nome escolhido por ser o nome de uma pessoa muito importante para si.

algum modo, teve sorte por nunca ter sofrido com estes danos, mas a relação que se estabeleceu não resistiu às marcas do tempo. Dois anos depois de estarem com esta família, Emma e os irmãos foram reintegrados com a sua mãe biológica, mas sem sucesso. Finda esta fase, encaminharam-na para um Centro de Acolhimento Temporário (CAT), mas o “temporário [...] não foi temporário. Quatro meses”.

Depois deste CAT, passou por muitas intuições desde o Porto, a Amarante e a Viseu sendo que, nas de Amarante, aquilo “era mesmo muito rigoroso. Tínhamos câmaras em tudo o que era sítio”, pois eram instituições em regime fechado. Foi aí que passou grande parte da sua infância, mas confessa que “nunca fui muito de fortalecer grandes amizades”. Como os seus comportamentos “não eram os melhores”, separaram-na da irmã e percorreu várias instituições de acolhimento residencial das quais fugia, acabando sempre por regressar ao CAT onde inicialmente chegara. Foi difícil para si esta convivência muito no feminino, pois “eu nunca me dei muito com meninas, portanto...sentia-me mesmo mal”.

Cresceu rodeada de pessoas, mas a sentir-se desamparada e a tentar fugir a um fado que não era o seu. Os vínculos afetivos que estabelecia eram frágeis, mas lembra-se “muitas vezes das pessoas [...] o que eu acho que é isso [...] que significaram alguma coisa de importante para mim”. Nesta busca constante de um sentido para a vida, volta a fugir de uma das instituições e vive uns tempos com o pai, tendo sido dada como desaparecida. Quando volta, procura auxílio no CAT e, de novo, é encaminhada para uma outra instituição da qual foge ao saber que está grávida. Esta fuga acontece porque “tive medo que estando lá me pudessem tirar o bebé [...]”.

Sob a responsabilidade deste seu companheiro, saiu da instituição e foi viver com ele até aos seus 21 anos. Entretanto separou-se e encontrou um novo parceiro de quem está grávida, embora já não esteja com ele. Condição pelo pouco tempo que tem, porque a maternidade lhe ocupa todo o tempo-livre, deseja agora sonhar aquilo que, outrora, não pôde. Antigamente “não pensava em nada. A única coisa que queria era voltar para casa”. Hoje, aprendeu a construir novos sonhos e “queria tirar o curso. Queria ser advogada. Não lhe digo que fosse para exercer, mas se o tirasse já ficava satisfeita”.

Passaram-se 27 anos. 27 anos e, muitas fugas depois, Emma encontrou-se.

#### **1.7.4. Jonathan: há relógios que nunca se acertam**

Há marcas que o tempo não apaga e estas, mesmo que o Jonathan<sup>6</sup> quisesse esquecê-las, o espelho faz questão de as lembrar. Foram-lhe cravadas no rosto que, apesar de tudo, nos olha de frente. São memórias de um pai que o afagava apagando cigarros na cara.

Nascido no Algarve, ainda pequeno teve de subir, juntamente com as suas duas irmãs, para que a mãe pudesse recomeçar longe dos abusos de que, também ela, era vítima. Costuma dizer-se que, até um relógio parado está certo, pelo menos, duas vezes ao dia. Mas como é que se acerta um relógio de um tempo que queremos esquecer? Ainda hoje, com 23 anos, Jonathan não consegue ouvir o som da rádio quando dá as horas. Ouviu com frequência aquele “é meia noite, menos uma hora nos Açores” e muitas horas já se passaram desde então, mas este aviso lembra-lhe as chegadas do pai a casa e os momentos em que batia na mãe. Embora diga que “não tenho muitas memórias anteriores aos 10 anos, pronto. Os psicólogos dizem que é normal, que é uma forma de o meu cérebro bloquear ou reprimir memórias menos boas [...]”, isto marcou-o, porque há horas que custam a passar.

Depois, os tempos que se seguiram, não são muito claros e as memórias tendem a evadir-se. Já no Porto, ele e as suas irmãs, foram retirados à mãe, sobretudo porque esta se esquecia das horas de tratar dos cuidados de higiene e alimentação. Foi então que numa “carrinha que estava cheia de brinquedos” os levaram aos três para outras famílias, ficando Jonathan com a sua irmã mais velha e separado da mais nova, embora fossem todos vizinhos.

Nesta nova família, Jonathan reviveu tempos antigos de violência, principalmente por não gostar de comer sopa. Esqueceu-se de brincar, não sabe se brincou. Recorda uma fotografia, desse tempo, onde está num jardim com a irmã. Imagina que aí fossem brincar. Restam-lhe as lembranças das visitas da mãe que, quando os visitava, levava “sempre muitas coisas...guloseimas e batatas fritas [...]”, mas que nunca lhes conheceu o sabor. As visitas eram uma doçura-amarga, porque apesar de querer estar com a mãe, os acolhedores não facilitavam estes contactos e nunca permitiram a sua entrada em casa, ficando sempre no pátio e, no final, tinham de ouvir as críticas que eram apontadas àquela que, apesar de tudo, era a sua mãe.

Nesta corrida contra o tempo, a ver se, finalmente, chegava o tempo de ser criança e de ser feliz, Jonathan foi institucionalizado e aqui passou a maior parte da sua vida. Foram 12 anos. 12 anos a crescer numa instituição onde diz se ter feito homem. À chegada, soube logo aquilo

---

<sup>6</sup> Nome escolhido tendo por base uma obra literária de fantasia chamada “Caçadores de Sombras”, onde Jonathan é a personagem principal, que cresceu longe da família de origem, mas “mesmo assim é muito bom no que faz”.

que queria fazer: afastou-se da mãe e procurou seguir os seus estudos. Hoje, licenciado em Educação Social e a trabalhar num CAFAP, tudo o que espera é “poder fazer com os outros jovens aquilo que fizeram comigo”.

#### **1.7.5. Mike: “mais vale morrer de pé do que viver de joelhos”**

Mike<sup>7</sup> viu-se, desde cedo, obrigado a crescer repentinamente. Perdeu o pai quando tinha, apenas 5 anos, por questões de saúde ligadas ao consumo excessivo de álcool. Nos anos que se seguiram a mãe acompanhou-o quer a si quer ao seu irmão, três anos mais novo. Porém, aos 10 anos, voltou a conhecer o sabor amargo das perdas. Desta vez, perdia a mãe para um inimigo que muitos já conhecem: o cancro.

Era, agora, órfão de pai e de mãe e foi então que um casal amigo dos seus pais os decidiu acolher, “quase uma obrigatoriedade digamos assim”.

Tudo o que sentiu na altura foi uma incerteza e uma revolta muito grande que o fizeram perder o ano. Mas depois, desenvolveu “uma mentalidade de avançar rápido, de crescer rápido”, sobretudo pela preocupação com o irmão. Foi assim que cresceu e que se agarrou aos estudos pensando que “tu tens que ter boas notas porque tu tens que estudar, porque tu tens que ter um bom trabalho, porque tu precisas de sustentar o teu irmão, porque tu precisas disto e vais precisar disto, portanto se vais precisar disto tens que ter isto”.

Na família de acolhimento, integrou-se facilmente e partilhavam tudo. Os filhos deste casal passaram a ser os seus irmãos, embora “na realidade somos só dois irmãos e estes dois irmãos à parte da outra família, mas apresentamos todos uns aos outros como se fossemos todos irmãos, somos quatro já”. Recorda desse tempo as brincadeiras na rua e no monte. “Era brutal”.

Sentiu-se sempre mais um filho, “tive tudo igual, exatamente igual àquilo que os filhos dela também tiveram”, mas quando começou a crescer a vontade de ter a sua própria família cresceu com ele. Aos 17 anos foi viver com uma mulher mais velha, de 32, por quem se apaixonou e porque sentia “uma necessidade maior do que as outras pessoas normais de criar família”. Foi durante este período que se formou em engenharia eletrotécnica e, posteriormente, começou a trabalhar numa das empresas mais conceituadas do país. Foi assim até ao dia em que chegou a casa e “só tinha as paredes brancas”. Nunca soube o porquê, nem nunca mais a viu. Não houve explicações. Foi como se estivesse a enfrentar de novo a morte de alguém que lhe era próximo, mas, desta vez, sabendo que a pessoa estaria por cá. Em algum lugar, ainda que incerto.

---

<sup>7</sup> Não apresentou qualquer justificação.

Seguiram-se uns anos no estrangeiro para recomeçar e, quando regressou, reencontrou grande parte dos amigos da infância. Nesta nova etapa da vida, decidiu trabalhar por conta própria como motorista da Uber como forma de poder ter um controlo maior sobre aquilo que lhe acontece “porque já estava farto de ser controlado de determinada forma”.

Assume que gosta de viver no limite e que encara “cada dia como se fosse o último”. Nesta linha ténue que o separa daquilo que pode, efetivamente, controlar, vive intensamente para a família (“levo a minha tia ao trabalho todos os dias”) e para os amigos (“se queres ter amigos para a vida, arranja vida para os amigos”).

“Eu acho que, mesmo para terminar, acho que mais vale morrer de pé do que viver de joelhos. É mesmo essa a minha filosofia”. Afinal, vivermos aquilo que queremos e como queremos é, também, uma questão de dignidade.

### **1.8. O percurso investigativo**

Estar em investigação significa um contínuo de avanços e recuos. Como tal, desde o momento em que o pré-projeto<sup>8</sup> foi entregue, algumas mudanças foram necessárias para que o estudo aqui apresentado se desenvolvesse. Neste sentido, como forma de facilitar a compreensão da análise dos dados obtidos, apresentaremos uma breve incursão sobre o percurso investigativo realizado.

Depois de um período de reflexão, optámos por reformular o projeto, pelo que o objetivo passou a ser o de caracterizar a infância de jovens – adultos que tenham experienciado a medida de acolhimento familiar na infância, procurando explorar aspetos como recordações do dia em que conheceram a família de acolhimento; as pessoas que mais os marcaram desta família; quais eram as expectativas em relação à família de acolhimento; quais as maiores dificuldades no período de adaptação; qual pensam que seriam a melhor opção para crianças que não podem

---

<sup>8</sup> Inicialmente, o objetivo geral era o de compreender o grau de satisfação de crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos que estivessem em acolhimento familiar. Para o efeito, contactámos o ISS, responsável pelo enquadramento legal da medida (nomeadamente com o Setor de Adoção, Apadrinhamento e Acolhimento Familiar, da Unidade de Infância e Juventude, do Departamento de Desenvolvimento Social e Programas), para fazer um mapeamento a nível nacional que permitisse contactar com crianças que vivessem em famílias de acolhimento e tivessem mais de 8 anos de idade. Este contacto não invalidaria outros, particularmente com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Mundos de Vida. Depois de reunida a população em estudo, a investigação desenvolver-se-ia em dois momentos: no primeiro momento, com a colaboração do Setor de Adoção, Apadrinhamento e Acolhimento Familiar, da Unidade de Infância e Juventude, do Departamento de Desenvolvimento Social e Programas, seriam recolhidos dados a nível nacional, bem como identificados contextos e possibilidades de aplicação do questionário de Avaliação do Grau de Satisfação dos Clientes em Acolhimento Familiar (elaborado pela Segurança Social) a crianças acolhidas em famílias de acolhimento; no segundo momento seriam escolhidas um número mais reduzido de crianças, de modo a realizar entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de compreender com maior profundidade a nossa questão de investigação. Porém, com o decorrer do tempo e, principalmente, devido a algumas questões éticas que se levantaram, percebemos que este poderia ser um caminho difícil para todos os envolvidos enquanto investigadores e também para as possíveis crianças que viessem a integrar o estudo, a quem a investigação nunca poderia provocar danos, causar desconforto e instabilidade. Além das dificuldades já elencadas surgiu uma outra, pelo facto de a Mundos de Vida não se mostrar disponível para colaborar com esta investigação, uma vez que tem aberto, frequentemente, as suas portas a diversas investigações neste âmbito e se sente sobrecarregada.

viver com a sua família de origem, entre outras. Para o efeito, recorreu-se às histórias de vida, através de entrevistas semiestruturadas.

Neste sentido, realizaram-se alguns contactos, enviando um e-mail para a responsável pelo setor de Adoção, Apadrinhamento e Acolhimento Familiar, da Unidade de Infância e Juventude, do Departamento de Desenvolvimento Social e Programas do Instituto de Segurança Social e para o Diretor do Núcleo da Infância e Juventude do Centro Distrital da Segurança Social do Porto, pedindo-lhes ajuda para a constituição da amostra. Dada a falta de respostas, tentámos, através de algumas reportagens existentes sobre o acolhimento familiar, estabelecer contactos com os envolvidos. Após um desses contactos, uma pessoa mostrou-se disponível em participar, pedindo que lhe fosse enviado, previamente, o guião. Tal como fora combinado, o guião foi enviado, não se tendo obtido, posteriormente, qualquer resposta. Voltou-se a tentar este contacto, pedindo que esclarecesse a sua vontade ou não em participar e agradecendo a sua disponibilidade, mas, novamente, sem sucesso.

Face aos constrangimentos verificados até então, optámos por rentabilizar a nossa rede de conhecimentos informais, através da qual se conseguiram, inicialmente, duas pessoas disponíveis para participar na investigação. Numa lógica de “bola de neve” e, tal como já foi referido noutro ponto do trabalho, as mesmas proporcionaram o encontro de outras pessoas que correspondiam aos critérios definidos para a constituição da amostra que, desejavelmente, deveria ter, no mínimo, 8 pessoas. Apesar de no presente estudo se apresentarem 5 histórias de vida, foram realizadas 6 entrevistas. Todavia, no decorrer de umas delas, a jovem entrevistada referiu que, aos 12 anos, foi adotada pela suposta família de acolhimento. Procurou-se esclarecer qual era, de facto, a sua situação perante o acolhimento, tendo-se percebido que a jovem, como foi adotada pela mesma família com quem estava desde o seu primeiro mês de vida, deveria estar a usufruir de uma outra medida de promoção e proteção, uma vez que não é permitido às famílias de acolhimento a adoção. Ainda assim, deu-se continuidade à entrevista por respeito ao participante, mas, seguidamente, clarificou-se que, para os efeitos da investigação, só poderiam ser validadas entrevistas de jovens – adultos que tivessem experienciado a medida de acolhimento familiar e que, apesar de na interpretação da jovem a sua situação ser entendida como acolhimento familiar, legalmente não o era.

Quando os 5 participantes estavam definidos, deu-se início à fase das entrevistas. Antes de as iniciar, explicou-se, a cada sujeito, o objetivo do trabalho e o que se pretendia ao realizar a entrevista, referindo-se que teriam liberdade para falarem sobre a sua experiência de vida



abordando, somente, os assuntos em relação aos quais se sentiam à vontade, respeitando-se a sua vontade quando isso não acontecesse.

Todas as entrevistas foram realizadas nos locais escolhidos pelos participantes, tendo uma delas implicado uma deslocação a Lisboa, onde reside um dos participantes e, uma outra, foi realizada via Skype. As entrevistas foram gravadas com recurso a um gravador para registo áudio. Após a realização de cada entrevista, foram anotadas todas as informações consideradas relevantes acerca de cada participante e outras informações pertinentes resultantes de conversas informais. Numa fase posterior, foi feita a transcrição integral das entrevistas.

Como forma de efetivar o compromisso estabelecido com os participantes, tal como constava no consentimento informado, devolveu-se os dados obtidos aos mesmos. Para o efeito, enviou-se as histórias de vida construídas sobre cada um e que já apresentámos neste trabalho (cf. caracterização dos participantes), pedindo que, caso verificassem alguma informação incorreta, não concordassem com a forma como determinado evento era descrito ou se não quisessem que determinadas informações relativamente à sua história fossem partilhadas, informassem a investigadora para que a mesma pudesse corrigir estes aspetos.



## **PARTE III – Análise e discussão dos dados do estudo empírico**

### **Capítulo 1 – Análise dos dados**

Para uma melhor compreensão do processo de análise e dos dados obtidos, a consulta da informação contida em apêndices é indispensável.

Assim, no ponto que a seguir se apresenta, analisamos o discurso dos sujeitos, procurando ir ao encontro dos objetivos iniciais do trabalho. Para tal, procuramos identificar os traços dominantes das suas produções verbais, os aspetos comuns e distintivos entre si e as respetivas implicações.

A análise dos dados acerca da experiência em acolhimento familiar dos jovens – adultos permitiu-nos verificar que esta se trata de uma vivência complexa e multifacetada, no sentido em que encerra aspetos positivos (referentes sobretudo ao desenvolvimento de um conceito de família e ao conhecimento de diferentes padrões familiares, ao estabelecimento de regras e limites, aos cuidados individualizados e à oportunidade de olhar o mundo de uma outra forma), mas também negativos (predominantemente referentes ao período inicial de acolhimento, às visitas com a família de origem e à possibilidade de ocorrência de maus-tratos).

A análise de conteúdo de Bardin (2011) permitiu-nos identificar 11 categorias de análise (cf. tabela 2). Destas, um destaque particular para as categorias que obtiveram mais verbalizações por parte dos sujeitos: transição para o acolhimento familiar [A], relação com a família de acolhimento [B], relação com a família de origem [C] e socialização [E]. O grande número de verbalizações obtidas nestas categorias não constituiu uma surpresa, uma vez que as mesmas pretendiam dar resposta aos objetivos específicos que se almejavam alcançar com este trabalho.

Contudo, emergiram algumas categorias que não estavam previstas e que se distanciam dos objetivos definidos, nomeadamente a categoria de análise relativamente aos “percursos entre o acolhimento familiar e a institucionalização” [F] e categoria designada “Da família real à família desejada” [K]. Apesar destas categorias não constituírem previamente um motivo de análise, as mesmas revestem-se de particular importância para os entrevistados e para a análise e intervenção psicossocial com crianças jovens e famílias, pelas questões que levantam e pelas implicações práticas que impõem, motivo pelo qual decidimos integrá-las na análise e discussão dos dados, de acordo com as categorias e subcategorias de análise definidas e que apresentamos de seguida:

<b>Transição para o acolhimento familiar [A]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Entidade responsável por decretar a medida;</li> <li>▪ Motivo da retirada;</li> <li>▪ Conhecimento prévio da família de acolhimento;</li> <li>▪ Informações obtidas;</li> <li>▪ Dificuldades;</li> <li>▪ Sentimentos experimentados ao longo da colocação;</li> <li>▪ Impacto da transição (ao nível escolar, da saúde e das relações sociais).</li> </ul>
<b>Relação com a família de acolhimento [B]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Relação com o casal acolhedor;</li> <li>▪ Relação com os filhos do casal;</li> <li>▪ Relação com a família alargada da família de acolhimento;</li> <li>▪ Convivência familiar.</li> </ul>
<b>Relação com a família de origem [C]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Existência ou não de visitas;</li> <li>▪ Autores das visitas;</li> <li>▪ Local das visitas;</li> <li>▪ Dificuldades sentidas nas visitas;</li> <li>▪ Consequências das visitas para a criança ou jovem acolhido;</li> <li>▪ Consequências das visitas para os acolhedores.</li> </ul>
<b>Relação com a escola [D]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Percurso escolar;</li> <li>▪ Habilitações literárias.</li> </ul>
<b>Socialização [E]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Figuras significativas;</li> <li>▪ O brincar;</li> <li>▪ Instituições importantes.</li> </ul>
<b>Percursos entre o acolhimento familiar e a institucionalização [F]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vivências em acolhimento residencial;</li> <li>▪ Representações acerca da institucionalização.</li> </ul>
<b>Expectativas de futuro durante o período de acolhimento [G]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Regresso à família de origem;</li> <li>▪ Permanência no acolhimento familiar;</li> <li>▪ Sonhos/ambições.</li> </ul>
<b>Representações acerca das potencialidades e dos constrangimentos do acolhimento familiar [H]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Potencialidades;</li> <li>▪ Constrangimentos.</li> </ul>
<b>Sugestões de mudança [I]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mais técnicos;</li> <li>▪ Seleção e formação das famílias de acolhimento;</li> <li>▪ Captação de famílias mais jovens.</li> </ul>
<b>Transição para a autonomia de vida [J]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Motivação para arranjar emprego;</li> <li>▪ Experiências profissionais.</li> </ul>
<b>Da família real à família desejada [K]</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Família real;</li> <li>▪ Família desejada.</li> </ul>

**Tabela 2** – Síntese das categorias e das subcategorias de análise

De forma a propiciar uma exposição mais clara dos resultados, a seguir à descrição de cada grande grupo de categorias seguir-se-á a sua análise e discussão fundamentadas nos conhecimentos teóricos e empíricos disponíveis neste domínio.

Neste sentido, passamos a analisar o discurso dos sujeitos retomando os objetivos básicos do trabalho. Para isso, dividimos o capítulo seguinte por categorias e subcategorias, interpretando, discutindo e analisando os dados.

## **Capítulo 2 – Interpretação e discussão dos dados**

### **2.1. Transição para o acolhimento familiar**

Nesta categoria pretendemos compreender como foi o processo de transição para o acolhimento familiar, isto é, olhar para a situação da criança/jovem antes do acolhimento e qual o contexto da sua família de origem que motivou o acolhimento. Do mesmo modo, foi nossa intenção compreender de que modo estes jovens – adultos foram preparados para esta medida de promoção e proteção e de que forma decorreu o processo de adaptação à nova realidade familiar e quais os avanços ou retrocessos verificados ao longo do tempo.

A transição para o acolhimento é caracterizada por Delgado (2011, p.82) como uma “transição ecológica radical”, caracterizada por sentimentos de angústia, medo do desconhecido, solidão e incerteza.

Apesar de se reconhecer que a preparação para o acolhimento é um fator extremamente importante para o sucesso da colocação (Delgado, 2011), verificou-se que a maioria das colocações ocorreu de forma repentina, resultado de uma retirada imediata da criança à sua família. Excetuando a situação de Anna (6, (24))<sup>9</sup> que refere que “*eu fui completamente preparada*”, todos os outros jovens – adultos descrevem o período inicial de transição para o acolhimento como repentino e difícil. Observámos nos discursos dos participantes poucas referências à presença de técnicos neste período, que os auxiliassem de forma direta na transição e que fizessem o devido acompanhamento. Todavia, foi possível perceber que, antes da decisão de acolher, algumas das famílias foram avaliadas no sentido de verificar as condições de habitabilidade “*o meu pai teve que fazer obras na casa...algumas exigências que faziam*” (Anna, 6, (24)) e as motivações para acolher: “*tiveram que ir lá a casa entrevistar toda a gente, perceber se havia condições, se...porque motivo é que eles queriam ficar comigo, se era tudo por motivos corretos*” (Beta, 16, (19)).

---

<sup>9</sup> Esta apresentação pretende enquadrar temporalmente os excertos. Assim, o primeiro número corresponde à idade no início do acolhimento e o segundo diz respeito à idade atual.

### 2.1.1. Entidade responsável por decretar a medida

Nesta subcategoria pretendemos compreender quais foram as entidades responsáveis por decretar a medida de acolhimento familiar, de forma a refletir sobre a existência de consentimento para a decisão da mesma e de eventuais conflitos inerentes a esta tomada de decisão.

No sistema de proteção português, a intervenção delinea-se a partir do conceito de perigo e deve obedecer a determinados princípios orientadores, entre os quais se destacam o princípio da intervenção mínima (alínea d) do art.4º da Lei nº147/99, de 1 de setembro) e o da subsidiariedade (alínea j) do art.4º da Lei nº147/99, de 1 de setembro). Neste último, refere-se que a intervenção deve ser efetuada, sucessivamente, pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

As CPCJ são definidas como instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir, ou pôr termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Deliberam com imparcialidade e independência quando há incapacidade ou impossibilidade de atuação das entidades com competência em matéria de infância e juventude, sendo necessário o consentimento dos pais, representantes legais ou dos detentores da guarda de facto e a não oposição do menor com idade igual ou superior a 12 anos (Lei nº 147/99, de 1 de setembro).

Tendo por base o princípio da subsidiariedade, seria expectável que as CPCJ tivessem sido as entidades responsáveis por decretar a medida de acolhimento familiar. No entanto, no presente estudo, apenas no caso de Beta (16, (19)) foi esta a entidade responsável por decretar a medida:

*foi a CPCJ, depois de...a polícia passou o caso para uma assistente social da CPCJ...ah...eu pude ficar temporariamente com a família que me quis acolher, primeiro eu fui lá para casa durante uns dias...passado uma semana essa família perguntou-me "olha tu gostavas de ficar connosco até fazeres 18 anos?", eu disse que sim claro gostava mesmo muito...*

Nesta subcategoria foi-nos difícil perceber que entidades estiveram envolvidas na tomada de decisão. Esta situação poderá estar relacionada com o desconhecimento dos jovens – adultos deste processo ou pelo facto de serem muito novos quando a medida foi decretada. Do mesmo modo, parece-nos que os participantes não estão conhecedores do princípio de subsidiariedade nem das competências de atuação da CPCJ, pelo que poderão ter sido mais os casos em que a medida de acolhimento familiar foi decretada por esta entidade. Vejamos alguns dos exemplos: “*eu não sei se havia a CPCJ, eu acho que foi o tribunal na altura, percebes? [...]* Não sei e não sei

*se na altura já havia a CPCJ, não te sei explicar, porque são coisas que eu também não sei muito bem"* (Anna, 6 (24)) ou *"pois eu nem sei na altura já existia a CPCJ, mas é provável que sim"* (Emma, 8 (26)).

O tribunal deveria, então, ser a última entidade a atuar neste âmbito, pois a sua atuação ocorre pela inexistência de CPCJ com competência territorial ou a sua incapacidade de atuação; não obtenção ou retirada do consentimento dos pais, representantes legais ou dos detentores da guarda de facto; incumprimento reiterado do acordo de promoção celebrado com a CPCJ; oposição do menor com idade igual ou superior a 12 anos; atraso da CPCJ na tomada de decisão (6 meses após o conhecimento da situação); desacordo do Ministério Público quanto à legalidade ou adequação da decisão proferida pela CPCJ e apensação do processo da CPCJ ao processo judicial (Fialho, 2011.).

Apesar das dificuldades referidas anteriormente em perceber que entidades decretaram a medida, dois dos jovens afirmaram que esta decisão foi da responsabilidade do tribunal:

**E:** *quem é que determinou a medida?*

**Jonathan (6, (23)):** *o Tribunal de Menores do Porto.*

**E:** *e quem é que decretou na altura essa medida sabes...se foi um tribunal, se foi a CPCJ?*

**Mike (10, (27)):** *foi o tribunal de menores.*

Os resultados observados são concordantes com os obtidos no estudo sobre o acolhimento familiar no distrito do Porto, onde 80,6% das colocações foram da responsabilidade do tribunal (Delgado & Carvalho, 2013).

O facto de a decisão pelo acolhimento familiar ter ficado ao encargo da última entidade na linha de atuação defendida no princípio da subsidiariedade, poderá estar relacionado com a ocorrência das inúmeras situações referidas para a atuação desta entidade, mas sobre as quais não conseguimos obter informações que nos permitam afirmar um motivo.

### **2.1.2. Motivo da retirada**

Dos relatos obtidos, foi possível perceber que os pais dos jovens – adultos que foram acolhidos na infância, eram pessoas que apresentavam, na sua maioria, problemas de adição, de saúde mental e sociais graves. Por este motivo foi necessária a intervenção de uma das entidades referidas na subcategoria anterior, por forma a retirar as crianças da situação de perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro).

Deste modo, procurámos categorizar as diferentes tipologias de maus-tratos que estiveram na origem da retirada às suas famílias de origem e perceber se os próprios estavam conhecedores destes motivos.

Pensando na definição de perigo que consta na legislação, uma criança encontra-se em perigo quando “está abandonada ou vive entregue a si própria” (artigo 3º., Lei nº147/99, de 1 de setembro), pelo que, quando uma criança fica órfã, está efetivamente em perigo necessitando de uma resposta por parte do Estado que assegure o seu bem-estar e os seus direitos, designadamente o direito à família. Foi o que aconteceu com Mike (10, (27)), que ficou órfão de pai e mãe aos 10 anos, pelo que o próprio reconhece que foi esta a situação que motivou o seu acolhimento: *“os meus pais faleceram quando eu tinha 10 anos, o meu pai faleceu quando eu tinha 5 e a minha mãe faleceu quando eu tinha 10...e pronto, foi quase uma obrigatoriedade digamos assim”*.

No decorrer das entrevistas realizadas, testemunhámos outras tipologias de maus-tratos, mais gravosas e claramente expressas na legislação em vigor, como o maltrato físico, a negligência e a exposição a modelos de comportamento desviantes.

O maltrato físico reporta-se a qualquer ação não acidental, isolada ou repetida, infligida por pais, cuidadores ou outros com responsabilidade face à criança ou jovem, a qual provoque (ou possa vir a provocar) dano físico (APAV, 2011). Os relatos deste tipo de maltrato não foram manifestamente expressos e quando surgiram foi no decorrer de uma conversa informal já depois da entrevista ser realizada. Dos jovens – adultos entrevistados, apenas Jonathan (6, (23)) sofreu de maus-tratos físicos por parte do pai, conforme o próprio e a sua irmã Emma (8, (26)) recordam: *“as más memórias, piores, que eu tenho dessa minha infância é, por exemplo, a violência doméstica que sofri por parte do meu pai, por isso...”* (Jonathan, 6 (23)); *“eu era muito pequenina não é, mas pelo que percebia era porque...era por violência doméstica, por parte do meu pai, quer à minha mãe quer aos meus irmãos. Eu nunca sofri muito com isso nem com o meu pai nem depois com o meu padrasto. Eles é que sofreram mais, pronto os meus irmãos e a minha mãe”* (Emma, 8 (26)).

A negligência foi, possivelmente, a forma de maltrato mais comum entre os entrevistados e coocorria com outras formas de maus-tratos. A negligência diz respeito às situações em que as necessidades básicas da criança e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis), embora não de uma forma manifestamente intencional de causar danos à criança (APAV, 2011) e pode manifestar-se a vários níveis:



**Beta (16, (19)):** [...] a nossa mãe utilizava por exemplo o dinheiro da segurança social que vinha para nós, um exemplo só para perceberes o ambiente familiar, usava o dinheiro da segurança social e da pensão de alimentos para por extensões no cabelo que era tipo 200 euros e nós não tínhamos o que comer em casa, então havia muitas coisas que era assim...e eu não recebia educação básica, eu não cuidava da minha higiene porque também ninguém me obrigava a fazê-lo, eu não escovava o cabelo, passava muito tempo sem tomar banho e não escovava os dentes...era mesmo ... não queria saber e então a vida era assim um bocado turbulenta [...].

**Jonathan (6, (23)):** sim, por exemplo...os motivos que levaram ao facto de eu e as minhas irmãs sermos postas em famílias de acolhimento devia-se, principalmente, à violência doméstica praticada pelo meu pai e também à negligência familiar por parte da minha mãe, a nível de cuidados de higiene, alimentação e isso tudo, pronto.

O facto de percebermos que a negligência é uma forma de maltrato recorrente é preocupante, na medida em que a literatura demonstra que esta modalidade de maltrato se traduz em maiores índices de psicopatologia, num desenvolvimento de vínculos inseguros com os cuidadores e as crianças negligenciadas revelam défices na distinção das emoções (Azevedo & Maia, 2006).

A exposição a modelos de comportamento desviantes prende-se com condutas do adulto que potenciam na criança padrões de condutas antissociais ou desviantes bem como perturbações do desenvolvimento (desorganização afetiva e/ou cognitiva), embora não de uma forma manifestamente intencional (APAV, 2011) e onde se podem incluir modos de vida dos adultos que põe em perigo o bem-estar das crianças e jovens. Verificámos que, no caso dos participantes do estudo, estes diziam respeito a situações de alcoolismo, prostituição e toxicodependência “*porque andava na droga e álcool e prostituição e no meio da rua...dormia onde calhava e onde ficava...foi por isso que fui retirada*” (Anna, 6 (24)). Verificámos, também, a existência de situações de violência doméstica como descreve Beta (16, (19)):

*quando as discussões muito graves que havia em casa aconteciam, chegavam a agressões físicas e eram entre a minha mãe e uma das minhas irmãs [...] a discussão começou por um comando de televisão entre a minha irmã do meio e a minha mãe e elas de repente já estavam aos insultos tipo "dá-me cá isso, dá-me cá" e de repente estavam uma em cima da outra com tesouras percebes?"*

O confronto com este tipo de situações deixava-os, enquanto crianças, mais vulneráveis e incapazes de agir, como podemos observar: “eu era a mais pequena, não sabia o que fazer, saía daquela divisão, metia os fones nos ouvidos aos berros a saber que as pessoas estavam noutra sítio a passarem-se”.

As razões elencadas para o acolhimento familiar são concordantes com as observadas por Delgado e Carvalho (2013), de onde sobressaem a negligência (84,8%) e os maus-tratos físicos (14,9%).

Conforme pudemos perceber, os fatores de risco que estiveram na origem das diferentes retiradas dizem respeito a características da família de origem, o que nos levou a questionar sobre

o tipo de apoio que estas poderão ter recebido antes da retirada ocorrer e durante o período em que as crianças estiveram acolhidas. Percebemos que os apoios prestados, numa fase anterior ao acolhimento, ou não existiam, “porque eu sei que ninguém tinha feito nada” ou eram apoios monetários, o “dinheiro da Segurança Social” e de caráter pontual. Quando a transição ocorre, e pelo desejo de alguns pais em voltar a ter os filhos consigo, percebemos que os apoios prestados eram de natureza médica com vista ao tratamento das situações aditivas, tal como Anna (6, (24)) elucida: “...ela como me queria ter, queria ter-me de volta, fizeram o primeiro internamento, a primeira desintoxicação...tentaram fazer”. Porém, a percepção que os jovens – adultos têm é de que estes foram ineficazes, “porque as coisas nunca...nunca foram a 100%”. Uma vez que a viabilidade da medida de acolhimento familiar passa, também, pela reestruturação da família de origem, era necessária uma maior mobilização por parte da equipa de acolhimento e da sua rede, disponibilizando outro tipo de apoios, entre os quais destacámos o apoio social que nestas famílias é tido como “um dos fatores de proteção que podem contribuir para neutralizar o efeito de risco” (López, 2010, p.147).

### **2.1.3. Conhecimento prévio da família de acolhimento**

Esta subcategoria visava conhecer os momentos que antecederam a colocação em acolhimento familiar e que pretendiam ser facilitadores da integração da criança ou jovem na nova família. Por outro lado, permitiu-nos compreender qual era a relação dos acolhidos com a família acolhedora antes da colocação. Constatámos que dois dos jovens – adultos já conheciam a família de acolhimento antes do acolhimento se iniciar, porque estas eram suas amigas, tal como recordam Beta (16, (19)) e Mike (10, (27)), apesar deste último evidenciar alguma incerteza apesar deste conhecimento.

**Beta (16, (19)):** *ora bem, eu já ia dormir lá a casa com alguma frequência porque... já conhecia o número de pessoas na família, já sabia que eram os dois pais, dois filhos, uma das filhas...um rapaz e uma rapariga, uma das filhas era minha amiga e viviam também com a mãe da mãe ou seja a avó materna também vive lá em casa...eu já os conhecia muito bem ou seja já frequentava a casa, já tinha uma escova de dentes lá em casa própria [...].*

**Mike (10, (27)):** *eram pessoas amigas da família...[...] sabia para onde ia...não sabia com o que é que ia contar, mas sabia para onde é que ia.*

A situação de Anna (6, (24)) foi semelhante no sentido em que também conhecia a família quando se iniciou o acolhimento, embora este conhecimento tenha sido proporcionado pelos

técnicos da instituição onde se encontrava tendo em vista o próprio acolhimento que ocorreu por parte de familiares, um tio materno.

*é assim....pelo aquilo que eu sei, eles visitaram-me a primeira vez eu tinha 4 anos só que o processo foi muito moroso e entre visitas à casa deles, entre exigências à casa deles, onde eles tiveram de fazer obras, onde também perguntaram coisas na rua sobre eles, entrevistas que fizeram a pessoas. Por isso eu acho que foi mais ou menos um período de 2 anos. Eu tinha 4 na altura, mas não te sei precisar. Eu só me lembro mesmo a partir dos 6. Só tenho mesmo memória aos 6 anos, mas eles dizem que o processo foi muito longo e eram família [...].*

O facto de existir este conhecimento prévio dos envolvidos, conforme as situações apresentadas é importante para que a família saiba como atuar, de que modo pode contribuir para o desenvolvimento harmonioso da criança e melhor compreender o “desenvolvimento cognitivo e emocional, a sua saúde e historial clínico, os seus métodos de comunicação, as brincadeiras e atividades preferidas, de que necessitas para se sentir segura” (Delgado, 2010b, p.84). Ainda assim, podemos questionar-nos sobre a forma como se dá este conhecimento e de que forma podemos proporcioná-lo, no sentido em que uma análise mais pormenorizada de um dos relatos é bastante reveladora: “claro que ela tentou montar o melhor quarto com barbies e bonecas, mas eu gostava era de jogar à bola, mas ela não sabia. Ela encheu-me o quarto com bonecos e não sei quê...aquilo até era bonito, mas eu não achava piada”. Neste caso em particular, os acolhedores tiveram oportunidade de se familiarizar previamente com a criança, com as suas características e os seus gostos, o que é fundamental na perspetiva de Palacios (2015) e fizeram-nos ao longo de dois anos até se efetivar o acolhimento. No entanto, parece existir uma falha de comunicação num aspeto tão importante como os gostos da criança que se traduziu na criação de um espaço no qual ela iria passar muito tempo, mas com o qual não se identificava.

#### **2.1.4. Informações obtidas**

Esta subcategoria está intimamente relacionada com a anterior e incidiu nas informações e nas explicações prestadas à criança ou jovem aquando da transição para a sua nova família, de modo a compreender o que é que os mesmos já sabiam sobre a família de modo a facilitar a sua integração.

Apesar dos jovens – adultos mostrarem que sabiam os motivos pelos quais estavam a ser acolhidos e de, em alguns casos, já conhecerem as famílias acolhedoras, percebemos que as informações prestadas nesta transição foram escassas. Estas informações podiam ter sido prestadas por todos os intervenientes e, se possível incluir a própria família de origem, mas esta situação não se verificou. A este nível, Palacios (2015) considera que, a partir dos 2 anos de idade,

as crianças já têm capacidade para receber determinadas explicações que as ajudem a perceber a situação e que estas são bastante úteis para a construção de expectativas futuras, sugerindo que possam existir elementos de continuidade como, por exemplo, brinquedos. O facto de as decisões de acolhimento familiar terem ocorrido de forma repentina poderá ser uma justificação para esta ausência de explicações, que condicionam o bem-estar dos envolvidos. O período de transição é de tal forma marcante que, apesar das dificuldades em recordar-se, Jonathan (6, (23)) partilha o seguinte:

*não me lembro de nada. A única recordação que eu tenho, que é desse dia, é de uma carrinha...nove lugares ou de seis, não sei...e essa carrinha estava cheia de brinquedos, pronto. Meteram-nos aos três lá dentro e pronto...é a única memória que eu tenho desse dia. Não me disseram para onde eu ia, a minha mãe não entrou na carrinha, ficou fora e nós fomos. Não sei mais...*

Compreendemos, assim, que os jovens – adultos tinham poucas informações relativamente ao que estavam a viver, aos acolhedores e àquilo que se esperava que acontecesse com este acolhimento. Neste sentido, não existiu um encontro prévio que permitisse esclarecer estas questões relativas ao dia do início do acolhimento, o carácter temporário da medida e à forma mais adequada de se integrar os jovens – adultos nas respetivas famílias. Como tal, teria sido útil questioná-los sobre aquilo que, efetivamente, desejavam saber aquando da transição. Ainda assim, um dos relatos permite-nos tecer algumas considerações:

**Anna (6, (24)) (6,(24)):** *não sabia nada...não sabia nada. Tanto é que ainda bem que não soube, porque eles eram separados os dois, cada um tinha 2 filhos, mas eu na altura não sabia nada. Pensava que eles eram um casal super normal e são. São normais, cada um é que teve um casamento anterior, vidas anteriores e juntaram-se e criaram outra família, que sou eu e eles. Mas eu não sabia de nada [...]. Mas rotinas não sabia nada. Sabia que ele tinha uma oficina, conheci logo na altura, porque é ao lado da casa e ela dizia-me que passava a ferro. Tinha uma lavandaria, mas eu...nunca vi, nunca tinha visto. Mas depois ao longo do tempo fui conhecendo.*

No testemunho apresentado nota-se uma vontade em perceber o funcionamento do casal que a ia acolher, principalmente porque esta foi uma situação de acolhimento por parte de familiares, um tio materno, ainda que este facto só tenha sido esclarecido no decorrer do acolhimento. Do mesmo modo, há uma referência às rotinas, sobre as quais “não sabia nada” e que são uma forte componente para a integração das crianças. Do mesmo modo, parece existir uma vontade em conhecer e em saber onde é que os acolhedores trabalhavam e quais eram as suas profissões. Estes dados assemelham-se aos resultados obtidos por Timóteo e Alheiro (2013), nos quais as crianças afirmaram ter direito a conhecer previamente a família de acolhimento, a saber onde é que estas moravam, se tinham mais filhos e como é que estas costumavam tratar as pessoas.

### 2.1.5. Dificuldades

A integração das crianças e jovens nas famílias de acolhimento é um momento particularmente sensível para todos os envolvidos. Na presente subcategoria pretendeu-se realçar as dificuldades sentidas à chegada e durante a colocação em acolhimento familiar e a que níveis é que estas dificuldades se expressaram.

Uma das dificuldades referidas pelos jovens – adultos prende-se com a questão da educação e da imposição de regras, conforme podemos perceber através do testemunho de Anna (6, (24)):

*ai! Em alguns momentos apetecia-me. Quando nos dão educação, não é? Quando nos repreendem, quando nos chamam à atenção...custa, sabes? Custa para eles e custa para nós, porque nós levávamos as coisas muito na brincadeira e é assim... [...] Era muito pôr as mãos assim direitinhas, sabes? Não se podia pôr os cotovelos em cima da mesa. Para comer tinha de ser direitinha, enquanto se comia não se podia falar. Havia assim certas coisas que eu...claro que eu era capaz de estar a meter uma salsicha à boca e a dizer “manda aí essa bola”. Percebes o que estou a dizer? Se calhar não havia aquela abertura de falar, o à vontade em falar com eles, mas pronto. Isso foi ultrapassado [...] nunca ninguém me tinha dado uma palmada, nunca ninguém me tinha dito que “não”[...] por exemplo, eles iam comigo a um restaurante e estava lá 5 minutos e pedia “olha, posso ir brincar?” e eles “não, tens que ficar aqui sentada”, porque eles queriam que eu assim fizesse. E essa parte para mim foi muito dura, ter ali alguém que estava a querer pôr em ordem e dar a educação que é perfeitamente normal. Não há aqui nada de anormal nisto, mas essa parte sou-te sincera, foi...custou-me assim um bocadinho.*

A dificuldade expressa por Anna (6, (24)) no início do acolhimento vai ao encontro das dificuldades que grande parte dos acolhedores refere na relação com a criança acolhida (47,1%) (Delgado & Carvalho, 2013), revelando, de facto, que esta é uma dificuldade ainda que sob pontos de vista distintos. As conclusões do estudo de Ahmed et al. (2015) apontam no mesmo sentido desta dificuldade por parte das crianças em adaptarem-se às regras, apesar de as mesmas identificarem como aspetos positivos relativos ao acolhimento o estabelecimento de fronteiras.

Outra das dificuldades expressas prende-se com a alteração de rotinas e de padrões de funcionamento que ocorrem com a transição. Independentemente de qual tenha sido o contexto anterior ao acolhimento, o quotidiano na família de acolhimento implicou que os jovens – adultos se adaptassem a um contexto novo, desconhecido, com padrões de funcionamento diferentes que “só quando se começa a viver de facto com as pessoas é que se percebe” (Beta (16, (19)):

**Anna (6, (24)):** *claro que as rotinas eram completamente diferentes da instituição. Comia às 18h passei a comer às 22h, isso aí foi...foi diferente. Mas depois, tudo se habitua. Agora se me pergatares o que é que mais me marcou nas alterações de rotinas na casa deles foi a falta de brincar, de não ter ninguém...porque é assim, tu saís de um mundo com muitas crianças, nós éramos cerca de 50 para aí...à vontade, desde os 0-6 anos e então quando eu cheguei ali...*

Para além das dificuldades referidas sob o ponto de vista educacional e organizacional, observou-se num dos relatos, a possibilidade de, nas famílias de acolhimento, também ocorrerem

maus-tratos. Esta situação, além de ser uma dificuldade para a integração das crianças, é uma limitação à concretização dos objetivos defendidos pela medida. Emma (8, (26)) narra um acontecimento ilustrativo desta situação:

*sim...se bem que também havia. Não a mim...eu era, como eu costumo dizer...eu acho que nem sofri tanto nessas coisas, eles é que sofriam mais. Por exemplo, o Jonathan (6, (23))...tinha agressões. [...] não havia uma única refeição em que o Jonathan (6, (23)) não apanhasse, em que...não lhe agarrassem nos cabelos para o obrigar a comer...pronto. Foi assim.*

Reconhecendo as implicações das dificuldades elencadas, quando as crianças são acolhidas mostram-se, de algum modo, resistentes e não conseguem perspetivar as “situações de aprendizagem que o novo contexto lhe propõe” (Delgado, 2010, p. 45). Contudo, o testemunho de Beta (16, (19)) é elucidativo da aprendizagem que é possível fazer-se, mesmo que isso implique algum sofrimento:

*os primeiros tempos foram muito difíceis, foram muito difíceis para mim porque...eu só me apercebi de quantos problemas eu tinha em termos de higiene, em termos de saber coisas de casa, em termos de saber viver em família só me apercebi quando tive de me adaptar, então eu sofri muito nos primeiros tempos...*

De um modo geral, os relatos dos entrevistados evidenciam o esbatimento gradual das dificuldades inicialmente sentidas, traduzindo a sua adaptação às novas condições de vida, não obstante as diferenças individuais verificadas neste processo. Depois da “*transição que tem de acontecer*” (Beta (16, (19))), “*tudo se habitua*” (Anna (6, (24))).

### **2.1.6. Sentimentos experimentados ao longo da colocação**

Esta subcategoria voltou-se para os sentimentos experimentados pelas crianças ou jovens durante a colocação em acolhimento familiar e para a forma como estes se alteraram ao longo do tempo.

Da análise das entrevistas obtivemos um conjunto muito variado de sentimentos associados à chegada à família de acolhimento, predominando o sentimento de tristeza associado à incerteza e ao medo do desconhecido. Percebe-se que a fase de entrada na família de acolhimento está muito presente na memória dos participantes, constituindo uma fase extremamente significativa no seu percurso de vida, salientando-se, por isso a importância da preparação e do acompanhamento nesta fase (Delgado, 2011). Nesta transição foi notório o impacto emocional vivenciado pelos atuais jovens – adultos pela forma como foram afastados da sua família de origem, pela perda das suas figuras de referência, assim como pelas dificuldades inerentes ao contacto, conforme analisaremos mais à frente (cf. dificuldades sentidas nas visitas).

Nos primeiros períodos de acolhimento, percebemos que as crianças pouco sabiam sobre a organização da vida familiar e sobre o processo que estavam a vivenciar, o que se traduzia num clima de incerteza relativamente ao futuro: “ *senti várias coisas... porque aquilo que eu sentia na altura são incertezas não é, não tens a certeza de nada com 10 anos*” (Mike (10, (27))).

Do mesmo modo, esta incerteza foi expressa num relato de Anna (6, (24)) onde refere que

*Eu pensava que era só mais uma família de acolhimento. Eu pensava que ia lá passar o fim-de-semana, como te disse foi uma coisa gradual...ia lá passar o fim-de-semana e conhecer mais umas pessoas.*

Depreendemos deste excerto que seria comum, na instituição onde Anna (6, (24)) vivia, as crianças passarem algum tempo com diferentes famílias, de modo a avaliar-se a capacidade das mesmas para um futuro acolhimento. Conforme relata, estes contactos pareciam ser muito voláteis, transmitindo a sensação de que as pessoas tanto apareciam como desapareciam, pois, “*era só mais uma família de acolhimento*”.

Um dos sentimentos mais descritos pelos jovens – adultos na chegada à família de acolhimento são a solidão e a sensação de abandono:

**Anna (6, (24)):** [...] *depois foi a solidão, que eu senti-me mesmo sozinha ali, porque eles trabalhavam o dia todo. Se calhar marcou-me a rotina, a falta de brincar, sabes? É a mesma coisa que tirares uma criança de uma casa e a meteres num colégio, ela vai sentir falta de casa. A mim tiraram-me do colégio, eu senti falta do colégio. É normal.*

**Beta (16, (19)):** [...] *então os primeiros tempos foram bastante difíceis...porque eu sentia que ninguém estava a passar por aquilo que eu estava a passar, não é? mas o que me fez sentir-me muito motivada para mudar a minha vida e para me adaptar a uma realidade completamente foi saber que essa realidade era de facto muito melhor quando eu me conseguisse adaptar...e isso era a minha luz ao fundo do túnel para a adaptação e também a família eu acho que sabiam, viam a minha vontade de alterar a minha vida e apoiaram-me muito nisso também.*

**Emma (8, (26)):** *no início foi...(risos) foi muito complicado, porque...não sei, é uma sensação de abandono, de estar ali, de ter muita gente e não ter ninguém, não é? a única coisa que tinha era que pelo menos o meu irmão ficou ao pé de mim...*

Estes testemunhos chamam a atenção para a sensibilidade e para a empatia que são necessárias desenvolver por parte dos acolhedores, de modo a tentarem perceber o que é que as crianças estão a sentir e entender os seus comportamentos (Ahmed et al, 2015).

No que se refere à forma de tratamento para com um dos participantes, evidenciou-se um sentimento de discriminação, fruto do tratamento diferenciado dos acolhedores relativamente aos acolhidos quando comparado com os seus filhos, porque “*não éramos...os filhos eram os filhos, não é? mesmo na alimentação isso notava-se*” (Emma, 8 (26)). Todavia, poderemos considerar esta uma situação excecional porque, tal como analisaremos numa outra subcategoria (cf. relação

com a família de acolhimento), a maioria dos jovens – adultos estabeleceu uma relação de proximidade com os acolhedores e com a família destes, sentindo-se parte integrante.

Apesar das dificuldades iniciais que descrevemos e dos sentimentos mais negativos relatados, quando o acolhimento se prolonga por vários anos, conforme aconteceu em três dos casos apresentados, é possível desenvolver-se um sentimento de segurança e de sentido de pertença, assegurado “pelo conforto material e pelos laços afetivos” (Delgado, 2010b, p. 45). Fazendo uma retrospectiva, os jovens – adultos sentem-se gratos e reconhecidos aos seus acolhedores por tudo aquilo que estes fizeram pelo seu bem-estar. Identificamos esta situação em alguns testemunhos:

**Beta (16, (19)):** [...] *nós sempre nos demos bem, mas foi bom sentir que tinha sido acolhida por eles, porque eles fizeram tudo para que eu fizesse parte, não é? [...].*

**Mike (10, (27)):** *agora neste momento posso dizer pá que sinto gratidão por ser quem sou hoje em dia...ah e sinto uma felicidade enorme porque se não fossem dessa forma, não seria eu atualmente.*

### **2.1.7. Impacto da transição**

Na subcategoria que aqui discutimos, procurámos compreender de que modo o acolhimento familiar influenciou algumas dimensões importantes da vida da criança ou jovem, como a escola, a saúde e as relações sociais.

No que respeita à **dimensão escolar**, quisemos perceber se o acolhimento familiar implicou mudanças de escola e na condição de aluno dos participantes, ou seja, debruçou-se sobre os relatos dos sujeitos acerca do seu desempenho, rendimento e comportamento no decorrer desta transição.

De um modo geral, o acolhimento familiar não implicou uma mudança de escola, contrariamente ao que aconteceu em Timóteo e Alheiro (2013). Alguns dos excertos apresentados demonstram esta situação:

**Anna (6, (24)):** *eu estava a fazer a pré-escola e depois a pré-escola também acabava, entretanto, e eu comecei logo a escola...*

**Beta (16, (19)):** *não, não tive de mudar de escola porque, lá está, eu já tinha alguma independência em termos de movimentação...foi do 10º para o 11º ano, portanto já havia alguma independência para além de que...a minha atual irmã (risos), a filha mais nova da família, estuda na mesma escola onde eu estudava, estudávamos as duas na mesma escola já...nós já éramos colegas de escola antes de tudo acontecer.*



Contrastando com os relatos anteriores, em duas situações foi necessário mudar de escola as crianças acolhidas, porque “nós morávamos aqui no Porto, nas Fontainhas e fomos acolhidos em Melres. Portanto era impossível eu manter a mesma escola e penso até que por questões de segurança eles não o fariam, não é?” (Emma (8, (26))). A questão da permanência na mesma escola é extremamente importante, pois está relacionada com o sucesso da reintegração no seio familiar de origem e contraria a tendência de insucesso escolar. Do mesmo modo, os autores defendem que a mudança de escola implicaria uma nova quebra nas relações significativas para a criança num período em que a própria também tem de se ambientar a um novo contexto familiar e, portanto, seriam duas transições muito difíceis (Delgado, s/d).

No que diz respeito à sua condição de aluno ao longo do percurso escolar, alguns sujeitos afirmaram que se consideravam bons alunos, referindo terem boas notas, como é o caso de Emma (8, (26)) que recorda que “eu sei que nunca fui, a nível de notas, nunca fui má aluna”. Beta (16, (19)), no mesmo sentido, destaca a sua motivação “na escola eu sempre me senti muito motivada”, o que poderá significar uma influência positiva do acolhimento neste sentido.

Neste contexto, as dificuldades mais frequentemente mencionadas dizem respeito ao comportamento, vejamos:

**Emma (8, (26)):** *era má aluna sim, no comportamento...(risos). O comportamento não era...*

**Mike (10, (27)):** *bem...o comportamento é um comportamento de revolução não é, tu estás revoltado porque toda a gente tem algo que tu não tens, portanto tu és uma pessoa revoltada...ah...e tudo aquilo que te seja dito ou feito em direção à família tu tens tendência a....a tendência é sempre a responder de uma forma agressiva e revoltada...*

Esta dificuldade relacionada com o comportamento escolar das crianças acolhidas foi verificada noutros estudos, particularmente no estudo realizado por Connelly, McKay e O'Hagan (2003, p.23, citado por Delgado, s/d, p.2651), no qual se constatou que as crianças acolhidas tinham 13 vezes mais probabilidades de serem excluídas que os outros alunos, sendo uma das razões apresentadas “a tendência crescente para a prática de comportamentos inaceitáveis para os padrões escolares.

No mesmo sentido, o relato de Anna (6, (24)) que, a seguir apresentamos, evidencia algumas dificuldades em adaptar-se ao contexto de sala de aulas e às regras definidas pela professora, mas mostrou como a ida para a escola foi positiva para si, porque constituiu uma oportunidade de construir novas relações, das quais tanto precisava, por estar habituada a conviver com muitas crianças na instituição:

*eu estava ansiosa, porque sabia que ia ter muitos meninos e por acaso lembro-me que a minha mãe me disse "pronto, agora vais ficar aqui e tal, é a tua escola" e eu "tá tá, xau!". Os outros ficavam à porta agarrados à mãe, porquê? Porque eu estava completamente familiarizada quando havia muitas crianças, então aquilo era "fixe", aquilo era bom. E entrei...para já achei estranho o pessoal estar todo a chorar no primeiro dia, mas eu também não era aquela menina de estar sentada e andava sempre ali de volta...mas foi bom. E eu tinha saudades disso.*

As dificuldades de aprendizagem e os problemas comportamentais, que caracterizaram o percurso de alguns destes jovens – adultos, manifestaram-se no espaço escolar como resultado dos efeitos de longa duração das experiências de negligência vivenciadas no seu contexto familiar de origem (Berridge, 2001).

Voltando-nos para o **impacto da transição ao nível da saúde**, procurámos analisar qual o impacto do acolhimento familiar na saúde física e psicológica das crianças e jovens acolhidos. Tendo em conta as partilhas realizadas, parece-nos que esta é a dimensão onde são mais visíveis os benefícios do acolhimento familiar. Debrucemo-nos sobre o discurso de Beta (16, (19)), onde revela que o acolhimento lhe permitiu comer melhor e de forma mais saudável, com impacto na sua condição física e na autoestima:

*foi muito benéfico para a minha saúde principalmente em termos de alimentação. Ou seja, eu mudei bastante a minha alimentação, comecei a comer mais e emagreci muito, ou seja, eu havia dias na minha casa da família biológica em que eu comia, como não havia mais nada, eu comia 10 pães num dia era isto que eu comia, pão com pão. Ou seja, eu era gordinha, mas não tinha nutrientes suficientes então comecei a sentir uma diferença muito grande alimentar. Física notei imenso porque comecei a ter muito mais cuidado comigo, o meu cabelo ficou mais forte. Senti coisas mesmo simples não é mas que eu senti uma diferença enorme. Para além de que comecei a aprender gestão e consegui começar eu a pagar o meu aparelho, pus aparelho, fiquei com os dentes direitos que para mim também era psicologicamente era uma coisa muito importante...*

Ainda no que se refere a esta dimensão, outros jovens – adultos mostraram que o facto de estarem acolhidos lhes permitiu obter determinado tipo de cuidados de saúde que, possivelmente, não teriam se estivessem com as suas famílias, devido às situações de grande vulnerabilidade em que se encontravam e pelo desconhecimento de certas situações: “*ah...tenho dúvidas. Tenho dúvidas, não sei...acho que ela não dava muita importância a esse assunto. Se calhar até desconhecia o facto de haver tratamento ou ter direito a esse tratamento...não sei*” (Emma (8, (26))). Desta forma, durante o período de acolhimento, foi possível que alguns dos jovens pudessem usar óculos e, inclusivamente, num dos casos, conseguiu corrigir-se um problema de estrabismo, depois de algumas intervenções cirúrgicas:

**Emma (8, (26)):** *o meu irmão teve, teve um problema nos olhos...quer dizer, teve? tinha...era estrábico, não é? e foram-lhe feitos os tratamentos na altura em que estávamos acolhidos. Fez cerca de três/quatro operações se não me engano[...] aliás, ele começou a usar óculos nessa altura”.*

Do ponto de vista das relações sociais, procurámos relacionar a transição para o acolhimento familiar com um alargamento das relações sociais e com uma nova forma de estar perante os outros e esta constatação foi evidente no discurso de Beta (16, (19)) que revela que:

*socialmente comecei-me a tornar também uma pessoa um pouco diferente porque...eu antes de estar, antes de viver com esta família, tinha uma necessidade muito grande de me mostrar na escola, de ser muito...uma carência de atenção muito grande que deixei de ter quando comecei a ter uma base mais estável e assim e então toda a minha personalidade mudou.*

## **2.2. Relação com a família de acolhimento**

Na presente categoria inquirimos os participantes com vista à descrição e avaliação do relacionamento, atitudes, comportamentos e formas de atuação entre as crianças ou jovens acolhidos com os seus acolhedores e com a restante família ao longo do tempo (passado, presente).

Ao acolher uma criança em sua casa, a família terá de lidar com um período de adaptação da mesma à rotina diária já existente, na socialização com os filhos (caso estes existam) e com a família alargada, amigos (Sousa, Pires, & Galante, 2005), tal como recorda Beta (16, (19)) no próximo testemunho:

*o T. em vez de ser o irmão da minha amiga passou a ser meu irmão (risos)...os pais da minha amiga passaram a ser os meus pais e pronto não sei bem explicar, acho que foi uma coisa de dia-a-dia que...todos os dias ia mudando um bocadinho ia-se tornando um bocadinho mais...ia-se tornando um bocadinho diferente...todos os dias era uma mudança muito grande, havia muita coisa para absorver, ainda por cima uma família grande portanto tinha que construir relações novas com muitas pessoas, então todos os dias acontecia sempre alguma mudança ou algum progresso entre aspas.*

Percebemos, deste modo, que a relação que se estabelece com a família de acolhimento é um processo lento e que se vai construindo ao longo do tempo.

Tal como já referimos na revisão da literatura relativamente àquilo que as crianças acolhidas esperam da família de acolhimento, é importante estar ciente de que as suas necessidades e aspirações são comuns às das outras crianças, destacando-se a necessidade de uma vida familiar normal. Assim, o comportamento e a relação desenvolvidos com a família acolhedora são reveladores da integração da criança nesta vida familiar alternativa, mas que é sua (Sinclair et al., 2004).

### 2.2.1. Relação com o casal acolhedor

Interessou-nos, particularmente, a descrição e avaliação das relações entre a criança ou jovem acolhido e o casal acolhedor, uma vez que é reconhecida a importância da relação e dos laços familiares que se constroem no seio destas famílias, principalmente porque esta é “uma oportunidade de acesso a modos relacionais eventualmente distintos dos vividos no seio da família biológica” (Martins, 2005, p.64).

Considerámos que um dos aspetos mais pertinentes para perceber a relação desenvolvida pelos participantes e a respetiva família, passa pelas formas de tratamento. Verificámos, nos casos em que o acolhimento se prolongou no tempo, que os jovens – adultos acabaram por nomear as figuras acolhedoras como “pai, mãe, tio/a”, salientando a proximidade que caracteriza estas relações e o papel que estas pessoas assumiram nas suas vidas.

**Anna (6, (24)):** *eu comecei por lhes chamar Rosa e Zé, depois, mais tarde, tios e depois eu lembro-me que já estava...nunca mais me hei-de esquecer. Eu estava numa aula de ballet, portanto já estava na escola, já devia ter para aí 7 anos e eu chamei-lhe mãe...a ela. Primeiro a ela, depois a ele. E foi um processo muito gradual, muito devagar, muito...com tempo.*

Desta forma, a família de acolhimento deve proporcionar à criança acolhida o suporte, a proteção e a participação necessárias para o seu desenvolvimento e bem-estar. Ainda que nem sempre de uma forma explícita, os participantes reconheceram que as famílias de acolhimento se preocupavam com as suas necessidades, o que é um aspeto fundamental na perspetiva de Sinclair et al. (2004). Esta preocupação pelas suas necessidades foi visível relativamente ao acompanhamento em relação aos trabalhos de casa e ao sucesso escolar, porque “quando eles se começaram a perceber que eu era macaca e que fugia das coisas da escola, a minha mãe andava muito em volta de mim, “já fizeste os trabalhos de casa?” e dizia “vais sentar-te aqui na mesa enquanto a mãe faz o comer” (Anna (6, (24))). A mesma preocupação emergia nos após os contactos com a família de origem onde “quando eu voltava ficavam sempre «então estás bem? está tudo bem? como é que correu?»” (Beta (16, (19))), o que é representativo do interesse dos acolhedores com o bem-estar das crianças e jovens que acolher.

Os aspetos relacionais mais conturbados surgiram, nos casos em que o acolhimento se iniciou na infância e prosseguiu até à autonomia de vida (exs., Anna (6, (24)) e Mike (10, (27))), na fase da adolescência, porque “depois há aquela revolta que a gente tem com os pais e que acontece aí aos 16/17 anos” (Anna (6, (24))). Os conflitos prenderam-se, essencialmente, com o

percurso académico dos acolhidos, com a partilha de responsabilidades e com a aceitação das regras definidas pelo casal.

Um outro aspeto fundamental na relação das crianças e dos jovens acolhidos com os seus acolhedores prende-se com a aceitação e um tratamento igual, tanto para filhos biológicos como para as crianças, conforme referem Baker, Wilson e Gibbs (2005, p.158) salientando que “a justiça e aceitação fazem a criança sentir que pertence à família, que têm, pelo menos por enquanto, uma família substituta”. A maioria dos entrevistados reconheceu que os seus acolhedores assumiam as funções parentais de forma indiferenciada e sentiam-se como os filhos do casal, como sublinha Mike (10, (27)): *“tudo o que eles tiveram eu tive, exatamente igual. A minha tia ofereceu a carta de condução aos 18 anos a todos...tive tudo igual, exatamente igual àquilo que os filhos dela também tiveram”*.

Debruçando-nos, agora, sobre os motivos que levaram à cessação da medida de acolhimento familiar, poderemos compreender de que forma os mesmos refletem a relação atual entre os envolvidos. Para Emma (8, (26)) e Jonathan (6, (23)), o acolhimento cessou, porque regressaram à família de origem, ainda que por pouco tempo, seguindo-se a colocação de ambos em acolhimento residencial. Nas restantes situações, o acolhimento manteve-se até à autonomia de vida de Anna (6, (24)) e Mike (10, (27)) e, ainda se mantém, para Beta (16, (19)).

A importância do contacto após o termo da medida é contemplada no artigo 34º do Decreto-Lei nº 11/2008, desde que haja concordância da equipa técnica e da família de origem. A manutenção dos contactos com a família de acolhimento não deverá cessar com o fim da colocação, devido aos laços que se estabeleceram durante o acolhimento entre todos os intervenientes (acolhedores e acolhidos). Para as famílias que acolhem é importante conhecer os percursos destas crianças e também o é para as crianças, porque podem manter o contacto com pessoas que tiveram uma forte influência nas suas vidas e que, de alguma forma, podem “ter contribuído para a descoberta de um novo desejo de viver” (Delgado, 2003, p. 25). No entanto, no presente estudo percebemos que, quando o acolhimento cessou na infância, os contactos não se mantiveram depois de a medida cessar. A este propósito Emma (8, (26)) recordou o que se passou consigo e com o seu irmão:

*Depois de sairmos de lá...eu pelo menos tentei manter algum contacto, de vez em quando ligava, cheguei a encontrar o meu padrinho...pronto, na rua, porque ele trabalha nos saneamentos, então algumas vezes encontrei-o, mas não...como é que eu hei-de explicar? eu sentia que...sei lá, não era bem-vinda a minha chamada, pronto. E acabei por desistir...*

Este desfecho poderá estar relacionado com o facto de a relação estabelecida durante o período de acolhimento ser pautada por alguns conflitos e por alguns episódios de violência dirigidos a Jonathan (6, (23)): *“essa senhora obrigava-me a comer a sopa, por exemplo puxava-me o cabelo cá atrás para eu abrir a boca e enfiava-me a colher pela boca abaixo, por exemplo. Sei lá...”*. Emma (8, (26)) parece olhar para estes factos com alguma tristeza expressando que *“poderia haver uma relação, não é? porque eles até são meus padrinhos do batismo... e da comunhão...mas não ficou relação nenhuma”*.

Remetendo-nos aos restantes participantes, cujo acolhimento se prolongou no tempo, a relação com a família acolhedora tornou-se, em tudo, semelhante à relação que se desenvolve entre pais e filhos apesar de os olharem “um bocadinho de lado ao início” (Anna (6, (24))). No presente, verificámos que os contactos são regulares e *“é um contacto mãe e filha, pai e filha. Acho que não há diferenças, eu pelo menos não sinto”* (Anna (6, (24))). Do mesmo modo, embora viva *“cada um na sua casa [...] encontramos-nos todos os dias, praticamente todos os dias”* (Mike (10, (27))).

Face aos dados apresentados, podemos afirmar que, quanto mais tempo se prolonga o acolhimento, mais a relação entre os envolvidos se assemelha à de pais e filhos e, em contrapartida, assiste-se a um afastamento face à família de origem, como discutiremos mais à frente (cf. relação com a família de origem).

### **2.2.2. Relação com os filhos do casal**

Neste ponto tentámos descrever e avaliar as relações entre a criança ou jovem acolhido e os filhos do casal acolhedor, sendo que esta é uma das áreas lacunares nos estudos sobre o acolhimento familiar.

Pelos relatos obtidos percebemos que todos os casais acolhedores tinham filhos com idades próximas às dos jovens – adultos, aquando do acolhimento, com exceção da família que acolheu Emma (8, (26)) e Jonathan (6, (23)), cujos filhos *“um deles deveria ter...vinte na altura já [...] o outro....devia andar por volta dos quinze/dezasseis”*. Emma (8, (26)) considera que essa relação *“não era nada...como é que eu hei-de explicar...pelo menos com o mais velho nem havia proximidade sequer”*, motivo pelo qual não se estabeleceram grandes vínculos à semelhança do que ocorreu com os acolhedores.

Anna (6, (24)), por sua vez, quando foi acolhida, o casal já não tinha os filhos a seu encargo e estes eram fruto de relacionamentos anteriores, pelo que, apesar de os conhecer, porque *“eles são meus primos diretos, chegaram a conhecer-me e eu gostei deles”* não estabeleceram grandes vínculos afetivos, talvez por estes se encontrarem, à época, emigrados.

Beta (16, (19)) testemunhou um aspeto interessante na medida em que, quando foi acolhida, a filha do casal era sua amiga já há vários anos, mas reconhece que

*[...] para ela como já me conhecia ter que alterar, e para mim também, entre uma e outra ter que alterar determinados comportamentos para além de que temos mais ou menos a mesma idade então...em termos...era difícil às vezes se os nossos pais fizessem em termos comparativos alguma coisa isso mexeu um bocadinho connosco em termos da nossa amizade ao início foi um bocadinho difícil, mas as coisas passam e agora é tudo ótimo.*

Este testemunho demonstra que apesar do conhecimento prévio existente e de, inclusivamente, existir uma relação de amizade, a vivência diária em contexto familiar envolve, por parte de todos os envolvidos, a mobilização de outro tipo de estratégias para que possam adaptar-se.

Por sua vez, a relação que Mike (10, (27)) estabeleceu com os filhos do casal acolhedor foi de grande proximidade, *“nós partilhávamos tudo”* e de um enorme sentido de pertença *“aliás, hoje em dia nós apresentamos todos “é o meu irmão, é o meu irmão, é o meu irmão” e, na realidade, somos só dois irmãos e estes dois irmãos à parte da outra família, mas apresentamos todos uns aos outros como se fossemos todos irmãos, somos quatro já”*.

### **2.2.3. Relação com a família alargada da família de acolhimento**

Considerando que o acolhimento familiar proporciona um ambiente familiar alternativo, interessou-nos descrever e avaliar as relações entre a criança ou jovem acolhido e outros elementos da família alargada da família de acolhimento, como avós, tios, primos.

Verificámos, essencialmente, que estes relacionamentos surgiam como outras oportunidades para conviver e contribuíram para a construção de uma “memória comum” (Delgado, 2010a, p.556): *“eu lembro-me de ir passar os fins-de-semana para onde eles trabalhavam, para também não ficar tanto tempo sozinha em casa, à casa dos avós. Eu tive essa experiência e foi ótimo. Eles tinham animais, eu ia para a horta com o meu avô”* (Anna, 6 (24)). Do mesmo modo, Emma (8, (26)) falou-nos sobre os domingos onde *“normalmente íamos a casa da mãe do meu padrinho, pronto que aquilo era estilo de uma aldeia, então ficávamos lá, lanchávamos, essas coisas...”*. Estas memórias poderão ilustrar que a família alargada permitiu

desenvolver em Emma (8, (26)) um sentido de pertença diferente daquele que tinha em relação aos acolhedores e colmatar, alguma forma, as carências sentidas, pois “*eu acho até que éramos [...] melhor recebidos pelas pessoas de fora ligadas a eles do que propriamente por eles [...] eu aí sentia-me integrada, percebe? sentia que fazia parte da família...tirando isso*”

Além destas memórias, o sentimento de pertença que é considerado fundamental na relação com os acolhedores, foi evidenciado na relação com a família alargada: “*nunca me senti diferente em relação à família. Nós íamos para todo o lado «é minha filha, é minha filha, é minha filha, é minha filha; é minha sobrinha, é minha neta, é minha neta*” (Anna, 6, (24)). Apesar de a jovem recordar positivamente este aspeto, o mesmo remete-nos para a questão da indefinição temporal da medida, que gera “comportamentos de superproteção” por parte das famílias de acolhimento em detrimento ao suporte emocional desejado (Sousa et al., 2005, p.298).

Face ao exposto até aqui, percebemos que a família alargada se reveste de significado no acolhimento familiar, porque, por um lado, pode colmatar as falhas e ausências dos acolhedores e, por outro, contribui para o desenvolvimento normal das crianças que requerem o envolvimento de vários adultos que cuidem de si e se envolvam em brincadeiras e partilhem atividades (Bronfenbrenner, 2005).

#### **2.2.4. Convivência familiar**

Depois de destacarmos as relações que todos os envolvidos estabelecem entre si, procurámos destacar os momentos em que as crianças ou jovens acolhidos partilhavam, ou ainda partilham, com a família acolhedora e de que modo valorizam estes momentos.

No estudo de Ahmed et al. (2015) concluiu-se que um dos aspetos mais valorizados pelas crianças acolhidas está relacionado com o envolvimento em atividades conjuntas, tal como também foi valorizado pelos jovens – adultos que participaram neste estudo:

**Beta (16, (19)):** *eu sinto que é uma família bastante unida em termos familiares, ou seja há horários muito diferentes e é muita gente mas acho que há...por exemplo se nós precisarmos de jantar às 22:30 da noite para toda a gente jantar junta, toda a gente janta junta ou seja sinto que os momentos mais marcantes atualmente são no fim do dia ao jantar, está toda a gente independentemente do que acontecer, ah...são vidas muito movimentadas não é? portanto acho que fazemos isso diariamente é importante...também nas férias fazemos atividades juntos ou seja acho que não é uma família que vá cada um para seu lado, ou seja é uma família que gosta de estar toda junta ao fim-de-semana e tudo é tempo de estar com a família, fazemos o máximo para não ter outras atividades para estarmos uns com os outros, então acho que é por aí.*

**Emma (8, (26)):** *era o Domingo... [...] eu vou-lhe ser sincera. Eu não me lembro sequer de grandes momentos junto com o meu irmão, a não ser mesmo o domingo. O domingo pronto estávamos todos, tirando isso [...] e às refeições não era? tirando isso.*



Assim sendo, concluímos que as horas das refeições, os domingos e as férias são momentos dos quais os jovens – adultos guardam boas memórias, pelo facto de poderem partilhar espaços e tempos comuns, reforçando os laços que os unem.

### **2.3. Relação com a família de origem**

Com o intuito de nos revelarem um pouco dos seus antecedentes e background familiar, inquirimos os sujeitos relativamente aos contactos que estabeleceram com a sua família de origem, procurando descrever e avaliar o relacionamento, atitudes, comportamentos e formas de atuação entre as crianças ou jovens acolhidos com os elementos da família de origem, com especial ênfase durante o período de acolhimento e para o momento das visitas, mas também no presente.

De acordo com os documentos de salvaguarda dos direitos da criança, esta tem o direito de conviver e relacionar-se com os seus pais biológicos, assim como os pais com os filhos. Não obstante, o interesse superior da criança pode colocar em causa esse direito, quando os pais não cumpram esses deveres inerentes ao seu poder ou representam um risco para a criança (Sinclair et al., 2004).

Algumas das subcategorias que se apresentarão em seguida foram, de igual modo, exploradas e discutidas por Bertão et al. (2016) sendo possível encontrar pontos de convergência. Iremos destacar os contactos presenciais, uma vez que percebemos que esta era a forma mais comum de contacto. Tal como as autoras supracitadas concluíram, o contacto é necessário, mas não é condição suficiente para a reunificação, conforme perceberemos no decorrer da análise das próximas subcategorias.

#### **2.3.1. Existência ou não de visitas**

Procurámos compreender se, aquando da colocação em acolhimento familiar, foi possível a manutenção dos contactos entre a criança ou jovem acolhidos e a respetiva família de origem.

Constatou-se que a maioria dos jovens – adultos mantiveram contactos presenciais com as suas famílias de origem, à exceção de Mike (10, (27)) que ficou órfão aos 10 anos.

Apesar de em quatro situações existirem visitas, percebeu-se que, para alguns dos jovens – adultos, estas visitas não eram, à época, desejadas e ocorriam contra sua vontade, uma vez que *“eu não tinha vontade de a ver até porque estava num processo de adaptação tão grande e como sabia que ela não queria que esse processo acontecesse, acho que inicialmente para mim seria contraproducente estar com ela e eu não queria estar com ela...”* (Beta (16, (19))). Percebemos que estes contactos foram propostos pelas várias pessoas envolvidas no processo, como a CPCJ e família de origem, pois *“toda a gente me aconselhou a manter esse contacto e a comissão numa das regras dizia que eu podia ver a minha mãe na presença de uma pessoa idónea que seria um dos meus novos pais”* (Beta (16, (19))). No entanto, este testemunho de Beta (16, (19)) demonstra que a opinião da criança não foi tida em conta conforme o consagrado na CDC (Unicef, 2004) e contraria a perspectiva de McWey et al. (2010) que consideram que o mais sensato é dar voz às crianças e se possível ter em conta a sua opinião, o que não aconteceu.

O manual de processos-chave da Segurança Social (ISS, 2010) refere que os contactos entre a família de acolhimento e as famílias de origem são imprescindíveis para a reintegração da criança ou jovem no seio familiar de origem, sugerindo uma relação entre os contactos e a reunificação familiar, facto que não se verificou.

### **2.3.2. Autores das visitas**

Nesta subcategoria quisemos conhecer quem eram os elementos da família de origem que mantinham contacto durante o acolhimento familiar e aqueles que eram mais assíduos nas visitas.

Os dados obtidos permitiram-nos concluir que a figura mais presente na vida das crianças e dos jovens quando estes foram acolhidos era a mãe, tal como foi observado em (Bertão et al., 2016). Existem poucas referências a outros elementos da família de origem e, quando existem, são pouco concisas: penso também que houve uma tia que tentou, mas...que tenha havido contacto direto...nunca houve” (Emma (8, (26))). No estudo sobre o contacto de Delgado et al. (2016) exploram-se as visitas dos irmãos, consideradas como uma possibilidade num eventual regresso à família de origem. Porém, no presente estudo, os participantes que tinham irmãos foram acolhidos juntamente com estes, não se colocando, por isso, esta questão e havendo um respeito pela não separação de fratrias: “sim...a mais pequenina...nós ficámos todos juntos. Juntos no sentido em que morávamos a... quer dizer 5 metros de distância. As casas eram pegadas, mas na minha casa só ficou o Jonathan” (Emma, 8 (26)).

Decidimos incorporar nesta subcategoria dos autores das visitas, a referência que Anna (6, (24)) faz relativamente ao conhecimento que tem de alguns elementos da sua família de origem, de modo a clarificar a sua situação familiar. A jovem revelou que conhece o seu pai, mas *“só o conheço [...] porque foi numa das vezes em que fui com o meu irmão a casa da minha avó, que ele queria que eu conhecesse e ele estava lá. Cumprimentou-me por engano [...] mas nunca nunca falou para mim”*. No mesmo sentido, recorda que foi procurada pelas suas irmãs, mas não mantiveram contacto:

*lembro-me perfeitamente que as gémeas foram elas que me procuraram na garagem do meu pai e pediram-lhe a ele se podiam sair comigo, se podiam ir tomar café e ele disse que "sim, não há problema nenhum", mas foi uma ou duas vezes, não mantivemos muito contacto. Quem me procurou mais foi o meu irmão D., que é do mesmo pai, esse foi quem me deu a minha primeira bicicleta, o que andou mais de volta de mim.*

### **2.3.3. Local das visitas**

O local onde ocorrem as visitas ajuda-nos a perceber as dificuldades e o tipo de relacionamento estabelecido entre os envolvidos, pelo que nesta subcategoria pretendeu-se dar a conhecer os locais onde estas aconteciam.

Constatámos que os contactos presenciais decorriam, essencialmente, em casa da família de acolhimento, tal como o que se constatou noutros estudos (Delgado & Carvalho, 2013). No caso de Beta (16, (19)), estas ocorriam em locais públicos, assemelhando-se ao que acontece em contexto espanhol (Delgado et al., 2015) ou, particularizando, na casa da irmã mais velha.

*a nossa irmã do meio vive com a minha mãe, como eu não vou lá a casa, ou seja, a nossa casa antiga eu visito-as em locais públicos e assim, a nossa irmã do meio costumo vê-la quando vamos juntas à nova casa da nossa irmã mais velha...*

### **2.3.4. Frequência das visitas**

León e Palacios (2004) afirmam que as visitas da família de origem são consideradas uma componente central na prática da proteção da infância e benéficas na manutenção das relações familiares e afetivas. Reconhecendo a importância das visitas, explorámos a frequência com que ocorriam.

Os resultados alcançados nesta subcategoria foram bastante diversos entre os participantes. Anna (6, (24)) referiu que “nós, de 6 em 6 meses, tínhamos visitas no tribunal”. Jonathan (6, (23)), sublinhou que “a minha mãe fazia visitas semanais”, referindo-se às visitas da mãe quer a si quer à sua irmã Emma (8, (26)).

Beta (16, (19)), por sua vez, diferencia a frequência com que visitava a irmã mais velha e a mãe:

*variava conforme a minha estabilidade também...Às minhas irmãs era muito frequente pelo menos uma vez por mês eu vou lá e sempre fui...à minha mãe, mesmo até a minha família nova me dizem "tens que visitar a tua mãe, tens que criar uma relação saudável com ela também para amansar um pouco a dor que ela possa sentir porque independentemente das coisas que ela fez deve doer-lhe e algures ali no meio deve haver alguma dificuldade para ela, então...mas eu sempre refutei muito não queria, mas...ah, recentemente comecei então a visitá-la.*

Em termos gerais, apesar de as referências ao “muito frequentemente” não indicarem um período concreto, isto é, se eram visitas semanais, quinzenais, mensais ou outras, os resultados verificados são mais negativos do que os obtidos no estudo do acolhimento familiar no distrito do Porto, onde 22,2% das visitas eram semanais (Delgado & Carvalho, 2013). Os mesmos resultados situam-se aquém dos apurados em Sinclair et al. (2004).

### **2.3.5. Dificuldades sentidas nas visitas**

A discussão da subcategoria que agora se apresenta é central para a concretização do segundo objetivo específico. Assim sendo, questionámos os participantes sobre as dificuldades experimentadas no decorrer das visitas, de modo a descrever e a compreender o que nelas se passava.

Delgado (2003) caracteriza estes contactos como sendo normalmente difíceis, devido a alguns conflitos ou mal-entendidos entre as partes. Por outro lado, os níveis de integração social das famílias são distintos, pelo que o autor destaca, nas famílias de origem, maiores dificuldades de comunicação e relacionamento interpessoal, aliados a uma baixa tolerância à frustração e ao stress. Não deixa de se reconhecer, contudo, que é imprescindível fomentar as relações entre todos os envolvidos (Capdevila, 2004).

De acordo com os dados de Bertão et al. (2016), as dificuldades evocadas pelas crianças e jovens na realização das visitas estão relacionadas com o tempo curto dos contactos, as separações, as imagens negativas que cada família transmite uma da outra e a falta às visitas. Dos resultados que obtivemos, também encontrámos as imagens negativas que cada família transmite uma da outra como uma dificuldade partilhada. Vejamos alguns dos relatos:

**Anna (6, (24)):** *eu sou-te sincera, os meus pais afastaram-me um bocadinho...aqueles a quem os chamo pais. Afastaram-me um bocadinho dessa família mesmo de sangue [...] eles tentaram-me afastar, porque achavam que ela não era uma boa influência para mim [...] Toda a gente tinha medo, não é? Quer dizer, a mãe já estava (referindo-se à droga), o filho já estava e é um mundo muito fácil de se entrar, mas muito difícil de se sair e ela é prova viva disso, não é?*

**Emma (8, (26)):** *fosse qual fosse o comportamento da minha mãe ela nunca foi bem vista nem bem-recebida na família de acolhimento. Em parte, eu acho que percebo, mas...evitavam ao máximo que houvesse visitas, quando ela ia embora diziam-nos coisas e queriam saber coisas, pronto...fiz-me entender?*

Observa-se nestes dois relatos que a imagem que as famílias de acolhimento possuem das famílias de origem é negativa, marcada pela desconfiança e pelo medo de que as práticas nocivas de alguns dos elementos da família de origem sejam inculcadas às crianças, como no caso da toxicodependência. Comins (2010) salienta que é importante que a criança compreenda que a família de acolhimento sente grande respeito pela sua família de origem e que o facto de estar acolhido não deve privá-la da sua presença física e psicológica, o que não aconteceu nestas situações, onde os jovens – adultos revelam ter sentido que os acolhedores preferiam que estas visitas não tivessem ocorrido.

No caso de Anna (6, (24)), o acolhimento foi feito por parte de um tio materno e, talvez por isso, as dificuldades nas visitas tenham sido maiores, sendo que, frequentemente, a mãe aparecia sem avisar e pensava que, a qualquer altura, poderia levar a filha: “*ela pensava que eles me iam buscar e isto era uma troca. Eles iam buscar-me e depois ela ao outro dia, pegava em mim e levava-me para casa*”. Conforme refere Léon (2012) referindo-se às designadas famílias extensas no contexto espanhol, o acolhimento por familiares acarreta algumas desvantagens, particularmente porque mantém a criança muito próxima do contexto de risco, conforme presenciámos neste testemunho. Na mesma linha de preocupação Martins (2005) referia que um dos problemas presentes no perfil das famílias de acolhimento, caracterizadas pela existência de laços de parentesco com as famílias acolhedoras, residia no facto de os serviços prestados pelas famílias não serem qualificados nem especializados ao contrário do que se passava na maioria dos países onde esta medida tem maior visibilidade (Martins, 2005), podendo esta ser uma das razões para o término deste tipo de acolhimento no nosso país.

Esta imagem negativa que a família acolhedora possuía da família de origem acabou por influenciar o modo como decorriam as visitas de Emma (8, (26)) e do irmão, que tinham visitas da mãe “*em casa...no pátio, porque não era permitido o acesso à casa à minha mãe*”. Esta situação coloca constrangimentos ao relacionamento entre a família acolhedora e de origem que deveriam trabalhar em conjunto para o bem-estar das crianças. Neste sentido, Emma (8, (26)) refere que “*neste tipo de situações*”, os pais, ou “*seja, quem for [...] que tenha contacto com a criança*” tem direito a “*conhecer o espaço onde dorme, onde...sei lá, essas coisas*” e a mãe nunca “*teve essa hipótese*”. Face às dificuldades manifestadas considerámos que deveria ter existido por parte da equipa técnica responsável pela medida, um acompanhamento no decorrer destas visitas

por forma a mediar estas situações, mas Emma (8, (26)) não se recorda da presença de técnicos nestes momentos, “*não me lembro...não me lembro, mas não duvido que pelo menos uma tenha havido*”. Podemos, assim, inferir que existem fragilidades no acompanhamento do trabalho dos acolhedores e na supervisão da medida, como já tinham concluído Delgado et al. (2015) num estudo comparativo entre Portugal e Espanha.

Nesta linha de pensamento, a sugestão feita por Delgado e Carvalho (2013), sobre a utilização de outros locais para a realização das visitas, poderia apresentar resultados positivos.

Em contrapartida, também há acolhedores que incentivam esta relação dos jovens acolhidos com a sua família e que demonstram compreensão pelas dificuldades que podem estar na origem do acolhimento, como explica Beta (16, (19)). Os seus acolhedores diziam-lhe “*tens que visitar a tua mãe, tens que criar uma relação saudável com ela também para amansar um pouco a dor que ela possa sentir, porque independentemente das coisas que ela fez deve doer-lhe e algures ali no meio deve haver alguma dificuldade para ela*”. Este testemunho é exemplificativo da relação de proximidade que as famílias de acolhimento devem estabelecer com as famílias de origem, mesmo que uma forma indireta. Percebemos, por estas palavras, que a família de acolhimento de Beta (16, (19)) assumiu a sua função de “gerir a relação e os contactos com a família de origem, com a instituição de enquadramento e com o meio ambiente, de modo a contribuir para a transição que a criança ou jovem venha a fazer, no curto, médio ou longo prazo, de acordo com o seu projeto de vida (Delgado, 2016, p.20).

Outra das dificuldades referidas prende-se com os “processos de litígio” que, muitas vezes, se desenvolvem entre as duas famílias e onde as crianças são as principais prejudicadas.

**Jonathan (6, (23)):** *a minha mãe tinha o vício de levar sempre muitas coisas...guloseimas e batatas fritas, pronto. E normalmente ela dava à senhora para guardar para depois nós comermos. Só que ela não nos dava... ou dava os filhos, não sei. Acho que nós nunca tínhamos acesso aquilo e acho que...já não me recordo se fui eu ou se foi a minha irmã mais velha, calhamos de dizer à nossa mãe e a minha mãe fez questão de que tudo o que ela trouxesse fosse comido à frente dela. Imagina, se ela trouxesse vinte pacotes de batatas fritas, nós tínhamos que comer aquilo tudo à frente dela.*

Neste sentido, as crianças veem-se no meio dos interesses dos adultos, pois “*muitas das vezes diziam-nos o que é que nós tínhamos de dizer antes de ela chegar. Coisas deste tipo. Quer dizer...eu não acho que isso seja normal, não é? Até porque primeiro estamos a falar de crianças...crianças que o que é que vão fazer?*” (Emma, 8 (26)). Esta forma de estar pode provocar nas crianças aquilo que os autores designam por “conflitos de lealdade”, pela divisão de sentimentos proporcionados entre a família de origem e a família de acolhimento.

Numa outra perspetiva, as dificuldades sentidas no decorrer das visitas prendiam-se com características das suas famílias de origem, com destaque para os problemas de saúde e de

dependências que apresentavam, *“porque ela ia para lá muitas vezes num estado não normal, drogada, bêbeda, eu na altura não sabia distinguir o que era. Sabia que aquela pessoa tremia compulsivamente e não dizia nada de jeito”* (Anna, 6 (24)).

Em jeito de síntese, a família de acolhimento deve complementar as necessidades da criança durante o tempo que convive com esta, devendo ter a capacidade de facilitar as relações e as visitas da criança com a sua família de origem, para que eles possam manter os vínculos afetivos. Quando isto não for possível devido às situações de conflito existentes, estas devem encontrar, juntamente com os profissionais responsáveis pela medida, uma solução que não prejudique essencialmente, a criança (Comins, 2010). À semelhança do que temos vindo a demonstrar, as dificuldades observadas são próximas daquelas que as crianças e jovens que participaram no estudo de Delgado et al. (2016) sentiram, diferindo na medida em que dificuldades relativas a dificuldades financeiras, conciliação de horários e distância entre residências não foram enunciadas (Bertão et al., 2016).

### **2.3.6. Consequências das visitas para a criança ou jovem acolhido**

Face à complexidade das visitas, procurámos saber quais as consequências deste tipo de contacto para a criança ou jovem acolhido.

A este nível podemos fazer a destrição entre consequências positivas e consequências negativas. Todavia, os relatos com evidências positivas foram poucos, mas valorizam o sentido da família e o agrado que as crianças sentiam face às mesmas:

**Jonathan (6, (23)):** [...] *por isso, acho que é isso. Acho que em mim e na minha irmã o facto de a minha mãe nos visitar nós gostávamos, porque independentemente de tudo ela era a nossa mãe e nós éramos muitos novos. Eu tinha 6 anos, pronto...e acho que a figura maternal nessa idade é muito necessária. Mas depois, quando ela ia embora, era complicado de gerir tudo.*

Uma das consequências das visitas foi o medo, *“ela metia-me um bocado de medo, porque é assim, imagina o que é eu virar-me para ti e dizer «olha tu foste raptada por um extraterrestre»”* que teve como resultado uma menor *“vontade de a conhecer”* (Anna (6, (24))). Este medo expresso por Anna (6, (24)) surge como consequência do estado em que a mãe se apresentava nas visitas, associado ao consumo de álcool e drogas:

*ela começou-me a assustar, porque ela ia para lá muitas vezes num estado não normais, drogada, bêbeda, eu na altura não sabia distinguir o que era. Sabia que aquela pessoa tremia compulsivamente e não dizia nada de jeito. Do género, virar-se para uma criança de 3/4 anos "eu vou-te tirar daqui. Um dia vou chegar aqui, vou levar-te e vou embora" e eu comecei a não gostar muito...não me sentia minimamente confortável.*

Do mesmo modo, foi perceptível que, como consequência de visitas que não eram concordantes com a vontade da criança, estas sentiam-se desgastadas *“porque psicologicamente aquilo estava a afetar-me, porque me estavam a obrigar a estar com uma pessoa que eu não conhecia”* (Anna (6, (24)).

Do ponto de vista comportamental, as consequências das visitas manifestaram-se ao nível da forma de falar, *“respondia torto”* e *“eu se calhar não tinha essa noção, mas eu ficava muito agitada, muito nervosa [...] qualquer coisa, explodia logo. Ficava amuada, ficava no meu canto, tinha assim atitudes que num estado normal eu não teria”* (Anna (6, (24)).

O facto de no decorrer das visitas não sentirem melhorias na sua família de origem, acabou por tornar estes jovens menos disponíveis para estes contactos, *“porque eu via que as coisas não mudavam, não é?”* (Beta (16, (19)) e estes acabavam por ser contactos prejudiciais. Parecia existir um sentimento de impotência, *“pois parecia que voltava tudo para me assombrar entre aspas e então eu não queria basicamente estar com ela inicialmente”*.

Conforme pudemos ver, as consequências negativas das visitas verificadas no período de acolhimento, traduziram-se, no presente, em contactos que se caracterizam por alguns conflitos, pela dificuldade entre todos em comunicar e dos jovens – adultos em colocarem-se no lugar dos pais. Do mesmo modo, foi este relacionamento conturbado que fez com que Jonathan (6, (23)) tivesse de fazer *“uma escolha muito difícil, que é raro o jovem que faz, que faz essa escolha, cortar os laços afetivos com a progenitora neste caso, pronto”*.

**Anna (6, (24)):** *nunca lhe dei abertura para a conhecer e para ela me conhecer, porque eu simplesmente não gostava dela, não era uma pessoa com quem eu quisesse estar. Eu hoje com 24 anos se ela estiver num café, não sou capaz de entrar lá.*

**Emma (8, (26)):** *para mim é muito mau. Eu não posso estar com a minha mãe [...] ela faz-nos mesmo mal. Ela só de estar perto de mim, não sei...eu fico de tal forma alterada que não há outra pessoa que me ponha no estado em que ela me põe, percebe? Eu tenho alturas em que só me apetece desfazê-la, quer dizer...e ela é minha mãe nem é normal ter este...percebe? [...] pelo que diz, pelos comportamentos, porque por exemplo eu se for ter com ela [...] a minha mãe só não me fica com o que não puder, percebe? Ela nem sequer se preocupa se eu tenho, se eu não tenho. Eu sou capaz de lhe dizer assim "eu pago-te. Deixo-te o jantar pago ou pago-te o jantar". "E cigarros não trazes?". Quer dizer...percebe? essas coisas assim. Depois é....primeiro, é impossível falar com ela, não é? Pronto. Não se consegue ter uma conversa com ela.*

### **2.3.7. Consequências das visitas para os acolhedores**

Face ao apresentado até então, interessava-nos saber quais as consequências dos contactos para os acolhedores.

Por um lado, e nas palavras dos próprios jovens – adultos , existiam alguns ciúmes, *“a minha mãe morria de ciúmes dela, pensava que ela me ia levar a qualquer momento”* (Anna (6,



(24)). Do mesmo modo, evidenciou-se nos seus discursos, uma preocupação relativamente ao facto de estes contactos poderem pôr as crianças contra os acolhedores, porque “*a uma criança de 6/7 anos é muito fácil fazer a cabeça, caso ela conseguisse, mas nunca conseguiu*” (Anna (6, (24)) e, portanto, os acolhedores questionavam-se “*será que eu me ia deixar influenciar*” (Beta (16, (19))).

Outros relatos revelaram que “*eles ficavam nervosos no sentido em que como é que eu ia voltar dessas visitas [...] será que eu me ia sentir bem? eles ficavam nervosos só no sentido do meu bem-estar*” (Beta (16, (19))).

Emma (8, (26)), por sua vez, considera que não havia uma consequência direta dessas visitas para os acolhedores, mas “*que a consequência tinha era para nós, porque depois nós é que sofríamos com essa situação*”.

## **2.4. Relação com a escola**

A dimensão **relação com a escola** incluiu as narrativas dos participantes sobre aspetos que se relacionam com o seu percurso escolar em diversos momentos com especial atenção para o período de acolhimento, no qual a educação deve ser entendida como uma prioridade (Delgado, s/d).

### **2.4.1. Percurso escolar**

Nesta subcategoria analisámos as referências dos participantes sobre a sua situação escolar, memórias e recordações da sua vida enquanto estudantes.

Da análise das entrevistas, percebemos que mais de metade dos participantes (3) têm percursos escolares, marcados por retenções, alguns deles mais do que uma vez. Estes resultados vão ao encontro dos observados por Delgado e Carvalho (2013) e são ilustrativos das dificuldades de aprendizagem, do insucesso escolar e do abandono. As justificações apresentadas variam desde “*reprovei porque a professora disse que eu não sabia a tabuada, então reprovei. Era capaz de não saber, ainda hoje não sei, portanto...não adiantou de muito ela chumbar-me*” (Anna (6, (24)) ou ao reconhecimento de que os motivos que levaram ao acolhimento também condicionaram os seus percursos escolares:

**Mike (10, (27)):** *no ano em que a minha mãe faleceu, em 2000, eu chumbei...chumbei o ano, apesar de que me queriam passar por favor, mas eu não quis...quer dizer a minha família também não aceitou isso, a minha família de acolhimento não aceitou o facto de eu passar o ano sem saber o que é que*

*eu teria feito, porque eu não fui mais de metade o ano à escola não é....ah e então chumbei o ano, repeti o ano, pá [...].*

As repetições ocorreram no 4º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, no caso de Mike (10, (27)) e no 3º Ciclo no caso de Anna (6, (24)) e Emma (8, (26)).

Em termos de percursos académicos, estes caracterizam-se pela frequência do ensino regular e de cursos profissionais. Os cursos profissionais frequentados inserem-se na área de termalismo, embora esta não tivesse sido a primeira escolha, porque *“não tinha vaga e então meteram-me na primeira vaga que existiu que foi termalismo”* (Anna, 6 (24)). Outro dos cursos profissionais frequentados pelos participantes foi o de teatro.

A preocupação com a escola é particularmente relevante no caso das crianças e dos jovens acolhidos, porque é uma possibilidade de proporcionar trajetos de mobilidade ascendente e criar melhores condições de vida, como no caso de Jonathan (6, (23)) e Mike (10, (27)).

#### **2.4.2. Habilitações literárias**

Conforme analisámos na subcategoria anterior, o risco de abandono escolar é maior em crianças e jovens acolhidos (Delgado & Carvalho, 2013) mas, na investigação em curso, apenas duas das participantes não concluíram os seus estudos. As habilitações literárias são variadas, sendo Emma (8, (26)) quem possuiu um nível habilitacional mais baixo, o 6º ano de escolaridade. Expressou, neste sentido, vontade em *“acabar os estudos recorrendo ao ensino à noite, mas não é fácil”* enquanto Anna (6, (24)) possui “o 11º, porque no 12º conheci o meu marido e a partir daí...”. Poderemos, eventualmente, supor que o facto de estas duas jovens-adultas terem constituído família cedo quando comparadas com os restantes participantes, condicionou, de alguma forma, o seu percurso escolar. Por outro lado, no caso de Emma (8, (26)), o facto de ter passado a sua adolescência em diferentes instituições (cf. percursos entre o acolhimento familiar e o acolhimento residencial), das quais fugiu várias vezes, poderá ser outro fator que condicionou o seu percurso académico.

Tendo em conta os dados apresentados percebemos que dos participantes do estudo, mais de metade completou o ensino obrigatório, tendo concluído o 12º ano. Contrariamente às estatísticas verificadas noutros estudos onde somente 2,1% estava a frequentar uma licenciatura (Delgado & Carvalho, 2013), a representatividade de jovens licenciados na presente amostra é maior, existindo dois jovens – adultos licenciados. Um deles é licenciado em *“engenharia eletrotécnica no técnico”* (Mike (10, (27)) e outro possui *“licenciatura em educação social e estou*

*a fazer o mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em desenvolvimento comunitário e educação de adultos” (Jonathan (6, (23)).*

## **2.5. Socialização**

Definindo este conceito como o processo através do qual os indivíduos apreendem costumes, crenças, normas e valores pelos quais se regem e interpretam o mundo, compreende-se que existem vários tipos de socialização (primária, secundária e terciária), conforme a fase da vida em que as pessoas se encontram e a experiência que adquirem. É através desta troca contínua de experiências que as pessoas se desenvolvem como seres sociais e constroem as suas identidades (Giddens, 2008). Assim, existem vários aspetos que contribuem para o processo de socialização e que dizem respeito às próximas subcategorias apresentadas as quais procurámos explorar:

### **2.5.1. Figuras significativas**

Procurámos perceber quais foram as relações privilegiadas que os sujeitos estabeleceram ao longo das suas trajetórias de vida e a apreciação que fazem sobre o papel que estas desempenharam.

Ao nível dos relacionamentos interpessoais, Martins (2005, p.3) salienta que a qualidade das relações interpessoais é importante na medida em que influencia a qualidade de vida e o bem-estar atual das crianças e auxilia na construção do seu desenvolvimento, funcionando como um “fator prospetivo com impacto ao nível da sua organização psíquica e sócio-afectiva”. De facto, em todas as gerações verificámos que a família é uma instância chave de socialização primária, na qual a criança aprende os modos de comportamento para o futuro (Giddens, 2008). Verifica-se isto pela referência às pessoas mais próximas na infância, mesmo que estas tenham sido maltratantes. As figuras nomeadas são, essencialmente, a mãe e depois seguem-se os relatos referentes aos pais. “No fundo são as pessoas, as três pessoas com quem eu vivi que é a minha irmã mais velha, a minha irmã do meio e a minha mãe biológica” (Beta (16, (19)). Os irmãos também são figuras muito presentes nos discursos, tendo alguns deles tido um papel preponderante na educação dos jovens – adultos entrevistados, “porque foi a pessoa que me tentou educar da melhor forma ali”. Na perspetiva de Anna (6, (24)), como o contexto anterior ao

acolhimento, foi uma instituição, as suas memórias remetem-nos para a importância atribuída a outras crianças:

*Éramos aquele grupinho, porque lá está formam-se grupos ao longo do tempo. Os gémeos tenho pouca recordação, foram logo embora, mas fiquei eu, a T., o L. e o P.. Depois o L. foi a seguir, entretanto foi a T. e fiquei eu e o P.. O P. fazia anos no dia 6 e eu fazia no dia 5, então eu esperava sempre pela festinha dele e festejava os meus anos sempre no dia dele. Eu tenho imensas fotografias com ele por causa disso. Se calhar é daí que sou um bocadinho maria-razapaz, ele se cismava que tínhamos de ir para o telhado, a gente ia. Subíamos os canos e lá íamos.*

A entrada para a escola e a identificação com o grupo de pares permitiu a partilha de experiências e o estabelecimento de uma relação de confiança no âmbito das relações de amizade que os jovens – adultos estabeleceram no seu quotidiano. Estas relações constituíram um fator protetor importante que os ajudou a lidar com as adversidades no período que antecedeu o acolhimento, indo ao encontro do testemunhado por Beta (16, (19)):

*os meus amigos...eram amigos da escola, eu lembro-me de ter uma amiga que era muito importante para mim, conhecia TUDO o que se passava lá em casa. Ela morava na rua atrás da minha e...sempre que eu quisesse sair daquele ambiente, ela estudava comigo, estudou comigo desde o 1º ano ao 9º. Essa minha amiga foi muito importante nós já nem estamos muito juntas, mas ela de facto foi importante na minha vida. Eu saía de casa e lembro-me perfeitamente de que era um alívio sair de casa e ficava a tarde inteira na casa dela se fosse preciso e os pais dela também conheciam a situação e eram extremamente amáveis comigo sempre...acho que foi assim a amiga mais importante.*

Nos relatos de Emma (8, (26)) e Jonathan (6, (23)) percebemos que a “a família de acolhimento teve alguma importância” (Emma (8, (26))), mas não exploram muito esta questão pelas dificuldades vivenciadas neste acolhimento, conforme já temos vindo a dar conta. Em contrapartida, e como o percurso de ambos passou, posteriormente, pelo acolhimento residencial, referenciam pessoas deste contexto: “tenho os técnicos do acolhimento residencial, por exemplo [...] e acho que me aproximei muito mais das figuras adultas da instituição do que dos meus colegas. Eu mantenho uma boa relação com os meus colegas, mas mantenho ainda melhor com os técnicos” (Jonathan (6, (23))). Do mesmo modo, Emma (8, (26)) recorda os professores que teve nas instituições como figuras próximas e com significado, embora olhe desconfiada para esta forma de estar, porque “os professores...se calhar nem fazia tão sentido eles aproximarem-se porque eles para o ano poderiam não estar lá ou nós não estarmos, pronto. Mas mesmo professores eu sentia isso”.

Apesar disto, os relatos de Emma (8, (26)) são aqueles que evidenciaram uma maior ausência de figuras percecionadas como importantes no decorrer de todo o seu percurso, particularmente na infância, referindo que “da infância não tenho ninguém”. Contrariamente à referência que faz dos professores, parece evidenciar dificuldades em construir relações de amizade com os pares, afirmando que “não fiz” amizades, “mas lembro-me muitas vezes das

*peessoas...o que eu acho que é isso...que significaram alguma coisa de importante para mim".* Emma (8, (26)) apresentou, no nosso entender, um discurso pautado por alguma frieza e distanciamento face às relações que desenvolveu com os pares ao longo da sua vida, trazendo à tona uma das consequências dos maus-tratos, nomeadamente a dificuldade em formar relações efetivas com estes (Magalhães, 2005). A jovem argumenta que teve de se afastar de algumas destas pessoas, porque

*cheguei a uma altura em que comecei a perceber que...eu posso até ter tido algumas atitudes não muito corretas, mas acho que...como é que eu hei-de explicar? e fugia e não sei quê, mas, no entanto, agora levo uma vida direitinha, não é? e vejo miúdas que até se portavam muito bem na instituição e que depois de saírem...e eu não posso nunca manter contacto, não é? percebe o que estou a dizer?*

Contrariando a perceção de Emma (8, (26)), os restantes jovens – adultos mostraram que mantém contacto de diversas formas com vários dos amigos que povoaram a sua infância, o que considerámos positivo:

**Anna (6, (24)):** *ainda agora consegui o contacto...era a T.. Chamava-se T.P. e eu procurei aquela miúda durante imenso tempo [...] hoje em dia é muito fácil tu manteres contacto com toda a gente através do Facebook, ou seja, eu acabo por ter muitos amigos virtualmente. Pessoas que andaram comigo na escola, a gente adiciona no Facebook e a cada passo falámos ou mandámos uma mensagem [...] então eu tenho uma colega minha que uma vez me disse "uma vez amigas, amigas para sempre". E ela é uma pessoa espetacular. Essa e outra que eu falo mais vezes. Mas são, certamente, pessoas que eu vou levar para a vida. E que já acompanharam a gravidez do D. e agora acompanham a gravidez do S. e são pessoas que me dizem "tens de mandar fotografia. Vais fazer ecografia tens de me dizer quanto é que ele pesa". Pessoas que se preocupam mesmo, mesmo longe, para eles a distância não...e para mim também não é nada.*

**Beta (16, (19)):** *tenho alguns amigos de escola que mantenho e mantenho o contacto. A minha turma do 5º ao 9º ano era uma turma bastante unida, ou seja, havia muita gente que sabia da minha situação e tudo e eu mantenho contacto com alguns. Nós, acho que somos a única turma desse tempo que consegue fazer assim bem "sucessivamente" aqueles jantares anuais, somos uma boa turma, nós conseguimos fazê-lo. Depois assim de infância são esses que eu mantenho.*

**Mike (10, (27)):** *todos praticamente porque eles continuam...continua a ser ali, porque eu na realidade sempre tive ali, sai, tive fora durante 6 anos, mas depois voltei e reencontrei os mesmos amigos e pessoal da escola, etc, que eu já não via há muitos anos...*

Para vários dos jovens – adultos entrevistados, a família de acolhimento teve muita importância nas suas vidas e mencionam-na quando questionados sobre as pessoas mais significativas no momento: *"é a minha tia...a considerada minha tia não é, os meus primos, o meu irmão...a minha família"* (Mike (10, (27))). Beta (16, (19)) partilha do mesmo sentimento destacando a sua amiga a quem chama irmã, pois foi por seu intermédio que chegou a esta família acolhedora *"neste momento eu posso dizer que é a minha irmã, essa minha irmã, se não fosse ela não estaria aqui agora e a minha irmã biológica que me educou na altura, devem ser as duas pessoas mais marcantes na minha vida"*.

Para as duas jovens-adultas que já constituíram família, Anna (6, (24)) e Emma (8, (26)), as referências às figuras mais importantes nas suas vidas no presente, dizem respeito, essencialmente, aos filhos:

**Anna (6, (24)):** *a pessoa mais importante para mim, neste momento, é o meu filho, não é? (risos). Não há pessoa que eu diga...[...] É tudo gradualmente. Tu constróis tudo gradualmente. A cada dia que passa, a cada sorriso, a cada choro, a cada contacto visual, que ele começa a olhar para ti muito cedo. Quando dás de mamar o sítio para ele onde mais olha é para a mãe. É fantástico esse olhar. Tu vais criando laços afetivos enormes que mais ninguém conseguiria quebrar. Eu acho que, para mim, neste momento, sem dúvida alguma, é o meu filho. Porque se eu não tivesse um filho, como deves imaginar eu gosto dos meus pais e não me vejo sem eles (claro que eles um dia vão partir), mas a pessoa que eu mais nomeava era o meu marido, sem dúvida. Porque primeiro viemos para esta aventura os dois sozinhos e das duas, uma: ou eu estou com ele e ele está comigo ou então isto não resulta.*

**Emma (8, (26)):** *é só as minhas filhas e os meus irmãos, não tenho mais ninguém que...eu não posso dizer que a minha mãe também não, porque no fundo eu evito contactos, evito ao máximo estar perto, mas não posso negar que me preocupo e que se houver...eu tenho a certeza que se houver alguma coisa assim mais grave que eu não vou conseguir virar as costas...*

### 2.5.2. O brincar

Sendo um dos direitos consagrados às crianças, o brincar é extremamente importante para o seu desenvolvimento (Smith, 2006). Assim sendo, interessou-nos perceber como é que os participantes brincavam, que memórias possuíam desse tempo e de que forma essas mesmas brincadeiras se revelaram importantes para os mesmos.

As memórias recordadas por alguns dos participantes relativamente ao brincar, dão conta de brincadeiras, sobretudo, ao ar livre e que transmitem a sensação de grande liberdade:

**Mike (10, (27)):** *jogávamos à bola na rua...ah lembro-me de coisas assim....particularmente interessantes. Nós tínhamos um monte de terra no sítio onde morávamos e então tirávamos os para-choques aos carros e descíamos dentro dos para-choques, descíamos...era brutal, yah!*

**Emma (8, (26)):** *na família de acolhimento não me lembro sequer, não me lembro de brincadeiras...antes da família de acolhimento também não me lembro assim de nada. Lembro-me sim depois de termos saído da família de acolhimento e estarmos novamente com a minha mãe. Então fazíamos cabanas no monte, apanhávamos pirilampus à noite, jogávamos às escondidas, pronto essas coisas...atirávamos pedras não sei porquê, mas atirávamos pedras (risos), pronto. Acho que era com físgas ou qualquer coisa assim. E pronto era isso.*

Porém, o testemunho de Emma (8, (26)) revela a ausência de memórias relativas às brincadeiras durante o período de acolhimento, possivelmente porque as recordações que tem desse tempo não foram agradáveis e contrastam com as tarefas que tinha de fazer a pedido dos seus acolhedores:

*Mas obrigavam, mesmo, a ter que matar os animais. A ter que ajudar a tratar dos animais. Quer dizer, eu era uma miúda. Aquilo mexia mesmo muito comigo, porque eu hoje penso que se me mandassem limpar a casa toda, eu acho que preferia mil vezes do que ter que estar a fazer aquilo, não é? Meter as galinhas na água quente, tudo isso acabam por ser maus-tratos.*

Do mesmo modo, o relato de Jonathan (6, (23)), destaca a ausência de memórias no período de acolhimento, possivelmente como resultado dos maus-tratos que viveu na infância por parte da família de origem e da família de acolhimento: *“brincadeiras, eu não me lembro. Eu tenho uma única foto da minha infância até aos 10 anos e foi tirada nessa família de acolhimento e estou eu e a minha irmã velha à beira de um jardim e eu não sei se brincávamos lá, não sei”*.

Num outro ponto de vista, as brincadeiras que Anna (6, (24)) tinha na instituição permitiram-lhe desenvolver competências importantes, como o sentido de partilha que considera ter-se perdido nos dias de hoje: *“o haver muita gente para brincar isso foi um aspeto muito importante. Hoje em dia se calhar eu olho para sobrinhos meus e vejo-os a brincar sozinhos e acho que nesse aspeto de partilhar as coisas, como eu tive de partilhar”*.

Olhando para o testemunho de Beta (16, (19)), a mais nova dos participantes, verificámos que as brincadeiras na sua infância são pautadas por um elemento tecnológico novo e de grande relevo para as crianças e jovens, como foi a *play-station*: *“[...] nós tínhamos uma play-station que também é mesmo importante na minha vida essa play-station porque era os momentos em que nós...aqueles momentos felizes em que estávamos todas bem era quando estávamos a jogar play-station”*.

Tendo em conta os relatos partilhados, tona-se importante analisar a questão do jogo/brincadeira de forma a encontrar pontos de convergência e divergência, uma vez que através da atividade lúdica, as crianças estão expostas a situações que permitem a integração do mundo na personalidade, o que faz com que se estimule o dinamismo e o desenvolvimento das condições propícias à autonomia da personalidade (Sarmiento & Cerisara, 2004). Assim sendo, e sintetizando os dados obtidos, percebemos que, para a maior parte dos jovens – adultos, a rua foi um espaço de brincadeiras importante. Fizeram referências às escondidinhas, ao jogar futebol e à criação de brincadeiras próprias que estimulavam a sua criatividade enquanto crianças, como as *“cabanas”* e o *“descíamos dentro dos para-choques”*. Embora os jovens – adultos integrados nesta amostra tenham entre os 18-30 anos e, por isso, podemos considerá-los pertencentes a uma mesma geração, no caso de Beta (16, (19)), a mais nova dos entrevistados, começamos a sentir a influência dos media, quando introduz o *“jogar play-station”* evidenciando, assim, uma nova instância de socialização e a rua parece perder a sua importância (Belloni, 2009).

### 2.5.3. Instituições importantes

Nesta dimensão de análise procurámos perceber que instituições ao nível religioso, desportivo, entre outras, se revelaram contextos de desenvolvimento significativo para os participantes, na medida em que a participação em atividades educativas ou de lazer podem constituir um importante espaço de integração no seu contexto de vida e na comunidade envolvente (Gilligan, 2000).

Relativamente às atividades é importante destacar que, apenas um dos participantes, integrava atividades educativas ou de lazer fora da escola, tendo as mesmas sido sugeridas por uma psicóloga, como forma de canalizar a energia da então criança:

*Depois andei no ballet, depois a minha mãe viu que eu não tinha jeitinho nenhum para aquilo e então o que eu gostava mesmo era o Karaté. Porque é assim...isto foi tudo ideias da psicóloga. Como ela dizia que eu tinha tanta energia e como eu fui habituada a ter tantas atividades, quando me trouxeram para aquela casa, eu comecei a acumular. E então eu era uma bolinha, porque tinha de me cansar para chegar a casa e ter fome e ter apetite. Eu até na comida notava, porque eu precisava de gastar a minha energia para ter vontade de comer. Então a minha mãe decidiu inscrever-me num monte de coisas. Desde ballet, depois não resultou em nada, portanto...não tinha jeitinho para aquilo. Depois inscreveu-me no Karaté e, mais tarde, descobri o voleibol que fomos campeões de juniores e tudo foi altamente.*

As atividades comuns a todos os participantes dizem respeito à participação em grupos juvenis, como a catequese, verificando-se uma forte influência religiosa por parte das famílias acolhedoras:

**Anna (6, (24)):** *não...igreja fiz a catequese normal. E depois ao sábado tínhamos o grupo...a catequese. A catequese normal, mas de resto...*

**Beta (16, (19)):** *[...] mas depois...agora com 14/15 comecei a frequentar uma igreja que já não frequento no momento.*

**Emma (8, (26)):** *sim, íamos à missa todos os domingos e sábados à tarde acho eu...eu frequentava a catequese, o Jonathan (6, (23)) não...mas eu já frequentava entretanto fiz a 1ª Comunhão e fui batizada, porque não era.*

**Mike (10, (27)):** *sim sim sim...a minha família atual digamos sempre foi relacionada com os Missionários da Consolata e daí eu também ter essa ligação.*

Torna-se, deste modo, evidente que a família de acolhimento atua como agente facilitador da integração das crianças e dos jovens acolhidos em atividades que contribuem para o seu desenvolvimento e inserção na sociedade (Delgado, 2003). Os acolhedores acabam, assim, por proporcionar um tipo de experiência que, possivelmente, as crianças nunca teriam, como reflete Beta (16, (19)), “porque lá está a minha mãe também não tinha grande interesse...porque a minha mãe também não teve esse cuidado de me colocar em coisas extracurriculares”.



## **2.6. Percursos entre o acolhimento familiar e o acolhimento residencial**

Esta categoria não estava definida a priori e emergiu do discurso de alguns dos participantes, principalmente porque, alguns deles, tiveram percursos que passaram pelas duas medidas de colocação, havendo alguma tendência para comparar o que acontece num lado e no outro, sendo possível traçar algumas diferenças conforme as experiências narradas. Note-se que o nome atribuído à categoria não é linear no sentido em que há uma situação em que acolhimento residencial ocorreu antes do acolhimento familiar (ex. Anna (6, (24))). Assim sendo e dada a relevância que o acolhimento residencial assumiu na vida de alguns dos participantes, incluímos nesta categoria as referências de alguns dos entrevistados relativamente ao acolhimento residencial, de forma a compreender o papel que a instituição desempenhou no seu processo de desenvolvimento durante a infância e a adolescência. Nesta categoria englobámos, também, as representações acerca da institucionalização, uma vez que estas poderão refletir a perspetiva da sociedade sobre esta problemática.

### **2.6.1. Vivências em acolhimento residencial**

Nesta subcategoria, procurámos descrever os momentos e os significados atribuídos aos mesmos por parte de alguns dos jovens – adultos que experienciaram a medida de acolhimento residencial.

A medida agora designada de acolhimento residencial deverá ser, de acordo com a legislação vigente (Lei nº142/2015, de 8 de setembro), a última medida a ser aplicada, após terem sido exploradas todas as hipóteses possíveis em meio natural de vida.

No caso de Anna (6, (24)), como a própria recorda “*mal ela me foi ter ao hospital, ela nunca mais me viu. Eu acho que ela, pelo que me contam, ela só pegou em mim ao colo, eu já tinha 3/4 meses*”, porque “*já estava sinalizada que eu correria riscos se ela me levasse para casa, porque não tinha condições*”. Emma (8, (26)) e Jonathan (6, (23)), por sua vez, foram institucionalizados depois de estarem acolhidos numa família de acolhimento, cuja experiência revelou algumas dificuldades, tendo regressado, posteriormente, à família de origem, mas, pouco tempo depois, foram institucionalizados.

No que respeita ao percurso de Emma (8, (26)), este foi pautado pela transição de instituição para instituição. Na primeira colocação em instituições foi para “*um centro de acolhimento temporário*”, onde a “*dada altura acabei por ser separada dos meus irmãos por culpa*

*própria*". Assistimos a um processo de desvinculação que interrompeu a sua socialização e que contribuiu para o desenvolvimento de comportamentos agressivos, porque "*eu não reagia muito bem...ora fugia ora batia nas pessoas*". Perante tal situação, como já tinha criado "*os meus comportamentos, não é? Não eram os melhores e fui separada da minha irmã*" enquanto "*o Jonathan (6, (23)) foi para um colégio de meninos*". Face a estas explicações, compreendemos que o ingresso na instituição foi tido como uma situação traumática, pelo menos para Emma (8, (26)), devido às ruturas de relação que isso implicou, embora fosse o "*o único sítio onde eu estava bem, porque não me tratavam mal...percebe?*". O percurso de Emma (8, (26)) foi, assim, marcado por diversas transições. Primeiramente, dá-se uma transição da família de origem para a família de acolhimento, regressando, cerca de dois anos depois, a casa. Mais tarde é institucionalizada e seguem-se inúmeras transições de instituição para instituição, como podemos ver:

*depois estive em Amarante também [...] depois voltei para o Porto e para o CAT. Tive noutro de meninas também na C. [...] está fechado atualmente, acho eu...depois...também fui para Viseu...regime fechado. Esse de Amarante e o de Viseu eram os dois de regime fechado. O de Amarante não adiantou porque eu fugi na mesma...*

Na sua última fuga, revelou que "*fugiu porque engravidei. E porque tive medo que estando lá me pudessem tirar o bebé. Foi essa a razão de ter fugido*".

Acreditámos que estas constantes mudanças também se tenham refletido, como já vimos anteriormente, na dificuldade em estabelecer vínculos afetivos com os pares.

Numa atitude contrastante, o seu irmão recordou que

*eu entrei em 2005 para o acolhimento residencial e pronto, acho que aí já tinha uma postura completamente diferente do que a que tive no acolhimento familiar. Eu quando entrei para o colégio, soube logo o que é que queria seguir, que queria ir para a faculdade.*

Manteve-se na instituição até ao presente e foi lá que construiu parte dos seus vínculos afetivos mais importantes, desempenhando, agora, funções de educador de pares. Reconhece, no entanto, que apesar de "*os melhores anos da minha vida*" terem sido "*passados no acolhimento residencial [...] sei que há acolhimentos residenciais que são o que são, funcionam mal, mas por acaso o meu sempre funcionou bem*". Como exemplo de um acolhimento residencial que "*funciona mal*", a irmã relatou a sua experiência

*havia um senhor que batia aos meninos, percebe? Batia! Eu quando lhe digo bater, é bater. Batia a um menino que...e depois é assim...primeiro, não pode haver diferenças entre os meninos normais e meninos com problemas, primeiro não pode haver. Mas eu própria vou fazer um bocado a diferenciação que é...ele batia principalmente a um menino que era autista. Um menino que se arrastava no chão...nem lhe sei dizer qual era a doença que ele tinha, mas que não andava sequer. Tinha uma coisa aqui...um papo e arrastava-se. Ele batia [...] também cheguei a apanhar uma senhora, nesse mesmo CAT, em que tinha*

*problemas com álcool...isso também não é bom, o que significa que pode pôr as crianças em risco, portanto se retiram os filhos...percebe o que eu quero dizer?*

Face às experiências apresentadas, discutiremos, na próxima subcategoria, as representações acerca da institucionalização.

### **2.6.2. Representações acerca da institucionalização**

Um dos aspetos mais referidos por parte dos jovens – adultos com percursos de institucionalização é o facto das crianças não terem uma atenção individualizada e não haver tanto afeto como poderia ser proporcionado por uma família, *“porque independentemente de tudo é uma família, por muito que não seja a nossa”* (Jonathan (6, (23))). Para Emma (8, (26)), na *“instituição nunca dá para se sentir que se tem uma família, não é?”*.

Na mesma linha de reflexão encontrámos semelhanças nos discursos de alguns participantes, na medida em que demonstram a existência dos “dias maus” nas instituições. Percebemos que, mesmo estando institucionalizadas, algumas das crianças e dos jovens acolhidos podiam ir a casa aos fins-de-semana. A situação de Anna (6, (24)) no percurso de preparação para o acolhimento foi semelhante, recordando que *“nós dizíamos que o domingo era o dia mau, porque era o dia da entrega. Sexta-feira era ótimo e eu lembro-me de chegar à porta da instituição e dizer «eu não quero ir. Eu quero ir para trás, eu quero ir convosco»”*. Num discurso idêntico e relembrando que o percurso de Jonathan (6, (23)) em acolhimento residencial foi considerado pelo próprio como os “melhores anos da sua vida”, temos o seguinte testemunho: *“eu vejo pelos jovens que tenho lá na instituição que, independentemente das situações que eles têm em casa, de não terem comida ou más condições habitacionais, à sexta-feira, a única coisa que eles querem é ir embora”*.

Assim sendo, considerámos que, independentemente, de qual tenha sido o percurso dos jovens em acolhimento residencial e das experiências que viveram, as representações acerca desta medida são sempre construídas tendo por base um conceito de família, que poderá ser diferente para todos eles, mas que percebem que pela forma como as instituições se organizam, não lhes é possível proporcionar.

Beta (16, (19)), apesar de nunca ter estado institucionalizada, vivenciou de perto a situação de uma das suas irmãs da família de origem. O seu relato parece evidenciar uma

representação acerca da institucionalização imbuída de preconceitos e estereótipos e que basearão, apenas, na sua experiência:

*[...] eu não queria ir para uma instituição porque uma das minhas irmãs, a tal que arranjava mais problemas tinha sido institucionalizada e eu tinha uma má ideia das instituições no sentido em que pelo menos as que eu acompanhei que foi as que a minha irmã esteve...uh, ah...as crianças e os adolescentes são enfiados lá mas não recebem acompanhamento suficiente lá, ou seja eles quase que saem de lá piores pelo menos os casos que eu vi, não estou a falar geralmente [...].*

## **2.7. Expectativas de futuro durante o período de acolhimento**

Esta categoria centrou-se nas intenções relativamente ao acolhimento, a projetos e sonhos a vários níveis que os sujeitos desejavam alcançar, ou que gostariam de ter realizado, no seu percurso de vida e à reflexão sobre essas mesmas expectativas.

Definida a medida de acolhimento familiar, importa definir-se um projeto de vida para a criança ou jovem, de modo a viabilizar a realização de diagnósticos, planificação e execução da intervenção.

Nos dados apresentados por Bertão et al. (2013), constatou-se que, para mais de metade das crianças acolhidas, o seu projeto de vida passava pela autonomização (54,7%), permanecendo na família de acolhimento até à maioridade ou término da medida. Apesar de o legislador considerar o acolhimento como medida temporária, verificou-se que só uma percentagem mais reduzida de 13,1% tinha como projeto de vida a (re)integração na família nuclear e 0,3% na família alargada.

### **2.7.1. Regresso à família de origem**

Quando questionámos os jovens – adultos relativamente às suas expectativas durante o acolhimento familiar, percebemos que, apenas para dois deles, a sua vontade era o regresso à família de origem. Esta era vontade de Emma (8, (26)) e de Jonathan (6, (23)):

**Emma (8, (26)):** *sim...eu só pensava em voltar, não é?[...] mas houve alturas em que cheguei a pensar que nunca mais voltava para a minha mãe. Nunca soube exatamente o que é que ia acontecer, embora ela dissesse e dizia sempre que depois de ter casa e não sei quê que nos ia buscar, mas para mim aquilo...nunca ia acontecer, não é?*

**E:** *ok...durante o período de acolhimento quais eram as tuas perspetivas? pensavas regressar à família biológica?*

**Jonathan (6, (23)):** *sim...acho que sim. Acho que esse sempre foi o objetivo. É como eu digo, uma criança tão pequena não tem a capacidade de pensar mais além...*

Contrariamente ao que é, habitualmente, defendido, percebemos que estes foram dois dos casos em que os jovens – adultos foram acolhidos numa idade mais precoce, aos 6 anos no

caso de Jonathan (6, (23)) e aos 8 no caso da sua irmã. No entanto, a idade precoce dos participantes não foi determinante para o sucesso da colocação (Delgado, 2003), pois existiram outras condições que se sobrepuseram, como a relação estabelecida com a família de acolhimento.

### **2.7.2. Permanência no acolhimento familiar**

Os restantes participantes do estudo, Anna (6, (24)), Beta (16, (19)) e Mike (10, (27)) mostraram intenção de permanecer junto da família de acolhimento, encontrando-se semelhanças aos resultados obtidos em Delgado et al (2013), pois consideraram que este “foi um acolhimento para a vida não foi um acolhimento temporário” (Beta (16, (19))). Mais uma vez, evidencia-se a necessidade de assumir que, por vezes, o objetivo do acolhimento não é, necessariamente, o regresso à família de origem (Delgado, 2010).

**Anna (6, (24)):** [...] *era assim que eu pensava. Eu estou aqui, são eles que tratam de mim, são eles que me dão educação, são eles que me vestem, são eles que me calçam...eu nunca pensei voltar para trás. Não com essa idade [...].*

**Beta (16, (19)):** *eu já ia fazer 18 anos daí a dois anos não é, então...eu nunca tive intenções de voltar, sempre quis ficar com aquela família e continuo a viver com essa família.*

### **2.7.3. Sonhos/ambições**

Nesta subcategoria quisemos conhecer as expectativas, interesses, sonhos, planos em termos escolares e profissionais dos jovens – adultos.

Relativamente à prossecução dos estudos não obtivemos grandes verbalizações por parte dos sujeitos, excetuando Emma (8, (26)) que, referindo-se ao presente afirmou que “*queria tirar o curso. Queria ser advogada. Não lhe digo que fosse para exercer, mas se o tirasse já ficava satisfeita*”.

Quando comparamos este tipo de produções verbais dos sujeitos acerca das suas expectativas com o nível de habilitações e trabalho que possuem no presente, constatamos que estas não foram concretizadas por diversas circunstâncias: contrariedades com as quais se foram debatendo no itinerário de vida, nomeadamente, saída precipitada da instituição e a maternidade. Em contrapartida, Anna (6, (24)) deu-nos a conhecer de que forma as suas ambições profissionais se modificaram ao longo do tempo. Numa primeira fase, dizia “*oh pai, eu vou ser mecânica*”, porque eu “*acho que a profissão que o meu pai gostava que eu tivesse sido era mecânica*” e recorda alguns desses momentos: “*ele amarrava uma corda ao carro e dizia «depois tens que*

*conduzir, puxas aqui o travão de mão» e eu fazia aquilo com muito orgulho. Lavava os carros na oficina, aspirava o carro, ficava toda contente". Mais tarde, "surgiu aquela que era a ideia de turismo, porque me abria portas a nível de hotéis, muitas coisas", mas acabou por ingressar num curso profissional de termalismo, por não existirem vagas no curso que queria. Tal como aconteceu com Emma (8, (26)), ambas foram confrontadas com alguns constrangimentos ao longo das suas vidas que não lhes permitiram cumprir com os seus sonhos ao nível das habilitações.*

Outros dos participantes, quando questionados relativamente aos sonhos e ambições durante a infância, particularizando o período de acolhimento, revelaram dificuldades nesta capacidade de sonhar e de definir objetivos, porque o *"objetivo do dia era chegar ao dia seguinte e passar o tempo de alguma forma"* (Beta (16, (19))). É reconhecido que as crianças vítimas de maus-tratos, como consequência da exposição a este tipo de condutas, apresentam uma baixa motivação, iniciativa e a própria capacidade de sonharem fica condicionada (Magalhães, 2005): *"ambições e sonhos...eu antes não tinha grandes ambições e sonhos"* (Beta (16, (19))).

Considerámos que nos seus discursos parece existir alguma apatia, passando a ideia de *"viver um dia de cada vez", "porque eu não conseguia desenvolver objetivos a longo prazo"* (Beta (16, (19))). Esta situação poderá estar relacionada, como já referimos, com os maus-tratos sofridos, uma vez que *"as coisas em casa também não eram as melhores, embora eu quisesse lá estar, não é? e depois nas instituições também não, porque...eu nunca reagi muito bem àquela situação, não é? então a minha atitude era um bocado...de deixa andar, vou fazendo aquilo que tiver de fazer"* (Emma, 8 (26)). Prosseguindo na mesma linha de pensamento, Mike (10, (27)) revelou que *"eu sempre procurei muito esta área de dominar, de ter o controlo, o meu próprio controlo porque já estava farto de ser controlado de determinada forma"*. A narrativa apresentada transmite a ideia de que estes jovens – adultos, cuja infância e adolescência é marcada pelos maus-tratos, sentem necessidade de ser autores da sua própria história e poder decidir o que querem, assim como revelam querer ter poder sobre os acontecimentos.

## **2.8. Representações acerca das potencialidades e dos constrangimentos do acolhimento familiar**

Nesta categoria procurámos dar conta dos comentários, observações e apreciações dos jovens – adultos sobre a medida de acolhimento familiar, uma vez que, como narram os acontecimentos na primeira pessoa, as suas perceções revestem-se de significado para o

desenvolvimento da medida enquanto resposta alternativa para as crianças e jovens em perigo. Assim, destacámos aquelas que são tidas como as potencialidades e constrangimentos da medida pelos jovens – adultos que participaram neste estudo, sendo os relatos obtidos concordantes com outros estudos e com a literatura existente nesta área.

### **2.8.1. Potencialidades**

De um modo geral, a nossa amostra considera o acolhimento familiar como uma medida adequada aquando da inevitabilidade de retirada da criança à sua família de origem.

Da análise das entrevistas sobressai, desde logo, que uma das potencialidades do acolhimento familiar se situa no ambiente familiar proporcionado pelas famílias de acolhimento e na consagração do direito à família. Considerando a opinião dos entrevistados, o acolhimento familiar permite a normalização da vivência de uma criança e que passa por viver em família (e não numa instituição), num ambiente familiar seguro, terno e positivo.

**Anna (6, (24)):** [...] *ter noção do que é mesmo uma família, porque tu na instituição não conheces esse lado, não é? E então...conhecer os padrões de família, percebes? Porque é o que é ter um pai, uma mãe [...]. Mas isso para mim foi fundamental, porque ter os padrões de família...sem dúvida!*

**Emma (8, (26)):** *porque na instituição nunca dá para se sentir que se tem uma família, não é? Entende o que é que quero dizer? é muito mais fácil eles não sentirem numa família de acolhimento do que numa instituição. Portanto, eu acho que é importante.*

**Jonathan (6, (23)):** *por isso, eu acho que é uma coisa que o acolhimento familiar ganha em relação ao acolhimento residencial, porque os funcionários do acolhimento residencial, por muito que queiram, eles ao final do dia acabam o turno e vão para a casa deles. Enquanto na família de acolhimento nós estamos constantemente com aquela família. Que...se correr bem, torna-se a nossa família, lidamos constantemente com eles e comemos com eles à mesa e vamos sair ao domingo com eles...acho que é a principal diferença.*

Outro dos aspetos valorizados pelos jovens – adultos prende-se com a educação prestada pelas famílias de acolhimento, ainda que, no início, a adaptação a um novo contexto seja difícil, o facto de existirem regras e de se estabelecerem limites é tido como positivo, pois reconhecem “o que é ter regras. Agora chegar ali aos 6 anos e dizer “*epá!Não!*”, *mas quem és tu para dizer que não? Porque nós pensamos assim, erradamente*” (Anna, 6 (24)).

Os aspetos até agora mencionados como positivos são idênticos aos verificados noutros estudos. Em Sousa et al. (2005) reflete-se sobre os efeitos positivos verificados nas crianças quando têm oportunidade de experimentar um lar e de viver em família, constatando-se que “têm padrões de vinculação muito semelhantes aos dos jovens que sempre viveram com a família natural (2005, p.298). Do mesmo modo, em Timóteo e Alheiro (2013), salienta-se a importância

dada às práticas educativas mais adequadas com regras de funcionamento familiar mais explícitas.

Destacámos, ainda, outras potencialidades que se prendem com a oferta de cuidados individualizados, nos quais se poderá estar mais sensível às necessidades da criança e possibilidade de ter uma figura de referência: “*há crianças, por exemplo como a minha irmã mais nova, em que ter uma figura de referência, oferecer cuidados só a um, não como numa instituição, acontece que existem vários cuidadores de referência, acho que isso é um ponto positivo*” (Jonathan, 6 (23)).

Por último, encontrámos semelhanças em dois discursos que olham para o acolhimento familiar como uma nova oportunidade de ver o mundo, com implicações na forma como as crianças e os jovens desenvolvem expectativas e em como se tornam mais capazes de traçar projetos. Atentemos no discurso de Beta (16, (19)):

*acho que é a possibilidade de começar do zero, ou seja eu acho que muitas pessoas que têm uma vida com a qual não estão satisfeitas não é, que a maior parte das pessoas não está satisfeita com a sua vida, não têm essa oportunidade de ter uma folha em branco para reescrever tudo. O acolhimento familiar eu acho que dá às crianças principalmente porque eu já fui acolhida relativamente tarde, acho que dá uma possibilidade, até me dá arpejos isto, é mesmo importante, acho que dá uma possibilidade às pessoas que não veem o futuro de verem um futuro diferente [...] e dá a uma criança esperança sobretudo. Esperança.*

No mesmo sentido, Mike (10, (27)) reforça a ideia transmitida por Beta (16, (19)) relativamente à esperança e às novas oportunidades que se proporcionam aquando da colocação numa família de acolhimento:

*é assim...isto é a abertura para uma nova vida não é? porque a realidade é que... tu quando perdes os pais ou os pais te abandonam ou o que quer que seja, quando tu não tens os teus pais biológicos contigo, a tua vida acaba por acabar...e a realidade é que depois vais procurar viver uma segunda vida além da tua vida, ou seja eu considero que eu vivo uma vida para além da minha vida porque eu já vivi até à morte dos meus pais...faço-me entender? portanto...é por aí, acho que é uma nova esperança, uma nova vida, porque tu vais começar a viver a partir daquele momento [...].*

Tendo em conta os relatos obtidos, parece-nos ser plausível afirmar que o acolhimento familiar pode proporcionar às crianças e jovens em perigo, a construção de um futuro que, tantas vezes, fica condicionado pelas situações de perigo que ocorrem na sua infância.

Colocando-se na perspetiva dos acolhedores, Beta (16, (19)) afirmou, ainda, que esta medida permite “às famílias uma possibilidade de ajudar uma criança”, o que nos remete para as motivações dos acolhedores. De acordo com o referido em Delgado (2011, p,79) uma das quatro motivações para acolher prende-se com o “desejo altruísta de ajudar uma criança ou uma família”.



### 2.8.2. Constrangimentos

No ponto que se segue, abordámos os pontos mais difíceis e considerados como uma desvantagem na aplicação da medida de acolhimento familiar.

Um dos constrangimentos assinalados refere-se às motivações dos acolhedores para acolher, que poderão ter por base interesses financeiros, acolhendo para aumentar o seu rendimento e não por vocação, sendo que a *“maior parte das famílias de acolhimento, hoje em dia, são com o intuito de receberem esses apoios estatais não são com o intuito de ajudar as crianças e esse é outro defeito”* (Mike (10, (27))). Esta contrariedade referida por um dos jovens – adultos entra em confronto com os objetivos da medida, na medida em que a remuneração auferida não pode ser um facto de motivação, embora esta ajuda económica seja necessária e, muitas vezes, insuficiente. O acolhimento familiar não pode ser visto como uma solução para o problema de carência económica de uma família, do mesmo modo que não pode ser encarada como uma adoção ou tendo em vista esse propósito *“a minha mãe sempre teve a ideia de que a senhora (referindo-se à acolhedora) que batizou a minha irmã a queria adotar”* (Jonathan (6, (23))).

Outra das dificuldades manifestadas situa-se, como já temos vindo a verificar, na forma como ocorre a transição para o acolhimento familiar, independentemente de qual seja o contexto anterior à colocação:

**Anna (6, (24)):** *o negativo para mim foi sair de um sítio com tanta gente e ir para um sítio em que me tornei isolada, sozinha. Essa se calhar foi a minha grande diferença [...] pensarem que se calhar ia ser um bocadinho um choque ter tantos amigos, ter tantas atividades e ir para um sítio onde não tinha atividades nenhuma. Eu acho que isso foi um ponto negativo. Foi o que eu mais senti. É a coisa que eu mais me lembro, que eu mais tenho memória. Ser filha de muitos e passar a ser filha única. Isso é o que me custou mais.*

Por outro lado, há a constatação de que as famílias de acolhimento são famílias como as outras e que, por isso, também são falíveis:

**Jonathan (6, (23)):** *é que nós dentro de uma família não sabemos o que é que pode acontecer. Tudo o que pode acontecer na nossa família, com a nossa mãe, o nosso pai, pode acontecer numa família de acolhimento. Não é por não termos ligação de sangue com eles que não pode acontecer. Acho que esse é o principal ponto negativo.*

Como tal, e apesar de este ser um contexto alternativo que visa retirar a criança do perigo, há a possibilidade de ocorrerem maus-tratos:

**Jonathan (6, (23)):** *eu saí de um contexto de violência doméstica para ir para outro contexto de violência. Por exemplo, eu ainda hoje não gosto de comer sopa devido ao acolhimento familiar que eu era obrigado a comer sopa e não da melhor maneira.*

Embora esta tenha sido a única referência concreta a maus-tratos infligidos nas famílias de acolhimento, verificámos receio por parte de outros jovens – adultos que situações destas pudessem ser recorrentes, visto que as famílias de acolhimento, estando sujeitas ao escrutínio público, situam-se na esfera privada (Delgado, 2010a):

**Emma (8, (26)):** *hoje, eu penso que eu não me sentia segura se tivesse uma filha...por exemplo, eu falo por esse rapaz, pelo filho mais velho dela...nunca aconteceu nada, atenção! Não estou a dizer isso, mas ele tinha um comportamento que, hoje, aos meus olhos era muito estranho mesmo. Percebe? Era um rapaz esquisito, pronto. Não era social, está a entender o que eu quero dizer? E acho que isso é também um bocado importante. Estar principalmente hoje em dia a meter miúdos muito novos e não digo no meu caso, mas na idade do meu irmão, é muito mais complicado. Acho que são coisas que se tem que ter muita atenção. O que não quer dizer que aconteça, não é? Mas hoje em dia ouve-se tanta coisa que... mas que eu acho que principalmente atualmente é preciso muito cuidado que é no caso da família de acolhimento que nos acolheu a nós, tinham filhos muito mais velhos. Nós éramos muito pequeninos...nunca houve, nem por parte dos pais nem deles, abusos, não é?*

A referência a maus-tratos por parte dos acolhedores não é uma experiência incomum e já tinha sido dada a conhecer por Sinclair et al. (2004). Os autores referem que, normalmente, as alegações feitas estão relacionadas com os maus tratos físicos, conforme o testemunho de Jonatthan (6. (23)). Porém, os mesmos autores afirmam que poderão existir outras formas maltratantes, nomeadamente o abuso sexual, mas sobre os quais as crianças e os jovens não se expressam, sendo esta situação expressa na preocupação de Emma (8, (26)).

Segundo um dos jovens – adultos o consentimento pode constituir um entrave à intervenção, pois a pessoa responsável pela retirada da criança é a mesma quem tem de consentir a sua colocação:

**Beta (16, (19)):** *ora bem...eu a única falha grande que vi na medida foi: de 6 em 6 meses eu tinha que reaprovar, eu acho que faz todo o sentido eu ter que reaprovar, mas agora...de 6 em 6 meses as três pessoas que tinham que reaprovar era eu, a família com quem eu estava tudo certo e a minha família biológica, ou seja, se a minha família biológica era o problema porque que de 6 em 6 meses eles tinham que aprovar quando já se sabe que eles iam refutar sempre. Teve que ir a tribunal para a medida se tornar fixa, ou seja quando a pessoa que é o problema tem que aprovar de 6 em 6 meses claro que vai haver um problema grande, eu acho que aí houve uma falha.*

Outro dos participantes reconheceu que os aspetos menos positivos do acolhimento familiar se prendem com questões legais, na medida em que não é reconhecido como filho do casal que o acolheu, motivo pelo qual carece de alguns direitos:

**Mike (10, (27)):** *desvantagens...é o país que temos, é o que há...não, não...coisas burocráticas que sejam precisas resolver são muito difíceis de resolver sem teres familiares. Por exemplo...uma coisa muito estúpida, mas...uma pessoa que não tenha qualquer ligação a ti não consegue ser teu fiador na casa por exemplo, consegue ser no carro, mas na casa não, não consegue no crédito da casa...é uma coisa básica, mas a realidade é esta...esse tipo de coisas.*

Estas e outras questões relativas aos direitos sucessórios já tinham sido realçadas por Timóteo e Alheiro (2013).

Face aos constrangimentos apresentados e porque alguns deles foram transformados e apresentados em sugestões de mudança, apresentamos a próxima categoria, na qual se discutirão estas propostas.

## **2.9. Sugestões de mudança**

Algumas das sugestões de mudança que refletimos não resultam das verbalizações diretas obtidas a esta questão, mas são resultado de outras partilhadas efetuadas pelos jovens – adultos no decorrer das entrevistas.

### **2.9.1. Mais técnicos**

Verificámos que no período que antecede a colocação, o apoio prestado às crianças era reduzido e, no decorrer das visitas, foram feitas poucas referências à presença de técnicos que auxiliassem na gestão de conflitos. Desta forma, uma das sugestões apresentadas passa pela necessidade de “mais técnicos a assegurar essa medida”. Esta sugestão de mudança está relacionada aos desafios que são apontados a esta medida, nomeadamente no que se refere à sua pouca visibilidade no sistema e que resulta de vários fatores, entre os quais algumas opções políticas (Delgado, 2010c). Também McWey et al. (2010) já tinham chamado à atenção para a necessidade da presença de técnicos nas visitas. Os dados apresentados permitem evidenciar um dos traços predominantes do acolhimento familiar em Portugal que é a sua generalidade (Delgado, 2011).

### **2.9.2. Seleção e formação das famílias de acolhimento**

Decorrente, provavelmente, da sugestão já apresentada, os jovens – adultos evidenciaram falhas ao nível da aplicação da medida, no âmbito do processo de seleção e acompanhamento das famílias de acolhimento. Por isso, reforçaram-no como uma sugestão de mudança: *“eu não sei muito bem em que é que consiste a formação das famílias de acolhimento. Sei que se calhar estão muitas e no final da formação sobram poucas e isso já diz alguma coisa sobre essas famílias, sobre a eficiência da formação, mas sem dúvida que punha”*. A pertinência desta sugestão verifica-se no discurso de Emma (8, (26)) quando diz que *“muitas das vezes diziam-nos o que é que nós tínhamos de dizer antes de ela chegar. Coisas deste tipo. Quer dizer...eu não acho que isso seja normal, não é?”*, concordando que a seleção das famílias através de um processo de

formação inicial que permitisse avaliar as suas competências e capacidades para este ato seriam muito importantes.

Por último, umas das sugestões apresentadas prende-se com a captação de famílias de acolhimento mais novas, uma vez que a idade dos acolhedores é tida como uma dificuldade:

**Anna (6, (24)):** *depois outra dificuldade que eu tive era a faixa etária deles. Por exemplo, o meu filho tem uma mãe um pai jovem. Eu tenho 24 anos e o meu marido 28. Eu quando fui para a casa deles, o meu pai tinha 43 e a minha mãe 29 ou 30, que eles fazem uma diferença um bocadinho grande. Ou seja, a minha mãe era jovem, mas ele não.*

Considerámos esta reflexão pertinente na medida em que a captação de famílias de acolhimento mais jovens poderia ser útil no sentido de as mesmas poderem permanecer no sistema enquanto tal durante mais tempo.

## **2.10. Transição para a autonomia de vida**

O período de transição para a autonomia de vida reveste-se de particular significado, uma vez que se trata de outro processo de mudanças profundas vivido pelos jovens – adultos. Assim sendo, pedimos aos participantes que dessem conta dos momentos que, progressivamente, permitiram a sua saída do acolhimento e a sua independência. Destacámos, neste ponto, a entrada no mercado de trabalho e as respetivas experiências profissionais.

Neste período, as subcategorias analisadas foram as motivações que os levaram a arranjar emprego e as experiências diversas pelas quais passaram no mercado de trabalho.

No entanto, antes de discutirmos as subcategorias apresentadas, importe refletir sobre o “desafio extremamente complexo” que é a transição para a autonomia de vida (Broad, 1999, citado por Delgado, 2011, p.97). O autor refere que esta transição se torna, ainda, mais difícil para os jovens acolhidos do que para aqueles que viveram sempre com a sua família. Estas dificuldades são expressas por vários dos jovens – adultos que tiveram de contar com o apoio dos acolhedores, como é o caso de Beta (16, (19)) que ainda vive com a família de acolhimento que está de acordo com o facto de, apesar de ter atingido a maioridade, a jovem ainda estar sob os seus cuidados: “eu costumo dizer aos meus pais que só pretendo sair de lá de casa quando casar (*risos*). Por isso, eles também estão de acordo, portanto está tudo bem”.

Numa perspetiva diferente, pois estava dependente do companheiro, Emma (8, (26)) considera que só se tornou independente aos 21 anos, porque até essa altura “tinha o pai da L., não é? E ele era mais velho, é mais velho, portanto tive sempre ali”.

As dificuldades em autonomizar-se estendem-se a Jonathan (6, (23)), que ainda vive na instituição, embora já lhe tenha sido dito que deveria sair, mas vai protelando esta situação o mais que pode, pois só recentemente arranjou emprego.

### **2.10.1. Motivação para arranjar emprego**

Como forma de melhor percebermos de que modo os jovens – adultos entrevistados se foram autonomizando, questionámo-los sobre as motivações que os levaram a arranjar emprego e de que modo a entrada no mercado de trabalho contribuiu para a sua autonomia e independência.

Para estes jovens – adultos, o facto de se tornarem independentes e a importância de terem autonomia, de darem resposta a determinados problemas ou dificuldades com os quais iam sendo confrontados, fazem parte de um conjunto de competências e capacidades que alguns deles sentiram necessidade de desenvolver durante o acolhimento:

**Mike (10, (27)):** *tenho um irmão mais novo e então o crescimento é...quase uma obrigatoriedade que tu tens de crescer não é e nesse aspeto não tu tens que ter um bom trabalho, porque tu precisas de sustentar o teu irmão, porque tu precisas disto e vais precisar disto, portanto se vais precisar disto tens que ter isto...*

De um modo geral, podemos fazer a distinção dos jovens – adultos que começaram a trabalhar antes de chegarem aos 18 anos e aqueles que entraram no mercado de trabalho depois desta idade. Do mesmo modo, percebemos que as motivações que os levaram a procurar um trabalho foram distintas.

Anna (6, (24)) começou a trabalhar aos 14 anos, porque “*chumbei nesse ano e o castigo que os meus pais me davam era ficar todo o dia na oficina*”. Como forma de contornar esta questão propôs-se a trabalhar e desde essa idade que esteve sempre empregada, pois assim “*se eu quisesse comprar tabaco, comprava. Carregava o meu telemóvel, fazia as minhas coisas*”. Por sua vez, Mike (10, (27)) foi trabalhar aos 16 anos, refletindo sobre a importância de ajudar os seus acolhedores:

*era só mesmo para o verão [...] porque “pá” tentar também ajudar porque a realidade é que são seis pessoas a comer numa casa e tu tentas ajudar de alguma forma, porque tu vês que as pessoas estão a fazer um esforço enorme para aquilo que é a tua educação e para aquilo que é a educação do teu irmão, etc...então tentas ajudar dessa forma.*

Numa outra perspetiva, Beta (16, (19)) recorda que teve o seu “primeiro emprego” quando “tinha 15 anos, que foi uma espécie de estágio profissional, ou seja, eu trabalhava, estava a estudar teatro e fiz uma peça de teatro de rua no meu segundo ano, pela qual fui remunerada”.

Os restantes jovens, Emma (8, (26)) e Jonathan (6, (23)), entraram mais tardiamente no mercado de trabalho, sendo que Emma (8, (26)) só o fez” *depois da minha filha nascer, portanto entre os 17/18*” como forma de conseguir sustento. Jonathan (6, (23)) iniciou atividade recentemente, depois de terminar o curso.

### **2.10.2. Experiências profissionais**

Neste ponto, procurámos perceber qual é a experiência profissional destes jovens e que caminhos têm traçado. Constatámos que, em alguns casos, a necessidade de garantir a subsistência e a baixa escolaridade que os sujeitos possuíam, particularmente os exemplos de Anna (6, (24)) e Emma (8, (26)), fizeram com que ambas tivessem de passar por diversas experiências de trabalho, precárias, normalmente ligados à área da restauração, limpezas e telecomunicações.

De certo modo, percebemos que as habilitações literárias conquistadas pelos jovens – adultos estão relacionadas com uma maior satisfação face à sua situação atual de emprego. Jonathan (6, (23)) está empregado como “educador social num CAFAP”, tendo sido esta a área para a qual estudou e na qual está a investir, pois frequenta o “Mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em desenvolvimento comunitário e educação de adultos”. No mesmo sentido, Mike (10, (27)) formou-se em engenharia eletrotécnica e trabalhou “numa empresa aqui em Portugal, a EDP” e, no momento, tem o seu “próprio negócio, porque eu acho que se eu sou bom a trabalhar para os outros sou melhor a trabalhar para mim mesmo”, mostrando-se satisfeito com as opções que tomou.

Em contrapartida, Emma (8, (26)) está desempregada e Anna (6, (24)) trabalha “num hotel, mas não é naquilo que eu gostava. Faço camas. E tenho casas privadas, faço limpezas, aqui na Suíça. Sabes que quando não sabes falar, tens que ir para os mais baixos, é norma”.

### **2.11. Da família real à família desejada**

Esta última categoria, ainda que não tivéssemos elaborado diretamente uma questão que discutisse os conceitos de família real e família desejada, emergiu de forma premente no discurso

dos participantes. Como tal, nesta categoria privilegiámos as diferentes concepções familiares que os participantes possuem.

### **2.11.1. Família real**

Destacámos nesta subcategoria a noção de família construída por alguns dos participantes.

Percebemos, desde logo, que os jovens – adultos cujos percursos se pautaram por experiências de acolhimento (seja familiar ou residencial) se veem confrontados com um padrão de família que não é o “normal” e que merece a nossa reflexão enquanto profissionais de intervenção psicossocial, mas também por parte de outros elementos da sociedade que contactem com estas crianças, sob pena de os fazermos sentir excluídos:

**Anna (6, (24)):** *posso-te contar que foi quando eu fui para a pré-escola foi um dos momentos que mais me marcou, porque eu aí bateu-me...começou-me a bater a ficha, não é, como se costuma dizer. Porque caramba eu via os outros...nós estávamos misturados com pessoas completamente normais, não é normal, mas entendes? com padrões de família completamente normais e eu dizia: caraças aquela senhora vem-me buscar e tal, eu estou à espera de uma carrinha e depois o momento que mais me marcou, acho que nunca mais me vou esquecer, foi quando a professora mandou desenhar um pai e uma mãe. Eu acho que aí ela não teve a sensibilidade de saber que nós éramos institucionalizados e o que é que nós íamos fazer? pai e mãe? mas eu e os meus colegas resolvemos a situação, fizemos uma pessoa grande com vários meninos à volta. Mas isso foi um momento que me marcou...eu fiquei assim um bocadinho...foi um vazio que eu, na altura, não compreendia o que era, não sabia. O padrão de família que eu tinha não era um pai e uma mãe, uma única pessoa. Eram várias pessoas, mas consegue-se ser feliz, acho que sim.*

Neste discurso está presente uma dificuldade da própria sociedade em adaptar-se às diferentes possibilidades de família, o que evidencia esta dicotomia entre família real e família desejada.

Olhando para a família real dos jovens – adultos, percebemos que, com o passar dos anos e com a constituição da sua própria família por parte de alguns dos entrevistados, a concepção que atribuem àquela que foi a sua família real é negativa e pautada por sentimentos de incompreensão:

**Anna (6, (24)):** *[...] e deixa-me dizer-te uma coisa, não sei se vai ser importante para a tua entrevista ou não. Eu esperei durante muito tempo para obter uma resposta quando me diziam “ah tu não és mãe, tens que entender”. Eu hoje sou mãe e entendo. Entendo que ela nunca poderia ter estragado a vida a um filho, quanto mais a cinco. Porque eu hoje sou mãe e não me vejo sem ele.*

Emma (8, (26)) tenta pôr-se um pouco no papel da sua mãe e reconhece que “*se calhar quando eu era mais nova, eu achava uma coisa que à medida que fui crescendo fui percebendo que não era bem assim, não é? Ou se calhar...ela até ficou assim com o passar do tempo e com os problemas e com os maus-tratos e não sei quê*”. No entanto, demonstrou uma certa mágoa ao falar nisto, porque o “*certo é que não quer ajuda, portanto se não quer ajuda é porque não quer*

*mudar*". Num discurso também fortemente pautado pela mágoa e pela revolta, Anna (6, (24)) expressa aquilo que sente face à mãe:

*eu vou-te explicar porquê...porque a L., o nome dela é assim, eu não gosto de a tratar por mãe, porque eu não a consigo intitular como mãe, porque essa pessoa não pode ser mãe. Mãe é quem dá amor e carinho. Ela nunca passou uma noite sequer comigo com febres altas...isto é a minha opinião e é aquilo que eu sinto.*

Desta forma, percebemos que sujeitos apresentam uma percepção negativa acerca da influência que a sua família de origem teve nas suas vidas, olhando-a com mágoa, incompreensão e revolta.

### **2.11.2. Família desejada**

Da análise das entrevistas, percebemos que os filhos têm um grande destaque, como sendo um fator de grande satisfação e realização nas suas vidas atuais. Duas das participantes já foram mães, como é o caso de Anna (6, (24)) e Emma (8, (26)), sendo que Emma (8, (26)) é mãe solteira.

Sobre a representação que os jovens – adultos têm relativamente à educação a dar aos filhos é interessante observar que todos eles (os que já têm filhos e os que ainda não têm filhos) descrevem que a educação a transmitir aos filhos assenta nas aprendizagens que adquiriram ao longo do seu percurso de vida, ou seja, nas experiências vivenciadas nos diversos espaços de socialização: contexto de família de origem e contexto de acolhimento familiar.

Todos eles mostram intenção de transmitir aos filhos valores, comportamentos e atitudes que consideram fundamentais para um bom desenvolvimento dos mesmos, apesar da maioria não os terem recebido por parte dos seus progenitores, reconhecendo, por isso, que se trata de um papel com grande responsabilidade e que se inicia desde tenra idade, como descreve Anna (6, (24)):

*o meu filho tem 1 ano e 4 meses e quando ele deita qualquer coisa ao chão eu vou lá e digo "D. pega!". Ele pega e apanha, percebes? Ele percebe que aquilo é uma coisa errada, mas lá está...é uma coisa que eu contruo com ele desde nascença.*

Na perspetiva de Anna (6, (24)), a sua família desejada é aquela que a própria construiu apesar de que "nunca ninguém acreditou que duas pessoas sozinhas...eu tinha 21 anos quando emigrei, 21/22 então as pessoas pensavam *"ele é jovem, ela é jovem, eles são jovens...vão-se iludir, vão-se perder"*. Descreve-se a si e ao marido como *"somos aluados, gostamos de nos divertir"*, mas ao mesmo tempo responsáveis, porque *"chegava o chequezinho, porque aqui há um cheque [...] ao início do mês pagávamos tudo. Ok, ficámos com isto, bora para a borgia"*. No



entanto, referiu que “*agora não. Agora a gente diz “bem, vamos comprar fraldas”*”, ressaltando esta consciência e responsabilidade que assumiu enquanto mãe.

A decisão de constituir família está presente no discurso daqueles que ainda não constituíram o seu núcleo familiar, como Beta (16, (19)) que afirma “*eu quero ter uma família*”, embora recorde que, num determinado período da sua vida, este não era um desejo, pois “*não queria ter porque não queria ter que fazer a uma criança aquilo que faziam comigo, mas eu já percebi que é possível não fazer isso*”. Esta reflexão feita por Beta (16, (19)) vai ao encontro do defendido por Ahmed et al. (2015) quando consideraram que estes jovens, como tiveram contacto com diferentes estilos parentais, podem pôr em confronto as duas experiências e desenvolver, assim, uma visão mais esperançosa da vida.



## Considerações finais

*foi um acolhimento para a vida não foi um acolhimento temporário*

(Beta, 16 (19))

Este estudo procurou centrar a sua análise nas narrativas de jovens – adultos acerca das experiências de acolhimento familiar na sua infância e na sua perceção acerca da influência que estas exerceram no seu percurso e condições de vida atuais. Neste sentido, poderá ter contribuído para a visibilidade desta problemática na comunidade científica, uma vez que a escassez de investigações nesta área era um dos desafios apontados à medida (Delgado, 2010c).

Apesar de não ser o objetivo da medida, constatámos que o acolhimento familiar se acaba por concretizar numa resposta de proteção de longo prazo, tal como aconteceu em três das histórias de vida apresentadas, sendo, por isso, necessário rever a previsibilidade do regresso à família de origem (Delgado, 2010a).

Neste sentido, apesar de todas as transformações que a família tem sofrido, continua a ser um suporte muito importante na vida dos participantes. Percebemos, ao longo de todo o processo investigativo, que a família pode assumir várias formas conforme os significados que os jovens – adultos construíram acerca delas: pode ser a família de acolhimento e alguns elementos da família de origem; podem ser outras pessoas com as quais se cruzaram ao longo da vida e a quem lhes atribuem o papel de mãe; pode ser a família que alguns já construíram ou pretendem construir. Em suma, os próprios discursos são reveladores das mudanças ocorridas no seio familiar. Não obstante, continua a esperar-se da família, ou das famílias, as mesmas funções essenciais: suporte, estabilidade, desenvolvimento de vínculos afetivos, compreensão, satisfação das necessidades básicas, entre outras. Esta importância atribuída à família é reforçada pelo facto de, ao entrevistarmos estes jovens – adultos, percebermos que uma das linhas de atuação passaria pelo trabalho a desenvolver com as suas famílias de origem no sentido de as recuperar e capacitar, para que pudessem proporcionar os cuidados essenciais ao desenvolvimento integral dos seus filhos. O apoio às famílias de origem tinha sido um dos desafios deixados por Delgado (2013) e que, pelos dados que obtidos, mantém-se atual.

Assim, de um modo geral, a análise do estudo apresentado, permite-nos afirmar que a vivência numa família de acolhimento constituiu, sem dúvida, um marco muito importante na infância e adolescência dos jovens – adultos entrevistados. Importa, neste sentido, clarificar que as situações de acolhimento familiar percecionadas e relatadas com aspetos mais negativos,

dizem respeito a acolhimentos por um período de cerca de dois anos e pelos mesmos acolhedores, uma vez que os jovens – adultos acolhidos nessa família eram irmãos (Emma e Jonathan).

A transição para o acolhimento familiar [A] surge como uma experiência especialmente marcante e está vivamente presente nas narrativas dos jovens – adultos. A adaptação à vida em contexto de acolhimento familiar foi particularmente difícil para a maioria dos entrevistados, tendo requerido da parte das, então crianças, estratégias de *coping* para conseguirem adaptar-se às situações adversas da família, ao novo ambiente, aos novos valores e às novas experiências proporcionadas pela vivência naquele contexto. Esta adaptação implicou, por parte dos sujeitos, um esforço ao nível cognitivo e condição de vida (ao nível das atividades e rotinas diárias, organização, etc.) que, conforme refere Delgado (2011), contribui para o desenvolvimento de novas competências cognitivas e habilidades sociais.

Mais de metade dos jovens – adultos entrevistados recorda a experiência de acolhimento familiar como uma fase positiva da sua vida, pelo impacto que estas famílias tiveram no seu desenvolvimento, proporcionando um espaço onde tiveram a oportunidade de crescer e desenvolver-se em termos pessoais e sociais; ofereceram um contexto que permitiu o estabelecimento de uma pluralidade relações interpessoais significativas, estruturantes e securizantes; no mesmo sentido, o acolhimento familiar proporcionou um contexto social que alterou as condições de vida do seu background familiar, promovendo mudanças nos jovens – adultos ao nível da relação com a escola, da saúde e dos relacionamentos interpessoais melhorando as suas condições de vida atuais. Todos estes aspetos mencionados contribuíram para que, no presente, alguns destes jovens – adultos mantenham uma relação de proximidade com os acolhedores. No entanto, a vivência em acolhimento familiar também é percebida pelos sujeitos de forma negativa pelo afastamento da sua família de origem e pelas dificuldades decorrentes das visitas, quando estas eram possíveis. Acrescem, ainda, outros motivos, como o facto de não terem sido preparados nem informados dos motivos que os levaram a ser acolhidos, pela forma repentina como foram separados da família e pelo desamparo que sentiram, dando origem a sentimentos como medo, insegurança, solidão e revolta. De igual modo, estes resultados foram consonantes com os obtidos no estudo de Delgado (2013), alertando para a necessidade de, na prática, existir um maior acompanhamento em todas as fases do processo

Além disto, consideramos que os resultados obtidos evidenciam a necessidade de se legislar a figura de acolhimento familiar prolongado, assegurando os direitos e deveres dos elementos envolvidos. A esta conclusão acresce a importância da reconfiguração das políticas e

dos documentos orientadores da prática, de investir na seleção e formação de novas famílias de acolhimento que integrem as crianças e jovens que chegam ao sistema, de modo a proporcionar-lhes uma alternativa de convivência familiar num meio favorável e estimulador ao seu desenvolvimento.

Os resultados obtidos neste estudo devem ser ponderados em função das limitações que o próprio apresenta: um grupo de estudo reduzido e uma visão centrada unicamente nos sujeitos (não tendo sido entrevistados os profissionais nem as famílias dos participantes, conforme aconteceu nos estudos de Delgado et al. (2013) e Delgado et al. (2016)).

Relativamente aos resultados obtidos, podemos considerar que o acolhimento familiar, enquanto contexto substitutivo para as crianças e jovens que não tiveram possibilidades de crescer junto das suas famílias de origem, pode transformar o perigo em oportunidade se esta modalidade de acolhimento respeitar os direitos das crianças, particularmente o direito à participação, e providenciar um acolhimento personalizado, convenientemente monitorizado e supervisionado.

Analisando as forças deste estudo, consideramos que o instrumento utilizado foi uma mais valia, uma vez que recorrendo a uma entrevista se consegue obter uma maior diversidade e aprofundamento de respostas. Do mesmo modo, a disponibilidade demonstrada pelos jovens – adultos participantes é significativa da importância que os mesmos atribuem ao tema e à sua experiência. A inovação e a fragilidade do tema constituíram, tanto uma força, como uma limitação. Por um lado, permitiu-nos estabelecer novas linhas de investigação possíveis, mas, por outro, estabeleceu claras dificuldades ao nível da revisão de literatura e, principalmente, na constituição da amostra. Na mesma linha de reflexão, uma das maiores dificuldades sentidas neste estudo prendeu-se com a sua própria natureza e opção metodológica, que nos exigiram esforços redobrados enquanto investigadores. A realização de entrevistas de história de vida implicou o estabelecimento de uma relação de confiança e de empatia, sendo que a proximidade e o envolvimento emocional subjacentes dificultaram, em alguns momentos, a objetividade, a reflexão e o distanciamento crítico dos acontecimentos.

Desta forma, gostaríamos de apresentar algumas linhas para investigações futuras: porventura, seria relevante alargar o tamanho da amostra e seguir um desenho longitudinal. Afigura-se igualmente interessante realizar um estudo comparativo que permita analisar o desenvolvimento e bem-estar de crianças e jovens acolhidos em famílias de acolhimento com aqueles que se encontram em Lares de Infância e Juventude, ou mesmo crianças e jovens que tenham sido adotados. Tendo em conta que a maioria dos casais acolhedores têm filhos,

consideramos pertinente avaliar o impacto da medida de acolhimento familiar para os filhos dos acolhedores. Face, talvez, a um dos maiores constrangimentos identificados, que se prende com a questão do contacto entre a família acolhedora e a família de origem, poderia ser útil perceber a ligação que existe entre os apoios técnicos prestados a estas famílias e a frequência e as dificuldades sentidas nos contactos.

Por fim, referir que as sugestões apresentadas pelos jovens – adultos nos remetem para alguns dos inúmeros desafios com os quais o acolhimento familiar se vê confrontado: a seleção e a preparação das famílias; a sua reduzida visibilidade que se manifesta, entre tantos outros aspetos, no número reduzido de famílias e na idade avançada das mesmas e os apoios que são necessários mobilizar-se para apoiar as famílias de origem. Estes desafios só serão superados com um maior investimento na investigação desta problemática e com a alteração das práticas vigentes, no sentido de tornar esta medida um contexto alternativo para as crianças e jovens que dele precisem, mas acima de tudo, uma prioridade no sistema de promoção e proteção.

Terminámos, assim, esta dissertação como a começámos socorrendo-nos das palavras de Mike (10, (27)) que são ilustrativas do papel que estes jovens – adultos atribuem ao papel desempenhado pelas famílias de acolhimento nas suas vidas: *“aquilo que pessoas como a minha tia fazem é uma gota no oceano, estás a ver? é uma gota no oceano...a realidade é que essa gota faz um tsunami do caraças na vida das pessoas”*.

## Referências bibliográficas

- Ahmed, K., Windsor, L., & Scott, S. (2015). In their own words: abused children's perceptions of care provided by their birth parents and foster carers. *Adoption & Fostering*, 39(1), 21–37. DOI: 10.1177/0308575914565068.
- Alarcão, M. (2000). *Des(Equilíbrios) familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Almeida, A., André, I., & Almeida, H. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família. *Análise social*, 34 (150), 91-121.
- Amado, J. (2009). *Introdução à investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Psicologia e Ciências de Educação.
- Amorós, P., Palacios, J., Fuentes, N., León, E., & Mesas, A. (2003). *Familias canguro. Una experiencia de protección a la infancia*. Colección Estudios Sociales, 13. Barcelona: Fundación “la Caixa”. Disponível em: [www.estudios.lacaixa.es](http://www.estudios.lacaixa.es).
- APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2011). *Manual Crianças e Jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir*. Lisboa: APAV. Disponível em: [http://www.apav.pt/pdf/Manual\\_Crianças\\_Jovens\\_PT.pdf](http://www.apav.pt/pdf/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf).
- Atkinson, R. (2002). The Life Story Interview. In Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research* (pp. 121-140). Thousand Oaks: Sage.
- Ariés, Philippe (1981). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Seuil.
- Azevedo, C., & Maia, C. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Backe-Hansen, E., Hojer, I. & Sjoblom, Y., & Storo, J. (2013). Out of home care in Norway and Sweden – similar and different Psychosocial. *Psychosocial Intervention*, 22, 193-202. Disponível em: <http://uaemex.redalyc.org/articulo.oa?id=179829308005>.
- Baldin, N., & Munhoz, E. (2011). *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. / *Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação*, Curitiba, 1, 329-341. Disponível em:
- Barbarotto, M., & Mieno, F. (2011). *The child right to a family. Foster care under the lens*. Brussels: European Commission, Directorate General Justice, Freedom and Security.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beek, M., & Schofield, G. (2004). *Providing a secure base in long-term foster care*. London: BAAF.
- Berridge, D. (2001), Foster Families. In P. Foley, J. Roche, & S. Tucker (Eds.), *Children in Society* (pp. 169-116). New York: Hampshire.

- Bertão, A., Timóteo, I., & Sousa, A. (2016). Entrevistas e grupos focais. In P. Delgado (ed.), *O contacto no acolhimento familiar – o que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*. Porto: Mais Leitura.
- Biehal, N., Ellison, S. Baker, C., & Sinclair, I. (2010). *Belonging and Permanence. Outcomes in long-term foster care and adoption*. London: BAAF.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brandão, A. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações*, 3, 83-106. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9630>.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human*. London: Sage Publications.
- Canali, C., Maurizio, R., & Vecchiato, T. (2016). Foster care: motivations and challenges for foster families. *Social Work and Society International Online Journal*, 14, 2. Disponível em: <http://www.socwork.net/sws/article/view/484/979>.
- Casas, F. (1998). *Infancia: perspectivas psicosociales*. Barcelona: Paidós.
- Coelho, A. & Neto, M. (2007). Retirada de crianças nas situações urgentes. *Revista Infância e Juventude*, 3, 9-24.
- Comins, A. (2010). *La adaptación del menor al proceso de acogimiento familiar*. Tese de Doutoramento, Universitat Jaume I: Departamento de Psicologia Evolutiva, Educativa, Social Y Metodologia.
- Corrick, H. (1999). The professionalisation of Foster Cre. In A. Wheal (Ed.), *Companion to Foster Care* (pp. 57-63). Lyme Regis: Russell House Publishing.
- Coutinho, C. (2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. *Unisinos*, 12(1), 5-15. Disponível em: [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7884/1/005a015\\_ART01\\_Coutinho%5Brev\\_OK%5D.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7884/1/005a015_ART01_Coutinho%5Brev_OK%5D.pdf).
- Cunha, V. (2007). *O lugar dos filhos Ideais, práticas e significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- David, M. (2000). Enfants, parents, famille d'accueil. Un dispositif de soins: l'accueil familial permanente. Remonville Saint-Agne: Érés.
- Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de janeiro, *Diário da República I Série*, n.º 12-17.



- Del Valle, J., Bravo, A., & López, M. (2009). El acogimiento familiar en España: Implantación y retos actuales. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 33-41.
- Delgado, P. (2013). Natureza e âmbito do acolhimento familiar. In P. Delgado (ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*, (pp. 69 – 80). Porto: Livpsic.
- Delgado, P. (2006). Mas depois quero voltar. Families for children: O Acolhimento Familiar em Glasgow. *Revista Infância e Juventude, Ministério da Justiça, Instituto de Reinserção Social*, 3, 33-158.
- Delgado, P. (2007). *Acolhimento Familiar. Conceitos, práticas e (in)definições*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2008). Crianças e Acolhedores. Histórias de Vida em Famílias. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2010a). A reforma do acolhimento familiar de crianças: Conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico. *Análise Social*, 45(196), 555–580.
- Delgado, P. (2010b). A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. *Temas em Psicologia*, 18(2), 457-467.
- Delgado, P. (2010c). O Acolhimento Familiar em Portugal. Conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344.
- Delgado, P. (2011). *O Acolhimento Familiar de Crianças. Uma perspetiva ecológica*. Porto: Profedições.
- Delgado, P. (2013). Conclusões. In P. Delgado (ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*, (pp. 114 – 124). Porto: Livpsic.
- Delgado, P. (2015). Os direitos das crianças e a sua relação com o acolhimento familiar. In P. Delgado (Coord.), *Acolhimento Familiar de crianças – pelo direito de crescer numa família* (pp. 12-17). Lousado: Mundos de Vida.
- Delgado, P. (2016). Introdução. In P. Delgado (ed.), *O contacto no acolhimento familiar – o que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*. Porto: Mais Leitura.
- Delgado, P. (2016). Introdução. In P. Delgado (ed.), *O contacto no acolhimento familiar. O que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*. (pp. 14-16). Porto: Mais Leitura.
- Delgado, P. (2016). O contacto no acolhimento familiar de crianças. In P. Delgado (ed.), *O contacto no acolhimento familiar – o que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*. Porto: Mais Leitura.
- Delgado, P. (2016.) Conclusões. In P. Delgado (ed.), *O contacto no acolhimento familiar. O que pensam as crianças, as famílias e os profissionais* (pp. 145 – 154). Porto: Mais Leitura.

- Delgado, P. (Coord.). (2015). *Acolhimento Familiar de Crianças. Pelo direito de crescer numa família* (1ªed.). Lousado: Mundos de Vida.
- Delgado, P. (ed.). (2016). *O contacto no acolhimento familiar. O que pensam as crianças, as famílias e os profissionais* (1ªed.). Porto: Afrontamento.
- Delgado, P. (s/d). O acolhimento familiar e a educação. A experiência de Glasgow (policopiado). Porto: Universidade Portucalense.
- Delgado, P., & Carvalho, J. (2013). Itinerários de proteção e projetos de vida. In P. Delgado (ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*, (pp. 81 – 90). Porto: Livpsic.
- Delgado, P., & Carvalho, J. (2013). O contacto com a família de origem. In P. Delgado (ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (pp. 91 – 102). Porto: Livpsic.
- Delgado, P., Bertão, A., Timóteo, I., Carvalho, J., Sampaio, R., Sousa, A., Alheiro, A., & Vieira, I.(eds.). (2013). *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (1ªed.). Porto: Livpsic. ISBN: 978-989-730-021-9.
- Delgado, P., López, M., Carvalho, J., & Del Valle, J. (2015). Acolhimento Familiar em Portugal e Espanha: Uma Investigação Comparada sobre a Satisfação dos Acolhedores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(4), 840-849. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201528423>.
- Denzin, N. (1989). *Interpretive biography*. Newbury Park: Sage
- Diniz, J. (1993). *Este meu filho que eu não tive. A adopção e os seus problemas*. Porto: Afrontamento.
- Eurochild (2010). *Children in alternative care – National Surveys*. Bruxelas: Eurochild.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Participação. Representações, práticas e poderes*. Porto: Afrontamento.
- Fernandes, N. (2015). Princípios e objetivos do acolhimento familiar. In P. Delgado (Coord.), *Acolhimento Familiar de crianças – pelo direito de crescer numa família* (pp. 23-24). Lousado: Mundos de Vida.
- Fernandes, N., & Tomás, C. (2016). Infância, direitos e risco(s): velhos e novos desafios identificados a partir da análise dos Relatórios da CNPCJR (2000 e 2010). *Forum Sociológico*, 29. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/1470>, ISSN: 2182-7427.

- Fonseca, A. (2004). Crianças e Jovens em Risco: análise de algumas questões atuais. In C. Vieira, M. Vilar, M. Damião, C. Fonseca, & L. Alcofurado. *Crianças e Jovens em Risco – Da investigação à Intervenção* (pp. 11-37). Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra: Almedina.
- Freira, P. (2005). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (31ª Ed.). São Paulo: Editora Paz e Terra S.A.
- García, M. & Baena, M. (2011). La desprotección invisible, nueva raíz del riesgo social infantil y juvenil. *Pedagogía Social-Revista Interuniversitaria*, 18, 117-129.
- Gersão, E. (2015). Antecedentes históricos e evolução do quadro legal. In P. Delgado (Coord.), *Acolhimento Familiar de crianças – pelo direito de crescer numa família* (pp.53-56). Lousado: Mundos de Vida.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1998). *Les Enquêtes sociologiques: théories et pratique*. Armand Colin.
- Gimeno, A. (2003). *A Família: o desafio da diversidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Graue, E. & Walsh, D. (2003). *A investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hoyer, I., & Sjoblom, Y. (2009). Young people leaving care in Sweden. *Child and Family Social Work*, 15, 118–127.
- Howe, D. (1995). *Attachment Theory for Social Work Practice*. United Kingdom: Macmillan Education.
- INE, I. P. (2011). *Censos 2011 – Resultados provisórios*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto da Segurança Social (ISS). (2016). *CASA 2015: Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Instituto da Segurança Social (ISS). (s/d). Manual de processos-chave – acolhimento familiar. Lisboa: Instituto da Segurança Social. Disponível em: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13440/gqrs\\_acolhimento\\_familiar\\_processos-chave/8ae193b6-291a-4772-aafe-a559154f729f](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13440/gqrs_acolhimento_familiar_processos-chave/8ae193b6-291a-4772-aafe-a559154f729f).
- Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro de 2015 (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), *Diário da República I série*, n.º 175, 7198-7232.
- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), *Diário da República I Série A*, n.º 204, 6115-6132.

- León, E. (2012). *La reunificación familiar tras el acogimiento: una aproximación psicosocial desde la perspectiva de niños y niñas, familias biológicas y familias de acogida*. Saarbrücken: Editorial Académica Española.
- Lima, J. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29.
- Lopez, M. (2010). La resiliência parental en situaciones de riesgo psicossocial: implicaciones para el trabajo profesional. In A., Almeida & N. Fernandes (Org.), *Intervenção com crianças, jovens e famílias – estudos e práticas* (pp.185-207). Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Magalhães, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Marinho, J. (2014). *Uma medida de afetos - acolhimento familiar. Experiências e percepções dos diferentes técnicos que atuam na área da infância e juventude*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, Porto.
- Martins, P. (2005). O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado. *Revista infância e juventude*, 4, 63-84.
- Martins, P. (2006). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens – as respostas institucionais. *Revista Infância e Juventude*, 3, 103-114.
- McWey, L., Acock, A. & Porter, B. (2010). The Impact of Continued Contact with Biological Parents upon the Mental Health of Children in Foster Care. *Child Youth Serv*, 32(10), 1338–1345.
- Minnis, M., & Walker, F. (2012) *The Experiences of Fostering and Adoption Processes: The views of children and young people-literature review and gap analysis*. Slough: NFER.
- Monteiro, A., Leandro, A., Albuquerque, C., Rocha, D., Barreto, I., & Benes, R. (2004). *Direitos das Crianças*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Moreira, C. (2007). *Teorias e práticas de Investigação*. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nadal, M., & Lluas, R. (2003). *Una nueva visión del trabajo psicosocial en el ámbito asistencial*. Barcelona: Herder.
- Organização das Nações Unidas. (2014). *Committee on the Rights of the Child. Concluding observations on the third and fourth periodic reports of Portugal*. Disponível em: [http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRC/Shared%20Documents/PRT/CRC\\_C\\_PRT\\_CO\\_3-4\\_16303\\_E.pdf](http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRC/Shared%20Documents/PRT/CRC_C_PRT_CO_3-4_16303_E.pdf).

- Palacios, J. (2015). Cada criança uma família – Almas infantis em movimento. In P. Delgado (Coord.), *Acolhimento Familiar de crianças – pelo direito de crescer numa família* (pp.19-21). Lousado: Mundos de Vida.
- Palacios, J., & Morago, J. (2007). *Acogimiento familiar en Andalucía*. Junta de Andalucía: Consejería para la Igualdad y el Bienestar Social.
- Palacios, J., & Rodrigo, J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In J. Rodrigo, & J. Palacios (Coords.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid: Alianza.
- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4 (27), 509-521.
- Polkki, P., Vornanen, R., Pursiainen, M., & Riikonen, M. (2012). Childrens ´s participation in child-protection processes as experienced by foster children and social workers. *Child Care in Practice*, 18(2), 107-125.
- Relvas, A. (1996). *O Ciclo da Família – Perspectiva Sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sá, E. & Sottomayor, M. (2008). *Abandono e adopção* (3ªed.). Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Sani, A., & Soares, F. (1999). As crianças e a justiça. In *Saberes sobre as crianças. Para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974 – 1998)*. Colecção infans. Editora Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- Sarmento, M. & Manuel, P. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto & M. Sarmento (Org.), *As Crianças: Contextos e identidade* (pp. 7-30). Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Sarmento, M. (2004). Essa criança que se se desdobra. *Pátio Educação Infantil*, 6, 14-17.
- Sarmento, M., Fernandes, N. & Trevisan, G. (2015). A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal (81-101). In F. Diogo, A. Castro, & P. Perista (org.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Famalicão: Editora Humus.
- Sinclair, I., Gibs, I., & Wilson, k. (2004). *Foster Carers: Why They Stay and why They Leave*. London: Jessica Kingsley Publishers. Disponível em: [https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=FNgbBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=mp65RI09&sig=x\\_NEKBDAXV9lr8cnW7lwDXILqam&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=FNgbBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=mp65RI09&sig=x_NEKBDAXV9lr8cnW7lwDXILqam&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false).
- Smith, P. (2006). O brincar e os usos do brincar. In Moyles, J. R. (Org). *A excelência do brincar* (pp. 25-38). São Paulo: Artmed Editora.

- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Climepsi Editores. ISBN: 978-972-796-267-9.
- Sousa, L., Pires, S., & Galante, H. (2005). Crescer em famílias de acolhimento: padrões de vinculação, psicopatologia e influência dos estilos educativos parentais. *Psychologica*, 40, 279-303.
- Timóteo, I., & Alheiro, A. (2013). A perspetiva das crianças acolhidas. In P. Delgado (ed.), *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro* (pp. 91 – 102). Porto: Livpsic.
- Tribuna, F., & Relvas, A. (2007). Famílias de Acolhimento e Vinculação na Adolescência. In A. Relvas, & M. Alarcão (coord.), *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.
- Triseliotis, J. (1998). Perceptions of permanence. In M. Hill, & M. Shaw (Eds.), *Signposts in Adoption. Policy, practice and research issues* (pp.11-29). London: BAAF.
- UNICEF. (2004). *A convenção sobre os direitos da criança*. Acedido em: [http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)
- Wilson, K., Sinclair, I., Taylor, C., Pithouse, A., & Sellick, C. (2004). *Fostering success. An exploration of the research literature in foster care*. London: Social Care Institute for Excellence (SCIE). Disponível em: <http://www.scie.org.uk/publications/knowledgereviews/kr05.pdf>.

## **Anexos**





## Anexo 1 – Guião de entrevista

<b>Introdução</b>	Voltar a explicar aos participantes a informação que consta no consentimento informado.	
<b>Caracterização sociográfica</b>	<b>Nacionalidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- É natural de onde?</li> <li>- Onde vive atualmente?</li> </ul>
	<b>Data de nascimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual é a sua data de nascimento?</li> </ul>
	<b>Nome pelo qual vai ser tratado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como forma de tornar este trabalho, de alguma forma, também seu, gostaria de o convidar a pensar num nome pelo qual gostaria de ser tratado. Conforme já referi, tenho o dever de assegurar a sua privacidade e a confidencialidade dos dados. Assim sendo, nunca usarei o seu nome verdadeiro em algum momento do trabalho, pelo que gostaria que me dissesse porque nome gostaria de ser tratado, seja uma personagem de um filme, uma marca, ou algo com o qual se identifique.</li> </ul>
	<b>Período de acolhimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Com que idade foi acolhido?</li> <li>- Quanto tempo foi o período de acolhimento?</li> </ul>
<b>Infância e juventude</b>	<b>Momentos importantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quais foram os momentos mais importantes da sua infância?</li> <li>▪ Indique-me alguns momentos/aspetos mais positivos neste período;</li> <li>▪ Indique-me alguns dos momentos mais difíceis e complicados desta fase;</li> <li>▪ Quem são as pessoas que recorda desse tempo?</li> </ul>
	<b>Motivo da retirada</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sabe o motivo pelo qual foi retirado à sua família biológica?</li> <li>▪ Sabe quem determinou a medida? (CPCJ, Tribunal)</li> <li>▪ Sabe se houve outro tipo de intervenções anteriores a este acolhimento familiar?</li> </ul>

	<b>Transição para o acolhimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sabia para onde ia?</li> <li>▪ O que sabia sobre a família para onde ia (ex: número de filhos, rotinas)?</li> <li>▪ Teve oportunidade de conhecer essa família antes da colocação?</li> <li>▪ Recorda-se do que sentiu quando foi morar com a sua família de acolhimento?</li> </ul>
	<b>Impacto da medida na situação escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquando da colocação teve de mudar de escola?</li> <li>▪ Sentia-se integrado/a?</li> <li>▪ Como era o seu comportamento?</li> <li>▪ Qual era a sua motivação para os estudos?</li> <li>▪ Como era o seu rendimento académico?</li> </ul>
	<b>Relação com os acolhedores e sua família</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como foi a relação que estabeleceu com a família de acolhimento?</li> <li>▪ E com os filhos destes? (caso se aplique)</li> <li>▪ Como foi a relação que estabeleceu com outros membros da família acolhedora?</li> <li>▪ Que momentos partilhavam em conjunto?</li> </ul>
	<b>Contacto com a família biológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Foi possível manter os contactos com a sua família biológica aquando da colocação?</li> <li>▪ Havia algum tipo de intervenção junto da sua família de origem enquanto estava acolhido/a?</li> <li>▪ Quem o visitava?</li> <li>▪ Onde ocorriam essas visitas?</li> <li>▪ Qual era a frequência das mesmas?</li> <li>▪ Que tipo de contacto estabeleciam?</li> <li>▪ Quais eram as consequências, para si, destas visitas?</li> <li>▪ Sentia que as visitas da sua família biológica tinham alguma consequência para os seus acolhedores?</li> </ul>
	<b>Relações sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quem eram os seus amigos deste tempo?</li> <li>▪ Como costumavam brincar?</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que instituições fizeram parte da sua vida nessa altura? (ex: clubes desportivos, instituições religiosas, outros)</li> </ul>
	<b>Relação com os elementos da equipa de acolhimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recorda-se de ser acompanhado por algum técnico durante o processo de acolhimento?</li> </ul>
	<b>Saúde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teve algum problema de desenvolvimento e/ou de saúde?</li> <li>▪ Recebia algum tipo de tratamento durante o acolhimento?</li> <li>▪ Considera que o acolhimento foi de alguma forma benéfico para a sua saúde, quer em termos físicos quer psicológicos?</li> </ul>
	<b>Perspetivas de futuro nesta fase da vida</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Durante o período de acolhimento, quais eram as suas perspetivas? Pensava em regressar à sua família, manter o acolhimento, ou outro tipo de situação?</li> <li>▪ A um outro nível, quais eram as suas ambições e sonhos nesta fase da vida?</li> </ul>
<b>Experiência profissional</b>	<b>Transição para o mercado de trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Com que idade teve o primeiro emprego?</li> <li>▪ Começou a trabalhar por iniciativa própria?</li> <li>▪ Em que áreas trabalhou?</li> <li>▪ Atualmente, qual é sua profissão?</li> </ul>
<b>Vida familiar e social atual</b>	<b>Relação com os acolhedores e a sua família</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mantém contacto com os seus acolhedores e/ou com outros elementos da família?</li> <li>▪ Em que momentos se encontram?</li> <li>▪ Como estabelecem os contactos?</li> </ul>
	<b>Relação com a sua família biológica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mantém contacto com alguém da sua família biológica?</li> <li>▪ Em que momentos se encontram?</li> <li>▪ Como estabelecem os contactos?</li> </ul>
	<b>Relações sociais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que amizades tem conservado ao longo do tempo?</li> <li>▪ Quem são as pessoas mais significativas na sua vida no presente?</li> <li>▪ Como gosta de passar os seus tempos livres?</li> </ul>
	<b>Vida pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Com que idade se tornou independente em relação aos seus pais e/ou acolhedores?</li> </ul>

<b>Avaliação da medida de Acolhimento Familiar de um modo global</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Onde e com quem passou a residir nessa altura?</li> </ul>
	<b>Vida académica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quais são as suas habilitações literárias?</li> </ul>
	<b>Aspetos positivos do Acolhimento Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O que considera de mais positivo no Acolhimento Familiar?</li> </ul>
	<b>Aspetos negativos do Acolhimento Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quais pensam ser os aspetos mais negativos, ou as desvantagens que a medida apresenta?</li> </ul>
<b>Outros aspetos que considere relevantes</b>	<b>Mudanças no Acolhimento Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Se pudesse sugerir algumas mudanças na medida para que esta funcionasse melhor, quais seriam?</li> </ul>
	<b>Outras informações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Deseja acrescentar algum contributo relativamente à medida de Acolhimento Familiar ou alguma informação relativamente à sua história de vida que julgue ser importante e não foi mencionada?</li> </ul>
<b>Conclusão</b>	Agradecer a disponibilidade para participar nesta investigação e o tempo dedicado a responder às questões desta entrevista.	

## Anexo 2 – Grelha de análise das entrevistas

<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Transição para o acolhimento familiar [A]	[1] Entidade responsável por decretar a medida [2] Motivo da retirada [3] Conhecimento prévio da família [4] Informações obtidas [5] Dificuldades [6] Sentimentos experimentados ao longo da colocação [7] Impacto da transição (ao nível escolar, de saúde e de relações sociais)

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Transição para o acolhimento familiar [A]** – nesta categoria pretendemos compreender como foi o processo de transição para o acolhimento familiar, isto é, olhar para a situação da criança/jovem antes do acolhimento e de que modo foram preparados para esta medida de promoção e proteção. Do mesmo modo, procurámos conhecer como foi o processo de adaptação à nova realidade familiar e quais os avanços ou retrocessos verificados ao longo do tempo.

- 1. Entidade responsável por decretar a medida** – nesta subcategoria procurámos compreender quais as entidades responsáveis por decretar a medida de acolhimento familiar, sendo que, através das respostas obtidas, é possível refletir sobre a existência de consentimento para a decisão da mesma e, consequentemente, poderemos refletir sobre os conflitos inerentes a esta tomada de decisão.
- 2. Motivo da retirada** – nesta subcategoria englobámos as situações adversas que conduziram à colocação da criança ou do jovem numa família de acolhimento, como a orfandade ou os vários tipos de maus-tratos que levaram à retirada da sua família de origem.
- 3. Conhecimento prévio da família** – diz respeito aos momentos que antecedem a colocação em acolhimento familiar e que visam facilitar a integração da criança ou jovem

na nova família. Por outro lado, permitiu-nos compreender qual era a relação dos acolhidos com a família acolhedora antes da colocação, uma vez que, da transcrição das entrevistas, se compreende que, em algumas situações, os entrevistados já se conheciam antes da colocação e, inclusivamente, numa das situações, o acolhimento ocorreu por parte de familiares.

- 4. Informações obtidas** – incidiu nas informações e nas explicações prestadas à criança ou jovem aquando da transição para a sua nova família, de modo a compreender o que é que as mesmas já sabiam sobre a família por forma a facilitar a sua integração.
- 5. Dificuldades** – realçou as dificuldades sentidas aquando e durante a colocação em acolhimento familiar e a que níveis é que estas dificuldades se expressaram.
- 6. Sentimentos experimentados ao longo da colocação** – englobou os sentimentos experimentados pelas crianças ou jovens durante a colocação em acolhimento familiar e a forma como estes se alteraram ao longo do tempo.
- 7. Impacto da transição** – procurou compreender de que modo o acolhimento familiar influenciou algumas dimensões importantes da vida da criança ou jovem, como a escola, a saúde e as relações sociais.

<b><u>Transição para o acolhimento familiar [A]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> e sabes quem é que decretou a medida? Se foi um Tribunal, se foi uma CPCJ...</p> <p><b>Anna:</b> foi diretamente...eu não sei se havia a CPCJ, eu acho que foi o tribunal na altura, percebes? Porque ela já estava sinalizada por ter 3 filhos e dos 3 filhos ela não tinha nenhum. Todas as pessoas tiveram que ir, de uma maneira ou outra, ir assinar um papel em como se responsabilizavam pelas crianças e claro...não haveria ninguém porque mal descobriram que ela estava grávida, foram perguntando "e esta menina há possibilidade?", "Não, não, já estamos ocupados, está fora de questão" e eu penso que tenha sido o tribunal. Não sei e não sei se na altura já havia a CPCJ, não te sei explicar, porque são coisas que eu também não sei muito bem.</p> <p><b>E:</b> e sabes quais foram os motivos pelos quais foste retirada à tua família biológica?</p> <p><b>Anna:</b> sim, sei. Sei completamente. Ela já tinha tido duas gémeas, só que aí houve avós de ambas as partes que conseguiram ir buscar. Depois de outro pai teve outro irmão que é do mesmo pai que eu. Entretanto a avó e familiares também conseguiram pôr a mão, só que, entretanto, teve-me a mim e claro...aí eu acho que já havia a segurança social formada com aqueles senhores e já havia aquele apoio de jovens e crianças em risco e então eles mal ela</p>	<p>[1]</p> <p>[2]</p>

<p>me foi ter ao hospital, ela nunca mais me viu. Eu acho que ela, pelo que me contam, ela só pegou em mim ao colo, eu já tinha 3/4 meses, porque ela foi-me ter e ela já estava sinalizada que eu correria riscos se ela me levasse para casa, porque não tinha condições...porque andava na droga e álcool e prostituição e no meio da rua...dormia onde calhava e onde ficava...foi por isso que fui retirada. Os outros não, porque eu acho que na altura ainda não havia essa tão alargada, não sei...a Segurança Social de crianças em risco. Depois pronto...eu fui retirada e ela nunca mais me conseguiu ir buscar.</p> <p><b>E:</b> quanto tempo foi esse período de acolhimento?</p> <p><b>Anna:</b> é assim...pelo aquilo que eu sei, eles visitaram-me a primeira vez eu tinha 4 anos só que o processo foi muito moroso e entre visitas à casa deles, entre exigências à casa deles, onde eles tiveram de fazer obras, onde também perguntaram coisas na rua sobre eles, entrevistas que fizeram a pessoas. Por isso eu acho que foi mais ou menos um período de 2 anos. Eu tinha 4 na altura, mas não te sei precisar. Eu só me lembro mesmo a partir dos 6. Só tenho mesmo memória aos 6 anos, mas eles dizem que o processo foi muito longo e eram família [....].</p> <p><b>E:</b> então quando foste para esta família, que são os teus tios, tu sabias para onde é que ias, é isso?</p> <p><b>Anna:</b> sim, sim...eu fui completamente preparada. Como te disse, houve 2 anos, cerca de 2 anos, eu não senti esses 2 anos, mas sei que para o fim tive muitas reuniões com os senhores lá dentro, os psicólogos...nós tínhamos várias avaliações...havia pessoas que falavam connosco...a certa altura, se calhar para aí aos 5 anos que nos prepararam para o mundo cá fora. Não era só aquilo, porque a instituição ia dos 0-6, ou seja, a partir dos 5 anos nós teríamos que ir para a adoção, caso alguém estivesse interessado em nós, ou ir para outra instituição que era dos 6 aos 12 e depois dos 12 aos 18 [...].Nós fomos ao Norteshopping e ele foi connosco, porque a primeira visita não podes estar sozinha. Fomos ao McDonald's e eu quis logo um hambúrguer com batatas fritas...foi engraçado. E depois, no primeiro fim-de-semana que passei com eles, eles vieram-me trazer à Póvoa, quase como visitar a casa, e ele disse-me: "se quiseres ir embora connosco, tu vens. Não és obrigada a ficar aqui" e eu disse que não, que ficava. Vim embora no Domingo só para ir para a escola com os meninos e assim foi. Comecei a passar os fins-de-semana e depois o tribunal decidiu que eles reuniam as condições, que não havia nada que impedisse, e que era benéfico para uma criança que já tinha 6 anos e que ia começar a escola em setembro...isto era junho e foi uma das decisões do tribunal. Isso eu sei... que era benéfico, porque começava já a escola no sítio certo, para depois não estar a mudar. Foi...foi isso que aconteceu.</p>	<p>[3]</p> <p>[3]</p>
--	-----------------------

<p><b>E:</b> o que é que sabias sobre esta família quando foste para lá? Por exemplo, rotinas, sobre o número de filhos...sabias alguma coisa sobre eles?</p>	
<p><b>Anna:</b> não sabia nada...não sabia nada. Tanto é que ainda bem que não soube, porque eles eram separados os dois, cada um tinha 2 filhos, mas eu na altura não sabia nada. Pensava que eles eram um casal super normal e são. São normais, cada um é que teve um casamento anterior, vidas anteriores e juntaram-se e criaram outra família, que sou eu e eles. Mas eu não sabia de nada [...]. Mas rotinas não sabia nada. Sabia que ele tinha uma oficina, conheci logo na altura, porque é ao lado da casa e ela dizia-me que passava a ferro. Tinha uma lavandaria, mas eu...nunca vi, nunca tinha visto. Mas depois ao longo do tempo fui conhecendo. Claro que</p>	[4]
<p>as rotinas eram completamente diferentes da instituição. Comia às 18h passei a comer às 22h, isso aí foi...foi diferente. Mas depois, tudo se habitua. Agora se me perguntares o que é que mais me marcou nas alterações de rotinas na casa deles foi a falta de brincar, de não ter ninguém...porque é assim, tu saís de um mundo com muitas crianças, nós éramos cerca de 50 para aí...à vontade, desde os 0-6 anos e então quando eu cheguei ali...claro que ela tentou montar o melhor quarto com barbies e bonecas, mas eu gostava era de jogar à bola, mas ela não sabia. Ela encheu-me o quarto com bonecos e não sei quê...aquilo até era bonito, mas eu não achava piada. E depois foi a solidão, que eu senti-me mesmo sozinha ali, porque eles trabalhavam o dia todo. Se calhar marcou-me a rotina, a falta de brincar, sabes? É a mesma coisa que tirares uma criança de uma casa e a meteres num colégio, ela vai sentir falta de casa. A mim tiraram-me do colégio, eu senti falta do colégio. É normal.</p>	[4]
<p><b>E:</b> recordas-te do que é que sentiste quando foste morar com esta família?</p>	
<p><b>Anna:</b> recordo (<i>risos</i>). Eu pensava que era só mais uma família de acolhimento. Eu pensava que ia lá passar o fim-de-semana, como te disse foi uma coisa gradual...ia lá passar o fim-de-semana e conhecer mais umas pessoas. Fui ver o mar, eu já tinha visto o mar porque estava ali na zona de Matosinhos, mas o mar na Póvoa é diferente...tem mais energia, tem mais vida, eu acho. Eu lembro-me perfeitamente quando o meu pai me disse "queres ver o mar?" e eu "quero" e então fomos tomar um café, uma coisa qualquer ao mar e eu lembro-me e tenho essa imagem na minha cabeça de ver o mar e de dizer "eu quero cá voltar". "Eu quero vir mais vezes". Tanto é que no domingo eu não queria vir embora.</p>	[3]
<p><b>E:</b> então quando a Professora disse que tu devias ir para um psicólogo, tu nunca foste?</p>	
<p><b>Anna:</b> [...] e outra psicóloga disse "oh, minha senhora, não se preocupe. Ela o que tem é um acumular de energia, porque estava habituada a uma certa rotina, a rotina foi-lhe tirada e, claro, é normal que ela goste de brincar e ela encarou a escola como uma brincadeira, porque tem na cabeça dela que os miúdos todos juntos é para brincar.</p>	[5]



<p><b>E:</b> mas achas que se tu soubesses tinhas feito isso em algum momento?</p>	<p>[5]</p>
<p><b>Anna:</b> ai! Em alguns momentos apetecia-me. Quando nos dão educação, não é? Quando nos repreendem, quando nos chamam à atenção...custa, sabes? Custa para eles e custa para nós, porque nós levávamos as coisas muito na brincadeira e é assim...</p>	<p>[5]</p>
<p><b>Anna:</b> então...acho que havia uma mente assim um bocadinho antiquada, porque ela é de uma aldeia e também sofreu bastante, mas acho que não houve ali aquela linguagem a que eu estava habituada. Era muito pôr as mãos assim direitinhas, sabes? Não se podia pôr os cotovelos em cima da mesa. Para comer tinha de ser direitinha, enquanto se comia não se podia falar. Havia assim certas coisas que eu...claro que eu era capaz de estar a meter uma salsicha à boca e a dizer "manda aí essa bola". Percebes o que estou a dizer? Se calhar não havia aquela abertura de falar, o à vontade em falar com eles, mas pronto. Isso foi ultrapassado.</p>	<p>[5]</p> <p>[1]</p>
<p><b>E:</b> sabes quem é que determinou depois então a medida, se foi a CPCJ ou o tribunal?</p> <p><b>Beta:</b> foi a CPCJ, depois de...a polícia passou o caso para uma assistente social da CPCJ...ah...eu pude ficar temporariamente com a família que me quis acolher, primeiro eu fui lá para casa durante uns dias...passado uma semana essa família perguntou-me "olha tu gostavas de ficar connosco até fazeres 18 anos?", eu disse que sim claro gostava mesmo muito...</p>	<p>[2]</p>
<p><b>E:</b> e aqueles que foram mais difíceis, que sentiste como mais complicados para ti?</p> <p><b>Beta:</b> os mais difíceis provavelmente eram quando...eu nunca participei das discussões principais da família, nunca fui motivo de nenhuma delas...ah, mas provavelmente os mais difíceis eram quando essas coisas aconteciam e eu me sentia indefesa em relação a isso, porque quando as discussões muito graves que havia em casa aconteciam, chegavam a agressões físicas e eram entre a minha mãe e uma das minhas irmãs...a do meio. A mais velha...ah...de certo modo eu não fazia parte ou tentava separá-las ou tinha ali alguma responsabilidade. Eu ficava sempre, eu era a mais pequena, não sabia o que fazer, saía daquela divisão, metia os fones nos ouvidos aos berros a saber que as pessoas estavam noutra sítio a passarem-se e esses provavelmente eram os mais difíceis [...].</p> <p><b>E:</b> e...o que é que aconteceu naquele dia, se pudermos também saber que te fez realmente dizer que não querias mais...</p>	<p>[2]</p>
<p><b>Beta:</b> eu acho que esse dia foi só uma gota de água pequena de um copo já muito grande no sentido em que...o que acontecia de facto é que a minha mãe tem problemas psíquicos, a</p>	<p>[2]</p>

<p>minha mãe biológica, e nós nunca tivemos uma infância assim muito regular porque ela não cuidava dos filhos, nós temos mais irmãos só que os mais velhos ficaram cada um com o seu pai biológico, nenhum de nós é do mesmo pai biológico, 5 filhos diferentes e somos todos meios-irmãos...os mais velhos ficaram cada um com o seu pai e nós as três mais novas ficamos com a mãe...então a vida de facto não era nada regular era muito turbulenta porque a nossa mãe utilizava por exemplo o dinheiro da segurança social que vinha para nós, um exemplo só para perceberes o ambiente familiar, usava o dinheiro da segurança social e da pensão de alimentos para por extensões no cabelo que era tipo 200 euros e nós não tínhamos o que comer em casa então havia muitas coisas que era assim...e eu não recebia educação básica, eu não cuidava da minha higiene porque também ninguém me obrigava a fazê-lo, eu não escovava o cabelo, passava muito tempo sem tomar banho e não escovava os dentes...era mesmo não queria saber e então a vida era assim um bocado turbulenta [...]lembro-me que na noite em que eu saí de casa ah, a minha irmã mais velha não estava porque ela é arqueóloga e estava numa escavação arqueológica...acho que...uh, ah...a discussão começou por um comando de televisão entre a minha irmã do meio e a minha mãe e elas de repente já estavam aos insultos tipo "dá-me cá isso, dá-me cá" e de repente estavam uma em cima da outra com tesouras percebes? não chegou a acontecer nada mas assim em ameaça e eu vivia num terror constante. . Inicialmente não e até aos meus 16 anos porque foi nessa altura que eu tomei consciência, eu vivia, eu saia da divisão como já disse e abstraía-me, vivia num transe psicológico, mas depois passado algum tempo comecei a tomar consciência e então o tomar consciência é que permite que a gente comece a sofrer por determinadas coisas, então eu deixei de conseguir lidar com aquilo como tinha lidado todos aqueles anos porque comecei a perceber o quanto era grave [...]</p>	<p>[2]</p>
<p><b>E:</b> portanto...nesta transição para o acolhimento claro que tu sabias para onde é que ias, não é?</p> <p><b>Beta:</b> sabia neste caso porque lá está, lutei para que fosse já esta família a ficar comigo...</p> <p><b>E:</b> o que é que sabias sobre eles, exemplo rotinas, número de filhos?</p>	<p>[3]</p>
<p><b>Beta:</b> ora bem, eu já ia dormir lá a casa com alguma frequência porque... já conhecia o número de pessoas na família, já sabia que eram os dois pais, dois filhos, uma das filhas...um rapaz e uma rapariga, uma das filhas era minha amiga e viviam também com a mãe da mãe ou seja a avó materna também vive lá em casa...eu já os conhecia muito bem ou seja já frequentava a casa, já tinha uma escova de dentes lá em casa própria...ah, mas por rotinas assim de viver diariamente só depois de passar a viver com as pessoas é que...é que por exemplo essa minha amiga deixou de ser minha amiga, passou a ser minha irmã então há uma transição que tem de acontecer, uma adaptação que só quando se começa a viver de facto com as pessoas é que se percebe.</p>	<p>[3;4]</p>

<p><b>E:</b> Recordas-te do que é que sentiste quando foste morar com eles?</p> <p><b>Beta:</b> os primeiros tempos foram muito difíceis, foram muito difíceis para mim porque...eu só me apercebi de quantos problemas eu tinha em termos de higiene, em termos de saber coisas de casa, em termos de saber viver em família só me apercebi quando tive de me adaptar, então eu sofri muito nos primeiros tempos...e a família também ou seja a adaptação não veio só da minha parte, toda a família teve que se adaptar a ter um novo membro uma família já grande, então os primeiros tempos foram bastante difíceis...porque eu sentia que ninguém estava a passar por aquilo que eu estava a passar, não é? mas o que me fez sentir-me muito motivada para mudar a minha vida e para me adaptar a uma realidade completamente foi saber que essa realidade era de facto muito melhor quando eu me conseguisse adaptar...e isso era a minha luz ao fundo do túnel para a adaptação e também a família eu acho que sabiam, viam a minha vontade de alterar a minha vida e apoiaram-me muito nisso também.</p> <p><b>E:</b> também te ia perguntar sobre a relação que estabeleceste com os filhos...</p> <p><b>Beta:</b> eles têm, ou seja, esse rapaz estudou com a minha irmã mais velha biológica, portanto nós já nos conhecíamos, as famílias já se conheciam relativamente...então passou a ser...nós sempre nos demos bem, mas foi bom sentir que tinha sido acolhida por eles, porque eles fizeram tudo para que eu fizesse parte não é? [...].</p> <p><b>E:</b> quando foste para esta família tiveste de mudar de escola?</p> <p><b>Beta:</b> não, não tive de mudar de escola porque, lá está, eu já tinha alguma independência em termos de movimentação...foi do 10º para o 11º ano portanto já havia alguma independência para além de que...a minha atual irmã (<i>risos</i>), a filha mais nova da família, estuda na mesma escola onde eu estudava, estudávamos as duas na mesma escola já...nós já éramos colegas de escola antes de tudo acontecer...aqui na Academia no Porto...então a única diferença foi os transportes em vez de ir de metro comecei a vir de autocarro para a escola, foi a única diferença...</p> <p><b>E:</b> na escola sentias-te integrada, como é que era o teu comportamento, a tua motivação para o estudo?</p> <p><b>Beta:</b> na escola eu sempre me senti muito motivada mas lá está eu senti uma diferença grande em mim não só no meu comportamento familiar mas como toda a minha vida familiar, toda a estrutura base estava a mudar, eu senti que eu própria na escola socialmente porque em termos escolares efetivos não vi grande diferença porque já era uma aluna aplicada e continuei a sê-lo mas socialmente comecei-me a tornar também uma pessoa um pouco diferente porque...eu antes de estar, antes de viver com esta família, tinha uma necessidade muito grande de me mostrar na escola, de ser muito...uma carência de atenção muito grande que</p>	<p>[5]</p> <p>[6]</p> <p>[3]</p> <p>[7]</p> <p>Na escola</p> <p>[7]</p> <p>Na escola Nas relações sociais</p>
--	---

<p>deixei de ter quando comecei a ter uma base mais estável e assim e então toda a minha personalidade mudou e fez com que também mudasse um bocadinho o meu comportamento escolar.</p> <p><b>E:</b> consideras que o acolhimento foi de alguma forma benéfico para a tua saúde quer em termos físicos quer psicológicos?</p> <p><b>Beta:</b> foi muito benéfico para a minha saúde principalmente em termos de alimentação. Ou seja, eu mudei bastante a minha alimentação, comecei a comer mais e emagreci muito, ou seja, eu havia dias na minha casa da família biológica em que eu comia como não havia mais nada, eu comia 10 pães num dia era isto que eu comia, pão com pão. Ou seja, eu era gordinha, mas não tinha nutrientes suficientes então comecei a sentir uma diferença muito grande alimentar. Física notei imenso porque comecei a ter muito mais cuidado comigo, o meu cabelo ficou mais forte. Senti coisas mesmo simples não é mas que eu senti uma diferença enorme. Para além de que comecei a aprender gestão e consegui começar eu a pagar o meu aparelho, pus aparelho, fiquei com os dentes direitos que para mim também era psicologicamente era uma coisa muito importante...quando eu vivia com a minha família antiga como não tinha conhecimento me parecia uma coisa inalcançável, então isso mudou muito e psicologicamente também mudou muita coisa porque eu deixei de me sentir indefesa e sozinha e comecei a ficar mais estável também.</p> <p><b>E:</b> sabe quem é que determinou a medida na altura, se foi a CPCJ, o Tribunal?</p> <p><b>Emma:</b> pois eu nem se na altura já existia a CPCJ, mas é provável que sim. Mas...eu sei que a minha mãe pediu ajuda, fugiu não é, foi pedir ajuda à polícia e não sei quais foram as medidas que foram tomadas, porque no dia a seguir nós fomos retirados...juntamente com a minha mãe e fomos acolhidos numa pensão. Pronto. Mas aquilo não era...não era viável, não é.</p> <p><b>E:</b> sabe qual foi o motivo pelo qual foi retirada à sua família biológica?</p> <p><b>Emma:</b> eu era muito pequenina não é, mas pelo que percebia era porque...era por violência doméstica por parte do meu pai quer à minha mãe quer aos meus irmãos. Eu nunca sofri muito com isso nem com o meu pai nem depois com o meu padrasto. Eles é que sofreram mais, pronto os meus irmãos e a minha mãe...</p> <p>[...]</p> <p>A minha mãe também tinha problemas com álcool e depois passado, sei lá...eu não lhe sei precisar, mas eu acho que nem uma semana demorou, vieram buscar-nos a nós não é e levaram-nos para uma família de acolhimento.</p> <p><b>E:</b> agora já falando um bocado do acolhimento, na altura sabia para onde é que ia?</p> <p><b>Emma:</b> não...</p>	<p>[7]</p> <p>Na saúde</p> <p>[1]</p> <p>[2]</p> <p>[2]</p> <p>[4]</p> <p>[4]</p>
---	---

<p><b>E:</b> não lhe foi dito nada quando a foram lá buscar?</p> <p><b>Emma:</b> isso também...a mim o que é que eles me iam dizer? eu tinha sete/oito anos, os meus irmãos ainda eram mais pequenos. Portanto, o do meio deveria ter quatro/cinco e a mais nova um ano e meio/dois por aí...portanto explicações não valiam de muito.</p>	[4]
<p><b>E:</b> portanto não sabia então mesmo nada sobre essa família, número de filhos, rotinas, nada?</p> <p><b>Emma:</b> não, não...(risos).</p>	[6]
<p><b>E:</b> ok...o que é que sentiu quando foi morar com essa família? qual foi o primeiro impacto?</p> <p><b>Emma:</b> no início foi...(risos) foi muito complicado, porque...não sei, é uma sensação de abandono, de estar ali, de ter muita gente e não ter ninguém, não é? a única coisa que tinha era que pelo menos o meu irmão ficou ao pé de mim...</p>	[5]
<p><b>E:</b> por exemplo...</p> <p><b>Emma:</b> no geral não éramos... maltratados, maltratados, mas hoje eu entendo que houvessem algumas negligências por parte dele...</p>	[5]
<p><b>E:</b> porque às vezes nem é questões físicas, é também...</p> <p><b>Emma:</b> sim...se bem que também havia. Não a mim...eu era, como eu costumo dizer...eu acho que nem sofri tanto nessas coisas, eles é que sofriam mais. Por exemplo, o Jonathan...tinha agressões.</p>	[5]
<p><b>E:</b> por parte da família de acolhimento?</p> <p><b>Emma:</b> sim...não havia uma única refeição em que o Jonathan não apanhasse, em que...não lhe agarrassem nos cabelos para o obrigar a comer...pronto. Foi assim.</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> sim...</p> <p><b>Emma:</b> não me recordo nada acerca da escola onde andei lá...mas sim, tive que mudar, porque...[...] nós morávamos aqui no Porto, nas Fontainhas e fomos acolhidos em Melres. Portanto era impossível eu manter a mesma escola e penso até que por questões de segurança eles não o fariam, não é?</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> ok...mas por exemplo em relação à escola o que é que se lembra? como era o seu comportamento na escola, em termos depois também de notas ou assim...tem alguma ideia?</p>	[7] Na escola

<p><b>Emma:</b> pois...eu não me lembro de nada. Não...eu sei que nunca fui a nível de notas nunca fui má aluna. Era má aluna sim, no comportamento...<i>(risos)</i>. O comportamento não era...</p> <p><b>E:</b> e por exemplo quando vocês iam para a escola...eles acompanhavam-vos às reuniões da escola, esse tipo de questões?</p> <p><b>Emma:</b> não me lembro...aliás, eu recordo-me que a dada altura eu ia sozinha para escola, mas não...agora reuniões, essas coisas...</p> <p><b>E:</b> em relação a problemas de saúde, sabe se teve algum problema de saúde quer durante o tempo em que esteve na família de acolhimento quer depois, assim naquele período da infância?</p> <p><b>Emma:</b> eu não, mas teve o meu irmão...</p> <p>[...] sim, tive uma alergia ao marisco e já não tenho, mas achava até que tinha sido mais tarde, mas o meu irmão teve, teve um problema nos olhos...quer dizer, teve? tinha...era estrábico, não é? e foram-lhe feitos os tratamentos na altura em que estávamos acolhidos...</p> <p><b>E:</b> na família de acolhimento?</p> <p><b>Emma:</b> sim, na família de acolhimento. Fez cerca de três/quatro operações se não me engano...</p> <p><b>E:</b> então...</p> <p><b>Emma:</b> aliás, ele começou a usar óculos nessa altura.</p> <p><b>E:</b> por exemplo, os tratamentos que o Jonathan teve que fazer à vista, acha que se fosse na família, com a mãe, que teria acontecido?</p> <p><b>Emma:</b> ah...tenho dúvidas. Tenho dúvidas, não sei...acho que ela não dava muita importância a esse assunto. Se calhar até desconhecia o facto de haver tratamento ou ter direito a esse tratamento...não sei. Mas sim, acho que foi importante nesse sentido.</p> <p><b>E:</b> quem é que determinou a medida?</p> <p><b>Jonathan:</b> o Tribunal de Menores do Porto.</p> <p><b>E:</b> mas por exemplo, disseste que não tinhas nenhuma muito boa, mas lembras-te de alguma coisa assim de um período mais difícil, momentos mais difíceis desta fase?</p> <p><b>Jonathan:</b> sim, por exemplo...os motivos que levaram ao facto de eu e as minhas irmãs sermos postas em famílias de acolhimento devia-se, principalmente, à violência doméstica praticada pelo meu pai e também à negligência familiar por parte da minha mãe, a nível de cuidados de higiene, alimentação e isso tudo, pronto. As más memórias, piores, que eu tenho</p>	<p>[7] Na saúde</p> <p>[7] Na saúde</p> <p>[7] Na saúde</p> <p>[7] Na saúde</p> <p>[1]</p> <p>[2]</p> <p>[4]</p>
---	--

<p>dessa minha infância é por exemplo a violência doméstica que sofri por parte do meu pai, por isso...</p>	[4]
<p><b>E:</b> quando foste para a família de acolhimento sabias para onde é que ias?</p> <p><b>Jonathan:</b> não.</p>	[4]
<p><b>E:</b> ninguém te disse nada?</p> <p><b>Jonathan:</b> não.</p>	
<p><b>E:</b> então não sabias nada sobre essa família, tipo rotinas...nada disso?</p> <p><b>Jonathan:</b> não.</p>	
<p><b>E:</b> como é que foi essa altura? passaste de viver com os teus pais para ir para essa família, o que é que te disseram?</p> <p><b>Jonathan:</b> não me lembro de nada. A única recordação que eu tenho, que é desse dia, é de uma carrinha...nove lugares ou de seis, não sei...e essa carrinha estava cheia de brinquedos, pronto. Meteram-nos aos três lá dentro e pronto...é a única memória que eu tenho desse dia. Não me disseram para onde eu ia, a minha mãe não entrou na carrinha, ficou fora e nós fomos. Não sei mais...</p>	[4]
<p><b>E:</b> quando foste colocado nesta família tiveste que mudar de escola?</p> <p><b>Jonathan:</b> sim, sim.</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> e sentias-te integrado nessa escola?</p> <p><b>Jonathan:</b> na verdade, não sei...mas acho que sim (<i>risos</i>).</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> lembras-te como é que era o teu comportamento e a motivação para os estudos?</p> <p><b>Jonathan:</b> eram boas, acho que sim.</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> lembras-te, por exemplo, como é que era o teu rendimento académico...se na altura tinhas boas notas?</p> <p><b>Jonathan:</b> razoáveis.</p>	[7] Na saúde
<p><b>E:</b> tiveste algum problema de desenvolvimento ou de saúde durante este período?</p> <p><b>Jonathan:</b> não...eu fui operado...quer dizer, não foi durante esse período. Eu nasci com uma deficiência num olho, pronto. Era estrabismo e eu lembro-me que fui operado enquanto estava nessa família. Por isso, não é resultante de estar lá, mas...</p>	[1]

<p><b>E:</b> e quem é que decretou na altura essa medida sabes...se foi um tribunal, se foi a CPCJ?</p> <p><b>Mike:</b> foi o tribunal de menores.</p>	[2]
<p><b>E:</b> ia perguntar-te se sabes quais foram os motivos pelos quais foste retirado à tua família biológica, mas não foi propriamente assim...</p> <p><b>Mike:</b> não, não...os meus pais faleceram quando eu tinha 10 anos, o meu pai faleceu quando eu tinha 5 e a minha mãe faleceu quando eu tinha 10...e pronto, foi quase uma obrigatoriedade digamos assim...</p>	[3]
<p><b>E:</b> qual era a ligação que tinhas com essas pessoas que te acolheram, o que é que eles eram para ti e se já os conhecias antes?</p> <p><b>Mike:</b> eram pessoas amigas da família...</p>	[4]
<p><b>E:</b> então quando isso aconteceu sabias para onde ias?</p> <p><b>Mike:</b> sabia para onde ia...não sabia com o que é que ia contar, mas sabia para onde é que ia.</p>	[4]
<p><b>E:</b> sabias por exemplo que tipo de rotinas é que essa família tinha, esse tipo de aspetos?</p> <p><b>Mike:</b> NADA, zero, zero.</p>	[6]
<p><b>E:</b> o que é que sentiste quando foste morar com essa família?</p> <p><b>Mike:</b> senti várias coisas...mas o que eu posso dizer que sinto hoje, porque aquilo que eu sentia na altura são incertezas não é, não tens a certeza de nada com 10 anos. Agora neste momento posso dizer pá que sinto gratidão por ser quem sou hoje em dia...ah e sinto uma felicidade enorme porque se não fossem dessa forma, não seria eu atualmente.</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> quando foste viver com essa família tiveste de mudar de escola?</p> <p><b>Mike:</b> não...</p>	[7] Na escola
<p><b>E:</b> conseguiste manter a mesma escola, tudo...</p> <p><b>Mike:</b> hmm hmm</p>	
<p><b>E:</b> como era na altura esse período da escola, como é que era o comportamento, as notas?</p> <p><b>Mike:</b> bem...o comportamento é um comportamento de revolução não é, tu estás revoltado porque toda a gente tem algo que tu não tens, portanto tu és uma pessoa revoltada...ah...e tudo aquilo que te seja dito ou feito em direção à família tu tens tendência a...a tendência é sempre a responder de uma forma agressiva e revoltada...</p>	[7] Na saúde



<p><b>E:</b> consideras que o acolhimento foi benéfico para ti quer em termos de saúde quer em termos físicos e psicológicos?</p> <p><b>Mike:</b> sim, acho que sim...sem dúvida.</p>	
---	--



<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Relação com a família de acolhimento [B]	[1] Relação com o casal acolhedor
	[2] Relação com os filhos do casal
▪ No passado	[3] Relação com a família alargada da família de acolhimento
▪ No presente	[4] Convivência familiar

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Relação com a família de acolhimento** – descrição e avaliação do relacionamento, atitudes, comportamentos e formas de atuação entre as crianças ou jovens acolhidos com os seus acolhedores e com a restante família ao longo do tempo (passado, presente).

- 1. Relação com o casal acolhedor** – descrição e avaliação das relações entre a criança ou jovem acolhido e o casal acolhedor.
- 2. Relação com os filhos do casal** – descrição e avaliação das relações entre a criança ou jovem acolhido e os filhos do casal acolhedor.
- 3. Relação com a família alargada da família de acolhimento** – descrição e avaliação das relações entre a criança ou jovem acolhido e outros elementos da família alargada da família de acolhimento, como avós, tios, primos.
- 4. Convivência familiar** – procurou destacar quais os momentos em que as crianças ou jovens acolhidos partilhavam, ou ainda partilham, com a família acolhedora e de que modo os participantes valorizavam estes momentos.

<b><u>Relação com a família de acolhimento [B]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> o que é que sabias sobre esta família quando foste para lá? Por exemplo, rotinas, sobre o número de filhos...sabias alguma coisa sobre eles?</p> <p><b>Anna:</b> [...] mas eu não sabia de nada. Eu só mais tarde é que...tanto é que eu comecei por lhes chamar Rosa e Zé, depois, mais tarde, tios e depois eu lembro-me que já estava...nunca mais me hei-de esquecer. Eu estava numa aula de ballet, portanto já estava na escola, já devia ter para aí 7 anos e eu chamei-lhe mãe...a ela. Primeiro a ela, depois a ele. E foi um processo muito gradual, muito devagar, muito...com tempo.</p>	[1]

<p><b>E:</b> ah...porque esta escola era na Régua, é isso?</p> <p><b>Anna:</b> sim, porque eu saí da Póvoa porque lá está...depois há aquela revolta que a gente tem com os pais e que acontece aí aos 16/17 anos e eu "vou sair de casa, pegar nas malas e vou-me embora" e então foi quando fui tirar um curso na Régua, no Peso da Régua. Eles pagavam-me a residência, pagavam-me os estudos e eu pronto, vamos embora. Vamos encarnar nisto. E foi aí que conheci o meu marido.</p>	[1]
<p><b>E:</b> já vamos lá chegar então...como é que sentes que foi esta relação que estabeleceste com a família de acolhimento?</p> <p><b>Anna:</b> ah...claro que não foi tudo um mar de rosas, não é? Como eu costumo dizer, eu tinha 6 anos nunca ninguém me tinha dado uma palmada, nunca ninguém me tinha dito que "não" [...] por exemplo, eles iam comigo a um restaurante e estava lá 5 minutos e pedia "olha, posso ir brincar?" e eles "não, tens que ficar aqui sentada", porque eles queriam que eu assim fizesse. E essa parte para mim foi muito dura, ter ali alguém que estava a querer pôr em ordem e dar a educação que é perfeitamente normal. Não há aqui nada de anormal nisto, mas essa parte sou-te sincera, foi...custou-me assim um bocadinho e olhava-os um bocadinho de lado ao início. Depois, as coisas começaram...e quando tem de ser, tem mesmo de ser e começámos a ter uma relação de pai e filho, de mãe e filha, sim...sem dúvida.</p>	[1]
<p><b>E:</b> e com os filhos deles? Acabaste por conhecê-los, estabelecer algum tipo de relação?</p> <p><b>Anna:</b> os filhos da parte dela não, porque eles estão aqui na Suíça e eles não quiseram...pronto, quando os pais se separaram, eles decidiram ficar com o pai...aquelas cenas. Da parte dele, do meu pai, ele tem um casal, que chegaram a ir de férias a Portugal, eles são meus primos diretos. Chegaram a conhecer-me e eu gostei deles, mas não achei muita piada, sou-te sincera. Eles iam dormir lá para a minha cama e eu ia dormir para o sofá [...]</p>	[2]
<p><b>E:</b> e depois com outros membros da família desse casal, estabeleceste alguma relação?</p> <p><b>Anna:</b> sim sim, por exemplo...da parte dela, a quem eu chamo mãe, eles não me são nada, não há aqui relação nenhuma de sangue, porque afetiva existe. Na altura a minha mãe ainda tinha o pai vivo e eu lembro-me de ir passar os fins-de-semana para onde eles trabalhavam, para também não ficar tanto tempo sozinha em casa, à casa dos avós. Eu tive essa experiência e foi ótimo. Eles tinham animais, eu ia para a horta com o meu avô [...].</p>	[3]
<p><b>E:</b> que momentos é que vocês partilhavam juntos enquanto família?</p> <p><b>Anna:</b> eram poucos, porque lá está...eles como trabalhavam até tarde, era mais aos fins-de-semana. Ela chegava a casa, tinha de fazer o jantar, ele também chegava e tal...eram poucos, mas depois quando as coisas da escola...quando eles se começaram a perceber que eu era macaca e que fugia das coisas da escola, a minha mãe andava muito em volta de mim, "já</p>	

<p>fizeste os trabalhos de casa?", "vais sentar-te aqui na mesa enquanto a mãe faz o comer". Era mais do tipo isto, porque eu passava a maior parte do tempo ou na escola, ou em casa sozinha, porque lá está...como eles trabalhavam, não tinham grandes horários. Depois mais tarde comecei a ficar de castigo na oficina que assim era mais fácil para o meu pai controlar.</p> <p><b>E:</b> então...onde é que eu ia? Manténs contacto com os teus acolhedores, isto já sei...em que momentos é que vocês se encontram e como é que estabelecem contactos uma vez que estás na Suíça?</p>	<p>[1;4]</p>
<p><b>Anna:</b> falamos todos os dias. Sabes que agora as tecnologias permitem-nos estar a falar virtualmente. A minha mãe e o meu pai têm que ver o neto todos os dias e mesmo quando ele ainda não tinha nascido, nós víamo-nos. Eles já vieram aqui quatro vezes. A cada passo a gente marca viagem, eles vêm quando podem, mas telefonamo-nos todos os dias, vemo-nos todos os dias, virtualmente, não é? Mas é um contacto mãe e filha, pai e filha. Acho que não há diferenças, eu pelo menos não sinto.</p>	<p>[1]</p>
<p><b>E:</b> como foi a relação que tu estabeleceste com a família de acolhimento?</p> <p><b>Beta:</b> estabelecer relação, ah...ora bem, eu já os conhecia não é? foi só mudar alguns, as coisas mudam não é? o T. em vez de ser o irmão da minha amiga passou a ser meu irmão (<i>risos</i>)...os pais da minha amiga passaram a ser os meus pais e pronto não sei bem explicar, acho que foi uma coisa de dia-a-dia que...todos os dias ia mudando um bocadinho ia-se tornando um bocadinho mais...ia-se tornando um bocadinho diferente...todos os dias era uma mudança muito grande, havia muita coisa para absorver, ainda por cima uma família grande portanto tinha que construir relações novas com muitas pessoas, então todos os dias acontecia sempre alguma mudança ou algum progresso entre aspas.</p>	<p>[1;2;3]</p>
<p><b>E:</b> também te ia perguntar sobre a relação que estabeleceste com os filhos...</p> <p><b>Beta:</b> [...] às vezes era um bocado difícil para eles, por exemplo eu sinto que para a que era minha amiga mais próxima, ao contrário do que possa parecer e estas coisas são normais, para ela foi mais difícil do que para o meu irmão mais velho para o mais velho da família porque para ele...como eu não era próxima foi uma adaptação "ok...agora és nossa irmã, tudo bem". Para ela como já me conhecia ter que alterar, e para mim também, entre uma e outra ter que alterar determinados comportamentos para além de que temos mais ou menos a mesma idade então...em termos...era difícil às vezes se os nossos pais fizessem em termos comparativos alguma coisa isso mexeu um bocadinho connosco em termos da nossa amizade ao início foi um bocadinho difícil, mas as coisas passam e agora é tudo ótimo (<i>risos</i>).</p>	<p>[2]</p>

<p><b>E:</b> que momentos em que vocês partilhavam em conjunto?</p> <p><b>Beta:</b> eu sinto que é uma família bastante unida em termos familiares, ou seja há horários muito diferentes e é muita gente mas acho que há...por exemplo se nós precisarmos de jantar às 22:30 da noite para toda a gente jantar junta, toda a gente janta junta ou seja sinto que os momentos mais marcantes atualmente são no fim do dia ao jantar, está toda a gente independentemente do que acontecer, ah...são vidas muito movimentadas não é? portanto acho que fazermos isso diariamente é importante...também nas férias fazemos atividades juntos ou seja acho que não é uma família que vá cada um para seu lado, ou seja é uma família que gosta de estar toda junta ao fim-de-semana e tudo é tempo de estar com a família, fazemos o máximo para não ter outras atividades para estarmos uns com os outros, então acho que é por aí.</p> <p><b>E:</b> em relação agora mesmo à família de acolhimento...como é que foi a relação que estabeleceu com essa família?</p> <p><b>Emma:</b> não sei...é muito estranho (<i>risos</i>). Porque...poderia haver uma relação, não é? porque eles até são meus padrinhos do batismo... e da comunhão...mas não ficou relação nenhuma. Na altura pronto, a início era uma relação boa...</p> <p>Depois de sairmos de lá...eu pelo menos tentei manter algum contacto, de vez em quando ligava, cheguei a encontrar o meu padrinho...pronto, na rua, porque ele trabalha nos saneamentos, então algumas vezes encontrei-o, mas não...como é que eu hei-de explicar? eu sentia que...sei lá, não era bem-vinda a minha chamada, pronto. E acabei por desistir...</p> <p><b>E:</b> de contactar...</p> <p><b>Emma:</b> exato...atualmente, não sei nada.</p> <p><b>E:</b> por exemplo... quando vocês foram para essa família, eles tinham alguns filhos...como é que era a relação com eles?</p> <p><b>Emma:</b> tinham dois....</p> <p><b>E:</b> dois filhos...mais novos do que vocês, da mesma idade?</p> <p><b>Emma:</b> não...um deles deveria ter...vinte na altura já.</p> <p><b>E:</b> já eram mais velhos...</p> <p><b>Emma:</b> dezanove/vinte...[...] o outro....devia andar por volta dos quinze/dezasseis. Portanto também estamos a falar duma família...mais ou menos com quarentas e poucos anos, não é? é normal que os filhos tivessem essa idade.</p>	<p>[4]</p> <p>[1]</p> <p>[1]</p> <p>[2]</p> <p>[2]</p> <p>[2]</p>
--	---

<p><b>E:</b> por exemplo...a relação com eles...não se lembra de nada, como é que era...?</p>	
<p><b>Emma:</b> não era nada...como é que eu hei-de explicar...pelo menos com o mais velho nem havia proximidade sequer. Com o do meio eu recordo-me que...pelo menos...mas com o Jonathan ele ainda brincava um bocadito, mas nada de especial...</p>	[2]
<p><b>E:</b> que momentos é que vocês enquanto família de acolhimento passavam em conjunto? quais são assim as memórias...quer das rotinas quer de momentos que tenham sido assim importantes?</p>	[4]
<p><b>Emma:</b> era o Domingo...[...] eu vou-lhe ser sincera. Eu não me lembro sequer de grandes momentos junto com o meu irmão, a não ser mesmo o Domingo. O Domingo pronto estávamos todos, tirando isso...eu nem recordo sequer se andava no infantário, se que era...e às refeições não era? tirando isso...</p>	[3]
<p><b>E:</b> e ao Domingo o que é que faziam?</p>	
<p><b>Emma:</b> ao Domingo normalmente íamos a casa da mãe do meu padrinho, pronto que aquilo era estilo de uma aldeia, então ficávamos lá, lanchávamos, essas coisas...</p>	
<p><b>E:</b> acho que já me tinha respondido, mas...mantém contacto com os seus acolhedores ou com outros elementos da família dessa altura?</p>	[1;2;3]
<p><b>Emma:</b> não...</p>	
<p><b>E:</b> como foi a relação que estabeleceste com a família de acolhimento?</p>	
<p><b>Jonathan:</b> aí é a parte que eu melhor me lembro, não é? pronto...eu e a minha irmã mais velha estávamos numa família de acolhimento e eu acho que a relação da minha irmã mais velha com essa família era melhor do que a que eu tinha. Tanto que a minha irmã mais velha, a madrinha de batismo dela, é essa senhora...pronto. No meu caso, acho que não resultou tão bem como ela, não sei...essa senhora tinha dois filhos. Era...era a senhora, o marido e dois filhos, pronto. Dois rapazes. Não sei porque motivo é que não resultou tão bem, não sei...a minha relação não era assim....quer dizer, no início a minha irmã mais velha também tinha muitos problemas só que era mais bem tratada do que eu. Não sei explicar.</p>	[1]
<p><b>E:</b> que momentos é que vocês partilhavam em conjunto?</p>	[4]
<p><b>Jonathan:</b> todo o dia.</p>	
<p><b>E:</b> partilhavam rotinas?</p>	[4]
<p><b>Jonathan:</b> sim, sim.</p>	
<p>[...]</p>	

<p>acho que não tive grande relação com os filhos do casal, acho que não. Por exemplo, o que eu estava a dizer há bocado de comer a sopa...essa senhora obrigava-me a comer a sopa, por exemplo puxava-me o cabelo cá atrás para eu abrir a boca e enfiava-me a colher pela boca abaixo, por exemplo. Sei lá...</p>	[2;1]
<p><b>E:</b> como é que foi então a relação que estabeleceste com essa família?</p>	[1]
<p><b>Mike:</b> TOP...excelente ya.</p>	
<p><b>E:</b> e eles tinham filhos, como é que era a relação com eles?</p>	[2]
<p><b>Mike:</b> tinham dois filhos, tinham e têm dois filhos e são os meus irmãos...</p>	
<p><b>E:</b> que momentos é que te lembras de partilhar em conjunto, como é que eram por exemplo as vossas rotinas, as vossas férias?</p>	
<p><b>Mike:</b> nós partilhávamos tudo, nós partilhávamos tudo. Eu posso-te dizer que tudo que lhes davam a eles, eles partilhavam connosco, nós o que tínhamos...aliás hoje em dia nós apresentamos todos "é o meu irmão, é o meu irmão, é o meu irmão" e na realidade somos só dois irmãos e estes dois irmãos à parte da outra família, mas apresentamos todos uns aos outros como se fossemos todos irmãos, somos quatro já.</p> <p>[...]</p> <p>Tudo o que eles tiveram eu tive, exatamente igual. A minha tia ofereceu a carta de condução aos 18 anos a todos...tive tudo igual, exatamente igual àquilo que os filhos dela também tiveram.</p>	[1;2]
<p><b>E:</b> manténs então contacto com os teus acolhedores?</p>	[1]
<p><b>Mike:</b> sim, diariamente...</p>	
<p><b>E:</b> ainda vivem todos juntos então?</p>	
<p><b>Mike:</b> não, vive cada um na sua casa, mas encontramos-nos todos os dias, praticamente todos os dias...</p>	[1]
<p><b>E:</b> em que momentos é que se encontram?</p>	
<p><b>Mike:</b> mais ao jantar ou então quando não dá ao jantar, nas festas de anos ou por exemplo eu levo a minha tia ao trabalho todos os dias, todas as manhãs, saio da minha casa apanho-a e levo-a ao trabalho.</p>	[4]
<p><b>E:</b> como é que vocês estabelecem o contacto, é por telefone...?</p>	
<p><b>Mike:</b> por telefone, presencialmente.</p>	[4]



<p><b>E:</b> sim...porque por exemplo em Portugal a maior parte das crianças quando são retiradas ou quando há alguma questão vão para instituições, o acolhimento familiar é uma medida muito reduzida...era em quê que tu achas que há falhas, o que é que acontece, o que é que podia ser feito de diferente para que se calhar mais crianças pudessem estar em acolhimento familiar em vez de por exemplo numa instituição...</p> <p><b>Mike:</b> o mais importante, eu acho que aquilo que pessoas como a minha tia fazem é uma gota no oceano, estás a ver? é uma gota no oceano...a realidade é que essa gota faz um tsunami do caraças na vida das pessoas. Só que ninguém tem noção da quantidade, de...da importância que isso faz...a realidade é que...esta é a realidade daquilo que vivemos atualmente. [...].</p>	<p>[1]</p>
--	------------



<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Relação com a família biológica [C]	[1] Existência ou não de visitas
	[2] Autores das visitas
▪ No passado	[3] Local das visitas
▪ No presente	[4] Frequência das visitas
	[5] Dificuldades sentidas nas visitas
	[6] Consequências das visitas para a criança/jovem acolhido
	[7] Consequências das visitas para os acolhedores

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Relação com a família biológica** – descrição e avaliação do relacionamento, atitudes, comportamentos e formas de atuação entre as crianças ou jovens acolhidos com os elementos da família biológica, com especial ênfase durante o período de acolhimento e para o momento das visitas, mas também no presente.

- 1. Existência ou não de visitas** – compreender se, aquando da colocação em acolhimento familiar, foi possível a manutenção dos contactos entre a criança ou jovem acolhidos e a família biológica.
- 2. Autores das visitas** – conhecer quem eram os elementos da família biológica que mantiveram o contacto durante o acolhimento familiar e aqueles que eram mais assíduos nas visitas.
- 3. Local das visitas** – descrever os locais onde decorriam as visitas.
- 4. Frequência das visitas** – conhecer com que frequência ocorriam as visitas.
- 5. Dificuldades sentidas nas visitas** – descrição e compreensão das dificuldades inerentes às visitas, pois as mesmas envolvem vários intervenientes.
- 6. Consequências das visitas para a criança/jovem acolhido** – saber quais eram as consequências dos contactos para a criança ou jovem acolhido.
- 7. Consequências das visitas para os acolhedores** – saber quais eram as consequências dos contactos para os acolhedores.

Relação com a família biológica [C]	Subcategorias
<p><b>E:</b> quando foste para esta família conseguiste manter o contacto com alguém da tua família biológica?</p> <p><b>Anna:</b> eu sou-te sincera, os meus pais afastaram-me um bocadinho...aqueles a quem os chamo pais. Afastaram-me um bocadinho dessa família mesmo de sangue [...] eles tentaram-me afastar, porque achavam que ela não era uma boa influência para mim, por isso é que eu estava com eles e eu não posso estar mais de acordo com eles. Porque ela pensava que eles me iam buscar e isto era uma troca. Eles iam buscar-me e depois ela ao outro dia, pegava em mim e levava-me para casa. Eles disseram "não, nós vamos criá-la. Nós assumimos uma responsabilidade. Quando ela for maior, ela vai procurar-te se assim o entender. Agora tu aqui dentro de casa não vais manter contacto com ela". E então ela explicou isso no tribunal e nós de 6 em 6 meses tínhamos visitas no tribunal. Isso foi um bocadinho maçador para nós, até que chegou a um ponto que o meu pai disse "ela está a crescer, está a começar a ter noção das coisas, acho que isto não é um bom caminho para ela. Eu acho que no dia em que ela estiver preparada para estar com a família, ela própria vai querer" e eles chegaram a um acordo [...] só que mais tarde a gente acabou com aquilo, porque psicologicamente aquilo estava a afetar-me, porque me estavam a obrigar a estar com uma pessoa que eu não conhecia, que não me dizia nada e depois as historinhas que ela contava "ai jesus tu foste raptada por extraterrestre"[...] na altura ela metia-me um bocado de medo, porque é assim, imagina o que é eu virar-me para ti e dizer "olha tu foste raptada por um extraterrestre". Fiquei com tudo menos com vontade de a conhecer.</p> <p><b>E:</b> então da tua família biológica, só mesmo com a tua mãe é que mantinhas este contacto?</p> <p><b>Anna:</b> não, eu conheço todos os elementos da minha família biológica. Mesmo o meu pai biológico, mesmo a minha avó biológica que ainda é viva, os meus tios biológicos, o meu irmão que é o único que é do mesmo pai. Conheço a ela, conheço os outros 5 irmãos e eu dos 5 conheço-os a todos. Mas essa parte da família fui conhecendo ao longo do tempo, não foi logo. Porque lembro-me perfeitamente que as gémeas foram elas que me procuraram na garagem do meu pai e pediram-lhe a ele se podiam sair comigo, se podiam ir tomar café e ele disse que "sim, não há problema nenhum", mas foi uma ou duas vezes, não mantivemos muito contacto. Quem me procurou mais foi o meu irmão D., que é do mesmo pai, esse foi quem me deu a minha primeira bicicleta, o que andou mais de volta de mim, só que o meu pai correu-o à pedrada como se costuma dizer, porque ele também já andava na droga. A minha mãe também o conseguiu arrastar para isso e o meu pai apercebeu-se que ele já andava por uns caminhos assim um bocado coisoso e disse "oh amigo, vais dar uma voltinha porque não vais desestabilizar aquilo que eu ando a fazer". Toda a gente tinha medo, não é? Quer dizer, a mãe já estava, o filho já estava e é um mundo muito fácil de se entrar, mas muito difícil de se sair e ela é prova viva disso, não é?</p>	<p>[5]</p> <p>[4]</p> <p>[6]</p> <p>[1;2]</p> <p>[5]</p>

<p><b>E:</b> ainda em relação às visitas quais achas que eram as consequências das visitas para ti?</p> <p><b>Anna:</b> horríveis, horríveis. Porque ela começou-me a assustar, porque ela ia para lá muitas vezes num estado não normais, drogada, bêbada, eu na altura não sabia distinguir o que era. Sabia que aquela pessoa tremia compulsivamente e não dizia nada de jeito. Do género, virar-se para uma criança de 3/4 anos "eu vou-te tirar daqui. Um dia vou chegar aqui, vou levar-te e vou embora" e eu comecei a não gostar muito...não me sentia minimamente confortável. Para já, ela não estava num estado normal, depois tremia por tudo que era lado, a maneira dela falar não me agradava minimamente, não me transmitia confiança, porque lá está...eu não tinha relação com ela...nada. E depois para mim começou a ser um tormento, porque eu começava a chorar que não queria, que não queria e que não queria ir ter com aquela pessoa. Não sei, era a maneira dela falar, não te consigo explicar. Nunca lhe dei abertura para a conhecer e para ela me conhecer, porque eu simplesmente não gostava dela, não era uma pessoa com quem eu quisesse estar. Eu hoje com 24 anos se ela estiver num café, não sou capaz de entrar lá.</p> <p><b>E:</b> então não mantém mesmo nenhum contacto neste momento?</p> <p><b>Anna:</b> ela quer, mas eu não consigo.</p> <p><b>E:</b> então é ela que te vai procurando, é isso?</p> <p><b>Anna:</b> exatamente. Ainda agora quando o meu filho nasceu, ela conseguiu o meu número, o que não é difícil. Ela conseguiu o meu número e mandou-me uma mensagem a felicitar pelo nascimento do meu filho. Ela todos os dias 5, todos os anos, ela me liga a desejar-me os parabéns. Todos os anos. Se não era para mim, era para o meu pai. Se não era para o meu pai, era para a minha mãe. Todos os anos. Isso ela nunca esquece, o dia em que os filhos nascem. Pode não ligar mais dia nenhum, mas ela naquele dia, liga.</p> <p><b>E:</b> e para esta família quais é que sentes que eram as consequências das visitas da tua mãe?</p> <p><b>Anna:</b> as consequências? Nada positivas. Desestabilizava. Para já, porque a minha mãe morria de ciúmes dela, pensava que ela me ia levar a qualquer momento [...] a uma criança de 6/7 anos é muito fácil fazer a cabeça, caso ela conseguisse, mas nunca conseguiu. Ela morria de ciúmes. O meu pai não, era mais terra a terra, porque ela era irmã e era diferente, era mais terra a terra. Mas, sabia perfeitamente que ela não me ia trazer benefícios nenhuns. Sabia que aqui o contacto maternal...ela não sabia ser mãe, portanto ela não me ia ensinar nada e quando ela aparecia, quando ela decidia aparecer, vinha bater à porta às 3/4 da manhã. Sofri muito por causa disso, porque ela bebia e drogava-se e depois ia para lá lamentar-se e bater-nos à porta às tantas da manhã. E destabilizava. Sentia que quando ela não aparecia...e mesmo a minha mãe dizia que e ficava muito alterada, porque eu se calhar não tinha essa noção, mas eu ficava muito agitada, muito nervosa, respondia torto. Já por si sou muito respondona e muito</p>	<p>[6]</p> <p>[1]</p> <p>[1]</p> <p>[7]</p>
---	---

<p>refilona, mas a minha mãe diz que eu ficava muito nervosa, muito...refilona. Qualquer coisa, explodia logo. Ficava amuada, ficava no meu canto, tinha assim atitudes que num estado normal eu não teria. Eles viam que a vinda dela também não me fazia bem, por isso é que também nunca insistiam.</p> <p><b>E:</b> em relação à tua família biológica foi possível manter os contactos quando foste para esta família?</p> <p><b>Beta:</b> inicialmente, por opção, ou seja as entidades a CPCJ, o tribunal de menores, toda a gente me aconselhou a manter esse contacto e a comissão numa das regras dizia que eu podia ver a minha mãe na presença de uma pessoa idónea que seria um dos meus novos pais, só que eu não tinha vontade de a ver até porque estava num processo de adaptação tão grande e como sabia que ela não queria que esse processo acontecesse, acho que inicialmente para mim seria contraproducente estar com ela e eu não queria estar com ela...mais recentemente, até bastante recentemente é que comecei a deixar isso de lado e como já tenho uma estrutura mais estável e comecei a vê-la, fui vê-la o mês passado ou seja isto é mesmo muito recente e como agora já tenho 18 anos já não há necessidade da presença da pessoa idónea, eu fui ter com ela sozinha e quis estar com ela e consegui estar com ela um pouco sem ser estranho ou seja consegui estar estavelmente com ela...em relação às minhas irmãs, entretanto eu sair de casa despoletou que uma série de coisas acontecessem e elas finalmente conseguiram também as duas sair, neste momento a do meio voltou para casa que é assim a minha irmã mais instável, essa minha irmã e a minha mãe continuam a ter a mesma vida que tinham sempre mas ao menos só estão lá as duas e eu não estou lá nem a minha irmã mais velha. A minha irmã mais velha, eu visito-a com muita frequência na casa dela, foi importante para mim ver que o facto de eu ter saído despoletou a que ela sabsse também porque o que a prendia lá também era de certo modo educar-nos e estar connosco lá e...ela tem a casinha dela agora e eu vejo-a com muita frequência...a nossa irmã do meio vive com a minha mãe, como eu não vou lá a casa ou seja a nossa casa antiga eu visito-as em locais públicos e assim, a nossa irmã do meio costumo vê-la quando vamos juntas à nova casa da nossa irmã mais velha e normalmente ela continua bastante instável ou seja não sinto grande mudança nelas mas gosto de as visitar, acho que é importante...</p> <p><b>E:</b> mesmo isto acho que já me foste respondendo...qual era a frequência das visitas?</p> <p><b>Beta:</b> variava conforme a minha estabilidade também...Às minhas irmãs era muito frequente pelo menos uma vez por mês eu vou lá e sempre fui...à minha mãe, mesmo até a minha família nova me dizem "tens que visitar a tua mãe, tens que criar uma relação saudável com ela também para amansar um pouco a dor que ela possa sentir porque independentemente das coisas que ela fez deve doer-lhe e algures ali no meio deve haver alguma dificuldade para ela,</p>	<p>[1]</p> <p>[2]</p> <p>[1;2;3;4]</p> <p>[1;3]</p> <p>[4]</p>
---	--

então...mas eu sempre refutei muito não queria, mas...ah, recentemente comecei então a visitá-la.	
<p><b>E:</b> quais eram então as consequências que estas visitas da tua mãe tinham para ti?</p> <p><b>Beta:</b> as primeiras...eu tive que fazer assim umas duas depois do processo do tribunal porque era quase obrigatório, era politicamente correto, tive que as fazer. As que fiz contra a minha vontade foram difíceis porque eu via que as coisas não mudavam, não é? e quando eu estou a tentar mudar a minha vida estou a tentar abstrair-me de determinadas coisas pelo menos numa fase inicial...mas depois disso, eu ia visitá-la e parecia que voltava tudo para me assombrar entre aspas e então eu não queria basicamente estar com ela inicialmente não queria. As primeiras que eu tive que fazer foram difíceis, mas agora as últimas já foram mais saudáveis.</p>	[6]
<p><b>E:</b> sentias que essas visitas tinham alguma consequência para os teus acolhedores?</p> <p><b>Beta:</b> inicialmente eles ficavam nervosos no sentido em que como é que eu ia voltar dessas visitas, ou seja...será que eu me ia deixar influenciar, será que eu me ia sentir bem? eles ficavam nervosos só no sentido do meu bem-estar...ou seja eles não...eles queriam que eu fosse até, eram quem me incentivava a ir mas...quando eu voltava ficavam sempre "então estás bem? está tudo bem? como é que correu?", sim...mas...de resto era tranquilo.</p>	[7]
<p><b>E:</b> manténs contacto com os teus acolhedores, sim...esta não faz muito sentido estar a perguntar agora...já me respondeste a isto, manténs contacto com a tua família biológica...</p> <p><b>Beta:</b> tenho sim...</p>	[1]
<p><b>E:</b> era isso que eu ia perguntar...só o Jonathan então é que ficou? a mais pequenina não?</p> <p><b>Emma:</b> sim...a mais pequenina...nós ficámos todos juntos. Juntos no sentido em que morávamos a... quer dizer 5 metros de distância. As casas eram pegadas, mas na minha casa só ficou o Jonathan.</p>	[1;2]
<p><b>E:</b> quando foi para esta família de acolhimento foi possível manter os contactos com a sua mãe ou com algum elemento da família biológica?</p> <p><b>Emma:</b> a início não. Ao início recordo-me que 'tivemos algum tempo sem contacto com a minha mãe, mas depois disso sim, começámos a ter visitas da minha mãe. Penso também que houve uma tia que tentou, mas...que tenha havido contacto direto...nunca houve...</p>	[1;2]
<p><b>E:</b> e onde é que essas visitas aconteciam?</p> <p><b>Emma:</b> [...] em casa...quer dizer, em casa...no pátio, porque não era permitido o acesso à casa à minha mãe...</p>	[3]

<p><b>E:</b> pela própria família, é isso? eles não davam esse espaço?</p> <p><b>Emma:</b> eu nunca me lembro sequer da minha mãe ter entrado...portanto, uma coisa que eu acho que...não sei, que faz sentido neste tipo de situações é...os progenitores, seja quem for, não é? que tenha contacto com a criança...conhecer o espaço onde dorme, onde...sei lá, essas coisas...ela nunca teve essa hipótese.</p>	[5]
<p><b>E:</b> tem noção de qual era a frequência das visitas?</p> <p><b>Emma:</b> isso não lhe sei dizer, mas não eram muito seguidas, porque...é preciso...é importante dizer-lhe, acho eu, que...fosse qual fosse o comportamento da minha mãe ela nunca foi bem vista nem bem-recebida na família de acolhimento. Em parte, eu acho que percebo, mas...evitavam ao máximo que houvesse visitas, quando ela ia embora diziam-nos coisas e queriam saber coisas, pronto...fiz-me entender? (<i>risos</i>)</p>	[5]
<p><b>E:</b> tem noção de como é que era o impacto das visitas para si quando a sua mãe lá ia? depois como é que se sentia...antes e depois da visita? por exemplo, se ficava ansiosa, se o comportamento mudava...</p> <p><b>Emma:</b> sim...acredito que ficasse muito agitada, porque...</p>	[6]
<p><b>E:</b> depois ou antes?</p> <p><b>Emma:</b> mesmo antes...na espera que chegasse e depois o ir embora...o também já saber, depois à medida que o tempo foi passando, o já saber o que é que ia acontecer e pronto essas coisas.</p>	[6]
<p><b>E:</b> de certa forma também já me respondeu a esta...sentia que as visitas da sua mãe tinham alguma consequência para os acolhedores?</p> <p><b>Emma:</b> sim(<i>risos</i>). Quer dizer, eu acho que consequência tinha era para nós porque depois nós é que sofriamos com essa situação.</p>	[7]
<p><b>E:</b> mesmo agora sente que se estiver com a sua mãe não vai ser bom para si?</p> <p><b>Emma:</b> para mim é muito mau. Eu não posso estar com a minha mãe. Os meus irmãos eu não sei. O Jonathan, por exemplo, acredito que sinta o mesmo que eu sinto, porque ele nem quer estar com ela, não é? A S., não sei...eu acho que ela embora fique muito mal, porque fica, ainda está naquela fase em que eu estive...que não consegue virar as costas, não é? mas já pode conseguir agora, mas depois amanhã vai estar com um sentimento de culpa, pronto. Isso passa-lhe. Isso passa, acaba por passar, pronto. Mas é isso. Porque ela faz...eu falo por mim. Ela faz-nos mesmo mal. Ela só de estar perto de mim, não sei...eu fico de tal forma alterada que não há outra pessoa que me ponha no estado em que ela me põe, percebe? Eu tenho</p>	[6]





<p>minha mãe nos visitar nós gostávamos, porque independentemente de tudo ela era a nossa mãe e nós éramos muitos novos. Eu tinha 6 anos, pronto...e acho que a figura maternal nessa idade é muito necessária. Mas depois, quando ela ia embora, era complicado de gerir tudo.</p> <p><b>E:</b> sentes que eles preferiam que a tua mãe não fosse às visitas ou que fosse?</p> <p><b>Jonathan:</b> acho que sim. Acho que preferiam que não fosse, sim.</p>	<p>[7]</p>
--	------------

<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Relação com a escola [D]	[1] Percurso escolar [2] Habilitações literárias

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Relação com a escola [D]** – a dimensão escola incluiu as narrativas dos participantes sobre aspetos que se relacionam com o seu percurso escolar nos diversos momentos (antes, durante e depois do período de acolhimento, particularmente nos períodos de transição e atualmente).

**1. Percurso escolar** – nesta subcategoria incluímos as referências dos participantes sobre a sua situação escolar, memórias e recordações da sua vida enquanto estudantes e a apreciação que fazem sobre a sua condição de alunos.

**2. Habilitações literárias** – refere-se à situação atual dos participantes face à escola.

<b><u>Relação com a escola [D]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> lembras-te como eram as tuas notas? Alguma vez reprovaste?</p> <p><b>Anna:</b> ah...reprovei no 4º ano. Reprovei porque a professora disse que eu não sabia a tabuada, então reprovei. Era capaz de não saber, ainda hoje não sei, portanto...não adiantou de muito ela chumbar-me (<i>risos</i>). Nunca foram nem muito más, nem muito boas, até ao 4º ano...eram razoáveis. Tinha os bons, na altura era o bom e eu pronto, chegava a casa e a minha mãe "podia ter sido melhor" e eu "pronto, também podia ter sido pior, pensa positivo". Eu tinha sempre resposta e depois do 4º ano, quando chumbei, perdi aquele grupinho e depois...depois, sabes que há aquela transição de escola e eu fui para uma escola do 5º até ao 9º e em vez de me dar com os do 5º ano já me dava com os do 8º. Já era mais velha e então já queria andar com os outros. A partir daí foi o descalabre total. Depois a minha mãe ainda me quis trocar de escola e eu disse "se me trocares de escola, ainda vai ser pior" e foi. Entretanto fui tirar um curso profissional a ver se ficava ao menos com o 12º ano, mas também não acabei...</p> <p><b>E:</b> e era em que área?</p> <p><b>Anna:</b> termalismo, de massagens. É assim, eu fui para ali para tirar turismo, porque eu passei à frente, mas eu tirei um curso profissional de restauração e eu queria seguir turismo, porque é uma área que me interessa. Dá para falar, dá para conversar e então quando cheguei lá disseram-me que não tinha vaga e então meteram-me na primeira vaga que existiu que foi termalismo. Eu detestei aquilo, mas ao menos a Régua deu-me...eu fui para lá para cima. Ao menos a Régua trouxe-me o marido que tenho hoje. Foi a única coisa.</p> <p>[...]</p>	<p>[1]</p> <p>[1]</p>

<p><b>Anna:</b> porque eu chumbei nesse ano e o castigo que os meus pais me davam era ficar todo o dia na oficina [...].</p>	[1]
<p><b>E:</b> quais são as tuas habilitações literárias então?</p> <p><b>Anna:</b> o 11º, porque no 12º conheci o meu marido e a partir daí...depois eu conheci-o a ele e...porque é assim eu fiz o primeiro ano, o equivalente ao 10º ano, e não deixei nenhum módulo para trás, porque aquilo era por módulos. No segundo ano, eu pus-me a tirar a carta. Eu tirei a carta na Régua...só que depois lá está, eu ia dormir para as aulas, comecei a sair com ele e não sei quê, aquelas coisas quando se está apaixonado. Eu cheguei a entrar por exemplo às 2h da manhã pela janela da residência, porque às 22h a porta fechava, mas eu às 22h ainda queria estar a namorar com ele e então a minha cunhada, isto é uma história engraçada, eu tinha uma amiga que me apresentou o irmão. Então na altura era a minha cunhada que me abria a janela e eu mandava-lhe mensagem “já estou aqui”. Claro que ao outro dia não estava com cabeça para ouvir matéria nenhuma. Eu deitava-me e dormia. Muitas semanas e semanas assim. Até ele vir embora.</p>	[1;2]
<p><b>E:</b> a um outro nível quais eram os teus sonhos e ambições nessa altura?</p> <p><b>Beta:</b> [...] mas eu estudei teatro e sou formada em teatro [...].</p>	[2]
<p><b>E:</b> então como é que foi? vocês...foi na família de acolhimento, depois saiu, voltou para casa uns tempos com a mãe...</p> <p><b>Emma:</b> não, na altura em que estava com a minha mãe ainda frequentava a escola corretamente, porque...ainda estava a acabar o 4º ano. Depois que fui para o 5º ano é que as coisas começaram...quer em casa quer nas instituições, porque, entretanto, também fomos retirados novamente.</p>	[1]
<p><b>E:</b> ok...quais são as suas habilitações literárias?</p> <p><b>Emma:</b> tenho o 6º...eu já é a segunda vez que tento acabar os estudos recorrendo ao ensino à noite, mas não é fácil, não é?</p>	[1;2]
<p><b>E:</b> quais são as tuas habilitações literárias?</p> <p><b>Jonathan:</b> licenciatura em educação social e estou a fazer o mestrado em Educação e Intervenção Social, especialização em desenvolvimento comunitário e educação de adultos.</p>	[2]
<p><b>E:</b> como era então tipo na escola...as notas eram boas, não eram, como é que foi esse percurso?</p> <p><b>Mike:</b> no ano em que a minha mãe faleceu, em 2000, eu chumbei...chumbei o ano, apesar de que me queriam passar por favor, mas eu não quis...quer dizer a minha família também não aceitou isso, a minha família de acolhimento não aceitou o facto de eu passar o ano sem</p>	[1]

<p>saber o que é que eu teria feito, porque eu não fui mais de metade o ano à escola não é...ah e então chumbei o ano, repeti o ano, pá [...].</p> <p><b>E:</b> quais são as tuas habilitações literárias?</p> <p><b>Mike:</b> agora tenho a faculdade...tenho engenharia eletrotécnica no técnico e é a única coisa...até agora.</p>	<p>[2]</p>
---	------------



<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Socialização [E]	[1] Figuras significativas [2] O brincar [3] Instituições importantes [4] Tempos-livres

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Socialização** – definindo este conceito como o processo através do qual os indivíduos apreendem costumes, crenças, normas e valores pelos quais se regem e interpretam o mundo, compreende-se que existem vários tipos de socialização (primária, secundária e terciária), conforme a fase da vida em que as pessoas se encontram e a experiência que adquirem. É através desta troca contínua de experiências que as pessoas se desenvolvem como seres sociais e constroem as suas identidades (Giddens, 2008). Assim, existem vários aspetos que contribuem para o processo de socialização e que dizem respeito às próximas subcategorias apresentadas:

- 1. Figuras significativas** – nesta categoria incluem-se todas as outras relações privilegiadas que os sujeitos estabelecerem ao longo das suas trajetórias de vida e a apreciação que fazem sobre o papel que elas desempenharam.
- 2. O brincar** – sendo um dos direitos consagrados às crianças, o brincar é extremamente importante para o seu desenvolvimento, nomeadamente ao nível da formação do carácter e da personalidade (Smith, 2006). Assim sendo, interessa-nos perceber de que forma é que os participantes brincavam, que memórias possuem desse tempo e de que forma essas mesmas brincadeiras se revelaram importantes para os mesmos.
- 3. Instituições importantes** – descrição de instituições ao nível religioso, desportivo, entre outros, que se revelaram contextos de desenvolvimento significativo para os participantes.
- 4. Tempos-livres** – pretende descrever-se de que modo, no presente, os participantes gostam de usufruir dos seus tempos-livres e de que forma isso os satisfaz.

<b><u>Socialização [E]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> e assim aspetos positivos da infância? coisas positivas que tenham acontecido?</p> <p><b>Anna:</b> [...] eu fui sempre uma criança feliz, não há cá aqueles dramas de não querer estar ali, não...era um sítio acolhedor, tinha higiene, toda a gente nos tratava bem, tínhamos horários, brincávamos...não há assim aquele aspeto positivo. Não te sei explicar um ao certo. Nós</p>	

<p>tínhamos muito apoio, fazíamos muitas atividades, ou seja, estávamos ocupados o dia todo e quando chegávamos à noite estávamos mortos, não é? o brincar, se calhar...o haver muita gente para brincar isso foi um aspeto muito importante. Hoje em dia se calhar eu olho para sobrinhos meus e vejo-os a brincar sozinhos e acho que nesse aspeto de partilhar as coisas, como eu tive de partilhar [...] por isso, não te posso dizer olha foi isto ou foi isto, porque foram várias situações...desde fugirmos das educadoras, a planearmos uma fuga, a tentarmos fazer uma fogueira, sei lá...o que é que eu te posso dizer? Faz-se tudo numa instituição, como se faz em casa, acredita. As macaquices que a gente faz em criança, nós conseguimos fazer na mesma...a sério (<i>risas</i>).</p>	<p>[2]</p>
<p><b>E:</b> ainda em relação à tua infância quem eram os teus amigos deste tempo?</p> <p><b>Anna:</b> ai...ainda tenho. É engraçado que falas nisso, porque ainda agora consegui o contacto...era a T.. Chamava-se T.P. e eu procurei aquela miúda durante imenso tempo, porque ela usava óculos, uns óculos de plástico...na altura era o São João que nos dava os óculos e eu ainda não usava. Então gozava imenso com ela, porque ela tinha de usar aquelas fitinhas e eu gozava imenso "ei caixa de óculos". E eu na altura gozava, depois mais tarde é que usei. Karma. E ela agora usa lentes de contacto e não usa óculos...e depois lembro-me que era os gémeos, era o L. e o R., éramos o grupo...e o P. que infelizmente também se perdeu no mundo da droga e está preso. Éramos os 5 da vida airada, era ótimo.</p>	<p>[1]</p>
<p><b>E:</b> e eram teus colegas, os teus amigos da instituição?</p> <p><b>Anna:</b> sim, sim. Éramos aquele grupinho, porque lá está formam-se grupos ao longo do tempo. Os gémeos tenho pouca recordação, foram logo embora, mas fiquei eu, a T., o L. e o P.. Depois o L. foi a seguir, entretanto foi a T. e fiquei eu e o P.. O P. fazia anos no dia 6 e eu fazia no dia 5, então eu esperava sempre pela festinha dele e festejava os meus anos sempre no dia dele. Eu tenho imensas fotografias com ele por causa disso. Se calhar é daí que sou um bocadinho maria-rapaz, ele se cismava que tínhamos de ir para o telhado, a gente ia. Subíamos os canos e lá íamos...</p>	<p>[1;2]</p>
<p><b>E:</b> ah sim, conheço. Então como é que vocês costumavam brincar? Já disseste um bocado, era subir os canos...</p> <p><b>Anna:</b> era...brincar com coisas assim no chão nós não gostávamos muito, era mais desafiar a gravidade...</p>	<p>[2]</p>



<p><b>E:</b> que instituições fizeram parte da tua vida nessa altura? Podem ser quer quando estiveste na instituição quer depois na família, por exemplo se estiveste ligada à igreja, a grupos de desporto ou assim...</p> <p><b>Anna:</b> não...igreja fiz a catequese normal. Depois andei no ballet, depois a minha mãe viu que eu não tinha jeitinho nenhum para aquilo e então o que eu gostava mesmo era o Karaté. Porque é assim...isto foi tudo ideias da psicóloga. Como ela dizia que eu tinha tanta energia e como eu fui habituada a ter tantas atividades, quando me trouxeram para aquela casa, eu comecei a acumular. E então eu era uma bolinha, porque tinha de me cansar para chegar a casa e ter fome e ter apetite. Eu até na comida notava, porque eu precisava de gastar a minha energia para ter vontade de comer. Então a minha mãe decidiu inscrever-me num monte de coisas. Desde ballet, depois não resultou em nada, portanto...não tinha jeitinho para aquilo. Depois inscreveu-me no Karaté e, mais tarde, descobri o voleibol que fomos campeões de juniores e tudo foi altamente. E depois ao sábado tínhamos o grupo...a catequese. A catequese normal, mas de resto...</p>	[3]
<p><b>E: o vólei jogaste nalgum clube então?</b></p> <p><b>Anna:</b> no PVZ, da Póvoa de Varzim e foi ótimo.</p>	[3]
<p><b>E: que amizades tens conservado ao longo do tempo?</b></p> <p><b>Anna:</b> hoje em dia é muito fácil tu maneres contacto com toda a gente através do Facebook, ou seja, eu acabo por ter muitos amigos virtualmente. Pessoas que andaram comigo na escola, a gente adiciona no Facebook e a cada passo falámos ou mandámos uma mensagem, mas lá está...aqui na Suíça a gente acaba por estar um bocadinho sozinhos, porque eu e o meu marido só temos mesmo nós os dois e o menino e o cão. Aqui não temos amigos. Agora quando chegámos lá abaixo e vamos a Portugal de férias e há oportunidade, porque as pessoas já têm trabalho, já têm a vida feita, se houver oportunidade...porque eu acabo por ter amigos na Póvoa e cabo por ter amigos onde o meu marido vive que é ali Régua-Vila Real e quando há oportunidade estamos juntos. Marcámos um jantar, um café, para falarmos. Mas claro, a maior parte do ano, falámos pouco porque nós estamos aqui longe. Mas é uma relação boa. Principalmente com as pessoas da Régua. Foram...nós somos um povo acho que muito caloroso, mas lá acho que são mais. Porque eles são do interior, eles ligam mesmo às raízes e então eu tenho uma colega minha que uma vez me disse “uma vez amigas, amigas para sempre”. E ela é uma pessoa espetacular. Essa e outra que eu falo mais vezes. Mas são, certamente, pessoas que eu vou levar para a vida. E que já acompanharam a gravidez do D. e agora acompanham a gravidez do S. e são pessoas que me dizem “tens de mandar fotografia. Vais fazer ecografia tens de me dizer quanto é que ele pesa”. Pessoas que se preocupam mesmo, mesmo longe, para eles a distância não...e para mim também não é nada.</p>	[1]

<p><b>E:</b> e quem são as pessoas mais significativas para ti neste momento?</p> <p><b>Anna:</b> a pessoa mais importante para mim, neste momento, é o meu filho, não é? (<i>risos</i>). Não há pessoa que eu diga...[...] É tudo gradualmente. Tu constróis tudo gradualmente. A cada dia que passa, a cada sorriso, a cada choro, a cada contacto visual, que ele começa a olhar para ti muito cedo. Quando dás de mamar o sítio para ele onde mais olha é para a mãe. É fantástico esse olhar. Tu vais criando laços afetivos enormes que mais ninguém conseguiria quebrar. Eu acho que, para mim, neste momento, sem dúvida alguma, é o meu filho. Porque se eu não tivesse um filho, como deves imaginar eu gosto dos meus pais e não me vejo sem eles (claro que eles um dia vão partir), mas a pessoa que eu mais nomeava era o meu marido, sem dúvida. Porque primeiro viemos para esta aventura os dois sozinhos e das duas, uma: ou eu estou com ele e ele está comigo ou então isto não resulta, porque eu aqui não posso ir bater a uma vizinha e dizer “ó vizinha empresta-me aí um saco de arroz”, eles achavam-me tolinha.</p>	[1]
<p><b>E:</b> como é que gostas de passar os teus tempos-livres?</p> <p><b>Anna:</b> ao ar livre mesmo [...] Eu gosto mesmo de passear, ar livre, rio, mar. Agora habituei-me aqui aos lagos artificiais, porque não temos mais nada e ar livre. E o meu filho é igual. Nós somos muito de trabalhámos e não sei quê, mas o pouquinho tempo que temos vamos passear. E depois temos um animal, temos que fazer caminhadas. Mas se me perguntares onde é o meu habitat natural, como eu costumo dizer, é pegar no grill às costas e irmos para aí para um jardim. Tem imensos espaços livres aqui, muitas zonas verdes. Depois eles criam lagos artificiais, onde dá para fazeres o grill, as carnes e aqui é normal. É quase como se andássemos com a barraca atrás, com as carnes na arca e passámos lá o dia todo e é fantástico. Nas próprias piscinas, tem zonas para tu grelhares, porque as piscinas são feitas em espaços livres abertos. Tem as piscinas normais e depois tem um sítio mais recatado um bocadinho onde tu fazes o grill. Eles aqui não são muito apologistas de tu ires comprar sandes e cenas assim, porque os suíços são todos muito bio, muito vegetais, muito saudáveis.</p>	[4]
<p><b>E:</b> quem são as pessoas então que tu recordas desse tempo, da tua infância?</p> <p><b>Beta:</b> mais marcantemente pela positiva, a minha irmã mais velha , ah...porque foi a pessoa que me tentou educar da melhor forma ali e...as pessoas que eu mais recordo no fundo são as pessoas, as três pessoas com quem eu vivi que é a minha irmã mais velha, a minha irmã do meio e a minha mãe biológica.</p>	[1]
<p><b>E:</b> e...o que é que aconteceu naquele dia, se pudermos também saber que te fez realmente dizer que não querias mais...</p> <p><b>Beta:</b> [...] quando a nossa irmã mais velha começou a crescer começou a tomar noção das coisas e incrivelmente ao contrário do que é normal neste tipo de ambiente ela conseguiu remar contra a maré sozinha inicialmente, não é? porque nós éramos mais novas e foi ela que me</p>	[1]

<p>começou a educar...de qualquer forma, nós, eu e ela éramos quase uma dupla ali no meio porque a nossa irmã do meio, entretanto meteu-se na droga [...].</p> <p><b>E:</b> voltando ainda um bocado à tua infância quem eram os amigos deste tempo?</p> <p><b>Beta:</b> os meus amigos...eram amigos da escola, eu lembro-me de ter uma amiga que era muito importante para mim, conhecia TUDO o que se passava lá em casa. Ela morava na rua atrás da minha e...sempre que eu quisesse sair daquele ambiente, ela estudava comigo, estudou comigo desde o 1º ano ao 9º, essa minha amiga foi muito importante nós já nem estamos muito juntas mas ela de facto foi importante na minha vida. Eu saía de casa e lembro-me perfeitamente de que era um alívio sair de casa e ficava a tarde inteira na casa dela se fosse preciso e os pais dela também conheciam a situação e eram extremamente amáveis comigo sempre...acho que foi assim a amiga mais importante.</p> <p><b>E:</b> como é que vocês costumavam brincar?</p> <p><b>Beta:</b> olha quando era pequena, pequena pequena pequena, eu brincava com a minha irmã do meio ou seja antes de ela entrar naquele ambiente terrível que ela depois...depois foi uma bola de neve na vida dela, antes de ela entrar nisso eu lembro-me que nós éramos muito próximas e brincávamos muito juntas. Brincávamos como as crianças normais...às bonecas...ah, nós tínhamos uma play-station que também é meeeeeesmo importante na minha vida essa play-station porque era os momentos em que nós...aqueles momentos felizes em que estávamos todas bem era quando estávamos a jogar play-station...depois, pequena pequena brincava com ela, depois quando entrei para a escola acho que sempre me dei bem com toda a gente e brincava com todos os meus colegas.</p> <p><b>E:</b> que instituições fizeram parte da tua vida, por exemplo clubes desportivos, associações religiosas...?</p> <p><b>Beta:</b> eu nunca fiz parte de nenhum desporto nem nada do género porque lá está a minha mãe também não tinha grande interesse...porque a minha mãe também não teve esse cuidado de me colocar em coisas extracurriculares...mas, eu tinha inglês tive inglês desde os 8 anos, eu já falava inglês muito bem com oito anos, assim fluentemente...na altura era mesmo fixe porque mais ninguém conseguia...mais coisas que eu fazia? ah, tentei ir para a música mas também não dava porque lá está não tinha independência ainda para sair e lá está eu comecei a ir sozinha para a escola muito cedo, acho que também é importante referir...eu ia para a escola sozinha com 8 anos já, ainda eram uns bons quinze minutos a pé ali a andar na rua sozinha. Ou seja, eu já fazia ali algumas coisas sozinha que não devia fazer e também não havia grandes, eu não tinha grande conhecimento de como é que me podia inscrever em coisas que fossem grátis e assim ou eu não tinha o dinheiro para me por em coisas que fossem a pagar portanto atividades extracurriculares nunca tive muitas, mas depois...agora com 14/15</p>	<p>[1]</p> <p>[2]</p> <p>[3]</p>
---	----------------------------------

<p>comecei a frequentar uma igreja que já não frequento no momento mas...mas sim acho que foi assim a única instituição...</p> <p><b>E:</b> quem são as pessoas mais significativas na tua vida neste momento?</p> <p><b>Beta:</b> neste momento eu posso dizer que é a minha irmã, essa minha irmã, se não fosse ela não estaria aqui agora e a minha irmã biológica que me educou na altura, devem ser as duas pessoas mais marcantes na minha vida.</p> <p><b>E:</b> como é que gostas de passar os teus tempos livres?</p> <p><b>Beta:</b> eu gosto de fazer teatro se bem que também gostava de o fazer sem ser nos tempos livres, ou seja, remuneradamente. Gosto muito de escrever muito muito mesmo, gosto muito de ler também e gosto de estudar assuntos novos, gosto de estar com os meus amigos...coisas normais.</p> <p><b>E:</b> ia perguntar também relacionado com isso alguns momentos mais positivos que se lembre também desta altura...</p> <p><b>Emma:</b> eu dessa altura só me lembro... de bom só tenho mesmo pronto depois do acolhimento, enquanto vivi algum tempo com a minha mãe, brincar com os meus irmãos ao ar livre, é só isso...</p> <p><b>E:</b> quem são as pessoas que recorda desse tempo...da infância as pessoas que se lembra mais?</p> <p><b>Emma:</b> a minha mãe, os meus irmãos, a família de acolhimento teve alguma importância...o meu pai não me lembro assim muito, não tenho grandes recordações (<i>risos</i>).</p> <p><b>E:</b> em relação ainda a esta fase mais inicial da infância quais eram os seus amigos deste tempo se tiver alguma recordação?</p> <p><b>Emma:</b> não tenho...</p> <p><b>E:</b> e por exemplo como é que vocês costumavam brincar? memórias de algumas brincadeiras...</p> <p><b>Emma:</b> na família de acolhimento não me lembro sequer, não me lembro de brincadeiras...antes da família de acolhimento também não me lembro assim de nada. Lembro-me sim depois de termos saído da família de acolhimento e estarmos novamente com a minha mãe. Então fazíamos cabanas no monte, apanhávamos pirilampos à noite, jogávamos às escondidas, pronto essas coisas...atirávamos pedras não sei porquê, mas atirávamos pedras (<i>risos</i>), pronto. Acho que era com fiskas ou qualquer coisa assim. E pronto era isso.</p>	<p>[1]</p> <p>[4]</p> <p>[1;2]</p> <p>[1]</p> <p>[1]</p> <p>[2]</p>
---	---

<p><b>E:</b> e então que instituições fizeram parte da vossa vida nessa altura? se estiveram ligados à igreja, se houve algum ligado ao desporto?</p> <p>[...]</p>	[3]
<p><b>Emma:</b> sim, íamos à missa todos os domingos e sábados à tarde acho eu...ao sábado não tenho bem a certeza, mas pelo menos alguns íamos.</p>	
<p><b>E:</b> e a catequese fizeram?</p> <p><b>Emma:</b> eu frequentava a catequese, o Jonathan não...mas eu já frequentava entretanto fiz a 1º Comunhão e fui batizada, porque não era</p> <p>[...]</p>	[3]
<p><b>E:</b> estabeleceu uma relação de proximidade...e aí sente que fez alguma relação de amizade importante para si?</p> <p>[...]</p>	[1]
<p><b>Emma:</b> não fiz, mas lembro-me muitas vezes das pessoas...o que eu acho que é isso....que significaram alguma coisa de importante para mim.</p>	
<p><b>E:</b> e em relação às amizades que tem conservado ao longo do tempo...tem conseguido conservar algumas amizades, como é que é?</p> <p>[...]</p>	[1]
<p><b>Emma:</b> sim, mantenho amizade com algumas pessoas, mas que apareceram muito tarde na minha vida.</p> <p>[...]</p>	[1]
<p><b>Emma:</b> sim, não foi na infância. Da infância não tenho ninguém. Amizades que tenha feito na instituição também não, porque cheguei a uma altura em que comecei a perceber que...eu posso até ter tido algumas atitudes não muito corretas, mas acho que...como é que eu hei-de explicar? e fugia e não sei quê, mas, no entanto, agora levo uma vida direitinha, não é? e vejo miúdas que até se portavam muito bem na instituição e que depois de saírem...e eu não posso nunca manter contacto, não é? percebe o que estou a dizer?</p> <p>[...]</p>	[1]
<p>agora, mais tarde...sim, há pessoas que entraram na minha vida e que me ajudaram e que eu mantenho contacto, sim. Uma senhora que é estilo mãe, por exemplo, que apareceu tarde...apareceu na altura estava eu grávida da L....tenho contacto com ela, sempre que...</p>	

<p><b>E:</b> no presente quem são as pessoas mais significativas para si?</p> <p><b>Emma:</b> é só as minhas filhas e os meus irmãos, não tenho mais ninguém que...eu não posso dizer que a minha mãe também não, porque no fundo eu evito contactos, evito ao máximo estar perto, mas não posso negar que me preocupo e que se houver...eu tenho a certeza que se houver alguma coisa assim mais grave que eu não vou conseguir virar as costas...</p>	[1]
<p><b>E:</b> agora já mudando um bocadinho...como é que gosta de passar os seus tempos livres?</p> <p><b>Emma:</b> pois...isso é uma questão complicada para mim, porque tenho filhas. Tenho uma filha e vou ter outra...porque eu gosto de estar sozinha e isso acaba por...o que não é fácil. Neste momento, quase impossível. Pronto, tento fazer algumas coisas. Eu não gosto muito de sair, pelo menos...não sei, entende? Eu opto por estar em casa, pronto. Tento brincar com a miúda, sei lá...ver filmes, vamos muitas vezes ao cinema, é por aí...(risos).</p>	[4]
<p><b>E:</b> a senhora que me falou que diz que é muito importante para si e que considera até como uma mãe, só para contextualizar...onde é que a conheceu?</p> <p><b>Emma:</b> foi fora da instituição, embora esteja ligada a outro tipo de resposta social, mas é...</p>	[1]
<p><b>E:</b> quais são as pessoas, ou quem são as pessoas que recordas desse tempo?</p> <p><b>Jonathan:</b> o meu pai, a minha mãe e as minhas irmãs.</p>	[1]
<p><b>E:</b> como é que vocês costumavam brincar nessa altura? que tipos de brincadeiras é que tinham? Se te lembrares...</p> <p><b>Jonathan:</b> eu não me lembro....</p>	[2]
<p><b>E:</b> nem por exemplo que outro tipo de instituições fizeram parte da vossa vida nessa altura? se estiveste ligado à igreja ou a algum clube? praticaste algum desporto?</p> <p><b>Jonathan:</b> não. A minha irmã fez a catequese e fez a comunhão...</p>	[3]
<p><b>E:</b> que amizades tens conservado ao longo do tempo?</p> <p><b>Jonathan:</b> tenho os técnicos do acolhimento residencial, por exemplo [...] e acho que me aproximei muito mais das figuras adultas da instituição do que dos meus colegas. Eu mantenho uma boa relação com os meus colegas, mas mantenho ainda melhor com os técnicos.</p>	[4]
<p><b>E:</b> ainda voltando...porque eu estou a saltar um pouco as perguntas, quem são as pessoas mais significativas na tua vida neste momento?</p> <p><b>Jonathan:</b> ora bem, são os técnicos do colégio. São os meus amigos e são as minhas irmãs, que eu conheço, porque eu tenho mais.</p>	[1]

<p><b>E:</b> ok. Como é que gostas de passar os teus tempos-livres?</p> <p><b>Jonathan:</b> ora bem...gosto de conviver com os meus amigos, gosto de jogar computador, gosto de ler...pronto, acho que é só.</p> <p>[...]</p> <p>brincadeiras, eu não me lembro. Eu tenho uma única foto da minha infância até aos 10 anos e foi tirada nessa família de acolhimento e estou eu e a minha irmã velha à beira de um jardim e eu não sei se brincávamos lá, não sei...não me recordo.</p> <p><b>E:</b> da tua infância quem são os amigos que recordas desse tempo?</p> <p><b>Mike:</b> todos praticamente porque eles continuam...continua a ser ali, porque eu na realidade sempre tive ali, sai, tive fora durante 6 anos mas depois voltei e reencontrei os mesmos amigos e pessoal da escola, etc, que eu já não via há muitos anos...</p> <p><b>E:</b> na infância como é que vocês costumavam brincar ou a quê que brincavam., quais eram os tipos de brincadeira?</p> <p><b>Mike:</b> jogávamos à bola na rua...ah lembro-me de coisas assim...particularmente interessantes. Nós tínhamos um monte de terra no sítio onde morávamos e então tirávamos os pára-choques aos carros e descíamos dentro dos pára-choques, descíamos...era brutal, yah!</p> <p><b>E:</b> e por exemplo...que instituições fizeram parte da tua vida nessa altura? por exemplo, estiveste ligado a alguma igreja, algum clube desportivo...</p> <p><b>Mike:</b> sim sim sim...ah, a minha família atual digamos sempre foi relacionada com os Missionários da Consolata e daí eu também ter essa ligação...</p> <p><b>E:</b> quem são as pessoas mais significativas na tua vida neste momento?</p> <p><b>Mike:</b> a minha família.</p> <p><b>E:</b> que é aquele núcleo que já falaste...</p> <p><b>Mike:</b> é a minha tia...a considerada minha tia não é, os meus primos, o meu irmão...a minha família.</p> <p><b>E:</b> como é que gostas de passar os teus tempos-livres?</p> <p><b>Mike:</b> os poucos tempos que eu tenho livres passo...passo com divertimento também é importante vida social, se queres ter amigos para a vida, arranjas vida para os amigos e então...é viver a vida. Eu vivo cada dia como se fosse o último.</p>	<p>[4]</p> <p>[2]</p> <p>[1]</p> <p>[2]</p> <p>[3]</p> <p>[1]</p> <p>[1]</p> <p>[4]</p>
---	---





<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Percursos entre o acolhimento familiar e o acolhimento residencial [F]	[1] Vivências em acolhimento residencial [2] Representações acerca da institucionalização

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Percursos entre o acolhimento familiar e o acolhimento residencial** – esta categoria não estava definida a priori e emergiu do discurso de alguns dos participantes, principalmente porque, alguns deles, tiveram percursos que passaram pelas duas medidas de colocação, havendo alguma tendência para comparar o que acontece num lado e no outro. Note-se que o nome atribuído à categoria não é linear no sentido em que há uma situação em que acolhimento residencial ocorreu antes do acolhimento familiar. Assim sendo e dada à relevância que o acolhimento residencial assumiu na vida de alguns dos participantes, incluímos nesta categoria as referências de alguns dos entrevistados relativamente ao acolhimento residencial, de forma a compreender o papel que a instituição desempenhou no seu processo de desenvolvimento durante a infância e a adolescência. Nesta categoria englobámos, também, as representações acerca da institucionalização, uma vez que estas poderão refletir a perspetiva da sociedade sobre esta problemática.

- 1. Vivências em acolhimento residencial**– descrição de momentos e dos significados atribuídos aos mesmos por parte de alguns dos jovens-adultos que viveram em acolhimento residencial.
- 2. Representações acerca da institucionalização** – engloba as diferentes conceções sobre a qualidade e o funcionamento das instituições por parte dos jovens-adultos, seja por experiência própria ou por casos que conheçam.

<b>Percursos entre o acolhimento familiar e o acolhimento residencial [F]</b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> e assim aspetos positivos da infância? coisas positivas que tenham acontecido?</p> <p><b>Anna:</b> [...] por exemplo, eu vou-te contar uma história. Sabes que na instituição há pouca roupa, nós só temos a roupa que nos doam e eu era capaz de hoje vestir um macacão ou a minha amiga vestir um macacão e dizer "oh, não sujes que esse macacão é para mim". Nós tínhamos essa sensibilidade, ou então do tipo "ah não posso chutar esta pedra, porque vou estragar o sapato e este sapato tem que ir para a minha amiga", estás a entender? Nós tínhamos essa sensibilidade [...].</p>	[1]

<b>E:</b> recordas-te do que é que sentiste quando foste morar com esta família?	
<b>Anna:</b> [...] nós dizíamos que o domingo era o dia mau, porque era o dia da entrega. Sexta-feira era ótimo e eu lembro-me de chegar à porta da instituição e dizer "eu não quero ir. Eu quero ir para trás, eu quero ir convosco". Mas pensava que era só mais uma...	[2]
<b>E:</b> sabes qual foi o motivo pelo qual foste retirada à tua família?	
<b>Beta:</b> [...] eu não queria ir para uma instituição porque uma das minhas irmãs, a tal que arranjava mais problemas tinha sido institucionalizada e eu tinha uma má ideia das instituições no sentido em que pelo menos as que eu acompanhei que foi as que a minha irmã esteve...uh, ah...as crianças e os adolescentes são enfiados lá mas não recebem acompanhamento suficiente lá, ou seja eles quase que saem de lá piores pelo menos os casos que eu vi, não estou a falar geralmente [...].	[2]
<b>E:</b> e aí foi para quê? foi para um Lar de Infância e Juventude?	
<b>Emma:</b> aí fui para...um centro de acolhimento temporário.	[1]
<b>E:</b> e lembra-se quanto tempo esteve no CAT?	
<b>Emma:</b> temporário que não foi temporário ( <i>risos</i> ). Quatro meses...	[2]
<b>E:</b> para o CAT?	
<b>Emma:</b> sim...aliás, eu só tive lá porque a dada altura acabei por ser separada dos meus irmãos por culpa própria, sim...eu, a início foi decisão deles. O Jonathan foi para um colégio de meninos e nós fomos para um colégio de meninas, pronto a dada altura eu já criei os meus comportamentos, não é? não eram os melhores e fui separada da minha irmã. Pronto...então andei muito tempo nesse CAT porque...também eu acho que eles também tentavam ceder-me um bocadinho, embora aquilo fosse um centro de acolhimento que a medida lá fosse mais ou menos 6 meses ou eles tentassem...eu só queria lá estar. Era o único sítio onde eu estava bem, porque não em tratavam mal...percebe? é diferente.	[1;2]
<b>[...]</b>	
<b>Emma:</b> [...] que era o tal de meninas...que também me fazia muita confusão. Eu não percebia porque é que tinha de estar numa instituição só de meninas, pronto. Não é que eu pensasse em namoricos, mas pronto...não dava. Até porque eu nunca me dei muito com meninas, portanto...sentia-me mesmo mal. Foi esse...depois estive em Amarante também ( <i>risos</i> ), porque eu não reagia muito bem...ora fugia ora batia nas pessoas...em Amarante...tive mesmo em muitos. Depois voltei para o Porto e para o CAT. Tive noutro de meninas também na C. [...]	[1;2]
<b>[...]</b>	
	[1]

<p><b>Emma:</b> está fechado atualmente, acho eu...depois...também fui para Viseu...regime fechado. Esse de Amarante e o de Viseu eram os dois de regime fechado. O de Amarante não adiantou porque eu fugi na mesma...</p> <p><b>E:</b> tipo metas? patamares?</p> <p><b>Emma:</b> sim, imagine eu quando entrei estava no um, não é? tinha direito a essa saída de duas horas por semana...fumava já na altura, não é? portanto isto já foi para aí com quinze, catorze...podia fumar três cigarros e tinha direito a duas ou três chamadas. Quando passasse à fase dois, já tinha direito a mais tempo na rua, já podia levar dinheiro, já pronto...já tinha mais direito de chamadas, essas coisas. Chega uma fase em que...se precisasse de sair, desde que pedisse e fosse tudo tratado já podia sair, não é? pronto. Eu gostei mesmo muito desse colégio.</p> <p><b>E:</b> seis meses...</p> <p><b>Emma:</b> ah é importante dizer também que lá não usava telefone e não usava a minha roupa, uma coisa que em nenhuma das outras instituições isso aconteceu. A dada altura eu comecei a perceber porquê e...faz todo o sentido, não é? Porque por exemplo, nós fazíamos as tarefas domésticas, em casa nós fazemos igual, não é? não vamos usar a roupa que usámos na rua para estragar ou...e depois porque confusões entre meninas...nós meninas somos muito más (risos) e então o que é que faziam? estragavam a roupa umas das outras, pronto. Mas o que eu quero dizer é que em todas as outras instituições em que me era permitido tudo aquilo que me fazia sentir bem, que era na altura só fumar, ter o meu telefone e pronto e sair quando me apetecesse...ah, lá eu não tinha nada disso, mas, no entanto, consegui adaptar-me e levar as coisas direitinhas. Eu devo ter estado lá...sei lá...eu fiz quase um ano letivo lá, porque faltava um mês para acabar, portanto... e depois acabei por fugir, pronto. Mas fugi porque engravidei. E porque tive medo que estando lá me pudessem tirar o bebé. Foi essa a razão de ter fugido, porque doutra forma não fugia.</p> <p><b>E:</b> agora já estamos a falar em relação ao...</p> <p><b>Emma:</b> seja em instituição seja em famílias de acolhimento, porque eu posso-lhe dizer que quer numa quer noutra tive más experiências, não é? Eu tive numa instituição cá no Porto, no CAT, em que havia um senhor que batia aos meninos, percebe? Batia! Eu quando lhe digo bater, é bater. Batia a um menino que...e depois é assim...primeiro, não pode haver diferenças entre os meninos normais e meninos com problemas, primeiro não pode haver. Mas eu própria vou fazer um bocado a diferenciação que é...ele batia principalmente a um menino que era autista. Um menino que se arrastava no chão...nem lhe sei dizer qual era a doença que ele tinha, mas que não andava sequer. Tinha uma coisa aqui...um papo e arrastava-se. Ele batia. Um homem que deveria ter, na altura, os seus 36 anos e que eu quando comecei a crescer lhe disse a ele "eu tenho pena do teu filho". Porque ele tinha um miúdo com 2/3 anos no</p>	<p>[1]</p> <p>[1]</p> <p>[1]</p> <p>[1]</p>
---	---

<p>máximo e eu cheguei-lhe a dizer "eu tenho pena do teu filho", porque quer dizer...uma pessoa que faz isto no local de trabalho...primeiro, se está ali é porque escolheu estar ali, não é? Escolheu trabalhar naquilo...se trata assim os miúdos, o que fará em casa...tanto é que esse senhor depois foi retirado. Foi...não sei se fizeram melhor, mas pronto. Mandaram-no para um lar de idosos, o que não sei se foi o melhor, mas pronto. Foi a decisão...tirando que havia pessoas...pronto, isto também são coisas que podem acontecer em todo o lado...também cheguei a apanhar uma senhora, nesse mesmo CAT, em que tinha problemas com álcool...isso também não é bom, o que significa que pode pôr as crianças em risco, portanto se retiram os filhos...percebe o que eu quero dizer?</p>	[1]
<p><b>E:</b> não te lembras assim mesmo de nada?</p> <p><b>Jonathan:</b> a parte que eu mais me lembro da minha vida é a partir dos 10 que coincide com a última medida de promoção e proteção, desta vez não em família de acolhimento, mas acolhimento residencial. Pronto e é a partir daí que eu...</p>	[1]
<p><b>E:</b> podes falar um pouco desse tempo...o facto de ser outra medida não tem interferência. Se quiseres...</p> <p><b>Jonathan:</b> sim...eu entrei em 2005 para o acolhimento residencial e pronto, acho que aí já tinha uma postura completamente diferente do que a que tive no acolhimento familiar. Eu quando entrei para o colégio, soube logo o que é que queria seguir, que queria ir para a faculdade, que queria...por exemplo, eu fiz uma escolha muito difícil, que é raro o jovem que faz, que faz essa escolha, cortar os laços afetivos com a progenitora neste caso, pronto.</p>	[1]
<p><b>E:</b> ia-te perguntar se queres deixar mais algum contributo em relação à medida que ainda não tenhas dito ou outra coisa qualquer sobre a tua vida, outro aspeto que consideres importante e não tenhas partilhado...</p> <p><b>Jonathan:</b> não, eu acho que tudo na vida constitui um motivo de aprendizagem e o facto de, por exemplo, os melhores anos da minha vida foram passados no acolhimento residencial, pronto. Sei que há acolhimentos residenciais que são o que são, funcionam mal, mas por acaso o meu sempre funcionou bem, pronto. Eu vim para esta área por causa do acolhimento residencial, porque espero poder fazer com os outros jovens aquilo que fizeram comigo e acho que apesar das muitas falhas que o acolhimento residencial tem, também tem muitas vantagens, tal como o acolhimento familiar. Acho que é uma medida que pode a longo prazo ser melhor do que o acolhimento residencial, não é? porque independentemente de tudo é uma família, por muito que não seja a nossa...</p> <p>[...]</p> <p>Eu vejo pelos jovens que tenho lá na instituição que, independentemente das situações que eles têm em casa, de não terem comida ou más condições habitacionais, à sexta-feira, a única coisa que eles querem é ir embora.</p>	[1;2]
	[2]

<b>Categoria de análise</b>	<b>Subcategorias</b>
Expectativas de futuro durante o período de acolhimento [G]	[1] Regresso à família biológica [2] Permanência no acolhimento familiar [3] Sonhos/ambições

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Expectativas de futuro durante o período de acolhimento** – refere-se às intenções relativamente ao acolhimento, a projetos e sonhos a vários níveis que os sujeitos desejavam alcançar ou que gostariam de ter realizado no seu percurso de vida e à reflexão sobre essas mesmas expectativas.

- 1. Regresso à família biológica** – descreve a vontade de regressar à família de origem.
- 2. Permanência no acolhimento familiar** – refere-se à vontade manifestada pelos entrevistados em permanecer na família de acolhimento.
- 3. Sonhos/ambições** – engloba outro tipo de desejos enquanto os participantes estavam acolhidos. Estes podem passar por aspetos relacionados com a vida familiar, profissional ou escolar.

<b><u>Expectativas de futuro durante o período de acolhimento [J]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> quando estavas...ou seja, a partir dos 6 novamente, quando estavas com esta família quais eram as tuas perspetivas em relação ao futuro, ou seja, pensavas em ficar lá, querias voltar para a tua mãe? O que é que tu pensavas?</p> <p><b>Anna:</b> eu nunca pensei...sabes uma coisa? Eu nunca pensei que existisse um retorno. Eu nunca na minha cabeça pensei que algum dia, se não me apetecesse estar ali, eu podia ir embora. Isso não existia. Eu não sabia dessa hipótese sequer. Então quando tu não sabes das coisas, tu simplesmente...ok é ali que tens de estar, é ali que vais ficar, é ali...não há outro meio, não há outra solução. E era assim que eu pensava. Eu estou aqui, são eles que tratam de mim, são eles que me dão educação, são eles que me vestem, são eles que me calçam...eu nunca pensei voltar para trás. Não com essa idade [...].</p> <p><b>E:</b> quais eram os teus sonhos nessa altura, o que é que tu pensavas, o que é que tu querias?</p> <p><b>Anna:</b> eu lembro-me de uma parte...eu tive muitas profissões, mas eu acho que a profissão que o meu pai gostava que eu tivesse sido era mecânica. Então houve uma altura em que eu dizia ao meu pai “oh pai, eu vou ser mecânica”. Eu com 10/11 anos, eu rebocava carros com ele. Eu era mesmo maria-rapaz. Ele amarrava uma corda ao carro e dizia “depois tens que</p>	<p>[2]</p> <p>[3]</p>

<p>conduzir, puxas aqui o travão de mão” e eu fazia aquilo com muito orgulho. Lavava os carros na oficina, aspirava o carro, ficava toda contente. Então houve uma altura que disse que aquilo é que ia ser a minha vida. Depois, sabes como é a Póvoa, muitos turistas, e aquilo no Verão vive do comércio, dos restaurantes e não sei quê e eu aos 14 anos fui para uma cozinha, para um restaurante. Passei pelo balcão, fui para a cozinha, depois fui para as mesas, um bocadinho de tudo. Eu disse “não, o que eu quero ser na vida é empregada de mesa” e foi quando fui para esse curso de hotelaria. Foi o que correu melhor, porque lá está a gente passava mais tempo a fazer atividades, servir às mesas, montar a esplanada, essas coisas todas e eu disse “não, o que eu quero mesmo é empregada de mesa”. Depois mais tarde surgiu aquele que era a ideia de turismo, porque me abria portas a nível de hotéis, muitas coisas. E então o que eu queria era mesmo seguir essa área, porque lá está são áreas todas aplicadas, onde uma pessoa fala, está com os clientes e isso é que eu gosto.</p>	
<p><b>E:</b> durante o período de acolhimento quais eram as tuas perspetivas? pensavas em regressar à tua família biológica, manter o acolhimento ou tinhas outro projeto?</p> <p><b>Beta:</b> eu já ia fazer 18 anos daí a dois anos não é, então...eu nunca tive intenções de voltar, sempre quis ficar com aquela família e continuo a viver com essa família é o que eu...foi um acolhimento para a vida não foi um acolhimento temporário e projetos...eu só pretendo, eu costumo dizer aos meus pais que só pretendo sair de lá de casa quando casar (<i>risos</i>). Por isso, eles também estão de acordo, portanto está tudo bem (<i>risos</i>).</p>	[2]
<p><b>E:</b> a um outro nível quais eram os teus sonhos e ambições nessa altura?</p> <p><b>Beta:</b> ambições e sonhos...eu antes não tinha grandes ambições e sonhos, porque eu não conseguia desenvolver objetivos a longo prazo, só conseguia pensar no dia de hoje e o objetivo do dia era chegar ao dia seguinte e passar o tempo de alguma forma. Depois comecei a desenvolver objetivos profissionais que neste momento estão um bocado estagnados porque isto está tudo muito mau...mas eu estudei teatro e sou formada em teatro e ah...pronto, o objetivo profissional era esse...</p>	[3]
<p><b>E:</b> durante o período de acolhimento quais eram as suas perspetivas, por exemplo pensava em regressar para a mãe ou qual era o objetivo na altura?</p> <p><b>Emma:</b> sim...eu só pensava em voltar, não é?</p>	[1]
<p><b>E:</b> para a sua mãe?</p> <p><b>Emma:</b> sim, mas houve alturas em que cheguei a pensar que nunca mais voltava para a minha mãe. Nunca soube exatamente o que é que ia acontecer, embora ela dissesse e dizia sempre que depois de ter casa e não sei quê que nos ia buscar, mas para mim aquilo...nunca ia acontecer, não é?</p>	[1]

<p><b>E:</b> já não tanto a ver com estas perspetivas de voltar a casa, quais eram as ambições, os sonhos nesta fase? quais eram os objetivos, o que é que pensava, sonhava assim alguma coisa?</p> <p><b>Emma:</b> não pensava em nada. A única coisa que queria era voltar para casa.</p>	[1;3]
<p><b>E:</b> mesmo em termos profissionais não pensava em nada em relação a isso?</p> <p><b>Emma:</b> não...era muito nova, pelo menos enquanto estive na família de acolhimento...</p>	[3]
<p><b>E:</b> mas pode ser já relativamente à outra fase...</p> <p><b>Emma:</b> sim...à outra fase...em casa também não, não é? porque...não sei, as coisas em casa também não eram as melhores, embora eu quisesse lá estar, não é? e depois nas instituições também não, porque...eu nunca reagi muito bem àquela situação, não é? então a minha atitude era um bocado...de deixa andar, vou fazendo aquilo que 'tiver de fazer...</p>	[3]
<p><b>E:</b> em relação então a objetivos neste momento era um dia ainda poder estudar?</p> <p><b>Emma:</b> neste momento era...era. Queria tirar o curso. Queria ser advogada. Não lhe digo que fosse para exercer, mas se o tirasse já ficava satisfeita. Não vai ser fácil, não é? Ninguém diz que é impossível. mas também ninguém diz que é possível (risos). Portanto...</p>	[1]
<p><b>E:</b> ok...durante o período de acolhimento quais eram as tuas perspetivas? pensavas regressar à família biológica?</p> <p><b>Jonathan:</b> sim...acho que sim. Acho que esse sempre foi o objetivo. É como eu digo, uma criança tão pequena não tem a capacidade de pensar mais além...</p>	[3]
<p><b>E:</b> durante o acolhimento quais eram as tuas perspetivas, neste caso não era regressar então à família, mas pretendias manter o acolhimento que tinhas ou quais eram os teus objetivos?</p> <p><b>Mike:</b> é assim quando tu perdes a família cedo, quando tu pensas...ah...ou quando tu chegas à maioridade tu pensas que tens uma necessidade maior do que as outras pessoas normais de criar família não é e então tu procuras criar a tua própria família porque na realidade tu nunca tiveste então tu queres proporcionar ter uma coisa que tu nunca tiveste e a primeira coisa que tu procuras é isso. Na maioridade a primeira coisa que tu procuras é...filhos, casa, yah...eu pelo menos falo por mim porque a realidade é que eu já tinha vivido aquilo que eu podia viver com 18 eu vivi com 14 porque os meus primos são mais velhos não é, portanto sempre saí com eles...</p>	[3]
<p><b>E:</b> quais eram os teus sonhos, quais eram as tuas perspetivas quer em termos profissionais quer em termos...</p>	[3]

<p><b>Mike:</b> em termos profissionais eu nunca tive...nunca tive nenhuma perspetiva em concreto porque a realidade é que...as pessoas que me conhecem dizem que eu sou bom em muita coisa (risos) mas...faço muitas coisas, mas...a minha área é mais a área da matemática, números e etc, gestão, esse tipo de coisas e então...eu sempre procurei trabalhar por conta própria que é o que eu faço atualmente, trabalho por conta própria...também porque eu penso sempre que obstáculos é o que encontramos quando tiramos os olhos dos objetivos, se nós estivermos focados nos objetivos não há obstáculos que nós não ultrapassamos. Portanto a realidade é que eu sempre procurei muito esta área de dominar, de ter o controlo, o meu próprio controlo porque já estava farto de ser controlado de determinada forma...</p>	
--	--



<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Representações acerca das potencialidades e dos constrangimentos do acolhimento familiar [H]</b>	[1] Potencialidades [2] Constrangimentos

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Representações acerca das potencialidades e dos constrangimentos do acolhimento familiar** – esta categoria refere-se aos comentários, observações e apreciações dos jovens-adultos sobre a medida de acolhimento familiar.

- 1. Potencialidades** – diz respeito aos aspetos valorizados e sentidos como positivos na medida.
- 2. Constrangimentos** – refere-se aos pontos mais difíceis e considerados como uma desvantagem na aplicação da medida de acolhimento familiar.

<b><u>Representações acerca das potencialidades e dos constrangimentos do acolhimento familiar [L]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> ia perguntar então o que é que tu consideras mais positivo neste tipo de acolhimento, ou seja, familiar. O facto de teres tido esta família, em vez de estares, por exemplo, na instituição. O que é que tu consideras mais positivo?</p> <p><b>Anna:</b> ter noção do que é mesmo uma família, porque tu na instituição não conheces esse lado, não é? E então...conhecer os padrões de família, percebes? Porque é o que é ter um pai, uma mãe, o que é ter regras. Nós temos regras na instituição, mas não temos aquela educação...nunca ninguém me tinha dado uma palmada com 6 anos, não é? Quer dizer, tu se perguntares aos teus pais se até aos 6 anos, por muito boa menina que até possas ter sido, se calhar houve ali um momento em que te deram uma palmadinha na mão, no rabiosque...o meu filho tem 1 ano e 4 meses e quando ele deita qualquer coisa ao chão eu vou lá e digo “D., pega!”. Ele pega e apanha, percebes? Ele percebe que aquilo é uma coisa errada, mas lá está...é uma coisa que eu contruo com ele desde nascença. Agora chegar ali aos 6 anos e dizer “epá!Não!”, mas quem és tu para dizer que não? Porque nós pensamos assim, erradamente. Mas isso para mim foi fundamental, porque ter os padrões de família...sem dúvida!</p> <p><b>E:</b> e o que achas de mais negativo ou as desvantagens que esta medida tem?</p> <p><b>Anna:</b> o negativo para mim foi sair de um sítio com tanta gente e ir para um sítio em que me tornei isolada, sozinha. Essa se calhar foi a minha grande diferença. Eles podiam ter pensado em meter-me numa coisa de verão, num grupo de jovens de verão. Podiam ter dado essa opção</p>	<p>[1]</p> <p>[2]</p>

<p>aos meus pais, percebes? Pensarem que se calhar ia ser um bocadinho um choque ter tantos amigos, ter tantas atividades e ir para um sítio onde não tinha atividades nenhuma. Eu acho que isso foi um ponto negativo. Foi o que eu mais senti. É a coisa que eu mais me lembro, que eu mais tenho memória. Ser filha de muitos e passar a ser filha única. Isso é o que me custou mais.</p> <p><b>E:</b> o que é que consideras mais positivo no acolhimento familiar?</p> <p><b>Beta:</b> acho que é a possibilidade de começar do zero, ou seja eu acho que muitas pessoas que têm uma vida com a qual não estão satisfeitas não é, que a maior parte das pessoas não está satisfeita com a sua vida, não têm essa oportunidade de ter uma folha em branco para reescrever tudo. O acolhimento familiar eu acho que dá às crianças principalmente porque eu já fui acolhida relativamente tarde, acho que dá uma possibilidade, até me dá arrepios isto, é mesmo importante, acho que dá uma possibilidade às pessoas que não veem o futuro de verem um futuro diferente para além de que dá às famílias uma possibilidade de ajudar uma criança não é e dá a uma criança esperança sobretudo. Esperança.</p>	<p>[1]</p>
<p><b>E:</b> é sentir que tem uma família, é isso?</p> <p><b>Emma:</b> porque na instituição nunca dá para se sentir que se tem uma família, não é? Entende o que é que quero dizer? O facto de estar numa família de acolhimento é um período de quatro ou cinco anos...pronto não digo para mim com 7/8 anos, porque já vamos tendo alguma noção das coisas. Mas por exemplo, para a idade que a minha irmã foi acolhida...o meu irmão se calhar. Depois também depende de miúdo para miúdo, não é? Porque há miúdos com 4/5 anos que já são...pronto. Já são...já percebem muita coisa. Mas é muito mais fácil eles não sentirem numa família de acolhimento do que numa instituição. Portanto, eu acho que é importante. Agora, também acho que é preciso muita atenção às famílias de acolhimento.</p>	<p>[2]</p>
<p><b>E:</b> era isso que eu ia perguntar a seguir...ou seja, o que é que acha que há de negativo ou aqueles aspetos em que se devia melhorar?</p> <p><b>Emma:</b> é preciso muita atenção, porque...eu lembro-me que eu, por exemplo, sabia que havia alturas em que se abrisse a boca, quando chegasse a casa...quer dizer, não era o bater...atenção! Eu não me lembro, a mim...ao meu irmão eu considero aquilo agressões físicas, não é? Porque para se obrigar uma criança a comer, que eu acho que tem de se fazer, não é? As crianças têm de ser habituadas a comer. Se não comem de livre vontade têm de ser obrigadas. Agora não é preciso bater, não é? Pronto. A mim nunca me bateram, mas é um mal-estar psicológico, percebe? Porque eu acho que é ainda bem mais grave. Lembro-me de uma altura...eu lembro-me de uma altura, não. Eu lembro-me que tarefas domésticas, não fazia quase nada. Era capaz de limpar o pó na sala e ficava por aí. Mas obrigavam, mesmo, a ter que matar os animais. A ter que ajudar a tratar dos animais. Quer dizer, eu era uma miúda.</p>	<p>[2]</p>

<p>Aquilo mexia mesmo muito comigo, porque eu hoje penso que se me mandassem limpar a casa toda, eu acho que preferia mil vezes do que ter que estar a fazer aquilo, não é? Meter as galinhas na água quente, tudo isso acabam por ser maus-tratos. Depois era o que se passava em relação às visitas com a minha mãe. Primeiro, falavam mal da minha mãe, não é?</p>	
<p><b>Emma:</b> mas eu acho...hoje, eu penso que eu não me sentia segura se tivesse uma filha...por exemplo, eu falo por esse rapaz, pelo filho mais velho dela...nunca aconteceu nada, atenção! Não estou a dizer isso, mas ele tinha um comportamento que, hoje, aos meus olhos era muito estranho mesmo. Percebe? Era um rapaz esquisito, pronto. Não era social, está a entender o que eu quero dizer? E acho que isso é também um bocado importante. Estar principalmente hoje em dia a meter miúdos muito novos e não digo no meu caso, mas na idade do meu irmão, é muito mais complicado. Acho que são coisas que se tem que ter muita atenção. O que não quer dizer que aconteça, não é? Mas hoje em dia ouve-se tanta coisa que...</p>	[2]
<p><b>E:</b> apesar de seres muito pequeno na altura, o que é que consideras mais positivo no acolhimento familiar?</p>	
<p><b>Jonathan:</b> ora bem...tendo em conta que eu também estou nesta área da educação social, eu também defendo em certo ponto, o acolhimento familiar. Eu acho que é uma medida benéfica até certo ponto. No sentido em que há crianças, por exemplo como a minha irmã mais nova, em que ter uma figura de referência, oferecer cuidados só a um, não como numa instituição, acontece que existem vários cuidadores de referência, acho que isso é um ponto positivo.</p>	[1]
<p><b>E:</b> então quais pensas, se calhar até tendo em conta o teu percurso, quais os aspetos mais negativos desta medida?</p>	
<p><b>Jonathan:</b> por exemplo, no meu caso... eu sofria de violência...eu saí de um contexto de violência doméstica para ir para outro contexto de violência. Por exemplo, eu ainda hoje não gosto de comer sopa devido ao acolhimento familiar que eu era obrigado a comer sopa e não da melhor maneira. Os pontos negativos é isso mesmo, é que nós dentro de uma família não sabemos o que é que pode acontecer. Tudo o que pode acontecer na nossa família, com a nossa mãe, o nosso pai, pode acontecer numa família de acolhimento. Não é por não termos ligação de sangue com eles que não pode acontecer. Acho que esse é o principal ponto negativo.</p>	[2]
<p>[...]</p>	
<p>Por isso, eu acho que é uma coisa que o acolhimento familiar ganha em relação ao acolhimento residencial, porque os funcionários do acolhimento residencial, por muito que queiram, eles ao final do dia acabam o turno e vão para a casa deles. Enquanto na família de acolhimento nós estamos constantemente com aquela família. Que...se correr bem, torna-se a nossa família,</p>	[1]

<p>lidamos constantemente com eles e comemos com eles à mesa e vamos sair ao domingo com eles...acho que é a principal diferença.</p> <p><b>E:</b> pensando nas outras crianças que não podem viver com os pais por alguma razão o que é que consideras que é mais importante ou o que é que é mais positivo no acolhimento familiar?</p> <p><b>Mike:</b> é assim...isto é a abertura para uma nova vida não é? porque a realidade é que... tu quando perdes os pais ou os pais te abandonam ou o que quer que seja, quando tu não tens os teus pais biológicos contigo, a tua vida acaba por acabar...e a realidade é que depois vais procurar viver uma segunda vida além da tua vida, ou seja eu considero que eu vivo uma vida para além da minha vida porque eu já vivi até à morte dos meus pais...faço-me entender? portanto...é por aí, acho que é uma nova esperança, uma nova vida, porque tu vais começar a viver a partir daquele momento porque tudo aquilo que tu te podias tornar...esquece, tu não vai ser porque tu vais tornar-te de acordo com aquilo que te vão educar e da forma que eles quiserem educar. E se tiveres má educação vais continuar a ser mau e se tiveres boa educação vais ser bom e por aí em diante...portanto é uma nova vida.</p> <p><b>E:</b> a tua experiência pronto acabou por ser boa, mas se tivesses que dizer, apontar algumas desvantagens ou algumas...quais são?</p> <p>[...]</p>	<p>[1]</p>
<p><b>Mike:</b> desvantagens...é o país que temos, é o que há...não, não...coisas burocráticas que sejam precisas resolver são muito difíceis de resolver sem teres familiares. Por exemplo...uma coisa muito estúpida, mas...uma pessoa que não tenha qualquer ligação a ti não consegue ser teu fiador na casa por exemplo, consegue ser no carro, mas na casa não, não consegue no crédito da casa...é uma coisa básica, mas a realidade é esta...esse tipo de coisas. [...].</p> <p>Portanto é normal que nos 11 milhões de pessoas...não faço a mínima ideia, mas deve ser para aí, é normal que não haja tantas famílias de acolhimento e depois é a mentalidade com que as pessoas vivem. A maior parte das famílias de acolhimento hoje em dia são com o intuito de receberem esses apoios estatais não são com o intuito de ajudar as crianças e esse é outro defeito.</p>	<p>[2]</p>

<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Sugestões de mudança [I]	[1] Mais técnicos [2] Seleção e formação das famílias de acolhimento [3] Captação de famílias de acolhimento mais jovens

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Sugestões de mudança [I]** – esta categoria integrámos as opiniões e sugestões dos entrevistados sobre os aspetos que deveriam mudar no acolhimento familiar. As subcategorias apresentadas dizem respeito às respostas obtidas por parte dos jovens-adultos.

- 1. Mais técnicos** – refere-se à necessidade de disponibilizar mais técnicos para acompanhar, avaliar e desenvolver a medida.
- 2. Seleção e formação das famílias de acolhimento** – esta subcategoria refere-se a algumas das críticas apontadas à medida e que se prende com as formas de atuação dos casais acolhedores.
- 3. Captação de famílias de acolhimento mais jovens** – diz respeito à referência de um dos participantes no estudo que salientou a idade da figura masculina como um aspeto negativo pois, a diferença de idades, consubstancia-se em alguns conflitos geracionais e problemas de comunicação.

<b>Sugestões de mudança [M]</b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> se pudesses sugerir alguma mudança nesta medida para que ela funcionasse melhor, qual é que seria? Acabaste por referir que era porem-te em atividades para poderes conviver com mais jovens...</p> <p><b>Anna:</b> [...] e depois outra dificuldade que eu tive era a faixa etária deles. Por exemplo, o meu filho tem uma mãe um pai jovem. Eu tenho 24 anos e o meu marido 28. Eu quando fui para a casa deles, o meu pai tinha 43 e a minha mãe 29 ou 30, que eles fazem uma diferença um bocadinho grande. Ou seja, a minha mãe era jovem, mas ele não.</p> <p><b>Emma:</b> [...] muitas das vezes diziam-nos o que é que nós tínhamos de dizer antes de ela chegar. Coisas deste tipo. Quer dizer...eu não acho que isso seja normal, não é? Até porque primeiro estamos a falar de crianças...crianças que o que é que vão fazer? Entende o que é que eu quero dizer? Não sei...acho que é preciso muita atenção às famílias de acolhimento.</p>	<p>[3]</p> <p>[2]</p>

<p><b>E:</b> então a seleção e a formação das famílias é um aspeto...</p> <p><b>Jonathan:</b> no entanto, também acho que é uma medida que tem de ser muito estudada e muito trabalhada e tem que haver muitos técnicos no terreno para supervisionar essa questão.</p> <p><b>E:</b> então se pudesses sugerir alguma mudança na medida para ela funcionar melhor qual é que sugerias?</p> <p><b>Jonathan:</b> sem dúvida...eu não sei muito bem em que é que consiste a formação das famílias de acolhimento. Sei que se calhar estão muitas e no final da formação sobram poucas e isso já diz alguma coisa sobre essas famílias, sobre a eficiência da formação, mas sem dúvida que punha...sei lá que...é necessário mais técnicos a assegurar essa medida, pronto [...].</p>	<p>[1]</p> <p>[1;2]</p>
---	-------------------------

<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Transição para a autonomia de vida [J]	[1] Motivação para arranjar emprego [2] Experiências profissionais

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Transição para a autonomia de vida [J]** – referência dos participantes aos momentos que, progressivamente, permitiram a sua saída do acolhimento e a sua independência. Destaca-se neste ponto a entrada no mercado de trabalho e as respetivas áreas de trabalho.

- **Motivação para arranjar emprego** – exprime as motivações que estiveram na origem para os participantes arranjam emprego e de que modo a entrada no mercado de trabalho contribuiu para a sua autonomia e independência.
- **Experiências profissionais** – referência a trabalhos desempenhados pelos entrevistados.

<b><u>Transição para a autonomia de vida [J]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E: com que idade é que tiveste então o primeiro trabalho? Foi aos 14?</b></p> <p><b>Anna:</b> sim, sim. Mas atenção, eu fui por iniciativa própria.</p> <p><b>E:</b> era isso que eu ia perguntar...</p> <p><b>Anna:</b> porque eu chumbei nesse ano e o castigo que os meus pais me davam era ficar todo o dia na oficina e eu disse “não, eu não vou ficar aqui o dia todo”. Eu virei-me para a minha mãe, e a minha mãe é muito conhecida na rua, e os meus pais, e eu virei-me e disse “quero ir trabalhar”. E ela “ai queres?”, porque ela pensava que não ia durar nem um dia, “tu não sabes o que é a vida”. Fiquei lá o Verão todo. Ela falou com uma amiga, porque isto supostamente é ilegal. Ela falou com uma amiga que tinha um restaurante, “olha a minha rapariga anda a lixar-me a cabeça para trabalhar”. “Ai é? Então mete-a aqui que eu vou fazer dela uma mulher”. “Mas vê lá, não sejas...olha que ela só tem 14 anos”. Pronto. Eu fui. E como toda a gente pensava que eu ia desistir, eu não desisti. Eu lavava tachos que eu cabia lá dentro. Quando era a feijoada, aqueles eram enormes. E eu disse “mas eu não vou desistir” e não desisti. Passei o verão todo e depois ouvia certos comentários “safou-se bem, não sei quê” e aquilo deu-me mais motivação. No outro ano fui trabalhar no verão mesma, fui para um barzinho de praia e foi super engraçado. Estava ali, contacto com o mar, quando havia a troca de turnos, podíamos ir dar um mergulho ao mar, mesmo aquelas barraquinhas que estão na praia. Depois no outro</p>	<p>[1]</p> <p>[1;2]</p>

<p>ano fui trabalhar para um restaurante onde fiquei a trabalhar aos fins-de-semana, fiz o verão, continuei a fazer os fins de semana que era para poder pagar as minhas coisinhas. Quando eu fui para a Régua comecei a pagar o meu tabaco, a carregar o meu telefone, a comprar algumas coisas, a querer ser independente, percebes? Então continuei o fim-de-semana, a trabalhar os fins-de-semana.</p>	
<p><b>E:</b> então em que áreas trabalhaste? Foi no que já me disseste, é isso?</p> <p><b>Anna:</b> foi na restauração.</p>	[2]
<p><b>E:</b> e atualmente qual é a tua profissão?</p> <p><b>Anna:</b> trabalho num hotel, mas não é naquilo que eu gostava. Faço camas. E tenho casas privadas, faço limpezas, aqui na Suíça. Sabes que quando não sabes falar, tens que ir para os mais baixos, é normal.</p>	[2]
<p><b>E:</b> com que idade é que te tornaste independente em relação aos teus acolhedores?</p> <p><b>Anna:</b> aos 17 quando decidi ir para a Régua, porque trabalhava e claro eles davam-me dormida aqueles três dias, sexta, sábado e domingo, mas ela deixou-me completamente...eu deixei de lhe pedir e ela deixou de me dar. Porque eu disse “eu vou para a Régua”, ela disse “não vais” e eu disse “a decisão está tomada, vou fazer 18 anos não tarda. Eu preciso de dar este passo e dei”. E ela foi-me lá levar em setembro e depois eu já tinha trabalho, trabalhava aos fins-de-semana e então independente eu acho que foi a partir daí. Se eu quisesse comprar umas sapatilhas, eu comprava. Se eu quisesse comprar tabaco, comprava. Carregava o meu telemóvel, fazia as minhas coisas. Tinha era que saber gerir, porque se aquele acabasse não havia mais nenhum. Porque a minha mãe impôs logo essa regra “queres ser independente, então vais ser independente”. Mas ela sabia que eu era bastante responsável em relação a isso, que não havia qualquer problema.</p>	[1]
<p><b>E:</b> com que idade é que tiveste o primeiro emprego?</p> <p><b>Beta:</b> tive o meu primeiro emprego tinha 15 anos que foi uma espécie de estágio profissional, ou seja, eu trabalhava, estava a estudar teatro e fiz uma peça de teatro de rua no meu segundo ano pela qual fui remunerada e acho que isso considero o meu primeiro emprego. Foi em contexto escolar, ou seja, não foi um emprego independente, mas foi a primeira vez que eu fui remunerada por alguma atividade...</p>	[1;2]
<p><b>E:</b> não é por iniciativa própria, porque pronto isso foi um bocado ligado à escola...</p> <p><b>Beta:</b> sim sim sim, foi a escola que permitiu essa situação...</p>	[1]
<p><b>E:</b> em que outras áreas já trabalhaste?</p>	



<p><b>Beta:</b> eu trabalhei sempre em teatro, depois trabalhei como operadora de loja e acho que até agora foram os únicos trabalhos que eu tive.</p>	[2]
<p><b>E:</b> com que idade é que teve o primeiro emprego?</p>	
<p><b>Emma:</b> ah...pois, agora...foi depois da minha filha nascer, portanto entre os 17/18.</p>	[1]
<p><b>E:</b> 17/18...e era a fazer o quê?</p>	
<p><b>Emma:</b> foi...ajudante de cozinha.</p>	[2]
<p><b>E:</b> e começou a trabalhar por iniciativa própria?</p>	
<p><b>Emma:</b> sim...</p>	[1]
<p><b>E:</b> em que áreas é que já trabalhou?</p>	
<p><b>Emma:</b> hotelaria e telecomunicações.</p>	[2]
<p><b>E:</b> atualmente qual é a sua profissão?</p>	
<p>[...]</p>	
<p><b>Emma:</b> estou desempregada (<i>risos</i>). Mas anteriormente estava a empregada de mesa.</p>	[2]
<p><b>E:</b> com que idade então é que se tornou independente, neste caso não foi em relação aos seus pais nem aos seus acolhedores, mas pronto...quando é que saiu da instituição? terá sido naquela altura que me disse 16/17?</p>	
<p><b>Emma:</b> pois...mesmo nessa altura eu não diria independente independente, porque tinha o pai da L., não é? E ele era mais velho, é mais velho, portanto tive sempre ali...</p>	[2]
<p>[...] Acho que independente só mesmo a partir dos 21.</p>	
<p><b>E:</b> com que idade é que tiveste o primeiro emprego?</p>	
<p><b>Jonathan:</b> na verdade, eu nunca tive empregado. Eu estou a fazer um estágio profissional neste momento, comecei há um mês.</p>	[1]
<p><b>E:</b> começaste a trabalhar ou este estágio por iniciativa própria? qual é a área?</p>	
<p><b>Jonathan:</b> comecei por iniciativa própria, fui eu que procurei e sou educador social num CAFAP.</p>	[2]
<p><b>E:</b> com que idade então é que tiveste o primeiro emprego?</p>	[1]
<p><b>Mike:</b> 16 anos...aos 16 mas isto não é suposto dizer não é (<i>risos</i>).</p>	
<p><b>E:</b> e fazias o quê na altura?</p>	

<p><b>Mike:</b> olha, fazia trabalhos de verão...trabalhei como guarda florestal na serra de Sintra...ah mas aquilo era só mesmo para o verão tás a ver só porque pá tentar também ajudar porque a realidade é que são seis pessoas a comer numa casa e tu tentas ajudar de alguma forma, porque tu vês que as pessoas estão a fazer um esforço enorme para aquilo que é a tua educação e para aquilo que é a educação do teu irmão, etc...então tentas ajudar dessa forma.</p>	[2]
<p><b>E:</b> atualmente ia perguntar qual é que era a tua profissão, também já disseste...mas por exemplo tiveste outras áreas em que trabalhaste...</p>	[2]
<p><b>Mike:</b> eu trabalhei numa empresa aqui em Portugal, a EDP, depois saí da EDP para montar o meu próprio negócio porque eu acho que se eu sou bom a trabalhar para os outros sou melhor a trabalhar para mim mesmo, a realidade é esta...</p>	[2]
<p><b>E:</b> com que idade te tornaste independente em relação aos teus acolhedores?</p> <p><b>Mike:</b> neste caso foi com 16/17 anos...com 17 anos saí de casa e fui viver com uma mulher mais velha, na altura com 32. Até ao dia em que chego a casa e não tenho nada. Só as paredes.</p>	

<b>Categoria de análise</b>	<b>Indicadores</b>
Da família real à família desejada [K]	[1] Família real [2] Família desejada

### **Categorias e indicadores de análise – explicitação**

**Da família real à família desejada** – privilegia as concepções que emergiram no discurso dos jovens-adultos sobre as diferentes tipologias familiares.

- 1. Família real** – diz respeito ao conceito de família construído por cada um, consoante a sua experiência. Incluímos nesta subcategoria a percepção dos participantes sobre o papel da família de origem ao longo das suas trajetórias de vida e para a forma como avaliam os acontecimentos que conduziram à retirada e relação construída ao longo do tempo.
- 2. Família desejada** – nesta subcategoria destacámos os planos, as manifestações de vontade, dúvidas, preocupações, opiniões e os comentários dos sujeitos que ainda não constituíram família sobre as condições que devem reunir ou que idealizam possuir na eventual construção do seu próprio projeto familiar. Para aqueles que já constituíram família, nesta subcategoria relevámos a sua percepção sobre a importância que esta tem nas suas vidas atuais. Incluímos aqui as referências dos jovens-adultos sobre a forma como desempenham o papel de pais, nomeadamente, aspetos comportamentais, preocupações e responsabilidades.

<b><u>Imagens de família [k]</u></b>	<b>Subcategorias</b>
<p><b>E:</b> e assim aspetos positivos da infância? coisas positivas que tenham acontecido?</p> <p><b>Anna:</b> é como te digo, eu não tive uma infância nada negativa, porque...se calhar para ti é difícil explicar, porque tens uma mãe e um pai, mas nós que não temos e que estamos ali desde sempre, não fomos retirados nem aos 10 nem aos 4, nem aos 5, nós só conhecemos aquela realidade. Eu só conhecia aquela realidade e para mim ali era a minha família, aquilo era a minha realidade e eu não tinha qualquer problema [...].</p> <p><b>E:</b> e apesar de tudo ter corrido, no geral, assim bem...momentos mais difíceis desta fase?</p> <p><b>[...]</b></p> <p><b>Anna:</b> posso-te contar que foi quando eu fui para a pré-escola foi um dos momentos que mais me marcou, porque eu aí bateu-me...começou-me a bater a ficha, não é, como se costuma dizer. Porque caramba eu via os outros...nós estávamos misturados com pessoas completamente normais, não é normal, mas entendes? com padrões de família completamente</p>	<p>[1]</p> <p>[1]</p>

<p>normais e eu dizia: caraças aquela senhora vem-me buscar e tal, eu estou à espera de uma carrinha e depois o momento que mais me marcou, acho que nunca mais me vou esquecer, foi quando a professora mandou desenhar um pai e uma mãe. Eu acho que aí ela não teve a sensibilidade de saber que nós éramos institucionalizados e o que é que nós íamos fazer? pai e mãe? mas eu e os meus colegas resolvemos a situação, fizemos uma pessoa grande com vários meninos à volta. Mas isso foi um momento que me marcou...eu fiquei assim um bocadinho...foi um vazio que eu, na altura, não compreendia o que era, não sabia. O padrão de família que eu tinha não era um pai e uma mãe, uma única pessoa. Eram várias pessoas, mas consegue-se ser feliz, acho que sim.</p>	[1]
<p><b>E:</b> quando foste para esta família conseguiste manter o contacto com alguém da tua família biológica?</p> <p><b>Anna:</b> [...] eu vou-te explicar porquê...porque a L., o nome dela é assim, eu não gosto de a tratar por mãe, porque eu não a consigo intitular como mãe, porque essa pessoa não pode ser mãe. Mãe é quem dá amor e carinho. Ela nunca passou uma noite sequer comigo com febres altas...isto é a minha opinião e é aquilo que eu sinto.</p>	[1]
<p><b>E:</b> sabes se então enquanto estavas com esta família a tua mãe estava a ser acompanhada? Acho que já me tinhas explicado à bocado mais ou menos, por exemplo se ela estava a receber algum tipo de apoio, se estava a fazer algum tratamento...</p> <p><b>Anna:</b> [...] o meu pai foi, foi lá interná-la, foi lá falar com ela e disse expressamente "ela só sai daqui quando tiver boa". E assim foi. Assim foi...não foi nada, porque ela estava boa 6 meses e depois voltava. Ela tinha a força de vontade no momento, mas depois voltava a recair. E como tem hoje. Ainda hoje continua. Ela foi duas vezes obrigada a fazer as desintoxicações...das duas, uma: ou nunca foram eficazes, ou ela nunca teve força de vontade. Para mim, ela nunca teve força de vontade. Não tem. Foram muitos anos...</p>	[1]
<p><b>E:</b> e quem são as pessoas mais significativas para ti neste momento?</p> <p>[...]</p>	[2]
<p><b>Anna:</b> [...] e deixa-me dizer-te uma coisa, não sei se vai ser importante para a tua entrevista ou não. Eu esperei durante muito tempo para obter uma resposta quando me diziam "ah tu não és mãe, tens que entender". Eu hoje sou mãe e entendo. Entendo que ela nunca poderia ter estragado a vida a um filho, quanto mais a cinco. Porque eu hoje sou mãe e não me vejo sem ele. Eu não imagino amanhã baterem-me à porta e dizer "olha, com licença, eu vim buscá-lo". Mas nós também temos que fazer por isso. Eu também tenho que o manter, dar-lhe uma vida normal, uma vida digna, que ele mereça ter e ela nunca fez isso por nenhum filho. Por isso é que eu também não a consigo desculpar. Mais ainda a partir do momento em que o D. nasceu.</p>	[2]

<p><b>Anna:</b> [...] estamos num país onde estamos sozinhos e podermos fazer aquilo que nós queremos, porque nunca ninguém acreditou que duas pessoas sozinhas...eu tinha 21 anos quando emigrei, 21/22 então as pessoas pensavam “ele é jovem, ela é jovem, eles são jovens...vão-se iludir, vão-se perder” mas isso não aconteceu. Lá está, somos aluados, gostamos de nos divertir, mas...o que é que a gente fazia? Chegava o chequezinho, porque aqui há um cheque, não é por carta que a gente tem que pagar, é um chequezinho e a gente sabe que aquele dinheiro tem de ir para ali. A gente ao início do mês pagávamos tudo. Ok, ficámos com isto, bora para a borgia. Comprávamos a mercearia, enchíamos a casa...ok, sobrou isto...temos 4 fins-de-semana para gastar e fazíamos assim. Agora não. Agora a gente diz “bem, vamos comprar fraldas” (<i>risos</i>).</p>	<p>[1]</p>
<p><b>E:</b> pronto...estamos mesmo a acabar, a última pergunta é se desejás dizer mais alguma coisa em relação à medida ou em relação à tua história de vida que aches que seja assim importante e que ainda não foi dito.</p> <p><b>Anna:</b> [...] o que ela tem é o que eu costumo dizer, ela não tem regras de vida, ela não sabe ser mãe. Não sabe ter higiene, porque ele foi encontrado num ponto de sobrevivência muito complicado [...].</p>	<p>[2]</p>
<p><b>E:</b> quem são as pessoas mais significativas para ti neste momento?</p> <p><b>Anna:</b> [...] portanto nós só nos temos um ao outro e construímos uma relação muito próxima e depois temos o nosso filho. Vivemos muito nas nossas coisas, no nosso mundo. Ele não...ele é mais filhinho do papá e da mamã, mas eu acho que sou um bocadinho mais independente. Gosto deles e falo com eles e tudo mais, mas eu não sou muito piegas...é diferente.</p>	<p>[1]</p>
<p><b>E:</b> a um outro nível quais eram os teus sonhos e ambições nessa altura?</p> <p><b>Beta:</b> [...] ainda em relação a objetivos de vida, eu quero ter uma família que é algo que eu nunca...que eu antes não queria ter porque não queria ter que fazer a uma criança aquilo que faziam comigo, mas eu já percebi que é possível não fazer isso e então pronto...acho que é isso [...].</p>	<p>[1]</p>
<p><b>E:</b> no presente quem são as pessoas mais significativas para si?</p> <p><b>Emma:</b> [...] como é que eu hei-de explicar? se calhar quando eu era mais nova, eu achava uma coisa que à medida que fui crescendo fui percebendo que não era bem assim, não é? Ou se calhar...ela até ficou assim com o passar do tempo e com os problemas e com os maus-tratos e não sei quê, mas o certo é que não quer ajuda, portanto se não quer ajuda é porque não quer mudar. Está bem como está, não é? E no fundo ela faz-nos mal, se calhar já fez mais, mas...</p>	

<p>[...]</p> <p><b>E:</b> era isso que eu te ia perguntar...consegues explicar-me qual é a principal diferença para ti, ou seja, apesar de a tua experiência se calhar não ter sido muito positiva no acolhimento familiar, tiveste uma boa experiência no acolhimento residencial, mas continuas a considerar que a família é muito importante...porquê?</p> <p><b>Jonathan:</b> sim, por exemplo para mim a família é muito importante. Eu rompi os laços que me ligavam, por exemplo, ao meu pai e à minha mãe. Mantenho contacto ocasional com as minhas irmãs, mas acho que a família é importante para as crianças e para os jovens e o facto de nós vivermos numa instituição é bom, mas não é como a família.</p>	
---	--



## **Consentimento Informado**

Eu, Mariana Freitas Ferreira Leite Gonçalves, sou aluna do 2º ano do Mestrado em Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, da Universidade do Minho e estou a desenvolver uma investigação intitulada “Crescer em famílias de acolhimento: histórias de vida de jovens adultos”, sob orientação da Profª. Doutora Natália Fernandes.

Esta investigação tem um cariz qualitativo e o objetivo é o de caracterizar a infância de jovens adultos que, na infância, tenham estado em acolhimento familiar, mobilizando para tal o método biográfico, através da realização de entrevistas semiestruturadas.

Assim sendo, gostaria de solicitar a sua participação nesta entrevista, bem como a autorização para a gravação áudio da mesma.

Este trabalho será pautado pelos preceitos éticos inerentes a qualquer trabalho científico, assumindo, desde já, o compromisso de devolver os resultados e a interpretação que fizer dos mesmos a todos os participantes. De igual modo, será garantido o seu anonimato, assim como o da informação resultante das transcrições das entrevistas que serão utilizadas unicamente para fins de investigação.

Tem o direito de participar livremente neste trabalho e de desistir em qualquer momento. No final da transcrição das entrevistas, se for sua vontade, o registo áudio das mesmas poderá ser apagado.

Declaro que li e compreendi as condições de participação no projeto de mestrado intitulado “Crescer em famílias de acolhimento: histórias de vida de jovens adultos”, através da realização de entrevistas, e dou o meu consentimento / não dou o meu consentimento (riscar o que não interessa) para a participação no mesmo.

Declaro, ainda, que autorizo a gravação áudio das entrevistas e que tomei conhecimento que, em qualquer momento, poderei desistir desta investigação sem qualquer implicação.

O jovem,

A mestranda,

---

---

(Mariana Gonçalves)

